



**INSTITUTO FEDERAL**  
**GOIÁS**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

---

# **PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO**

### **EXERCÍCIO DE 2013**

GOIÂNIA-GO, MARÇO/2014



# **PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão Consolidado do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, e da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno Portaria CGU nº 133/2013.

GOIÂNIA-GO, MARÇO/2014



## SUMÁRIO

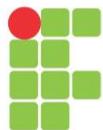
<b>LISTA DE QUADROS .....</b>	<b>6</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>7</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS .....</b>	<b>7</b>
<b>LISTAS DE ABREVIACÕES E SIGLAS .....</b>	<b>8</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<i>Por fim, em relação ao Item 5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico, também não se aplica às rotinas do IFG, uma vez que todos os atos do SISAC são realizados eletronicamente. ....</i>	
	10
<b>PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.....</b>	<b>11</b>
<b>1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013. ....</b>	<b>11</b>
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA .....	11
1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE .....	12
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL (ANEXO I).....	14
1.3.1 Organização Administrativa da Reitoria do Instituto Federal De Goiás.....	14
1.3.2 Competências.....	15
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	18
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO .....	19
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS .....	20
<b>2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013 .....</b>	<b>21</b>
2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA .....	21
2.2 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU AÇÕES .....	21
2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU AÇÕES .....	22
2.4 INDICADORES.....	22
2.2. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	39
2.2.1. Programa Temático.....	39
<b>3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013. ....</b>	<b>54</b>
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	54
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS .....	55
3.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO .....	55
3.4 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU.....	55
3.5 INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS .....	55
<b>4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05//2013 .....</b>	<b>70</b>
<b>4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</b>	<b>70</b>
4.1. EXECUÇÃO DAS DESPESAS.....	70
4.1.1. Programação.....	70
4.1.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	72



---

4.1.3. Realização da Despesa .....	73
4.3 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES .....	79
4.3.1 Análise Crítica .....	79
4.5 SUPRIMENTO DE FUNDOS .....	80
4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas Realizadas por Meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo.....	80
4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....	81
4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos.....	81
4.5.5 Análise Crítica.....	82
<b>5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05//2013 .....</b>	<b>83</b>
<b>5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS .....</b>	<b>83</b>
<b>5.1. ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE .....</b>	<b>83</b>
5.1.1 DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA .....	83
5.1.1.1 . Lotação.....	83
5.1.1.2. Situações que Reduzem a Força de Trabalho na Unidade Jurisdicionada .....	83
5.2.1. ESTRUTURA DE CARGOS E DE FUNÇÕES.....	84
5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade .....	85
5.1.3 CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA .....	85
AS INFORMAÇÕES SOBRE O QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS ESTÃO APRESENTADAS CONSIDERANDO OS DOIS QUADROS A SEGUIR: O PRIMEIRO COMPREENDERÁ A COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS; O SEGUNDO A COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO. ....	
5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada .....	87
5.1.5 Cadastramento no SISAC.....	88
5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC.....	88
5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU .....	88
5.1.5.3 Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC .....	89
<i>O Quadro A.5.1.5.3 a seguir tem o objetivo de evidenciar a regularidade, em relação ao prazo estabelecido no art. 7º da IN TCU nº 55/2007, do cadastramento no SISAC dos atos de pessoal sujeitos a registro e comunicação ao TCU. ....</i>	
5.1.6 ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS .....	90
5.1.7 PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS.....	90
5.1.8 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS .....	91
5.2. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA DE CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS .....	92
5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	92
5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão .....	96
5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4 .....	100

---



<b>6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013 .....</b>	<b>101</b>
<b>6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....</b>	<b>101</b>
6.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS.....	101
6.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO .....	102
6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial .....	102
6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional....	104
6.3 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS .....	105
<b>7 PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013. ....</b>	<b>107</b>
<b>7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO</b>	<b>107</b>
7.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI). ....	107
<b>8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013. ....</b>	<b>109</b>
<b>8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....</b>	<b>109</b>
8.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS .....	109
8.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA .....	110
<b>PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013. ....</b>	<b>113</b>
<b>9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS</b>	<b>113</b>
9.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU.....	113
9.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	113
9.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	113
9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	115
9.2.1 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício .....	115
9.2.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício .....	119
9.3 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	122
9.4 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI N.º 8.730/93 .....	136
9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93 .....	136
9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações .....	137
9.5 MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO .....	137
9.6 ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV.....	137
<b>PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013. ....</b>	<b>138</b>
<b>10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....</b>	<b>138</b>
10.1 DESCRIÇÃO DOS CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO AO ÓRGÃO OU ENTIDADE PARA FINS DE SOLICITAÇÕES, RECLAMAÇÕES, DENÚNCIAS, SUGESTÕES, ETC., CONTEMPLANDO INFORMAÇÕES GERENCIAIS E ESTATÍSTICAS SOBRE O ATENDIMENTO DE DEMANDAS .....	138
10.2 MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS OU CLIENTES DOS PRODUTOS E SERVIÇOS RESULTANTES DA ATUAÇÃO DA UNIDADE.....	139
10.3 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DE EVENTUAIS PESQUISAS DE OPINIÃO FEITAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS COM CIDADÃOS EM GERAL, SEGMENTOS ORGANIZADOS DA SOCIEDADE OU USUÁRIOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS RESULTANTES DA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE .....	140



---

<b>PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013. ....</b>	<b>143</b>
<b>11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>143</b>
11.1 MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO .....	143
11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .	143
11.2.1. Declaração Plena.....	143
<b>12 PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013. ....</b>	<b>144</b>
12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ .....	144
12.2 AÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA .....	144
12.3 AÇÕES DA PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO .....	149
12.4 REALIZAÇÕES DA PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO .....	163
<b>PARTE B, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013 .....</b>	<b>175</b>
<b>13. INDICADORES DE DESEMPENHO NOS TERMOS DA DECISÃO TCU N.º 408/2002175</b>	
13.1 INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU N.º 2.267/2005.....	175
O ACÓRDÃO TCU N.º 2.267/2005 DETERMINOU QUE A PARTIR DO EXERCÍCIO DE 2005 AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA – IFET INFORMASSEM NOS SEUS RELATÓRIOS DE GESTÃO UM CONJUNTO DE INDICADORES DE GESTÃO QUE POSSIBILITASSE A AVALIAÇÃO DESSAS INSTITUIÇÕES.....	175
13.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET .....	176
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>200</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>201</b>
ANEXO I .....	202
ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	202
ANEXO II .....	207
QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ .....	207
ANEXO III.....	210
QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UJ .....	210
ANEXO IV.....	213
QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS .....	213



## LISTA DE QUADROS

QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL .....	12
QUADRO A.2.2.3.2 – AÇÕES/SUBTÍTULOS - OFSS. ....	40
QUADRO A.4.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS.....	56
QUADRO A.4.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA .....	59
QUADRO A.4.1.3.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL.....	60
QUADRO A.4.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL.....	61
QUADRO A.4.1.3.5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	62
QUADRO A.4.1.3.5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	63
QUADRO A.4.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	65
QUADRO A.4.5.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA).....	66
QUADRO A.4.5.3 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR.....	67
QUADRO A.4.5.4 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF).....	67
QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	69
QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ.....	70
QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA EM 31.12.....	70
QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	71
QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	71
QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.....	72
QUADRO A.5.1.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31.12.....	73
QUADRO A.5.1.4.2 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	73
QUADRO A.5.1.5.1 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007).....	74
QUADRO A.5.1.5.2 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007).....	75
QUADRO A.5.1.5.3 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC.....	75
QUADRO A.5.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.....	78
QUADRO A.5.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	82
QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO...89	
QUADRO A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL.....	90
QUADRO A.6.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS.....	91
QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA (ANEXO III).....	194
QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS (ANEXO IV).....	197
QUADRO A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA .....	96
QUADRO A.9.1.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO.....	99
QUADRO A.9.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI .....	101



---

QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR.....	122
QUADRO A.9.6 MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....	123
QUADRO A.11.2.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	126
QUADRO B.14.1 – RESULTADOS DOS INDICADORES – ACÓRDÃO TCU N.º 2.267/2005 .....	158

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA I – RESUMO DOS INDICADORES .....	165
TABELA II – RELAÇÃO ALUNOS/DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL .....	173
TABELA 1 – RELAÇÃO CANDIDATO / VAGA .....	174
TABELA 2 – RELAÇÃO INGRESSOS POR ALUNOS.....	176
TABELA 3 – RELAÇÃO DE CONCLUINTES POR ALUNOS .....	177
TABELA 4 – ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA.....	178
TABELA 5 – ÍNDICE HISTÓRICO DE RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR .....	180
TABELA 6 – NÚMERO DE ALUNOS QUE DECLARARAM POSSUIR UMA RENDA FAMILIAR $\leq$ 1,5 SALÁRIO MÍNIMO NO MOMENTO DA INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO DO IFG .....	181

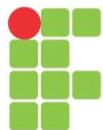
## **LISTA DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 1 – RELAÇÃO CANDIDATO X VAGA.....	166
GRÁFICO 2 – POTENCIAL DE VAGAS OFERTADAS .....	168
GRÁFICO 3 – RELAÇÃO CONCLUINTES / ALUNOS .....	169
GRÁFICO 4 – EFICIÊNCIA ACADÊMICA NA RELAÇÃO CONCLUINTES/INGRESSOS EM PERÍODO EQUIVALENTE.....	170
GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR.....	172



## **LISTAS DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica  
CGU – Controladoria-Geral da União  
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
DDRH – Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos do IFG  
DN – Decisão Normativa  
EAD – Educação a Distância  
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio  
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
IFG – Instituto Federal de Goiás – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
IN – Instrução Normativa  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
MEC – Ministério da Educação  
OCI – Órgão de Controle Interno  
PAINT - Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna  
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional  
PIGE – Programa Institucional de Concessão de Bolsas de Graduação e Especialização  
PIQS – Programa Institucional de Qualificação de Servidores em nível de Mestrado e Doutorado  
PPA – Plano Plurianual  
PROAPP – Programa de Apoio à Produtividade e Pesquisa  
PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos  
PROAD – Pró-Reitoria de Administração  
PRODI – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional  
PROEN – Pró-Reitoria de Ensino  
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão  
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso do Ensino Técnico e Emprego  
PROPPG – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
RAINT – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna  
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais  
RG – Relatório de Gestão  
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação  
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão  
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse  
SISAC - Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões  
SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica  
SISU – Sistema de Seleção Unificada  
SPIUNET – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União  
SOF – Secretaria de Orçamento Federal  
TI – Tecnologia da Informação  
TCU – Tribunal de Contas da União  
UG – Unidade Gestora  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
UO – Unidade Orçamentária



## INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG, criado pela Lei Federal nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a qual transformou os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. É, funcionalmente, uma instituição de educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

Sua finalidade é formar cidadãos profissionais para os diversos setores da economia, realizar pesquisas, promover a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico, gerar novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos, contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento social e a soberania do Brasil.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás passou por importantes momentos no ano de 2013. Dentre eles, podemos destacar a eleição para os cargos de Reitor e Diretor-Geral dos Câmpus Goiânia, Inhumas, Itumbiara, Jataí e Uruaçu. A comunidade acadêmica da instituição, por meio do voto, exerceu seu direito de escolha em processos eleitorais marcados pela tranquilidade. Para o cargo de Reitor, o vencedor do pleito foi o Professor Jerônimo Rodrigues da Silva, nomeado em 03 de setembro de 2013 por meio de Decreto Presidencial. Dentre outros importantes acontecimentos podemos mencionar também que, em termos de expansão, além dos dez Câmpus em funcionamento (Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia e Uruaçu), estão em fase de implantação mais cinco Câmpus nos municípios de Águas Lindas de Goiás, Goiânia (Região Oeste), Senador Canedo, Valparaíso de Goiás e Novo Gama, sendo que os dois primeiros estarão em funcionamento ainda no primeiro semestre de 2014, e os demais no segundo semestre desse mesmo ano. O estabelecimento de parcerias com instituições estrangeiras tem se tornado uma constante, de modo a proporcionar aos nossos alunos experiências de intercâmbio em países como Estados Unidos da América e Canadá, cujas instituições de ensino são referência mundial em termos de qualidade. Tivemos a volta do Festival de Artes de Goiás. A inauguração da Editora do IFG. Doação, aos Câmpus Uruaçu e Anápolis, de áreas com cinco mil metros quadrados e dezoito mil metros quadrados, respectivamente, com o objetivo de atender às demandas de expansão de infraestrutura. Aquisição de veículos e micro-ônibus. Além de estar presente nos Câmpus Anápolis, Formosa, Itumbiara, Inhumas e Luziânia, em 2013 o Programa Mulheres Mil chegou aos Câmpus Cidade de Goiás, Jataí e Aparecida de Goiânia. Sansão, sem vetos, do texto do projeto que destina 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação. Ampliação, de 15 para 25, do número de bolsas ofertadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Qualificação de Servidores (PIQS). Aprovação, por parte do Conselho Superior deste Instituto, do Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016.

O Instituto Federal de Goiás, em atenção aos parâmetros e metas definidos pelo Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o qual foi proposto pelo Ministério da Educação, tem se comprometido em expandir pelo Estado de Goiás a oferta de uma educação pública e de qualidade, que forme tanto o profissional quanto o cidadão.

Em cumprimento ao seu dever de prestar contas, já que é uma instituição mantida por recursos públicos, o Gabinete do Reitor do Instituto Federal de Goiás apresenta neste Relatório as ações executadas pelo Reitor e cuja finalidade foi atender ao interesse público, que, no caso do Instituto Federal de Goiás, se materializa na oferta do ensino, da pesquisa e da extensão.



## ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O Relatório de Gestão do IFG exercício 2013 foi elaborado conforme o conjunto de normas sobre a prestação de contas estabelecidas na Instrução Normativa - TCU nº 63/2010, e da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno Portaria CGU nº 133/2013.

### ITENS QUE NÃO SE APLICAM OU SEM OCORRÊNCIAS NO PERÍODO

Em relação à aplicabilidade dos itens previstos no Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 175/2013 tem-se a justificar que os itens 1.1.1, 1.1.3, 1.1.4 (apesar de se aplicarem à natureza da UJ, não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2013, pois a Instituição não possui Conta Tipo “B”, não refletem a realidade da Instituição, pois o Relatório de Gestão do IFG é do tipo Consolidado e esta Instituição não gerenciou programa governamental no exercício; não teve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, nem terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão.

O Instituto Federal de Goiás não tem responsabilidade integral ou parcial por programas do Plano Plurianual vigente, apenas executa ações vinculadas a estes programas. Diante disso e sob a orientação da Portaria nº 175, de 09/07/2013, não serão apresentados os quadros A.2.2.1 – Programa temático, A.2.2.2 – Objetivo, A.2.2.3.1 – Ações - OFSS, A.2.2.3.3 – Ações não previstas LOA 2013 – Restos a pagar – OFSS e A.2.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento.

O IFG não tem nada a relatar referente à Suprimento de fundos – Conta Tipo “B”, Renúncias sob a Gestão da UJ e Gestão de Precatórios. Diante disso e sob a orientação da Portaria nº 175, de 09/07/2013, não serão apresentadas informações referentes ao quadro 4.5.2. Suprimento de fundos – Conta Tipo “B” e nem sobre os itens 4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ, 4.7 Gestão de Precatórios e seus subitens e quadros.

E, ainda, não tem nada a relatar de reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos vigente, transferências de recursos, renúncias sob a gestão da UJ e gestão de precatórios. No que se refere a Precatórios, foi alocado orçamento na UJ, que apresenta este relatório, na Ação 0005-Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios), como pode ser observado no quadro anterior, mas que foi executado pela UG 090032 – TRFORC – 1ª Região, em cumprimento ao art. 24 da LDO 2004, isto é, o Instituto Federal de Goiás não executou esta despesa. Diante disso e sob a orientação da Portaria nº 175, de 09/07/2013, não serão apresentados os itens 4.2 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos e seu subitem e quadro; 4.4 Transferências de Recursos e seus subitens e quadros; 4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ e seus subitens e quadros; 4.7 Gestão de Precatórios e seus subitens e quadros.

Por fim, em relação ao Item 5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico, também não se aplica às rotinas do IFG, uma vez que todos os atos do SISAC são realizados eletronicamente.



**PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013**

**1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.**

**1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA**

**1.1.1 Relatório de Gestão Individual**

QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO			<b>Código SIORG:</b> 244
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa:</b> INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS			
<b>Denominação Abreviada:</b> INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS / IFG			
<b>Código SIORG:</b> 451	<b>Código LOA:</b> 26429		<b>Código SIAFI:</b> 158153
<b>Natureza Jurídica:</b> AUTARQUIA			<b>CNPJ:</b> 10.870.883/0001-44
<b>Principal Atividade:</b> EDUCAÇÃO MÉDIA, TÉCNICA, PROFISSIONAL E SUPERIOR			<b>Código CNAE:</b> 8541-4
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(062) 3612-2203	(062) 3612-2207	(062) 36122-2200
<b>Endereço Eletrônico:</b> gabinete.reitoria@ifg.edu.br			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.ifg.edu.br">http://www.ifg.edu.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Av. Assis Chateaubriand, nº 1.658, Setor Oeste, Goiânia/GO – CEP. 74.130-015			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 3.552, de 16/02/1959, que dispõe sobre a organização e estrutura das ETFs;</li> <li>• Lei nº 8.948, de 08/12/1994, que dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências;</li> <li>• Decreto nº 2.406, de 27/11/1997, regulamenta a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, e dá outras providências;</li> <li>• Decreto s/n de 22 de março de 1999, publicado no D.O.U. 23/03/1999, que dispõe sobre a implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás;</li> <li>• Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007, que estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica;</li> </ul> <p>Lei nº 11.892, de 29/12/2008, que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.</p>			
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Decreto nº 1.916, de 23 de maio de 1996, que regulamenta o processo de escolha dos dirigentes de instituições federais de ensino superior, nos termos da Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.</li> <li>▪ Regimento Interno do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás – CEFET-GO, aprovado pelo Ministério de Estado da Educação através da Portaria nº 833 de 19/05/1999, publicado no D.O.U. em 20/05/1999;</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Decreto nº 5.224, de 01/10/2004, que dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências;</li> <li>▪ Portaria do MEC nº 538, de 31 de maio de 2007, publicado no D.O.U. em 01/06/2007, que aprova o Estatuto do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás;</li> <li>▪ Decreto nº 6.264, de 22 de novembro de 2007, que altera e acresce dispositivos ao do Decreto nº 1.916, de 23 de maio de 1996, que regulamenta o processo de escolha dos dirigentes de instituições federais de ensino superior, nos termos da Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, e dá outras providências;</li> <li>▪ Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, aprovado pelo Conselho Diretor e formalizado através da Portaria nº 488, de 27/08/2009, publicado no D.O.U. em 28/08/2009;</li> <li>▪ Decreto nº 6.986, de 20/10/2009, regulamenta os arts. 11, 12, e 13 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para disciplinar o processo de escolha de dirigentes no âmbito destes Institutos.</li> </ul>			
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada</b>			
Os manuais, regulamentos e publicações do Instituto Federal de Goiás constam do portal da Unidade Jurisdicionada ( <a href="http://www.ifgoias.edu.br/">http://www.ifgoias.edu.br/</a> ).			



Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
158153	Reitoria Câmpus Águas Lindas Câmpus Goiânia Oeste Câmpus Senador Canedo Câmpus Valparaíso
158522	Câmpus Anápolis
158610	Câmpus Aparecida de Goiânia
158611	Câmpus Cidade de Goiás
158523	Câmpus Formosa
158430	Câmpus Goiânia
158432	Câmpus Inhumas
158433	Câmpus Itumbiara
158431	Câmpus Jataí
158524	Câmpus Luziânia
158434	Câmpus Uruaçu
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
26429	Reitoria e Câmpus do Instituto Federal de Goiás
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
158153	26429
158522	26429
158610	26429
158611	26429
158523	26429
158430	26429
158432	26429
158433	26429
158431	26429
158524	26429
158434	26429

## 1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

### MISSÃO

O Instituto Federal de Goiás, na condição de centro de referência da educação profissional e tecnológica de Goiás, apresenta como responsabilidade o desenvolvimento de processos de inovação tecnológica, atuando na formação de profissionais dos mais diversos níveis e modalidades, tendo como suporte uma educação pública, gratuita, democrática e de qualidade; articulada ao desenvolvimento da pesquisa e ações de extensão, estabelecendo uma relação com a comunidade goiana que seja calcada na correspondência aos anseios da sociedade civil organizada.



## VISÃO

Constituir-se como referência na área profissional e tecnológica, atuando como modelo educacional de desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social.

## PRINCÍPIOS NORTEADORES

Os princípios norteadores do Instituto Federal de Goiás estão descritos a seguir:

- a) Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente;
- b) Transparência e gestão democrática;
- c) Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- d) Compromisso com a formação integral do cidadão, com a produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico;
- e) Compromisso com a educação inclusiva e emancipatória, com a oferta de formação profissional, com a promoção do desenvolvimento sociocultural, estando sempre atento à organização produtiva, ao potencial regional, à cultura e às necessidades e expectativas do cidadão;
- f) Natureza pública, gratuita e laica do ensino, sob a responsabilidade da União.

## ÁREAS DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

As finalidades e características do Instituto Federal de Goiás estão descritas a seguir:

- a) Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- b) Assegurar a gratuidade do ensino, não permitindo que seja cobrado dos alunos, em hipótese alguma, qualquer tipo de contribuição financeira por oferta de qualquer modalidade de cursos oferecidos pela Instituição;
- c) Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- d) Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- e) Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal de Goiás.
- f) Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento do senso crítico;
- g) Qualificar-se como centro de referência no ensino, oferecendo cursos regulares de licenciatura, capacitação, qualificação e atualização técnica e pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- h) Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- i) Realizar e estimular a pesquisa e a produção cultural associadas ao mundo do trabalho e vinculadas à formação totalizadora e integral do ser humano;
- j) Promover o desenvolvimento científico e tecnológico, a produção e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.



## 1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL (ANEXO I)

### 1.3.1 Organização Administrativa da Reitoria do Instituto Federal De Goiás

#### I. COLEGIADOS

- a) Conselho Superior;
- b) Colégio de Dirigentes;
- c) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

#### II. COMISSÕES PERMANENTES

- a) Comissão Própria de Avaliação;
- b) Comissão de Ética;
- c) Comissão Própria de Pessoal Docente;
- d) Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos.

#### III. REITORIA

- a) Diretoria Executiva;
  - i. Coordenação-Geral de Comunicação e Eventos;
  - ii. Coordenação de Relações Internacionais;
- b) Gabinete.
- c) Pró-Reitorias:
  - i. Pró-Reitoria de Ensino;
    - i.i. Diretoria de Administração Acadêmica;
      - i.i.i. Coordenação de Registro de Diplomas;
      - i.i.ii. Coordenação de Pesquisa Institucional;
    - ii. Diretoria de Educação Básica e Superior;
      - i.ii.i. Coordenação de Programas Especiais de Ensino;
      - i.ii.ii. Coordenação de Educação a Distância;
      - i.iii. Centro de Seleção.
  - ii. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;
    - ii.i. Departamento de Pesquisa e Inovação;
      - ii.i.i. Coordenação do Centro de Inovação Tecnológica;
    - ii.ii. Coordenação de Pós-Graduação;
    - ii.iii. Coordenação de Publicações.
  - iii. Pró-Reitoria de Extensão;
    - iii.i. Departamento de Ações Sociais;
    - iii.ii. Coordenação de Ações Profissionais e Tecnológicas.
  - iv. Pró-Reitoria de Administração;
    - iv.i. Diretoria de Planejamento e Gestão Orçamentária;
      - iv.i.i. Coordenação de Aquisições e Contratos;
    - iv.ii. Diretoria de Execução Financeira e Contábil;
      - iv.ii.i. Coordenação de Contabilidade;
      - iv.ii.ii. Coordenação de Abastecimento e Patrimônio;
    - iv.iii. Gerência de Projetos de Infraestrutura;
    - iv.iv. Coordenação de Serviços de Transportes;



- v. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional;
- v.i. Coordenação de Apoio ao Planejamento e Avaliação Institucional;
- v.ii. Coordenação do Observatório do Mundo do Trabalho;
- v.iii. Diretoria de Recursos Humanos;
- v.iii.i. Coordenação de Gestão de Pessoas;
- v.iii.ii. Coordenação de Cadastros, Pagamentos e Benefícios;
- v.iv. Diretoria de Tecnologia da Informação;
- v.iv.i. Gerência de Desenvolvimento e Administração de Sistemas de Tecnologia da Informação.

d) Auditoria Interna;

e) Procuradoria Federal.

### 1.3.2 Competências

No quadro abaixo estão descritas as principais competências dos órgãos vinculados à Reitoria do Instituto Federal de Goiás, apresentadas no Organograma Funcional.

Órgão	Competências
<b>Conselho Superior</b>	De caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. É composto por 21 (vinte e um) membros, com mandatos de 02 (dois) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, excetuando-se o Reitor, que é membro nato e presidente do Conselho.
<b>Colégio de Dirigentes</b>	De caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, com a seguinte composição: a) o Reitor, como presidente; b) os Pró-Reitores; c) os Diretores-Gerais dos Câmpus.
<b>Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão</b>	Órgão consultivo e de proposição de ações e políticas institucionais referentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Instituto Federal de Goiás.
<b>Comissão Própria de Avaliação – CPA</b>	Comissão permanente constituída para conduzir os processos internos de avaliação da Instituição, pela sistematização e pela prestação de informações referentes à avaliação institucional, visando ao aperfeiçoamento da gestão acadêmica e administrativa.
<b>Comissão de Ética</b>	Comissão permanente autônoma e regida por regulamento próprio responsável por orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor público, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, por promover apuração do comprometimento ético e por aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
<b>Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD</b>	Comissão permanente autônoma e regida por regulamento próprio responsável por prestar assessoramento ao Conselho Superior e à Reitoria, para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente da Instituição.
<b>Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos – CIS</b>	Comissão permanente autônoma e regida por regulamento próprio responsável por prestar assessoramento ao Conselho Superior e à Reitoria para a formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal técnico-administrativo da instituição.
<b>Reitoria</b>	A Reitoria é o órgão executivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, cabendo-lhe a administração, coordenação e supervisão de todas as atividades da Autarquia.
<b>Diretoria Executiva</b>	É o órgão de assessoramento direto à Reitoria, responsável pela articulação das políticas e ações para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Compromissos estabelecidos no âmbito de todo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.



<b>Coordenação-Geral de Comunicação e Eventos</b>	É o órgão subordinado à Diretoria Executiva responsável pela gestão da comunicação, apoio, coordenação e/ou supervisão de eventos institucionais e supervisão das ações de comunicação e eventos realizadas nos Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
<b>Coordenação de Relações Internacionais</b>	É o órgão subordinado à Diretoria Executiva responsável pela indução, viabilização e coordenação das ações de intercâmbio internacionais promovidas pelo Instituto Federal de Goiás.
<b>Gabinete</b>	É o órgão subordinado à Reitoria responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria.
<b>Pró-Reitoria de Ensino</b>	É o órgão subordinado à Reitoria responsável pela proposição e condução das políticas de ensino, no âmbito da educação profissional e científica de nível médio e de graduação, para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Compromissos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Goiás.
<b>Diretoria de Administração Acadêmica</b>	É o órgão subordinado à Pró-reitoria de Ensino responsável pela proposição, implementação e acompanhamento das ações de normalização e de apoio à administração acadêmica nos Câmpus, registro, expedição e arquivamento de documentos acadêmicos e escolares do Instituto Federal de Goiás.
<b>Coordenação de Registro de Diplomas</b>	É o órgão subordinado à Diretoria de Administração Acadêmica responsável pelo registro de diplomas dos cursos de graduação e pós-graduação, observando a legislação educacional em vigor e a matriz curricular dos cursos e a normalização acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
<b>Coordenação de Pesquisa Institucional</b>	É o órgão subordinado à Pró-Reitoria de Ensino responsável pelo levantamento dos dados institucionais, alimentação dos sistemas de dados, conforme orientação do Ministério da Educação, e pela realização de estudos, análises de dados e elaboração de relatórios, para subsidiar as instâncias competentes na tomada de decisões para o aprimoramento e os ajustes do desempenho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
<b>Diretoria de Educação Básica e Superior</b>	É o órgão subordinado à Pró-reitoria de Ensino responsável pela proposição, articulação, indução e acompanhamento do desenvolvimento das políticas e pela gestão do ensino da educação básica e da graduação em todos os Câmpus do Instituto Federal de Goiás.
<b>Coordenação de Programas Especiais de Ensino</b>	É o órgão subordinado à Diretoria de Educação Básica e Superior responsável pelo fomento, implementação e coordenação de programas e projetos especiais de ensino no âmbito de todos os Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
<b>Coordenação de Educação a Distância</b>	É o órgão subordinado à Diretoria de Educação Básica e Superior responsável pela proposição, implementação e desenvolvimento das políticas e ações voltadas para a oferta de educação a distância e para a disseminação, no meio acadêmico, do uso de ferramentas digitais de formação, informação e comunicação nas práticas pedagógicas, no âmbito de todos os Câmpus da Instituição.
<b>Centro de Seleção</b>	É o órgão subordinado à Pró-reitoria de Ensino responsável pelo planejamento, coordenação e realização dos processos seletivos para ingresso dos estudantes nos diferentes níveis e nas diferentes modalidades de ensino oferecidos pelo Instituto Federal de Goiás, e pelo apoio à Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional nos procedimentos de seleção de servidores para a Instituição.
<b>Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação</b>	É o órgão responsável pela proposição e condução das políticas de pesquisa, inovação e pós-graduação para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Compromissos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Goiás
<b>Departamento de Pesquisa e Inovação</b>	É o órgão subordinado à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação responsável pela viabilização e desenvolvimento das políticas de pesquisa e inovação no âmbito dos Câmpus da Instituição.
<b>Coordenação do Centro de Inovação Tecnológica</b>	É o órgão subordinado ao Departamento de Pesquisa e Inovação responsável pela viabilização de ações que promovam o desenvolvimento e visem à adequada proteção das invenções geradas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás e sua transferência à sociedade.



<b>Coordenação de Pós-Graduação</b>	É o órgão subordinado à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação responsável pelas ações de viabilização das atividades de pós-graduação desenvolvidas pelos Câmpus do Instituto Federal de Goiás.
<b>Coordenação de Publicações</b>	É o órgão subordinado à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação responsável pelas ações de publicação e socialização dos trabalhos relacionados à pesquisa, pós-graduação e inovação, desenvolvidos em sintonia com as políticas institucionais.
<b>Pró-Reitoria de Extensão</b>	É o órgão responsável pela proposição e condução das políticas de estágio, inserção, valorização e interação dos profissionais formados pela Instituição com o mundo do trabalho, pela proposição e condução das políticas de formação inicial e continuada de trabalhadores, política de assistência estudantil, bem como pela proposição e desenvolvimento de toda política de extensão para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Compromissos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
<b>Departamento de Ações Sociais</b>	É o órgão subordinado à Pró-reitoria de Extensão responsável pela indução, orientação, viabilização e acompanhamento de políticas de formação inicial e continuada de trabalhadores, políticas de apoio e assistência ao estudante, além de projetos, programas e eventos sociais, culturais, artísticos, esportivos e de inclusão social desenvolvidos pela Instituição.
<b>Coordenação de Ações Profissionais e Tecnológicas</b>	É o órgão subordinado à Pró-reitoria de Extensão responsável pela indução das políticas de viabilização de ofertas de estágio e emprego aos estudantes, orientação e supervisão de visitas técnicas, acompanhamento da atuação de alunos egressos, indução e supervisão de projetos e serviços tecnológicos e pelo credenciamento dos cursos oferecidos pelo Instituto Federal de Goiás.
<b>Pró-Reitoria de Administração</b>	É o órgão responsável pela proposição e condução das políticas de gestão administrativa, patrimonial, de suprimento de bens e serviços e de aplicação dos recursos orçamentários e financeiros, para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Objetivos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
<b>Diretoria de Planejamento e Gestão Orçamentária</b>	É o órgão subordinado à Pró-reitoria de Administração responsável pelo planejamento, coordenação e acompanhamento das ações de execução das metas orçamentárias estabelecidas para o Instituto Federal de Goiás e para o cumprimento da Lei Orçamentária Anual e legislação correlata em vigor.
<b>Coordenação de Aquisições e Contratos</b>	É o órgão subordinado à Diretoria de Planejamento e Gestão Orçamentária responsável pela coordenação das ações de licitações, aquisições e contratações previstas no planejamento institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, para o cumprimento da Lei Orçamentária Anual.
<b>Diretoria de Execução Financeira e Contábil</b>	É o órgão subordinado à Pró-reitoria de Administração responsável pelo acompanhamento da gestão patrimonial, lançamento e controle da execução orçamentária, financeira e contábil do Instituto Federal de Goiás.
<b>Coordenação de Contabilidade</b>	É o órgão subordinado à Diretoria de Execução Financeira e Contábil responsável pelo acompanhamento das ações contábeis realizadas em cada Câmpus e Reitoria e pelo lançamento e controle da execução financeira do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
<b>Coordenação de Abastecimento e Patrimônio</b>	É o órgão subordinado à Diretoria de Execução Financeira e Contábil responsável pelo recebimento, registro e controle de entradas, saídas e distribuição de materiais, manutenção e controle patrimonial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
<b>Gerência de Projetos de Infraestrutura</b>	É o órgão subordinado à Pró-reitoria de Administração responsável pelo desenvolvimento de projetos de arquitetura e engenharia, elaboração de projetos básicos, administração de contratos de projetos, construções, reformas e manutenção das obras de engenharia e pela supervisão da gestão de todos os planos de desenvolvimento de infraestrutura dos Câmpus da instituição.
<b>Coordenação de Serviços de Transporte</b>	É o órgão subordinado à Diretoria de Planejamento e Gestão Orçamentária responsável pela aquisição e manutenção de veículos de transportes, contratação e acompanhamento dos serviços de transportes, supervisão e viabilização das ações de transportes no âmbito de todos os Câmpus e Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.



<b>Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional</b>	É o órgão responsável pela proposição e sistematização do planejamento estratégico da Instituição, pela proposição e condução das políticas de gestão de pessoal, tecnologia da informação, pelo levantamento, atualização, sistematização e avaliação dos dados estruturais para subsídio à definição das políticas institucionais, bem como pela compilação dos dados de desempenho da Instituição no âmbito de todo o Instituto Federal de Goiás.
<b>Coordenação de Apoio ao Planejamento e Avaliação Institucional</b>	É o órgão subordinado à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional responsável pelo assessoramento no planejamento estratégico da Instituição, a partir do acompanhamento e avaliação sistemática da execução do Plano de Desenvolvimento Institucional, e pela sistematização do Relatório Anual de Gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
<b>Coordenação do Observatório do Mundo do Trabalho</b>	É o órgão responsável pelos estudos, prospecções, coleta e geração de dados, informações e análises para subsídio às instâncias competentes para a definição da oferta da educação profissional, científica e tecnológica, bem como pela geração de elementos que permitam a avaliação, intensificação e redirecionamento da atuação local e regional de todos os Câmpus do Instituto Federal de Goiás.
<b>Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos</b>	É o órgão subordinado à Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional responsável pela implementação, desenvolvimento e avaliação de todas as ações relacionadas à política de recursos humanos do Instituto Federal de Goiás.
<b>Coordenação de Gestão de Pessoas</b>	É o órgão subordinado à Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos responsável pela proposição, implementação, acompanhamento e avaliação das ações de admissão, capacitação e atualização de desempenho funcional de recursos humanos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, bem como pelas políticas de assistência social ao servidor, visando ao acompanhamento do servidor enquanto indivíduo, as suas necessidades e as responsabilidades institucionais para contribuição com o seu bem-estar, com a sua motivação e desempenho profissional.
<b>Coordenação de Cadastros, Pagamentos e Benefícios</b>	É o órgão subordinado à Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos responsável pela realização de ações de registro e pagamento de salários, impostos, consignações e demais despesas, bem como pela coordenação da aplicação correta dos dispositivos legais na concessão de benefícios na gestão de recursos humanos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
<b>Diretoria de Tecnologia da Informação</b>	É o órgão subordinado à Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional responsável pelo planejamento e desenvolvimento das ações de estruturação, suporte e manutenção do bom funcionamento do complexo de tecnologia da informação do Instituto Federal de Goiás.
<b>Gerência de Desenvolvimento e Administração de Sistemas de Tecnologia da Informação</b>	É o órgão subordinado à Diretoria de Tecnologia da Informação responsável pelas ações sistêmicas de desenvolvimento, administração, estruturação, suporte e manutenção do bom funcionamento do complexo de tecnologia da informação nos Câmpus e Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
<b>Auditoria Interna</b>	É o órgão de assessoramento à Reitoria responsável pelo controle e fortalecimento da gestão, assim como pela racionalização das ações no âmbito de todo o Instituto, e pelo apoio, dentro de suas especificidades, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.
<b>Procuradoria Federal</b>	É o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás e outras atividades de que a lei dispõe, caracterizando-se como Procuradoria especializada, nos termos previstos no Artigo 10, § 3º, da Lei nº. 10.480/2002, observada a legislação pertinente.

## 1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Novos desafios se colocaram para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica; como compreender o caráter e a natureza das transformações, identificar o impacto social e profissional nos arranjos produtivos, repensar as modalidades da Educação Profissional, Científica e Tecnológica e os cursos oferecidos e estabelecer uma sintonia entre as referidas modalidades e cursos ofertados as demandas locais e regionais. O IFG procurou, através dos estudos do Observatório do Mundo do Trabalho, sintonizar sua oferta de cursos com as demandas profissionais



apresentadas pelas comunidades por meio da análise dos Arranjos Produtivos Locais (APL) e pelos empreendimentos que compõem os setores mais fortes da economia goiana, cumprindo com o seu papel social de disseminar a educação profissional e tecnológica na região de sua abrangência.

- **Macroprocesso 1.** Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores: capacitar, aperfeiçoar, especializar e atualizar os profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica.
- **Macroprocesso 2.** Educação profissional técnica de nível médio: oferecer educação de qualidade para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.
- **Macroprocesso 3.** Cursos superiores de tecnologia e bacharelado (engenharias): formar profissionais para os diferentes setores da economia.
- **Macroprocesso 4.** Cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica: formar professores para educação básica e para a educação profissional.
- **Macroprocesso 5.** Cursos de pós-graduação Lato e Stricto Sensu (Aperfeiçoamento, especialização e mestrado): contribuir no processo de geração e inovação tecnológica.
- **Macroprocesso 6.** Desenvolvimento de pesquisas aplicadas: estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.
- **Macroprocesso 7.** Desenvolvimento de projetos de Extensão: capacitar as comunidades locais regionais de acordo com os arranjos produtivos locais (APL).

## 1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO

Os macroprocessos de apoio diretamente relacionados à gestão dos recursos necessários ao desenvolvimento dos processos finalísticos do IFG e que por sua vez, viabilizaram o funcionamento coordenado em busca do melhor desempenho da instituição.

- **Macroprocesso 1.** Gestão do Ingresso: acompanhar os ingressos e monitorar a evasão.
- **Macroprocesso 2.** Gestão dos Programas de Assistência Estudantil: desenvolver ações articuladas, a partir dos perfis do público que acessa o IFG, para garantir a permanência e o êxito do educando.
- **Macroprocesso 3.** Gestão de Informações Acadêmicas: implantar um sistema de gestão acadêmica.
- **Macroprocesso 4.** Gestão de Eventos, Comunicação e Marketing Institucional: estabelecer a relação permanente e sistemática entre a instituição e seus diversos públicos internos e externos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de orientar o desenvolvimento de ações, estratégias e produtos da comunicação do IFG.



- **Macroprocesso 5.** Gestão Orçamentária e Financeira: normatizar e informatizar os processos gerenciais e de suporte às atividades finalísticas, para melhoria da execução financeira.
- **Macroprocesso 6.** Gestão de Pessoas: conceber e implantar um programa que promova atenção à saúde e a melhoria da qualidade de vida do servidor, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.
- **Macroprocesso 7.** Elaboração do Planejamento: avaliar e redimensionar o modelo de gestão do IFG e consolidar estrutura de trabalho que contemple o desenvolvimento dos processos institucionais de forma integrada e em rede, de modo a possibilitar as condições necessárias e adequadas para o alcance das finalidades institucionais e a ação comprometida com o desenvolvimento local e regional, considerando a nova identidade institucional.
- **Macroprocesso 8.** Gestão das Políticas de Ensino: normatizar e informatizar os processos gerenciais de ensino, pesquisa e extensão, para melhoria da execução, acompanhamento e avaliação da gestão institucional.

## 1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

Um protocolo de intenções foi assinado pelos reitores do Instituto Federal de Goiás, Instituto Federal Goiano, Universidade Estadual de Goiás e Universidade Federal de Goiás em 2012, onde instalou-se oficialmente o Fórum das Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado de Goiás. Os objetivos do fórum são: debater e criar ações conjuntas na área de educação pública em Goiás; realizar um debate no âmbito destas instituições sobre o seu verdadeiro papel para a sociedade; atuar de maneira integrada; ampliar ações de cooperação já existentes e criar novas, a fim de promover em âmbito estadual o desenvolvimento socioeconômico.

Ainda, foram realizadas/mantidas parcerias com a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, Secretaria Estadual de Educação de Goiás, Secretaria Municipal de Educação de Anápolis, Agência Goiana Prisional (Presídio Feminino de Luziânia), Embrapa, FNDE, Programa Ciências sem Fronteiras – convênio com Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Ministério da Educação, Super Estágios LTDA/ME, Agência Brasileira de Estudantes LTDA, Fórum de Reitores das Instituições Públicas Federais, MDS – Ministério do Desenvolvimento Social, Consejo de Educación Técnico Profesional/Universidad del Trabajo del Uruguay, NOVA – Northern Virginia Community College, Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH entre outros.



## **2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013**

### **2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA**

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) é o documento que identifica a Instituição no que diz respeito ao seu papel social, à sua filosofia de trabalho, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve.

O Plano de Desenvolvimento Institucional é também o documento que orienta o planejamento estratégico da Instituição para o período de sua abrangência (2012-2016) e ainda o planejamento anual das ações e atividades a serem desenvolvidas tanto no plano acadêmico quanto administrativo.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (2012-2016) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás foi o resultado de um processo que teve como origem a Minuta do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFG (2010-2014), encaminhado para consulta pública pela Reitoria do IFG, ao final do ano letivo de 2010. Mediante a mobilização da comunidade interna da Instituição com vista na sua integração direta ao processo de elaboração do PDI, foi proposto por parte da Pró-Reitoria de ensino e prontamente acatada pela Reitoria o documento convocatório do I Congresso Institucional de Educação do IFG – I CONGRESSO PDI, aprovado pelo Colégio de Dirigentes após amplo processo de debate e deliberação que envolveu a comunidade interna da Instituição. O documento convocatório estabeleceu como objetivo central deliberação do Plano de Desenvolvimento Institucional (2012-2016) por meio da realização de um congresso institucional, com a participação dos três segmentos internos da Instituição. Tal processo redundou na efetiva realização do I Congresso Institucional de Educação do IFG – I CONGRESSO PDI, nos dias 08,09 e 10 de fevereiro de 2012.

As resoluções aprovadas no I Congresso Institucional de Educação do IFG foram organizadas tendo como base a minuta do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFG (2010-2014) e encaminhada a Reitoria para apreciação e deliberação do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Em 19/12/2013 o PDI do IFG foi aprovado pelo Conselho Superior, publicado através da Resolução nº 036, de 19/12/2013 e inserido pela Procuradoria Educacional Institucional no E-MEC que é o sistema de tramitação eletrônica dos processos de regulação (credenciamento e reconhecimentos das Instituições de Ensino Superior – IES, autorização e renovação de reconhecimento de cursos) regulamentados pelo Decreto nº5.773, de 09 de maio de 2006.

### **2.2 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU AÇÕES**

Atento a estes princípios institucionais, foram instituídos os objetivos estratégicos institucionais para o período de 2012 a 2016.

- 1) ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- 2) ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, prioritariamente com elevação do nível de escolaridade, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- 3) realizar pesquisas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- 4) desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais,



com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais;

5) estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão, na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

6) ministrar, em nível de educação superior, cursos:

a) superiores de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica e para a educação profissional;

c) de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;

e) de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.

7) promover a aproximação e integração efetiva com a sociedade por meio do fortalecimento de ações de comunicação interna e externa direcionadas, capazes de integrar os diversos serviços e públicos, a fim de estimular a participação efetiva da comunidade na vida acadêmica do IFG e repartir com ela o conhecimento produzido e as informações que fortaleçam efetivamente o compromisso institucional com a melhora da qualidade de vida da comunidade.

Durante o Ano de 2014 está prevista a realização de Seminários de Planejamento, que buscarão sistematizar métodos de medição e controle dos objetivos propostos, sendo que o I Seminário está agendado para a primeira quinzena do mês de julho. Na oportunidade serão debatidas as principais estratégias a se adotar para o atingimento dos objetivos estratégicos institucionais.

## **2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU AÇÕES**

Nos últimos anos o Governo Federal vem investindo em políticas públicas que visam à disseminação do conhecimento utilizando a educação a distância – EAD, como ferramenta fundamental. Nesse contexto, o IFG, visando atender a política do MEC, de expansão e interiorização da Educação Profissional no país, passou a atuar em vários municípios do Estado de Goiás para cursos a serem ministrados em 2013.

Outra ação do Governo Federal é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC expandiu, interiorizou e democratizou a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio e cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores. Medidas consistentes foram tomadas pelo IFG no intuito de aumentar a oferta gratuita de cursos no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

## **2.4 INDICADORES**

O levantamento e identificação dos indicadores estratégicos através da preparação e realização de evento técnico para discussão e elaboração da proposta de indicadores estratégicos; da validação da proposta dos indicadores estratégicos durante o evento com todas as lideranças e da elaboração de relatório final, detalhando os indicadores com as respectivas fichas de indicadores estratégicos estão previstos para implantação em 2014.



Além das ações detalhadas, definidas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás no Plano Estratégico, são apresentadas, a seguir, outras ações de ordem institucional assumidas pela Reitoria do Instituto Federal de Goiás.

## I - MISSÕES REALIZADAS PELO REITOR FORA DO PAÍS

### Atividades realizadas pelo Reitor fora do país

País	Período	Atividades
Reino Unido / Alemanha	27/01 a 08/02	Por convocação do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), o Reitor assistiu a palestras de autoridades da Alemanha e do Reino Unido sobre a educação local, fez visitas a universidades, participou de seminários, além de tratar de assuntos relacionados ao Programa Ciência Sem Fronteiras. O objetivo principal é promover a integração e a cooperação entre instituições tecnológicas do Brasil, da Alemanha e do Reino Unido, de modo a favorecer o intercâmbio acadêmico e científico entre as instituições daqueles países.
Uruguai	29 a 31/07	Participou de reunião de trabalho na qual estavam presentes o Instituto Federal de Goiás, Instituto Federal Sul-Rio-Grandense e o Conselho de Educação Técnico-Profissional de Montevideú. Os objetivos foram apresentar o Instituto Federal de Goiás e propor convênio com o referido Conselho.
Uruguai	11 a 17/11	Organizada pelo CONIF, a viagem ao Uruguai teve como objetivo apresentar os sistemas educacionais e os programas implementados no âmbito da educação profissional nos dois países, com destaque para temáticas como inovação tecnológica e formação de professores.

## II - AÇÕES REALIZADAS NO CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - CONIF

### Atividades realizadas no CONIF

	Data	Atividades
CONIF	23 a 24/01	Participação na Reunião das Câmaras Administração, Planejamento, Ensino, Pesquisa e Extensão, para elaboração de critérios de indicadores e pesos de cada curso.
	19 a 21/02	Participação na 29ª Reunião Ordinária, cuja programação incluiu posse da nova diretoria, Relatório de Gestão 2012, eleição para o Conselho Fiscal, recomposição das câmaras e parcerias com o Instituto Politécnico de Portugal.
	05/03	Reunião de Coordenação das Câmaras e Fóruns de Administração, Desenvolvimento Institucional, Extensão e Pesquisa e Inovação.
	07/03	Participação em reunião de Coordenação sobre Relações Internacionais da Rede Federal.
	20 a 21/03	Participação na 30ª Reunião Ordinária, cuja programação incluiu: parcerias e convênios com Institutos Politécnicos de Portugal e Macau; Educação a distância; reconhecimento de títulos; FCC, cargos e funções; e reunião com o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Luiz Cláudio Costa.
	04 a 05/04	Reunião com Coordenadores do Programa Nacional de Acesso ao Emprego e Ensino Técnico (PRONATEC).
	09 a 11/04	Participação na 31ª Reunião Ordinária, durante a qual foram discutidos os seguintes assuntos: Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (REDITEC); agenda para CONIF 2013, Fórum de



		Relações Internacionais (FORINTER); FCC, cargos e funções; assistência estudantil; e relatos sobre o PRONATEC e Jogos promovidos pelos Institutos Federais. Nos dias 11 e 12/06, após a 31ª Reunião Ordinária, houve a reunião do Grupo de Trabalho de Assistência Estudantil, para elaborar documento que unificou todas as propostas e discussões sobre assistência estudantil.
	08 a 09/05	32ª Reunião Ordinária, em que foram tratados os seguintes temas: Reditec; FDE; Comissão sobre Professor Titular; apresentação de dados sobre Indicadores de Pesquisa e Extensão; apresentação de Seminário sobre a Rede Federal.
	12 a 14/06	Participação na 33ª Reunião Ordinária. A pauta contou com os seguintes assuntos: assistência estudantil; REDITEC; FORINTER; Fórum dos Gestores de Tecnologia da Informação (FORTI); e seminários sobre a Rede Federal, apresentados pelos professores Bernardo Kipnis (UnB) e Dilvo Ilvo Ristoff (UFSC).
	03 a 04/07	Participação na 34ª Reunião Ordinária, cuja pauta incluiu: Fórum dos Pró-Reitores de Planejamento e Administração dos Institutos Federais (FORPLAN); apresentação de proposta para o Plano de Comunicação; REDITEC.
	06 a 08/08	Participação na 35ª Reunião Ordinária, em que foram discutidos os seguintes assuntos e executadas as seguintes atividades: REDITEC; Fórum Mundial de Direitos Humanos; Matriz Orçamentária 2014; II Colóquio Nacional “A produção do conhecimento em Escolas Públicas”.
	08 a 10/10	Participação na 36ª Reunião Ordinária. Na pauta, os seguintes assuntos: Missão Uruguai e Argentina; execução orçamentária referente ao PRONATEC; Polos de Inovação; avaliação REDITEC 2013; Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); Diretrizes para o Plano de Desenvolvimento Institucional 2014/2018.
	18 a 20/11	Participação na 37ª Reunião Ordinária, em que foi realizada a eleição para escolha da nova Diretoria Executiva do CONIF.
	10 a 12/12	Participação na 38ª Reunião Ordinária, durante a qual foram tratados os seguintes temas: eleição p/ compor a nova diretoria do CONIF; calendário do CONIF para 2014; Fórum de Desenvolvimento (FDI); Fórum de Ensino (FDE); e Pauta Política 2014.

### III - AÇÕES REALIZADAS NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)

#### Atividades realizadas no MEC

	Data	Atividades
MEC	30/01	Participação no Seminário “Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC”, a convite do Ministério da Educação (MEC).
	26 a 27/02	Reunião na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), na qual foi discutida a ampliação do quadro de servidores dos Câmpus em implantação e questões relativas ao Banco de Profissionais de Engenharia, que é responsável pelo acompanhamento das obras de expansão da Rede Federal de Educação Profissional. Já na reunião do dia 27, a pauta contou com os seguintes assuntos: proposta de bolsa de fomento para a Rede Federal; Matriz Orçamentária; proposta do REDITEC 2013; reestruturação da Rede CERTIFIC e inclusão do Programa Mulheres Mil no PRONATEC.
	08/03	Ida à SETEC/MEC para discutir assuntos relativos ao Banco de Profissionais de Engenharia.
	17/04	Ida à posse de Reitores dos Institutos do Mato Grosso, São Paulo e Sul Rio-Grandense.
	22/04	Reunião, na SETEC/MEC, para participar do Comitê Permanente de Planejamento e Gestão da Rede Federal de Educação Tecnológica.
	09/05	A convite do Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, participou da solenidade de assinatura da Portaria que regulamenta o Programa Nacional de Bolsa Permanência.
	17/06	Participação em reunião com o Secretário da Secretaria de Educação

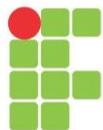


		Profissional e Tecnológica, Marco Antonio Oliveira, para discutir questões relativas ao Banco de Profissionais de Engenharia.
	26/06	Reunião na SETEC/MEC sobre avaliação e encaminhamentos acerca da visita da delegação canadenses, a qual veio tratar de assuntos relativos ao programa Ciência sem Fronteiras.
	23/07	Reunião de Trabalho no Comitê Permanente de Planejamento e Gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CPPG).
	17/09	Solenidade de posse do novo Reitor do Instituto Federal de Goiás, professor Jerônimo Rodrigues da Silva.
	25/09	Participação de reuniões no MEC, com todos os outros IFs, para tratar dos seguintes temas: Expansão, PRONATEC, orçamento e pessoal.
	07/10	Reunião na SETEC/MEC, com o Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, Aléssio Trindade de Barros. A pauta foi a expansão do Instituto Federal de Goiás, especificamente sobre os Câmpus Goiânia Oeste, Valparaíso e Senador Canedo.
	12/12	A convite do Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, participação no “Diálogo Alto Nível Brasil-ranço”, com a participação do Presidente da República Francesa, François Hollande

#### IV - REUNIÃO EM OUTROS INSTITUTOS E ÓRGÃOS FEDERAIS

##### Reunião em outros Órgãos ou Institutos Federais

Data	Atividades
16/01	Reunião com gestores do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), para tratar de assuntos ligados ao sistema de assistência social do Ministério e discutir uma proposta de parceria na implantação de um curso técnico na área social, voltado primeiramente para funcionários que já atuam ao sistema por meio do MDS.
25/04	Reunião do Fórum dos Reitores das Instituições de Ensino Superior, com a presença dos Reitores do Instituto Federal de Goiás, Instituto Federal Goiano e Universidade Federal de Goiás, para abordar interesses comuns às três instituições.
23/07	Participação na abertura dos Jogos Internos dos Institutos Federais da Região Centro-Oeste, realizada no Câmpus Urutaí do Instituto Federal Goiano.
24 a 27/07	A convite da Reitoria do Instituto Federal de Pernambuco, o Reitor realizou, em virtude de as obras estarem inacabadas, vistoria técnica das obras do Câmpus Ouricuri.
09/08	Reunião com os Gestores Federais do Estado de Goiás, proposta e realizada pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. Tal reunião insere-se no âmbito do Fórum de Gestores Federais, previsto pelo Decreto nº 6.005, de 28 de dezembro de 2006.
16/08	Participação na abertura da Conferência Intermunicipal de Educação de Goiânia, promovido pelo Fórum Estadual de Educação de Goiás. O tema da Conferência foi “O PNE NA ARTICULAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO: participação popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração”.
21/08	Ida à Reunião Preparatória para Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, promovida pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás.
28/08	Participação na abertura da III Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONEPIR), promovida pela Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial (SEMIRA). O tema foi “Democracia e Desenvolvimento sem Racismo: por um Goiás Afirmativo”.
16/09	Reunião do Fórum das Instituições Públicas Federais em Goiás, do qual participam o Instituto Federal de Goiás, Instituto Federal Goiano e Universidade Federal de Goiás.
05/10	Reunião, na sede da Advocacia-Geral da União, com o Procurador-Geral Federal, Marcelo de Siqueira Freitas, com o objetivo de tratar da lotação ideal de Procuradores Federais no IFG, em virtude da aposentadoria da Procuradora Federal em Exercício neste Instituto, Zenaide Pimentel Barbosa.
02/12	Reunião do Fórum de Reitores das Instituições Públicas Federais em Goiás, da qual participaram os Reitores da Universidade Federal de Goiás, Instituto Federal Goiano, Instituto Federal de Goiás e Universidade Estadual de Goiás.
18/12	Participação em solenidade de inauguração da sede da Reitoria do Instituto Federal do Triângulo



	Mineiro, em Uberaba-MG.
09/12	Participação em composição de Mesa do Fórum de Reitores das Instituições Públicas em Goiás (UFG, IFG, IF Goiano e UEG).
18/12	Visita aos laboratórios do Câmpus Uberaba do Instituto Federal do Triângulo Mineiro.

## **V - REUNIÃO COM PARLAMENTARES, GESTORES PÚBLICOS, SINDICATOS E REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS**

### **Reunião com Parlamentares, Gestores Públicos, Sindicatos e Representantes de Instituições estrangeiras**

<b>Data</b>	<b>Atividades</b>
22/02	Reunião com o Prefeito de Luziânia, Cristóvão Vaz Tormin, e a Vereadora da mesma cidade, Cassiana Tormin. Nela, foram debatidos assuntos de interesse do Câmpus Luziânia, tais como parcerias e cooperação entre ambos.
25/02	Visita ao Prefeito de Senador Canedo, com o objetivo de discutir assuntos relativos à implantação de um Câmpus do IFG no município.
26/02	Reunião com a Secretária Municipal de Políticas para Promoção da Igualdade Racial, Ana Rita Marcelo de Castro, para tratar do planejamento do Seminário Sobre Políticas Raciais, do qual o Instituto Federal de Goiás participou.
04/03	Reunião na Prefeitura de Aparecida de Goiânia, para tratar de assuntos e parcerias relativos aos Câmpus Aparecida de Goiânia.
05/03	Reunião com representantes do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado de Goiás (Sint-Ifesgo).
11/03	Recebimento, na Prefeitura de Senador Canedo, da escritura do terreno doado ao IFG para construção do Câmpus na cidade.
11/03	Reunião com o Prefeito de Goiânia, Paulo Garcia, cuja pauta foi a implantação do Câmpus Goiânia Oeste.
12/03	Reunião, no gabinete do Reitor, com o Deputado Estadual Valcenor Braz, acerca da expansão do IFG.
22/03	Reunião com o Prefeito de Inhumas, Dioji Ikeda, em seu gabinete, com o objetivo de firmar parcerias entre a referida prefeitura e o Câmpus instalado na cidade.
28/03	Participar de café da manhã na Prefeitura da Cidade de Goiás, com a presença do Governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo.
01/04	Reunião com o professor Jorge de Jesus Bernardo, presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimento de Educação Superior do Estado de Goiás, o qual convidou o Reitor para participar de seminário promovido pela referida instituição.
16/04	Participação no debate sobre a Medida Provisória nº 592/2012, a convite do Sint-Ifesgo.
17/04	Participação na abertura do VI Fórum da Educação Superior do Estado de Goiás, realizado pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Educação Superior do Estado de Goiás (SEMESG), realizado de 17 a 19 de abril, cujo tema foi “Gestão da Relação das IES com o Ministério da Educação”.
18/04	Moderador, no VI Fórum da Educação Superior do Estado de Goiás, do tema: “Regulação e Supervisão da Educação Superior”.
22/05	Reunião com a Prefeita de Uruaçu, Solange Bertulino, para tratar de doação de um terreno ao IFG.
24/05	Viagem a Novo Gama, para assinar, na prefeitura da cidade, a escritura do terreno doado ao Instituto para construção do Câmpus.
28/05	Professor Paulo César Pereira, reitor do Instituto Federal de Goiás, recebeu, na Câmara Municipal da Cidade de Goiás, título de Cidadão Vilaboense.
04/06	Reunião com a Vice-prefeita de Formosa, Argentina Martins, para abordar assuntos relacionados ao Câmpus instalado na cidade.
11/06	Participação da Cerimônia de Abertura da 3ª Edição dos Jogos Internos do Instituto Federal de Goiás (3º JIF Goiás), no Câmpus Itumbiara.
12/06	Participação em ato solene, realizado no Câmpus Anápolis do IFG, para oficializar a doação de área municipal de dezoito mil metros quadrados ao referido Câmpus.
24/06	Participação na solenidade de lançamento da Editora do Instituto Federal de Goiás.
09/07	Reunião com Márcia Freire, Superintendente da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) em Goiás,



	para tratar de assuntos relacionados ao Termo de Cooperação entre as duas instituições, cujo objeto é o aperfeiçoamento e a especialização técnica de recursos humanos municipais em planos municipais de saneamento básico.
10/07	Reunião com a Prefeita de Uruaçu, Solange Bertulino, na qual foi assinado O Termo de Convênio celebrado entre o Instituto e a Prefeitura de Uruaçu, cujo objeto é a articulação entre as habilidades formadoras do Câmpus Uruaçu e as demandas da mesma cidade.
17/07	Reunião com Márcia Freire, Superintendente FUNASA em Goiás, para dar andamento aos assuntos relacionados ao Termo de Cooperação entre as duas instituições.
13/08	Reunião com o Prefeito de Senador Canedo, Misael Oliveira, em seu gabinete. O assunto da reunião foi a implantação do Câmpus no município, mais especificamente sobre a instalação provisória do referido Câmpus em imóvel cedido pela prefeitura.
16/08	Reunião com funcionários administrativos e professores da <i>University of Northern Iowa</i> , o <i>Hawkeye Community College</i> e o <i>Kirkwood Community College</i> , dos Estados Unidos da América, para tratar de futuras parcerias entre as instituições.
22/08	Encontro com novos Prefeitos e Gestores Federais do Estado de Goiás, no Auditório da Superintendência da Fundação Nacional de Saúde em Goiás.
27/08	Participação na Mesa-Redonda “A Rede Federal de EPCT e as Pessoas com Necessidades Específicas – ingresso, permanência e saída exitosa”, no II Fórum Distrital de Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva, evento promovido pelo Instituto Federal de Brasília.
02 a 06/09	Participação na 37ª Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (REDITEC), no Instituto Federal de Alagoas. O tema desta 37ª Reunião foi: “Inovação Tecnológica para o Desenvolvimento e o Papel da Rede Federal”.
09/09	Participação de cerimônia, realizada no Salão Nobre do Palácio do Planalto, de sanção da lei que destina recursos dos <i>royalties</i> do petróleo para a educação e a saúde.
13/09	Reunião na Prefeitura do município de Corumbá-GO, com o objetivo de tratar assuntos relacionados à instalação de um Câmpus do IFG no município.
23/09	Abertura do XI Festival de Artes de Goiás, promovido pelo Instituto Federal de Goiás, cujo tema foi “Criar (Re) encontros”.
30/09	Reunião com o Deputado Estadual Mauro Rubem e a Prefeita de São Miguel do Araguaia-GO, Adailza Alves de Sousa Crepaldi, cuja pauta foi a solicitação da implantação de um Câmpus do IFG no referido município.
01/10	Reunião com o Prefeito de Santo Antônio do Descoberto-GO, Itamar Lemes. O assunto discutido foi a implantação de um Câmpus na cidade.
06/10	Reunião com o Prefeito de Caldas Novas, Evandro Magal, para se discutir questões relativas à implantação de um Câmpus do Instituto Federal de Goiás na cidade, tais como doação de terreno para construção.
17/10	Reunião na Prefeitura de Uruaçu para discutir assuntos relacionados ao Câmpus instalado no município.
22/10	Reunião com o Prefeito de Caldas Novas, Evandro Magal, no gabinete do Reitor, cuja pauta foi a instalação de um Câmpus do IFG naquele município.
22/10	Reunião com a Prefeita da Cidade de Goiás, Selma Bastos, em seu gabinete, com o objetivo de viabilizar parcerias em favor do Câmpus instalado no município.
22/10	Participação na solenidade de abertura da 4ª edição da Semana de Educação, Ciência e Tecnologia do Instituto Federal de Goiás, no Câmpus Cidade de Goiás.
29/10	Reunião com o Prefeito de Senador Canedo, Misael Oliveira, em seu gabinete, para tratar da instalação provisória do referido Câmpus em imóvel cedido pela prefeitura.
31/10	Reunião com o Prefeito de Caldas Novas, Evandro Magal, em seu gabinete. Pauta: instalação de um Câmpus do IFG no município e viabilização de empréstimo de prédio público destinado a receber, provisoriamente, o Câmpus do Instituto.
08/11	Reunião com representantes da <i>Northern Virginia Community College</i> (NOVA). O objetivo da parceria é a promoção do intercâmbio cultural entre alunos, professores e servidores dos dois países.
29/11	Reunião com Márcia Freire, Superintendente da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) em Goiás. Tratou-se de assuntos relacionados ao Termo de Cooperação entre as duas instituições, cujo objeto é o aperfeiçoamento e a especialização técnica de recursos humanos municipais em planos municipais de saneamento básico.
12/12	Reunião no Consulado da França, acerca do Plano de Trabalho relativo à Chamada Pública para adesão ao Programa de Estagiários Franceses – CONIF/AI nº 01/2013.
17/12	Almoço com o Governador de Goiás, Marconi Perillo, e Reitores das universidades públicas e particulares do Estado que possuem convênio com a Organização das Voluntárias de Goiás (OVG).
17/12	Reunião, no gabinete do Reitor, com o Prefeito de Goianira, Miller Assis. O Prefeito veio solicitar a



implantação de um Câmpus do Instituto Federal de Goiás em seu município.

## VI - PARTICIPAÇÃO DO REITOR EM EVENTOS E SOLENIDADES

### Participação do Reitor em Eventos e Solenidades Institucionais

Data	Atividades
16/04	Participação no debate sobre a Medida Provisória nº 592/2012, a convite do Sint-Ifesgo.
17/04	Participação na abertura do VI Fórum da Educação Superior do Estado de Goiás, realizado pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Educação Superior do Estado de Goiás (SEMESG), realizado de 17 a 19 de abril, cujo tema foi “Gestão da Relação das IES com o Ministério da Educação”.
18/04	Moderador, no VI Fórum da Educação Superior do Estado de Goiás, do tema: “Regulação e Supervisão da Educação Superior”.
28/05	Na Cidade de Goiás, o Reitor, professor Paulo César Pereira, recebeu o Título de Cidadão Vilaboense, proposto pela Câmara Municipal do referido Município.
11/06	Participação da Cerimônia de Abertura da 3ª Edição dos Jogos Internos do Instituto Federal de Goiás (3º JIF Goiás), no Câmpus Itumbiara.
19/08	Participação em Seminário Sobre Aposentadoria de Servidor Público, realizado no Câmpus Goiânia do IFG. Compôs a mesa com os Reitores do Instituto Federal Goiano, Vicente Pereira, e da Universidade Federal de Goiás, Edward Madureira.
27/08	Participação na Mesa-Redonda “A Rede Federal de EPCT e as Pessoas com Necessidades Específicas – ingresso, permanência e saída exitosa”, no II Fórum Distrital de Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva, evento promovido pelo Instituto Federal de Brasília.
28/08	Ida à posse da nova Direção Colegiada do Conselho Estadual de Educação.
02 a 06/09	Participação na 37ª Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (REDITEC), no Instituto Federal de Alagoas. O tema desta 37ª Reunião foi: “Inovação Tecnológica para o Desenvolvimento e o Papel da Rede Federal”.
09/09	Participação de cerimônia, realizada no Salão Nobre do Palácio do Planalto, de sanção da lei que destina recursos dos <i>royalties</i> do petróleo para a educação e a saúde.
23/09	Abertura do XI Festival de Artes de Goiás, promovido pelo Instituto Federal de Goiás, cujo tema foi “Criar (Re) encontros”.
22/10	Participação na solenidade de abertura da 4ª edição da Semana de Educação, Ciência e Tecnologia do Instituto Federal de Goiás, no Câmpus Cidade de Goiás.
23/10	Vídeoconferência Brasil/Portugal, para tratar de intercâmbio e 1º termo de Cooperação entre o Instituto Federal de Goiás e instituições tecnológicas portuguesas.
04/11	Ida à abertura do 39º Fórum Técnico das Auditorias Internas do Ministério da Educação, realizado em Goiânia-GO.
03/12	Participação na abertura oficial do 1º Simpósio de Pesquisa, Ensino e Extensão (Simpeex) do Instituto Federal de Goiás.
09/12	Ida à solenidade de inauguração do Centro Regional para Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (CRTI), no Câmpus Samambaia da Universidade Federal de Goiás.

## VII - VISITAS E/OU REUNIÕES COM A COMUNIDADE ACADÊMICA DOS CÂMPUS

### Visitas e/ou reuniões com a comunidade acadêmica dos Câmpus

Câmpus	Atividades
Águas Lindas, Anápolis,	Vistoria às obras de construção, reforma ou ampliação dos Câmpus do Instituto Federal de Goiás.
Aparecida de Goiânia, Cidade	Presidir cerimônias de colação de grau para os formandos de nível superior. Reunião com alunos e grêmios estudantis, para exposição de reivindicações, sugestões e críticas. Nas reuniões, alguns dos temas discutidos foram: alteração de grade curricular;



de Goiás, Formosa, Goiânia, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Senador Canedo, Uruaçu e Valparaíso	<p>construção de refeitórios e quadras de esporte; desafios da educação em tempo integral; melhorias nos laboratórios e bibliotecas; sugestões de mudanças na grade curricular dos cursos; questões relativas ao auxílio estudantil; viabilização de estágio; aumento do quadro de servidores.</p> <p>Reunião com os servidores, com o objetivo de debater e dar encaminhamento às reivindicações feitas. Foram colocadas em pauta questões como: matriz curricular de alguns cursos; melhorias na política de estágio; questões de segurança e laudos de insalubridade nos laboratórios do IFG; diretrizes da política de remoção; expansão da estrutura física (quadras, laboratórios, biblioteca) e do número de servidores; e questões relacionadas ao ensino, pesquisa, pós-graduação, extensão e administração.</p> <p>Reunião com a equipe de gestão dos Câmpus, para promover melhorias no processo de implantação e de gestão dos Câmpus.</p> <p>Participação na abertura de eventos oficiais, tais como Congressos, Seminários, Mesas Redondas etc.</p> <p>Reunião com Prefeitos e parlamentares das cidades onde o Instituto está, para viabilizar parcerias, doação de terrenos e assuntos de interesse dos Câmpus.</p> <p>Dar posse aos novos Diretores-gerais do Câmpus Goiânia, Jataí, Inhumas, Itumbiara e Uruaçu.</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## VII - COLÉGIO DE DIRIGENTES DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS E SUAS DELIBERAÇÕES

Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, composto pelo Reitor, que é seu presidente; os Pró-reitores; e os Diretores-Gerais dos Câmpus.

A ele compete apreciar os assuntos de interesse do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás a ele submetidos; apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais; apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão; apreciar a criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional, entre outros.

Presidente: Paulo César Pereira (até setembro/2013) / Jerônimo Rodrigues da Silva (após setembro/2013)

### Composição do Colégio de Dirigentes do IFG – Reitoria – Até setembro/2013

Pró-reitoria	Pró-reitor
Administração	Paulo Francinete Silva Junior
Desenvolvimento Institucional	Jerônimo Rodrigues da Silva
Ensino	Gilda Guimarães
Extensão	Mad'Ana Desiree Ribeiro de Castro
Pesquisa e Pós-graduação	Ruberley Rodrigues de Souza

### Composição do Colégio de Dirigentes do IFG – Reitoria – Após setembro/2013

Pró-reitoria	Pró-reitor
Administração	Paulo César Pereira
Desenvolvimento Institucional	Ubaldo Eleutério da Silva
Ensino	Adelino Cândido Pimenta
Extensão	Sandro Ramos de Lima
Pesquisa e Pós-graduação	Ruberley Rodrigues de Souza



### Composição do Colégio de Dirigentes do IFG – Câmpus - Até setembro/2013

Câmpus	Diretor-Geral
Anápolis	Sandro Ramos de Lima
Aparecida de Goiânia	Ana Lúcia Siqueira de Oliveira Nunes
Cidade de Goiás	Lisandra Lavoura Carvalho Passos
Formosa	João Marcos Bailão de Lima
Goiânia	Edison de Almeida Manso
Inhumas	Cleiton José da Silva
Itumbiara	Roberlam Gonçalves Mendonça
Jataí	Paulo Henrique de Souza
Luziânia	José Carlos Barros Silva
Uruaçu	Ubaldo Eleutério da Silva

### Composição do Colégio de Dirigentes do IFG – Câmpus - Após setembro/2013

Câmpus	Diretor-Geral
Anápolis	Daniel Silva Barbosa
Aparecida de Goiânia	Ana Lúcia Siqueira de Oliveira Nunes
Cidade de Goiás	Lisandra Lavoura Carvalho Passos
Formosa	João Marcos Bailão de Lima
Goiânia	Alexandre Silva Duarte
Inhumas	Alan Keller Gomes
Itumbiara	Aline Silva Barroso
Jataí	Mara Rúbia de Souza Rodrigues Morais
Luziânia	José Carlos Barros Silva
Uruaçu	Leonne Borges Evangelista

## VIII - ASSUNTOS DISCUTIDOS PELO COLÉGIO DE DIRIGENTES

### Assuntos discutidos pelo Colégio de Dirigentes

Data	Pauta
14 e 15/02	Informes; Apreciação de regulamentações; Sistematização da minuta do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
19/03	Projeto Esplanada Sustentável; Minuta do Regulamento de Assistência Estudantil; Regimento Interno do Centro de Inovação Tecnológica.
14/10	Informes; Função de Commissionada de Coordenação de Curso (FCC); Regulamentos da Comissão Interna de Supervisão (CIS) e Comissão Interna de Pessoal Docente (CPPD); Definição da agenda de trabalho do Colégio de Dirigentes.
04/11	Informes; Calendário 2014; Seminário Comissão Permanente de Avaliação (CPA) e FCC;
04/12	Informes; PDI.



## IX - CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS E SUAS DELIBERAÇÕES

O art. 10, § 3º, da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, normatizou o Conselho Superior como órgão de caráter consultivo e deliberativo, composto por representantes dos docentes, dos discentes, dos servidores técnico-administrativos, dos alunos egressos da Instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

A Portaria nº 759, de 01 de junho de 2012, designou, para compor o Conselho Superior do Instituto Federal de Goiás, os seguintes representantes: servidores docentes, técnico-administrativos e discentes, escolhidos por meio de processo eleitoral, com a participação de toda comunidade acadêmica da instituição; Pró-Reitores e Diretores-Gerais, indicados pelo Colégio de Dirigentes do Instituto Federal de Goiás; os demais membros pelas seguintes representações: Secretaria de Educação Profissional Tecnológica do Ministério da Educação, Sindicato dos Técnicos Industriais do Estado de Goiás, Central Única dos Trabalhadores de Goiás, Federação das Indústrias do Estado de Goiás, Força Sindical do Estado de Goiás, Federação do Comércio do Estado de Goiás e Conselho Estadual de Educação de Goiás. Sua atual composição é a seguinte:

Presidente: Paulo César Pereira (até setembro/2013) / Jerônimo Rodrigues da Silva (após setembro/2013)

Secretária: Claudia Beatriz Carrião Alves (até outubro/2013) / Leticia Sousa Silveira (após outubro/2013)

### Composição do Conselho Superior do IFG, de acordo com a Portaria nº 729, de 01/06/2012

Representação	Conselheiros	
	Titulares	Suplentes
Reitoria do IFG	Paulo César Pereira	José Sergio Sarmiento Garcia
Colégio de Dirigentes	Sandro Ramos de Lima Ruberley Rodrigues de Souza Ubaldo Eleutério da Silva	João Marcos Bailão de Lima José Carlos Barros Silva Jerônimo Rodrigues da Silva
Corpo Docente	Josué Vidal Pereira Daniel Silva Barbosa Maria Socorro Duarte da Silva Couto	Warde Antonieta da Fonseca Zang Marcelo Escobar de Oliveira Fausto Oliveira Carvalho
Corpo Discente	Leonardo Andrade Lira Rimet Jules Gomes Teixeira Filho Caio Augusto Vieira Mariano Borges	Sudário Macedo dos Santos Claudinei Souza França Matheus Castro Diniz
Central Única dos Trabalhadores	Pedro Soares de Oliveira	Antônio Ribeiro da Costa Neto
Força Sindical de Goiás	Nivaldo Ferreira de Souza	Aloísio Silva de Aguiar
Corpo Técnico-Administrativo	Quéren dos Passos Freire Paulo Roberto de Oliveira Garcia Oniel Arantes de Araújo	Daniela Cristina Borges e Silva Wilma Joaquim Silva Osmar Albino de Oliveira Júnior
Técnicos Egressos do Instituto Federal de Goiás	Valdeon Moraes Bueno Temístocles Mendes Ribeiro	Marco Antônio de Melo Juliana Paula Gonzaga
Conselho Estadual de Goiás	Marcos Elias Moreira Manoel Pereira da Costa	Maria Lúcia Fernandes Lima Santana Antônio Cappi
Secretaria de Educação	Aléssio Trindade de Barros	Luciano de Oliveira Toledo



Profissional e Tecnológica/MEC		
Federação do Comércio do Estado de Goiás	Felicidade Maria de Faria Melo	Maria Angélica de Moraes e Silva
Federação das Indústrias do Estado de Goiás	Hélio Naves	Ivan da Glória Teixeira

**Composição do Conselho Superior do IFG, de acordo com a Portaria nº 2012, de 06/12/2013**

Representação	Conselheiros	
	Titulares	Suplentes
Reitoria do IFG	Jerônimo Rodrigues da Silva	
Colégio de Dirigentes	Ruberley Rodrigues de Souza Sandro Ramos de Lima Ubaldo Eleutério da Silva	João Marcos Bailão de Lima José Carlos Barros Silva
Corpo Docente	Josué Vidal Pereira Marcelo Escobar de Oliveira Maria Socorro Duarte da Silva Couto	Warde Antonieta da Fonseca Zang Fausto Oliveira Carvalho
Corpo Discente	Caio Augusto Vieira Mariano Borges Claudinei Souza França Sudário Macedo dos Santos	Matheus Castro Diniz
Central Única dos Trabalhadores	Pedro Soares de Oliveira	Antônio Ribeiro da Costa Neto
Força Sindical de Goiás	Aloísio Silva de Aguiar	
Corpo Técnico-Administrativo	Quéren dos Passos Freire Paulo Roberto de Oliveira Garcia Oniel Arantes de Araújo	Daniela Cristina Borges e Silva Wilma Joaquim Silva Osmar Albino de Oliveira Júnior
Técnicos Egressos do Instituto Federal de Goiás	Valdeon Moraes Bueno Temístocles Mendes Ribeiro	Marco Antônio de Melo Juliana Paula Gonzaga
Conselho Estadual de Goiás	Marcos Elias Moreira Manoel Pereira da Costa	Maria Lúcia Fernandes Lima Santana Antônio Cappi
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/MEC	Luís Carlos do Rego	Luciano de Oliveira Toledo
Federação do Comércio do Estado de Goiás	Felicidade Maria de Faria Melo	Maria Angélica de Moraes e Silva
Federação das Indústrias do Estado de Goiás	Hélio Naves	Ivan da Glória Teixeira

**X - ASSUNTOS DISCUTIDOS EM 2013 PELO CONSELHO SUPERIOR**

**Assuntos discutidos pelo Conselho Superior**

<b>Assuntos discutidos</b>	Deflagração do processo eleitoral para escolha do Reitor e dos Diretores-Gerais dos Câmpus Jatai, Goiânia e Inumas do Instituto Federal de Goiás.
	Análise e parecer da Prestação de Contas do Instituto Federal de Goiás referente ao exercício de 2012.
	Apreciação da Política de Segurança da Informação e das Comunicações do Instituto Federal de Goiás.
	Apreciação da proposta de Criação do Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Goiás.



Apreciação da proposta do Regimento Interno do Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Goiás.
Apreciação da proposta do Regimento Interno da Editora do Instituto Federal de Goiás.
Apreciação da proposta de Regulamento para eleição do Reitor e dos Diretores-Gerais dos Câmpus Jataí, Goiânia e Inhumas do Instituto Federal de Goiás.
Apreciação da minuta do regulamento do Centro de inovação Tecnológica do Instituto Federal de Goiás.
Apreciação do Processo Seletivo 2013/2.
Homologação do nome do Professor Jerônimo Rodrigues da Silva para o cargo de Reitor do Instituto Federal de Goiás e dos nomes dos Professores Alexandre Silva Duarte, Alan Keller Gomes e Mara Rúbia de Souza Rodrigues Moraes para o Cargo de Diretor-Geral dos Câmpus Goiânia, Inhumas e Jataí respectivamente.
Deflagração do processo eleitoral para escolha dos Diretores-Gerais dos Câmpus Itumbiara e Uruaçu do Instituto Federal de Goiás.
Autorização do Curso de Mestrado Profissionalizante em Tecnologia de Processos Sustentáveis.
Autorização do Curso de Mestrado Profissionalizante em Educação para Ciências e Matemática.
Autorização do Curso de Especialização em Políticas e Gestão da Educação Profissional de Tecnológica.
Autorização do Curso de Especialização em Matemática.
Autorização do Curso de Edificações, modalidade EaD do Câmpus Anápolis.
Autorização do Curso de Química, modalidade EaD do Câmpus Anápolis.
Autorização do Curso do Licenciatura em Ciências Sociais, do Câmpus Formosa.
Autorização do Curso de Bacharelado em Ciências e Tecnologia de Alimentos do Câmpus Inhumas.
Autorização do Curso de Licenciatura em Dança, do Câmpus Aparecida de Goiânia.
Autorização do Curso de Secretariado, na modalidade PROEJA do Câmpus Jataí.
Apreciação da proposta de Regulamento para eleição dos Diretores-Gerais dos Câmpus Itumbiara e Uruaçu do Instituto Federal de Goiás.
Apreciação da proposta de alteração dos artigos 12 e 14 do Estatuto, que tratam, respectivamente, da composição do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e da Estruturação das Câmaras Setoriais.
Homologação dos nomes dos servidores Aline Silva Barroso e Leonne Borges Evangelista para o cargo de Diretor-Geral do Câmpus Itumbiara e Uruaçu, respectivamente.
Apreciação da minuta do Regulamento do Centro de Inovação tecnológica do Instituto Federal de Goiás.
Apreciação da minuta do Regulamento do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Goiás.
Autorização do Projeto do Curso de Bacharelado em Engenharia Civil da Mobilidade do Câmpus Anápolis.
Autorização do Projeto do Curso de Bacharelado em Engenharia do Transporte do Câmpus Goiânia.



	Autorização do Projeto do Curso de Bacharelado em Tecnologia de Análise de Desenvolvimento de Sistemas do Câmpus Formosa.
	Autorização do Projeto do Curso de Bacharelado em Tecnologia de Análise de Desenvolvimento de Sistemas do Câmpus Uruaçu.
	Aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, do Instituto Federal de Goiás.
	Aprovação das atas de números 15 a 21.

## **XII - RESOLUÇÕES DO CONSELHO SUPERIOR**

### **Resoluções do Conselho Superior**

<b>Número e data</b>	<b>Descrição resumida</b>
Resolução nº 01, de 14 de janeiro de 2013	Autoriza o afastamento do País do Professor Paulo César Pereira, para participar da Missão à Alemanha e Reino Unido, representando o CONIF, nas cidades de Munique e Londres.
Resolução nº 02, de 15 de janeiro de 2013	Dispõe sobre certificação de conclusão do ensino médio com base no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).
Resolução nº 03, de 26 de março de 2013	Aprova a Prestação de Contas do Instituto Federal de Goiás.
Resolução nº 04, de 26 de março de 2013	Deflagra o processo de escolha do Reitor do Instituto Federal de Goiás e dos Diretores-Gerais dos Câmpus Goiânia, Jataí e Inhumas.
Resolução nº 05, de 26 de março de 2013	Institui o Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Goiás.
Resolução nº 06, de 26 de março de 2013	Aprova o Regimento Interno da Editora do Instituto Federal de Goiás
Resolução nº 07, de 26 de março de 2013	Aprova a Política de Segurança da Informação e das Comunicações do Instituto Federal de Goiás.
Resolução nº 08, de 26 de março de 2013	Aprova a alteração no texto dos artigos 16 e 45 do Estatuto do Instituto Federal de Goiás.
Resolução nº 09, de 12 de abril de 2013	Dispõe sobre certificação de conclusão do ensino médio com base no Exame Nacional do Ensino Médio.
Resolução nº 10, de 07 de maio de 2013	Aprova o regulamento do processo de consulta à comunidade acadêmica para escolha do Reitor e dos Diretores-Gerais dos Câmpus Goiânia, Jataí e Inhumas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás para o quadriênio 2013 a 2017.
Resolução nº 11 de 10 de junho de 2013	Altera o quadro de oferta de cursos e vagas para o período de 2012 a 2016.
Resolução nº 12 de 17 de junho de 2013	Homologa o processo de consulta à comunidade acadêmica para escolha do Reitor e dos Diretores-Gerais dos Câmpus Goiânia, Inhumas e Jataí do Instituto Federal de Goiás.
Resolução nº 13, de 17 de junho de 2013	Homologa os nomes dos Professores Alexandre Silva Duarte, Alan Keller Gomes e Mara Rúbia de Souza Rodrigues Moraes para o cargo de Diretor(a)-Geral dos Câmpus Goiânia, Inhumas e Jataí respectivamente, do Instituto Federal de Goiás.
Resolução nº 14, de 23 de junho de 2013	Autoriza o afastamento do País do Professor Paulo César Pereira, para participar de reunião de trabalho em Montevidéu - Uruguai.
Resolução nº 15, de 16 de setembro de 2013	Deflagra o processo de escolha dos Diretores-Gerais dos Câmpus Itumbiara e Uruaçu do Instituto Federal de Goiás.
Resolução nº 16, de 16 de setembro de 2013	Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Química subsequente ao Ensino Médio, na modalidade a Distância do Programa E-TEC Brasil, no Câmpus Anápolis.
Resolução nº 17, de 16 de setembro de 2013	Autoriza o funcionamento do curso de Técnico em Edificações Subsequente ao Ensino Médio, na modalidade a distância do Programa E-TEC Brasil do Câmpus Anápolis.
Resolução nº 18, de 16 de setembro de 2013	Autoriza o funcionamento do curso de Licenciatura em Ciências Sociais no Câmpus Formosa.
Resolução nº 19, de 16	Autoriza o funcionamento do curso de Licenciatura em Dança no Câmpus Aparecida de



de setembro de 2013	Goiânia.
Resolução nº 20, de 16 de setembro de 2013	Autoriza o funcionamento do curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia de Alimentos do Câmpus Inhumas.
Resolução nº 21, de 16 de setembro de 2013	Autoriza o funcionamento do curso Técnico em Secretariado Integrado ao Ensino Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, no Câmpus Jataí.
Resolução nº 22, de 16 de setembro de 2013	Autoriza o funcionamento do curso de Especialização em Políticas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica no Câmpus Goiânia.
Resolução nº 23, de 16 de setembro de 2013	Autoriza o funcionamento do curso de Especialização em Matemática no Câmpus Goiânia.
Resolução nº 24, de 16 de setembro de 2013	Autoriza o funcionamento do curso de Mestrado Profissionalizante em Tecnologia de Processos Sustentáveis no Câmpus Goiânia.
Resolução nº 25, de 16 de setembro de 2013	Autoriza o funcionamento do curso de Mestrado Profissionalizante em Educação para Ciências e matemática no Câmpus Jataí.
Resolução nº 26, de 29 de outubro de 2013	Aprova o regulamento do processo de consulta à comunidade acadêmica para escolha dos Diretores-Gerais dos Câmpus Itumbiara e Uruaçu do Instituto Federal de Goiás.
Resolução nº 27, de 30 de outubro de 2013	Aprova alterações no Estatuto do Instituto Federal de Goiás.
Resolução nº 28 de 30 de outubro de 2013	Autoriza o afastamento do País do Professor Jerônimo Rodrigues da Silva para participar do evento Consejo Técnico Profesional, na Universidad del Trabajo, em Montevideo, Uruguai.
Resolução nº 29, de 30 de outubro de 2013	Altera o Inciso V da Resolução nº 11, de 10 de junho de 2013, que aprovou o quadro de oferta de cursos e vagas para o período de 2012 a 2016.
Resolução nº 30, de 03 de dezembro de 2013	Autoriza o funcionamento do curso de Engenharia Civil da Mobilidade, Bacharelado, no Câmpus Anápolis.
Resolução nº 31, de 03 de dezembro de 2013	Autoriza o funcionamento do curso de Engenharia de Transporte, Bacharelado, no Câmpus Goiânia.
Resolução nº 32, de 03 de dezembro de 2013	Autoriza o funcionamento do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia no Câmpus Formosa.
Resolução nº 33, de 03 de dezembro de 2013	Homologa os nomes dos servidores Aline Silva Barroso e Leonne Borges Evangelista para o cargo de Diretor(a)-Geral do Câmpus Itumbiara e Uruaçu, respectivamente do Instituto Federal de Goiás.
Resolução nº 34, de 03 de dezembro de 2013	Aprova o Regulamento do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Goiás.
Resolução nº 35, de 03 de dezembro de 2013	Aprova o Regulamento do Centro de Inovação Tecnológica do Instituto Federal de Goiás.

### **XIII - CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS E SUAS DELIBERAÇÕES**

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Goiás está disposto nos Artigos 12, 13 e 14 do Estatuto da Instituição como órgão consultivo e de proposição de ações para as políticas institucionais inerentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Instituto Federal de Goiás.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão foi constituído pela Portaria nº 1.701, de 11 de outubro de 2012, com a seguinte composição: o Reitor, como presidente; o Pró-Reitor de Ensino; o Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; o Pró-Reitor de Extensão; os Dirigentes de Áreas Acadêmicas de cada Câmpus e, ainda, representantes de servidores docentes, técnico-administrativos e discentes escolhidos por meio de processo eleitoral, com a participação de toda a comunidade acadêmica.

Presidente: Paulo César Pereira (até setembro/2013) / Jerônimo Rodrigues da Silva (após setembro/2013)



Secretária: Claudia Beatriz Carrião Alves (até outubro/2013) / Letice Sousa Silveira (após outubro/2013)

**Composição do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFG, de acordo com a Portaria n° 1701, de 11 de outubro de 2012**

Representação	Conselheiros	
	Titulares	Suplentes
Reitoria do IFG	Paulo César Pereira	José Sergio Sarmiento Garcia
Pró-Reitoria	Gilda Guimarães Mad' Ana Desirée Ribeiro de Castro Ruberley Rodrigues de Souza	
Chefia de Departamento de Áreas Acadêmicas	Adriana dos Reis Ferreira Elder Geraldo Domingues Everton Martins de Araújo Fabrício Vieira Campos José Martins do Carmo Leonne Borges Evangelista Mara Rúbia de Souza Rodrigues Morais Marcos Antônio Arantes de Freitas Maria de Lourdes Magalhães Oberdan Quintino de Ataídes Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon Thiago Eduardo Pereira Alves Wanderley Azevedo de Brito	
Corpo Técnico-Administrativo	Kepler Benchimol Ferreira Leandro de Oliveira Garcia Luiane de Araújo Moreira	Tharles Júnior de Souza Gilmar Rodrigues Morais
Corpo Docente	Adelino Cândido Pimenta Edson Rodrigo Borges Marlus Dias Silva	Omar Arafat Kdudsi Khalil Simone Silva Machado Moisés Gregório da Silva
Corpo Discente	Larissa Farina Dieisson Medeiros Pinto Karen Hayron Resende Damasceno	Marcos Willian Francelino Gomes Richard de Moura Lemes Caio Henrique Quinterno Matos

**Composição do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFG - Convidados**

Câmpus	Servidor
Anápolis	André Valente de Barros Barreto
Aparecida de Goiânia	Carlos Rangel Neves Otto
Cidade de Goiás	Ádria Borges Figueira Cerqueira
Formosa	Kaithy das Chagas Oliveira
Goiânia	José Luis Domingos
Inhumas	Simone Silva Machado
Itumbiara	Carlos Cezar da Silva
Jataí	Leonardo Magalhães de Castro
Luziânia	Alan Dumont Clemente
Uruaçu	Thiago Cardoso de Deus

**Composição do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFG, de acordo com a Portaria n° 2102, de 19 de dezembro de 2013**

Representação	Conselheiros	
	Titulares	Suplentes
Reitoria do IFG	Jerônimo Rodrigues da Silva	



Pró-Reitoria	Adelino Cândido Pimenta Sandro Ramos de Lima Ruberley Rodrigues de Souza	
Chefia de Departamento de Áreas Acadêmicas	Felipe Ferreira Valoz Júnior José Martins do Carmo Maria de Lourdes Magalhães Elder Geraldo Domingues Thiago Eduardo Pereira Alves Wanderley Azevedo de Brito Adria Borges Figueira Cerqueira Gláucia Mendes da Silva Everton Martins de Araújo Marcos Antônio Arantes de Freitas Carlos Cezar da Silva Alan Dumont Clemente Laudelina Braga	
Corpo Técnico-Administrativo	Gilmar Rodrigues Morais Kepler Benchimol Ferreira Leandro de Oliveira Garcia	Tharles Júnior de Souza
Corpo Docente	Omar Arafat Kdudsi Khalil Edson Rodrigo Borges Marlus Dias Silva	Moisés Gregório da Silva
Corpo Discente	Dieisson Medeiros Pinto Karen Hayron Resende Damasceno Marcos Willian Francelino Gomes	Richard de Moura Lemes Caio Henrique Quinterno Matos
Gerentes de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão	André Valente de Barros Barreto Carlos Rangel Neves Otto Alemar Moreira de Sousa Murilo de Assis Silva José Luis Domingos Simone Silva Machado Leonardo Magalhães de Castro André Luiz Silva Pereira Reinaldo de Lima Reis Júnior Waléria Rodovalho	

#### XIV - ASSUNTOS DISCUTIDOS PELO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

##### Assuntos discutidos pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

<b>Assuntos discutidos</b>	Aprovação da Ata nº 009;
	Apreciação do Regulamento do Corpo Discente do IFG;
	Apreciação do Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso;
	Apreciação do Regulamento de Estágio;
	Apreciação da proposta do Regulamento de Bolsa de Qualificação para Mestrado e Doutorado de Servidores do IFG;
	Apreciação da proposta do Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> do IFG;
	Apreciação da proposta do Programa de Bolsa de Iniciação Científica e Tecnológica do IFG;
	Aprovação da Ata nº 010;



Recomposição das Câmaras de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Goiás.

### Câmara de Ensino

#### Composição da Câmara de Ensino

Representação	Conselheiro
Pró-Reitoria de Ensino	Adelino Cândido Pimenta (Presidente)
Chefia de Departamento de Áreas Acadêmicas	Ádria Borges Figueira Cerqueira Alan Dumont Clemente Carlos Cezar da Silva Elder Geraldo Domingues Everton Martins de Araújo Felipe Ferreira Valoz Júnior Gláucia Mendes da Silva José Martins do Carmo Laudelina Braga Marcos Antônio Arantes de Freitas Maria de Lourdes Magalhães Thiago Eduardo Pereira Alves Wanderley Azevedo de Brito
Corpo Técnico-Administrativo	Gilmar Rodrigues Morais
Corpo Docente	Omar Arafat Kdudsi Khalil
Corpo Discente	Dieisson Medeiros Pinto

### Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação

#### Composição da Câmara de Pesquisa e Pós-graduação

Representação	Conselheiro
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Ruberley Rodrigues de Souza (Presidente)
Chefia de Departamento de Áreas Acadêmicas	André Luiz Silva Pereira Carlos Rangel Neves Otto José Luis Domingos Murilo de Assis Silva Reinaldo de Lima Reis Júnior
Corpo Técnico-Administrativo	Kepler Benchimol Ferreira
Corpo Docente	Marlus Dias Silva
Corpo Discente	Karen Hayron Resende Damasceno

### Câmara de Extensão e Cultura

#### Composição da Câmara de Extensão e Cultura

Representação	Conselheiro
Pró-Reitoria de Extensão	Sandro Ramos de Lima (Presidente)
Chefia de Departamento de Áreas Acadêmicas	André Valente de Barros Barreto Alemar Moreira de Sousa Ghunter Paulo Viajante Simone Silva Machado Waléria Rodovalho
Corpo Técnico-Administrativo	Leandro de Oliveira Garcia
Corpo Docente	Edson Rodrigo Borges
Corpo Discente	Marcos Willian Francelino Gomes



## 2.2. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS

### 2.2.1. Programa Temático

O Instituto Federal de Goiás não tem **responsabilidade integral ou parcial por programas do Plano Plurianual vigente**, apenas executa ações vinculadas a estes programas. Diante disso e sob a orientação da Portaria nº 175, de 09/07/2013, não serão apresentados os quadros **A.2.2.1 – Programa temático, A.2.2.2 – Objetivo, A.2.2.3.1 – Ações - OFSS, A.2.2.3.3 – Ações não previstas LOA 2013 – Restos a pagar – OFSS e A.2.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento.**

### 2.2.3.2 Ações/Subtítulos - OFSS

Relação das Ações da Lei Orçamentária Anual do exercício que estiveram na responsabilidade do Instituto Federal de Goiás, especificando informações sobre a programação e a execução orçamentária e financeira e os resultados alcançados, tendo por parâmetro as metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA, demonstrando ainda os índices dos indicadores utilizados para aferir o desempenho e a representatividade dos resultados da ação em relação ao seu contexto. Além disso, os fatores intervenientes que concorreram para os resultados obtidos, detalhando, inclusive, os limites de empenho e de movimentação financeira e os parâmetros utilizados para distribuição interna de tais restrições entre as ações.

Além da disposição sobre as dimensões física e financeira da execução da ação, quando couber, também são demonstrados os valores executados a título de restos a pagar no decorrer do exercício, em razão da significância que tal dado tem atingido para demonstração dos resultados gerados pela gestão.



QUADRO A.2.2.3.2 – AÇÕES/SUBTÍTULOS - OFSS.

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	0181		<b>Tipo: OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>				
<b>Descrição</b>	<b>PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES – SERVIDORES CIVIS</b>						
<b>Programa</b>	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO			<b>Código: 0089</b>	<b>Tipo: GESTÃO E MANUTENÇÃO</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26429 – Instituto Federal de Goiás						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não (Art. 4º da Lei 12.708/2012) Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0052 – No Estado de Goiás	21.516.440,00	27.541.500,00	27.260.916,50	27.260.916,50	27.260.916,50		

\* Quanto a Execução Física da Ação – Metas, a Instituição não possui acesso no SIMEC tanto para realizar lançamentos como para extrair dados desta Ação.

\*\* Esta Ação não possui Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores.

Fonte: SIAFI GERENCIAL, SIMEC, LDO e LOA 2013.

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	00G5		<b>Tipo: OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>				
<b>Descrição</b>	<b>CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DECORRENTE DO PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR</b>						
<b>Programa</b>	OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS			<b>Código: 0901</b>	<b>Tipo: OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26429 – Instituto Federal de Goiás						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não (Art. 4º da Lei 12.708/2012) Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0052 – No Estado de Goiás	19.267,00	19.267,00	19.267,00	19.267,00	19.267,00	19.267,00	

\* Quanto a Execução Física da Ação – Metas, a Instituição não possui acesso no SIMEC tanto para realizar lançamentos como para extrair dados desta Ação.



\*\* Esta Ação não possui Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores.

Fonte: SIAFI GERENCIAL, SIMEC, LDO e LOA 2013.

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	0005		<b>Tipo: OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>				
<b>Descrição</b>	<b>CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIOS)</b>						
<b>Programa</b>	OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS				<b>Código: 0901</b>	<b>Tipo: OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	26429 – Instituto Federal de Goiás						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não (Art. 4º da Lei 12.708/2012) Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0052 – No Estado de Goiás	175.152,00	162.027,00	162.026,91	162.026,91	162.026,91		

\* Quanto a Execução Física da Ação – Metas, a Instituição não possui acesso no SIMEC tanto para realizar lançamentos como para extrair dados desta Ação.

\*\* Esta Ação não possui Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores.

\*\*\* **O orçamento desta Ação foi executado pela UG 090032 – TRFORC – 1ª Região, em cumprimento ao art. 24 da LDO 2004.**

Fonte: SIAFI GERENCIAL, SIMEC, LDO e LOA 2013.

Identificação da Ação	
<b>Código</b>	20RJ <b>Tipo: ATIVIDADES</b>
<b>Descrição</b>	<b>APOIO À CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES, PROFISSIONAIS, FUNCIONÁRIOS E GESTORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA</b>
<b>Iniciativa</b>	Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente. <b>Código: 02BQ</b>
<b>Objetivo</b>	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho. <b>Código: 0597</b>



<b>Programa</b>	EDUCAÇÃO BÁSICA		<b>Código:</b> 2030			<b>Tipo:</b> TEMÁTICO	
<b>Unidade Orçamentária</b>	26429 – Instituto Federal de Goiás						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não (Art. 4º da Lei 12.708/2012) Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0052 – No Estado de Goiás	622.200,00	622.200,00					
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0052 – No Estado de Goiás	Pessoa beneficiada			Unidade	300		
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0052 – No Estado de Goiás	57.300,57	51.333,41	5.967,16	Pessoa beneficiada		Unidade	510

Fonte: SIAFI GERENCIAL, SIMEC, LDO e LOA 2013.

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	20RG		<b>Tipo:</b> ATIVIDADES			
<b>Descrição</b>	<b>EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</b>					
<b>Iniciativa</b>	Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e dos recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade. <b>Código:</b> 02A0					
<b>Objetivo</b>	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. <b>Código:</b> 0582					
<b>Programa</b>	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA		<b>Código:</b> 2031		<b>Tipo:</b> TEMÁTICO	
<b>Unidade Orçamentária</b>	26429 – Instituto Federal de Goiás					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não (Art. 4º da Lei 12.708/2012) Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					



Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0052 – No Estado de Goiás	13.183.557,00	13.817.623,00	13.817.526,87	7.450.738,90	6.884.464,67	566.274,23	6.366.787,97
7010 – Câmpus Jataí - No Estado de Goiás	500.000,00	500.000,00					
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0052 – No Estado de Goiás	Vaga disponibilizada		Unidade	5001	3.478	3.478	
7010 – Câmpus Jataí - No Estado de Goiás	Vaga disponibilizada		Unidade	1			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0052 – No Estado de Goiás	7.200.000,00	7.200.000,00		Vaga disponibilizada	Unidade	3.478	

Fonte: SIAFI GERENCIAL, SIMEC, LDO e LOA 2013.

Identificação da Ação	
<b>Código</b>	20RL <b>Tipo: ATIVIDADES</b>
<b>Descrição</b>	<b>FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</b>
<b>Iniciativa</b>	Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e dos recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade. <b>Código: 02A0</b>
<b>Objetivo</b>	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. <b>Código: 0582</b>
<b>Programa</b>	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA <b>Código: 2031</b> <b>Tipo: TEMÁTICO</b>
<b>Unidade Orçamentária</b>	26429 – Instituto Federal de Goiás



<b>Ação Prioritária</b>								( ) Sim ( X ) Não (Art. 4º da Lei 12.708/2012) Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria							
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>															
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>															
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013									
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados								
0052 – No Estado de Goiás	42.282.711,00	43.145.663,00	41.908.652,52	31.597.615,55	31.187.518,88	410.096,67	10.311.036,97								
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>															
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta				Unidade de medida	Montante									
						Previsto	Reprogramado (*)	Realizado							
0052 – No Estado de Goiás	Aluno matriculado				Unidade	10.002	16.574	16.574							
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>															
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas											
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada									
0052 – No Estado de Goiás	9.780.494,94	9.017.802,85	762.692,09	Aluno matriculado	Unidade	12.129									

Fonte: SIAFI GERENCIAL, SIMEC, LDO e LOA 2013.

<b>Identificação da Ação</b>			
<b>Código</b>	2994	<b>Tipo: ATIVIDADES</b>	
<b>Descrição</b>	<b>ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</b>		
<b>Iniciativa</b>	Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais. <b>Código: 02A5</b>		
<b>Objetivo</b>	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. <b>Código: 0582</b>		
<b>Programa</b>	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	<b>Código: 2031</b>	<b>Tipo: TEMÁTICO</b>
<b>Unidade Orçamentária</b>	26429 – Instituto Federal de Goiás		
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não (Art. 4º da Lei 12.708/2012) Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria		
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>			
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			



Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0052 – No Estado de Goiás	4.742.795,00	4.742.795,00	4.540.121,00	4.540.121,00	4.536.531,00	3.590,00	
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0052 – No Estado de Goiás	Aluno assistido (meta cumulativa)			Unidade	39.523	40.562	40.562
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0052 – No Estado de Goiás	133.015,17	14.167,79	118.847,38	Aluno assistido (meta cumulativa)	Unidade	118	

Fonte: SIAFI GERENCIAL, SIMEC, LDO e LOA 2013.

<b>Identificação da Ação</b>							
<b>Código</b>	6358			<b>Tipo: ATIVIDADES</b>			
<b>Descrição</b>	<b>CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</b>						
<b>Iniciativa</b>	Ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e técnico de nível médio articulada com educação de jovens e adultos (EJA), de ensino fundamental e médio, e do acesso do trabalhador a processo de reconhecimento de saberes, nas redes de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorte étnico-racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante. <b>Código: 02B3</b>						
<b>Objetivo</b>	Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional. <b>Código: 0588</b>						
<b>Programa</b>	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA			<b>Código: 2031</b>		<b>Tipo: TEMÁTICO</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	26429 – Instituto Federal de Goiás						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não (Art. 4º da Lei 12.708/2012) Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0052 – No Estado de	10.080,00	10.080,00					



Goiás					
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0052 – No Estado de Goiás	Pessoa capacitada	Unidade	15		

\* Esta Ação não possui Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores.

Fonte: SIAFI GERENCIAL, SIMEC, LDO e LOA 2013.

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	6380		<b>Tipo: ATIVIDADES</b>				
<b>Descrição</b>	<b>FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</b>						
<b>Iniciativa</b>	Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio a pesquisa, inovação e extensão. <b>Código: 02A2</b>						
<b>Objetivo</b>	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. <b>Código: 0582</b>						
<b>Programa</b>	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA		<b>Código: 2031</b>		<b>Tipo: TEMÁTICO</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26429 – Instituto Federal de Goiás						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não (Art. 4º da Lei 12.708/2012) Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0052 – No Estado de Goiás	800.000,00	1.523.000,00	1.325.152,24	358.086,54	357.246,54	840,00	967.065,70
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0052 – No Estado de Goiás	Instituição apoiada	Unidade	8	1	1		



\* Esta Ação não possui Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores.

Fonte: SIAFI GERENCIAL, SIMEC, LDO e LOA 2013.

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	20TP		<b>Tipo: ATIVIDADES</b>				
<b>Descrição</b>	<b>PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO</b>						
<b>Programa</b>	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO <b>Código: 2109</b> <b>Tipo: GESTÃO E MANUTENÇÃO</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26429 – Instituto Federal de Goiás						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não (Art. 4º da Lei 12.708/2012) Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0052 – No Estado de Goiás	77.485.011,00	118.477.575,00	118.176.228,32	118.176.228,32	118.072.442,08	103.786,24	

\* Quanto a Execução Física da Ação – Metas, a Instituição não possui acesso no SIMEC tanto para realizar lançamentos como para extrair dados desta Ação.

\*\* Esta Ação não possui Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores.

Fonte: SIAFI GERENCIAL, SIMEC, LDO e LOA 2013.

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2004		<b>Tipo: ATIVIDADES</b>				
<b>Descrição</b>	<b>ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES</b>						
<b>Programa</b>	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO <b>Código: 2109</b> <b>Tipo: GESTÃO E MANUTENÇÃO</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26429 – Instituto Federal de Goiás						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não (Art. 4º da Lei 12.708/2012) Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados



0052 – No Estado de Goiás	2.369.864,00	3.156.400,00	3.129.311,83	3.129.311,83	3.129.311,83		
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			Realizado	
			Previsto	Reprogramado (*)			
0052 – No Estado de Goiás	Pessoa beneficiada	Unidade	1.884	3.024		3.024	

\* Esta Ação não possui Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores.

Fonte: SIAFI GERENCIAL, SIMEC, LDO e LOA 2013.

<b>Identificação da Ação</b>							
<b>Código</b>	2010		<b>Tipo: ATIVIDADES</b>				
<b>Descrição</b>	<b>ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES</b>						
<b>Programa</b>	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO <b>Código: 2109</b> <b>Tipo: GESTÃO E MANUTENÇÃO</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26429 – Instituto Federal de Goiás						
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não (Art. 4º da Lei 12.708/2012)    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria						
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0052 – No Estado de Goiás	204.000,00	259.000,00	249.656,90	249.656,90	249.656,90		
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			Realizado	
			Previsto	Reprogramado (*)			
0052 – No Estado de Goiás	Criança atendida	Unidade	230	274		274	

\* Esta Ação não possui Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores.

Fonte: SIAFI GERENCIAL, SIMEC, LDO e LOA 2013.

<b>Identificação da Ação</b>	
<b>Código</b>	2011 <b>Tipo: ATIVIDADES</b>



<b>Descrição</b>		<b>AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES</b>					
<b>Programa</b>		PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO					
		<b>Código:</b> 2109			<b>Tipo:</b> GESTÃO E MANUTENÇÃO		
<b>Unidade Orçamentária</b>		26429 – Instituto Federal de Goiás					
<b>Ação Prioritária</b>		( ) Sim ( X ) Não (Art. 4º da Lei 12.708/2012) Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0052 – No Estado de Goiás	1.170.828,00	1.420.828,00	1.261.822,63	1.261.822,63	1.261.822,63		
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0052 – No Estado de Goiás	Pessoa atendida		Unidade	542	645	645	

\* Esta Ação não possui Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores.

Fonte: SIAFI GERENCIAL, SIMEC, LDO e LOA 2013.

<b>Identificação da Ação</b>							
<b>Código</b>		2012			<b>Tipo:</b> ATIVIDADES		
<b>Descrição</b>		<b>AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES</b>					
<b>Programa</b>		PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO					
		<b>Código:</b> 2109			<b>Tipo:</b> GESTÃO E MANUTENÇÃO		
<b>Unidade Orçamentária</b>		26429 – Instituto Federal de Goiás					
<b>Ação Prioritária</b>		( ) Sim ( X ) Não (Art. 4º da Lei 12.708/2012) Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0052 – No Estado de Goiás	5.620.565,00	7.356.514,00	7.211.564,96	7.211.564,96	7.211.564,96		
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>							
Nº do subtítulo/	Descrição da meta		Unidade de		Montante		



Localizador		medida	Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0052 – No Estado de Goiás	Pessoa beneficiada	Unidade	1.541	1.541	1.640

\* Esta Ação não possui Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores, portanto, devido à objetividade e economicidade, excluímos esta opção de lançamento no quadro.

Fonte: SIAFI GERENCIAL, SIMEC, LDO e LOA 2013.

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	4572		<b>Tipo: ATIVIDADES</b>				
<b>Descrição</b>	<b>CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO</b>						
<b>Programa</b>	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO						
	Código: 2109		<b>Tipo: GESTÃO E MANUTENÇÃO</b>				
<b>Unidade Orçamentária</b>	26429 – Instituto Federal de Goiás						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não (Art. 4º da Lei 12.708/2012) Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0052 – No Estado de Goiás	2.486.700,00	2.698.141,00	1.280.096,93	1.113.773,01	1.105.483,32	8.289,69	166.323,92
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0052 – No Estado de Goiás	Servidor capacitado		Unidade	900	900	1.000	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0052 – No Estado de Goiás	1.093.353,70	1.087.661,46	5.692,24	Servidor capacitado	Unidade	76	

Fonte: SIAFI GERENCIAL, SIMEC, LDO e LOA 2013.

Identificação da Ação	
<b>Código</b>	00M0 <b>Tipo: OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>



<b>Descrição</b>	<b>CONTRIBUIÇÃO À ENTIDADES NACIONAIS REPRESENTATIVAS DE EDUCAÇÃO E ENSINO</b>						
<b>Programa</b>	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO <b>Código:</b> 2109 <b>Tipo:</b> GESTÃO E MANUTENÇÃO						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26429 – Instituto Federal de Goiás						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim    ( X ) Não (Art. 4º da Lei 12.708/2012)    Caso positivo: ( ) PAC                      ( ) Brasil sem Miséria						
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0052 – No Estado de Goiás	61.181,00	61.181,00	61.181,00	61.181,00	61.181,00		

\* Quanto a Execução Física da Ação – Metas, a Instituição não possui acesso no SIMEC tanto para realizar lançamentos como para extrair dados desta Ação.

\*\* Esta Ação não possui Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores.

Fonte: SIAFI GERENCIAL, SIMEC, LDO e LOA 2013.

<b>Identificação da Ação</b>							
<b>Código</b>	09HB		<b>Tipo:</b> OPERAÇÕES ESPECIAIS				
<b>Descrição</b>	<b>CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS</b>						
<b>Programa</b>	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO <b>Código:</b> 2109 <b>Tipo:</b> GESTÃO E MANUTENÇÃO						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26429 – Instituto Federal de Goiás						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim    ( X ) Não (Art. 4º da Lei 12.708/2012)    Caso positivo: ( ) PAC                      ( ) Brasil sem Miséria						
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0052 – No Estado de Goiás	15.333.295,00	22.582.373,00	22.251.921,24	22.251.921,24	22.251.921,24		

\* Quanto a Execução Física da Ação – Metas, a Instituição não possui acesso no SIMEC tanto para realizar lançamentos como para extrair dados desta Ação.

\*\* Esta Ação não possui Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores.

Fonte: SIAFI GERENCIAL, SIMEC, LDO e LOA 2013.



### 2.2.3.5 Análise Situacional

- a) Na execução da Ação **20RJ-Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica**, as metas físicas e financeiras foram superadas, respectivamente, em 89% e 116% no exercício de 2012. A execução dessa ação no IFG estava acontecendo por meio do projeto FORMA que tem por objetivo geral desenvolver ações de formação continuada de professores da rede pública do estado de Goiás quanto à mediação de leitura, educação e direitos humanos, inclusão digital, relações étnico-raciais e diversidade no ambiente escolar, em atendimento à chamada pública do Ministério da Educação. No exercício de 2013 o projeto não deu continuidade as suas atividades comprometendo diretamente a execução desta Ação. Os RP Não processados da Ação correspondem essencialmente a aquisições de equipamentos e materiais permanentes realizadas no final do exercício de 2012 e que foi executado normalmente com apenas 10,4% da despesa empenhada cancelada por inexecução contratual.
- b) Na Ação **20GR-Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica**, observa-se que a meta financeira realizada atingiu 96,5% da meta prevista e a meta física realizada representou 69,5% da prevista. A meta física realizada deu-se em função da continuidade da implantação dos Câmpus Aparecida de Goiânia e Cidade de Goiás, que disponibilizam vagas gradualmente à medida que ocorrem a contratação de professores e possuem infraestrutura adequada, e também o início da construção dos Câmpus Águas Lindas de Goiás, Goiânia Oeste, Senador Canedo e Valparaíso, que não tem condições de disponibilizarem vagas no primeiro ano de implantação. Por outro lado, a meta financeira realizada em 96,5%, ocorreu em função de que R\$500.000,00 (quinhentos mil de reais) tratava-se de emenda parlamentar para o Câmpus Jataí que não foi desbloqueada pelo órgão central por não possuir limite para empenho. Os RP Não processados da Ação correspondem à contratação de empresa de engenharia para construção do Câmpus Valparaíso que teve licitação realizada no final do exercício 2012 e que foi 100% executado em 2013.
- c) Na execução da Ação **20RL-Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** nota-se que a meta física alcançada superou em 65,7% a meta física prevista, enquanto que a meta financeira atingiu quase sua totalidade com 97,1% de execução. A consolidação dos Câmpus do IFG recém implantados nas Fases I, II e III da Expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica e o funcionamento dos Câmpus Aparecida de Goiânia e Cidade de Goiás, que também compõem a Fase III da Expansão da Rede, são apontados como as principais razões para que a meta física realizada superasse a meta prevista. Os RP Não processados da Ação correspondem em sua maioria a aquisições de equipamentos e materiais permanentes realizadas no final do exercício de 2012 e foi executado quase 100% em 2013, com apenas 7,8% da despesa empenhada cancelada por inexecução contratual.
- d) A Ação **2994-Assistência ao Educando da Educação Profissional** apresentou uma superação da meta física prevista em 102,6%, enquanto que a meta financeira realizada corresponde a 95,7% da meta prevista. Essa significativa superação da meta física prevista deve-se a implantação da Política Institucional de Assistência ao Educando com a implantação dos auxílios permanência (moradia, alimentação, transporte), do auxílio aos estudantes da educação de jovens e adultos, do auxílio alimentação aos alunos do técnico integrado em tempo integral, a manutenção dos programas de estágio, monitoria, iniciação científica, além do auxílio financeiro a estudantes para a realização das atividades extraclasse e visitas técnicas.
- e) Na execução da Ação **6380-Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica** verificamos um equívoco ao prever a meta física. À época do planejamento e



elaboração do PLOA do IFG foi previsto o número de Câmpus implantados a serem beneficiados na referida Ação, e, não, a Instituição apoiada. Portanto, temos como meta física apenas o Instituto Federal de Goiás, ou seja, uma unidade representando uma Instituição apoiada. Após este esclarecimento, um dos pontos relevantes a destacar na execução desta Ação é a viabilidade que a mesma proporcionou à atualização, aquisição e adequação do acervo bibliográfico em todas as Bibliotecas de todos os Câmpus do IFG, que hoje somam dez unidades. Além disso, proporcionou também a continuidade do Programa Mulheres Mil, que está inserido no conjunto de prioridades das políticas públicas do Governo do Brasil, especialmente nos eixos promoção da equidade, igualdade entre sexos, combate à violência contra mulher e acesso à educação.

- f) A execução das Ações 0181, 00G5, 0005, 20TP, 2004, 2010, 2011, 2012, 00M0 e 09HB, que tratam de pagamento de pessoal e seus benefícios, transcorreu na normalidade, tanto na execução das metas físicas quanto financeiras, atendendo a legislação vigente. (PRODI)



### 3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

#### 3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

O controle no âmbito do IFG é exercido pela Unidade de Auditoria e Interna e pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

A Unidade de Auditoria Interna é o órgão de assessoramento à Reitoria, responsável pelo controle e fortalecimento da gestão, bem como pela racionalização das ações no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, e pelo apoio, dentro de suas especificidades, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

Além do assessoramento à Reitoria, a AUDIN fica sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central e dos Órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em suas respectivas áreas de jurisdição. Atualmente a equipe da AUDIN é composta por três auditores.

De acordo com a previsão contida no artigo nº 15, § 5º do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2.000, a nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular da Auditoria Interna será submetida, pelo Reitor, à aprovação do Conselho Superior, e após, à aprovação da Controladoria-Geral da União.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi estabelecida pelo Art. 15 do Regimento Geral do IFG:

Art. 15. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é a comissão permanente autônoma e regida por regulamento próprio, responsável pela condução dos processos de avaliação internos da instituição, pela sistematização e pela prestação de informações referente à avaliação institucional, visando o aperfeiçoamento da gestão acadêmica e administrativa.

A avaliação elaborada pela CPA tem o objetivo de melhorar o desempenho do IFG nas suas áreas de atuação, elevando, assim, a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. É por meio das respostas que a comissão pode direcionar se o IFG está cumprindo ou não suas metas.

Os Controles Internos Administrativos constituem-se em uma série de ações integradas e são um processo pelo qual o Instituto Federal de Goiás - IFG atua para atingir seus objetivos institucionais, buscando razoável segurança para o seu sistema de gestão nas seguintes categorias:

- eficácia e eficiência das operações;
- confiabilidade de relatórios financeiros; e
- cumprimento de leis e regulamentações aplicáveis.

As atividades de controle desenvolvidas dentro do IFG procuram propiciar que os objetivos da gestão sejam alcançados e que sejam visualizadas estratégias para mitigação dos riscos. Dentre as diversas formas de atuação, a Instituição tem investido na capacitação profissional de seus servidores, melhorando a competência e a confiabilidade dos trabalhos; tem definido de forma clara a autoridade e responsabilidade de cada uma das suas Pró-Reitorias; e tem trabalhado na elaboração de regulamentos e normas internas.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) atuou na expansão do desenvolvimento das ações de comunicação social, com foco em ações para o público interno e externo. Para dar suporte a essas ações, vários itens informacionais foram elaborados e executados para adequada divulgação dos programas e ações do IFG, suas Pró-Reitorias e seus Câmpus.

Foram feitas orientações sobre a correta aplicação das logomarca institucional, por exemplo, conforme Manual de Aplicação da Marca e diretrizes da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/Mec). As mesmas orientações foram feitas quanto a



correta aplicação do Brasão da República, logomarca do Ministério da Educação e outros órgãos do Governo Federal, além das marcas dos programas federais desenvolvidos no âmbito do IFG, como por exemplo o Programa Mulheres Mil e Pronatec.

A gestão do portal institucional na Internet, bem como as páginas de cada um dos Câmpus, teve acompanhamento efetivo da gestão. Também há monitoramento nas atividades de Recursos Humanos, Diárias e Passagens, Operações Contábeis, Orçamento, Transportes, Patrimônio, Aquisições e Contratos, Bolsas de Monitoria e Programa de Educação Tutorial (PET).

### **3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS**

Informações do Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ poderão ser verificadas no Anexo II.

### **3.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO**

Ainda não há sistema de correção normatizado no IFG, entretanto, os processo de encaminhamento de denúncias recebidas pelo SIC, Auditoria ou qualquer servidor são encaminhados para a Comissão de Ética, nos casos de infrações de caráter ético, ou para o Gabinete para instalação de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), nos casos de infrações disciplinares.

### **3.4 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU**

O registro das informações no sistema CGU-PAD está a cargo da Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos, tendo sido designado 2 (dois) servidores para efetuar as devidas atualizações no sistema e, assim, atender e cumprir a portaria nº 1.043 da CGU.

### **3.5 INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS**

Em atendimento à Lei 10.861/2004 que institui o Sistema Nacional da Educação Superior (SINAES), o IFG criou sua Comissão Própria de Avaliação (CPA) com o objetivo precípuo de discutir, construir e implementar o Projeto de Avaliação Institucional envolvendo todos os seguimentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada.

Atualmente a CPA é composta por sete membros titulares nomeados por ato do Reitor através da Portaria nº 1431 de Agosto de 2012. Nesta representação é garantida a presença de servidores docentes, técnicos administrativos, discentes e membros da sociedade civil organizada.

Afim de monitorar e avaliar o desempenho do IFG, a metodologia da CPA pressupõe a aplicação de questionários a diversos públicos de interesse: (comunidade externa; discentes ensino superior; discente Pós Graduação; discente EAD; docentes; gestores; técnicos administrativos), sendo que para cada público é empregado um instrumento de avaliação distinto.

Dentre as dez dimensões de análise prevista no SINAES, a CPA/IFG trabalha com indicadores vinculados aos seguintes aspectos:



**Dimensão 1 - A missão e o plano de desenvolvimento institucional** (tópicos avaliados pelos segmentos abaixo relacionados dos Câmpus<sup>3</sup>)

*Avaliação dos Documentos Institucionais*

Segmento Técnico-Administrativo	Projeto Pedagógico da Instituição - PPI
	Projeto Pedagógico do Curso - PPC
	Divulgação do Regulamento do TCC
Segmento Discente Ensino Superior	Projeto Pedagógico da Instituição - PPI
	Projeto Pedagógico do Curso - PPC
	Divulgação do Regulamento do TCC
Segmento Discente Pós-Graduação	Projeto Pedagógico da Instituição - PPI
	Projeto Pedagógico do Curso - PPC
Segmento Docente	Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI
	Projeto Pedagógico da Instituição - PPI
	Projeto Pedagógico do Curso - PPC
	Regulamento do TCC
	Regulamento de Atividades Complementares
	Matrizes curriculares dos Cursos

**Dimensão 2 - A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização** (tópicos avaliados pelos segmentos abaixo relacionados dos Câmpus)

Segmento Técnico-Administrativo	<b>Extensão</b>
	- Divulgação dos cursos
	- Participação nos cursos
	- Qualidade dos cursos
	- Adequação dos cursos conforme a demanda
	- Incentivo à capacitação
Segmento Discente Ensino Superior	<b>Curso</b>
	- Projeto Pedagógico da Instituição - PPI
	- Projeto Pedagógico do Curso - PPC
	- Divulgação do Regulamento do TCC
	- Realização de atividades complementares (eventos, palestras etc.)
	- Facilidade de realização do estágio
	- Realização de visitas técnicas
	- Atuação da Monitoria
	- Expectativas do aluno referentes ao Curso
	<b>Atuação docente nas disciplinas técnicas</b>
- Apresentação do Plano de Ensino	
- Planejamento das aulas	



	<ul style="list-style-type: none"><li>- Domínio do conteúdo</li><li>- Clareza (técnicas de ensino/didática)</li><li>- Disponibilidade para atendimento</li><li>- Metodologias de ensino: debates, seminários, aulas de campo etc.</li><li>- Processo de avaliação da aprendizagem</li><li>- Relação professor/aluno</li><li>- Desempenho e interesse na orientação de TCC ou estágio supervisionado</li></ul> <p><b>Atuação docente nas disciplinas do núcleo comum</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Apresentação do Plano de Ensino</li><li>- Planejamento das aulas</li><li>- Domínio do conteúdo</li><li>- Disponibilidade para atendimento</li><li>- Metodologias de ensino: debates, seminários, aulas de campo etc.</li><li>- Processo de avaliação da aprendizagem</li><li>- Relação professor/aluno</li><li>- Desempenho e interesse na orientação de TCC ou estágio supervisionado</li></ul> <p><b>Extensão</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Viabilização dos projetos</li><li>- Programação de recepção aos calouros</li><li>- Eventos institucionais</li></ul> <p><b>Pesquisa</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Incentivo à iniciação e produção científica (PIBIC, PIBIT, PIBID, PVIC e outros)</li><li>- Divulgação/publicação dos trabalhos científicos</li><li>- Bolsa de iniciação científica</li><li>- Auxílio para a participação em eventos científicos</li></ul> <p><b>Cursos</b></p>
Segmento Discente Pós-Graduação	<ul style="list-style-type: none"><li>- Projeto Pedagógico da Instituição - PPI</li><li>- Projeto Pedagógico do Curso - PPC</li><li>- Divulgação do Regulamento da Dissertação</li><li>- Relação Coordenador/aluno</li><li>- Realização de atividades complementares (eventos, palestras etc.)</li><li>- Expectativas do aluno referentes ao Curso</li></ul> <p><b>Pesquisa</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Incentivo às bolsas de pesquisa</li><li>- Divulgação/publicação de trabalhos científicos</li><li>- Auxílio para a participação em eventos científicos</li></ul> <p><b>Atuação Docente nas Disciplinas</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Apresentação do Plano de Ensino</li><li>- Planejamento das aulas</li><li>- Domínio do conteúdo</li><li>- Disponibilidade para atendimento</li><li>- Metodologias de ensino: debates, seminários, aulas de campo etc.</li><li>- Processo de avaliação da aprendizagem</li><li>- Relação professor-aluno</li><li>- Desempenho e interesse na orientação da Dissertação</li></ul> <p><b>Documentos Institucionais</b></p>



Segmento Docente	- Projeto Pedagógico da Instituição - PPI
	- Projeto Pedagógico do Curso - PPC
	- Regulamento do TCC
	- Regulamento de Atividades Complementares
	- Matrizes curriculares dos Cursos
	<b>Extensão</b>
	- Viabilização dos projetos
	<b>Pesquisa</b>
	- Incentivo à iniciação e produção científica (PIBIC, PIBIT, PIBID, PVIC etc.)
	- Divulgação/publicação de trabalhos científicos
- Condições para orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso e/ou pesquisas (infraestrutura, recursos didáticos etc.)	
- Auxílio para a participação em eventos científicos	
Segmento Gestores	<b>Extensão</b>
	- Divulgação dos cursos
	- Qualidade dos cursos
	<b>Pesquisa</b>
	- Divulgação/publicação dos trabalhos científicos
- Auxílio para a participação em eventos científicos	

### Dimensão 3 - A responsabilidade social da Instituição

Segmento Técnico-Administrativo (tópicos avaliados nos Câmpus e Reitoria)	<b>Biblioteca</b>
	- Informatização
	- Horário de atendimento
	- Atendimento aos usuários
Segmento Comunidade Externa (tópicos avaliados nos Câmpus)	- Acervo
	<b>Biblioteca</b>
	- Informatização
	- Horário de atendimento
	- Atendimento aos usuários
	- Acervo
	<b>Serviços/ Atendimentos</b>
	- Recepção
	- Protocolo
	- Centro de Seleção
	- Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (GEPEX)
	- Cantina
	- Teatro/Auditório(s)
	- Quadra Poliesportiva
	- Eventos do Câmpus abertos à comunidade (festividades, semanas acadêmicas, palestras etc.)
	<b>Extensão</b>
	- Divulgação dos Cursos
- Participação nos Cursos	
- Qualidade dos Cursos	
- Adequação dos Cursos conforme as demandas da região	
- Auxílio financeiro	
Segmento Docente (tópicos avaliados nos Câmpus)	<b>Biblioteca</b>
	- Informatização
	- Horário de atendimento
	- Atendimento aos usuários
	- Acervo



	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Periódicos e revistas especializadas</li> </ul> <p><b>Extensão</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Programação de recepção aos calouros</li> <li>- Participação em projetos</li> <li>- Eventos institucionais</li> <li>- Compromisso do Câmpus com a comunidade</li> </ul>
Segmento Gestores (tópicos avaliados nos Câmpus e Reitoria)	<p><b>Biblioteca</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Informatização</li> <li>- Horário de atendimento</li> <li>- Atendimento aos usuários</li> <li>- Acervo</li> </ul> <p><b>Extensão</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Adequação dos cursos conforme as demandas da região</li> </ul>

#### Dimensão 4 - A comunicação com a sociedade

Segmento Técnico-Administrativo (tópicos avaliados nos Câmpus e Reitoria)	<p><b>Site do IFG</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Layout das páginas</li> <li>- Acessibilidade às informações</li> <li>- Atualização das informações</li> <li>- Confiabilidade das informações</li> <li>- Q-Acadêmico</li> </ul> <p><b>Coordenação de Comunicação Social</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Atuação</li> <li>- Transparência</li> <li>- Presteza na solução das demandas</li> <li>- Relação com o Servidor</li> </ul>
Segmento Comunidade Externa (tópicos avaliados nos Câmpus)	<p><b>Site do IFG</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Layout das páginas</li> <li>- Acessibilidade às informações</li> <li>- Atualização das informações</li> </ul> <p><b>Direção</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Relação Direção-Geral/Comunidade</li> </ul>
Segmento Discente Ensino Superior (tópicos avaliados nos Câmpus)	<p><b>Site do IFG</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Layout das páginas</li> <li>- Acessibilidade às informações</li> <li>- Atualização das informações</li> <li>- Confiabilidade das informações</li> <li>- Q-Acadêmico</li> </ul> <p><b>Coordenação de Comunicação Social</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Atuação</li> <li>- Transparência</li> <li>- Presteza na solução das demandas</li> <li>- Relação com o Servidor</li> </ul>
Segmento Discente Pós-Graduação (tópicos avaliados nos Câmpus Goiânia e Jataí)	<p><b>Site do IFG</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Layout das páginas</li> <li>- Acessibilidade às informações</li> <li>- Atualização das informações</li> <li>- Confiabilidade das informações</li> <li>- Q-Acadêmico</li> </ul> <p><b>Coordenação de Comunicação Social</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Atuação</li> <li>- Transparência</li> <li>- Presteza na solução das demandas</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relação com o Servidor</li> </ul>
Segmento Docente (tópicos avaliados nos Câmpus)	<b>Site do IFG</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Layout das páginas</li> <li>- Acessibilidade às informações</li> <li>- Atualização das informações</li> <li>- Confiabilidade das informações</li> <li>- Q-Acadêmico</li> </ul>
	<b>Coordenação de Comunicação Social</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atuação</li> <li>- Transparência</li> <li>- Presteza na solução das demandas</li> <li>- Relação com o Servidor</li> </ul>
	<b>Site do IFG</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Layout das páginas</li> <li>- Acessibilidade às informações</li> <li>- Atualização das informações</li> <li>- Confiabilidade das informações</li> <li>- Q-Acadêmico</li> </ul>
	<b>Coordenação de Comunicação Social</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atuação</li> <li>- Transparência</li> <li>- Presteza na solução das demandas</li> <li>- Relação com o Servidor</li> </ul>

**Dimensão 5 - As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo**

Segmento Técnico-Administrativo (tópicos avaliados nos Câmpus e Reitoria)	<b>Pesquisa</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Incentivo à iniciação e produção científica (PIBIC, PIBIT, PIBID, PVIC etc.)</li> <li>- Divulgação/publicação dos trabalhos científicos</li> <li>- Auxílio para a participação em eventos científicos</li> <li>- Incentivo à qualificação</li> </ul>
	<b>Serviços/Atendimento</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coordenação de Assistência ao Servidor (CAS)</li> </ul>
Segmento Docente (tópicos avaliados nos Câmpus)	

**Dimensão 6 - Organização e gestão da Instituição**

Segmento Técnico-Administrativo (tópicos avaliados nos Câmpus e Reitoria)	<b>Serviços/Atendimento</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recepção</li> <li>- Protocolo</li> <li>- Direção Administrativa</li> <li>- Coordenação de Assistência ao Servidor (CAS)</li> <li>- Teatro/Auditório(s)</li> </ul>
	<b>Direção</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atuação da Direção-Geral no Câmpus</li> <li>- Transparência na gestão</li> <li>- Relação Direção-Geral/servidor</li> </ul>
	<b>Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de desenvolvimento Institucional, Diretoria de desenvolvimento de Recursos Humanos, Pró-Reitoria de Administração, Diretoria Executiva, Assessoria de Relações Institucionais, Assessoria de Relações Internacionais e Gabinete da Reitoria</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atuação</li> <li>- Transparência</li> <li>- Presteza na solução das demandas</li> </ul>



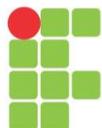
	- Relação com o Servidor
Segmento Comunidade Externa (tópicos avaliados nos Câmpus)	<b>Direção</b>
	- Atuação da Direção-Geral no Câmpus
	- Transparência da gestão
Segmento Discente Ensino Superior (tópicos avaliados nos Câmpus)	<b>Serviços/Atendimento</b>
	- Recepção
	- Segurança
	- Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares (CORAE)
	- Coordenação de Assistência ao Estudante (CAE)
	- Coordenação do Serviço de Interação Escola-Empresa (COSIE-E)
	- Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente
	- Protocolo
	- Departamento de Áreas Acadêmicas
	- Cantina
	<b>Curso</b>
	- Atuação da Coordenação
	- Relação Coordenador/aluno
	<b>Direção</b>
	- Atuação da Direção-Geral no Câmpus:
	- Transparência da gestão
	- Relação Direção-Geral/aluno
	<i>Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de desenvolvimento Institucional, Diretoria de desenvolvimento de Recursos Humanos, Pró-Reitoria de Administração, Diretoria Executiva, Assessoria de Relações Institucionais, Assessoria de Relações Internacionais e Gabinete da Reitoria.</i>
	- Atuação
	- Transparência
	- Presteza na solução das demandas
	- Relação com o Servidor
	Segmento Discente Pós-Graduação (tópicos avaliados nos Câmpus Goiânia e Jataí)
- Recepção	
- Segurança	
- Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares (CORAE)	
- Protocolo	
- Departamento de Áreas Acadêmicas	
- Cantina	
<i>Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de desenvolvimento Institucional, Diretoria de desenvolvimento de Recursos Humanos, Pró-Reitoria de Administração, Diretoria Executiva, Assessoria de Relações Institucionais, Assessoria de Relações Internacionais e Gabinete da Reitoria.</i>	
- Atuação	
- Transparência	
- Presteza na solução das demandas	
- Relação com o Servidor	
Segmento Docente (tópicos avaliados nos Câmpus)	
	- Coord. de Curso
	- Coord. Acadêmica
	- Chefia de Departamento de Áreas Acadêmicas
	- Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (GEPEX)



	<ul style="list-style-type: none"><li>- Coord. de Apoio Pedagógico ao Discente</li><li>- Protocolo</li><li>- Recursos Didáticos</li><li>- Cantina</li></ul> <p><b>Curso</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Atuação da Coordenação</li><li>- Relação Coordenador/aluno</li></ul> <p><b>Direção</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Atuação da Direção-Geral no Câmpus</li><li>- Transparência na gestão</li><li>- Relação Direção-Geral/docente</li></ul> <p><i>Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de desenvolvimento de Recursos Humanos, Diretoria de desenvolvimento de Recursos Humanos, Pró-Reitoria de Administração, Diretoria Executiva, Assessoria de Relações Institucionais, Assessoria de Relações Internacionais e Gabinete da Reitoria.</i></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Atuação</li><li>- Transparência</li><li>- Presteza na solução das demandas</li><li>- Relação com o Servidor</li></ul>
Segmento Gestores (tópicos avaliados nos Câmpus e Reitoria)	<p><b>Serviços/Atendimento</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Recepção</li><li>- Protocolo</li><li>- Centro de Seleção</li><li>- Coord. de Apoio Pedagógico ao Discente</li><li>- Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares (CORAE)</li><li>- Coordenação de Assistência ao Estudante (CAE)</li><li>- Coordenação do Serviço de Interação Empresa-Escola (COSIE-E)</li><li>- Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (GEPEX)</li><li>- Cantina</li><li>- Teatro/Auditório(s)</li><li>- Departamento de Áreas Acadêmicas</li></ul> <p><b>Direção</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Atuação da Direção-Geral no Câmpus</li><li>- Transparência na gestão</li><li>- Relação Direção-Geral/comunidade</li></ul> <p><i>Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de desenvolvimento Institucional, Diretoria de desenvolvimento de Recursos Humanos, Pró-Reitoria de Administração, Diretoria Executiva, Assessoria de Relações Institucionais, Assessoria de Relações Internacionais e Gabinete da Reitoria.</i></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Atuação</li><li>- Transparência</li><li>- Presteza na solução das demandas</li><li>- Relação com o Servidor</li></ul>
<b>Dimensão 7 - Infraestrutura física</b>	
Segmento Técnico-Administrativo (tópicos avaliados nos Câmpus e Reitoria)	<p><b>Instalações Físicas</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Iluminação</li><li>- Limpeza</li><li>- Mobiliário</li></ul>



	<ul style="list-style-type: none"><li>- Nível de ruído/barulho</li><li>- Ventilação</li><li>- Acessibilidade</li></ul>
Segmento Comunidade Externa (tópicos avaliados nos Câmpus)	<p><b>Instalações Físicas</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Iluminação</li><li>- Limpeza</li><li>- Mobiliário</li><li>- Nível de ruído/barulho</li><li>- Ventilação</li><li>- Acessibilidade</li></ul>
Segmento Discente Ensino Superior (tópicos avaliados nos Câmpus)	<p><b>Instalações Físicas</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Iluminação</li><li>- Limpeza</li><li>- Mobiliário</li><li>- Nível de ruído/barulho</li><li>- Ventilação</li><li>- Acessibilidade</li></ul> <p><b>Biblioteca</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Espaço físico</li></ul> <p><b>Laboratório de Informática</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Quantidade de computadores</li><li>- Manutenção dos computadores</li><li>- Internet</li><li>- Horário de funcionamento</li><li>- Atendimento aos usuários</li></ul> <p><b>Laboratórios de Curso</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Condições técnicas/equipamentos</li><li>- Disponibilidade de funcionamento</li><li>- Atendimento aos usuários</li><li>- Atualização dos equipamentos</li></ul>
Segmento Discente Pós-Graduação (tópicos avaliados nos Câmpus Goiânia e Jataí)	<p><b>Instalações Físicas</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Iluminação</li><li>- Limpeza</li><li>- Mobiliário</li><li>- Nível de ruído/barulho</li><li>- Ventilação</li><li>- Acessibilidade</li></ul> <p><b>Biblioteca</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Espaço físico</li></ul> <p><b>Laboratório de Informática</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Quantidade de computadores</li><li>- Manutenção dos computadores</li><li>- Internet</li><li>- Horário de funcionamento</li><li>- Atendimento aos usuários</li></ul> <p><b>Laboratórios de Curso</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Condições técnicas/equipamentos</li><li>- Disponibilidade de funcionamento</li><li>- Atendimento aos usuários</li><li>- Atualização dos equipamentos</li></ul>
Segmento Docente (tópicos avaliados nos Câmpus)	<p><b>Instalações Físicas</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Iluminação</li><li>- Limpeza</li></ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mobiliário</li> <li>- Nível de ruído/barulho</li> <li>- Ventilação</li> <li>- Acessibilidade</li> </ul>
Segmento Gestores (tópicos avaliados nos Câmpus e Reitoria)	<p><b>Instalações Físicas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Iluminação</li> <li>- Limpeza</li> <li>- Mobiliário</li> <li>- Nível de ruído/barulho</li> <li>- Ventilação</li> <li>- Acessibilidade</li> </ul>

**Dimensão 8 - Planejamento e avaliação**

Segmento Técnico Administrativo (tópicos avaliados nos Câmpus e Reitoria)	<p><b>AutoAvaliação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Assiduidade e pontualidade</li> <li>- Relação servidor técnico-administrativo/professor</li> <li>- Relação servidor técnico-administrativo/aluno</li> <li>- Relação com a comunidade externa</li> <li>- Relação servidor técnico-administrativo/trabalhador terceirizado</li> </ul>
Segmento Comunidade Externa (tópicos avaliados pelos alunos do PRONATEC, FIC, Mulheres Mil e Ensino a Distância)	<p><b>AutoAvaliação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Compreensão dos conteúdos ministrados pelos professores</li> <li>- Realização/participação nas atividades acadêmicas</li> <li>- Relação aluno/professor</li> <li>- Relação aluno/servidor técnico-administrativo</li> <li>- Relação aluno/gestor da Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (GEPEX)</li> </ul>
Segmento Discente Pós-Graduação (tópicos avaliados nos Câmpus Goiânia e Jataí)	<p><b>AutoAvaliação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Compreensão dos conteúdos ministrados pelos professores</li> <li>- Realização/participação nas atividades acadêmicas</li> <li>- Relação aluno/servidor técnico-administrativo</li> <li>- Relação aluno/trabalhador terceirizado</li> </ul>
Segmento Discente Ensino Superior (tópicos avaliados nos Câmpus)	<p><b>AutoAvaliação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Compreensão dos conteúdos ministrados pelos professores</li> <li>- Realização/participação nas atividades acadêmicas</li> <li>- Relação aluno/servidor técnico-administrativo</li> <li>- Relação aluno/trabalhador terceirizado</li> </ul>
Segmento Docente (tópicos avaliados nos Câmpus)	<p><b>Atuação discente nas disciplinas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Comprometimento com as atividades acadêmicas</li> <li>- Participação em eventos científicos</li> <li>- Respeito</li> </ul> <p><b>Autoavaliação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Assiduidade e pontualidade</li> <li>- Relação teoria/prática na(s) sua(s) disciplina(s)</li> <li>- Utilização de metodologias de ensino</li> <li>- Relação professor/servidor técnico-administrativo</li> <li>- Relação professor/aluno</li> <li>- Relação com demais docentes</li> <li>- Relação com trabalhadores terceirizados</li> </ul>
Segmento Gestores (tópicos avaliados nos Câmpus e Reitoria)	<p><b>AutoAvaliação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Assiduidade e pontualidade</li> <li>- Relação com o servidor técnico-administrativo</li> <li>- Relação com o aluno</li> </ul>



	- Relação com o docente
	- Relação com os trabalhadores terceirizados

#### Dimensão 9 - Políticas de atendimento aos estudantes

Segmento Discente Pós-Graduação (tópicos avaliados nos Câmpus Goiânia e Jataí)	<b>Biblioteca</b>
	- Espaço físico
	- Informatização
	- Horário de atendimento
	- Atendimento aos usuários
	- Acervo
Segmento Discente Ensino Superior (tópicos avaliados nos Câmpus)	<b>Biblioteca</b>
	- Espaço físico
	- Informatização
	- Horário de atendimento
	- Atendimento aos usuários
	- Acervo
Segmento Docente (tópicos avaliados nos Câmpus)	<b>Extensão</b>
	- Viabilização dos projetos

#### Dimensão 10 - Sustentabilidade financeira (não incluída nos questionários online)

Indo ao encontro do trabalho já elaborado pela CPA, a comissão responsável pela organização do Seminário de Planejamento que ocorrerá em julho/2014 elaborou uma série de indicadores base, que avançam no debate sobre o tema.

Estes indicadores serão preenchidos periodicamente pelos Câmpus e permitirá que seja desenvolvido um Mapa Diagnóstico do IFG.

INDICADOR	DETALHAMENTO	FONTE
<b>INDICADORES DE ECONOMICIDADE</b>		
Força de Trabalho Docente (FTD)	<b>FTD = (qtde DE x 1,62) + (qtde 40h) + (qtde 20h x 0,65)</b>	<b>Decreto 7.312/2010</b>
	<i>Qtde DE: Quantidade de docentes em Regime de Dedicção Exclusiva</i>	
	<i>Qtde 40h: Quantidade de docentes em Regime de 40h (efetivos, temporários e substitutos)</i>	
	<i>Qtde 20h: Quantidade de docentes em Regime de 20h (efetivos, temporários e substitutos)</i>	
Força de Trabalho Docente Compensada (FTDC)	<b>FTDC = [(qtde DE s/ grat x 1,62) + (qtde 40h s/ grat) + (qtde 20h s/ grat x 0,65)] + {[(qtde DE FG/FCC x 1,62) + (qtde 40h FG/FCC) + (qtde 20h FG/FCC x 0,65)] x 0,5} + {[(qtde DE CD3 x 1,62) + (qtde 40h CD3) + (qtde 20h CD3 x 0,65)] x 0,25}</b>	<b>Adaptação o SUAP/IF RN</b>
	<i>Qtde DE: Quantidade de docentes em Regime de Dedicção Exclusiva</i>	
	<i>Qtde 40h: Quantidade de docentes em Regime de 40h (efetivos, temporários e substitutos)</i>	
	<i>Qtde 20h: Quantidade de docentes em Regime de 20h (efetivos, temporários e substitutos)</i>	
	<i>s/grat: Sem gratificação</i>	
	<i>FG/FCC: Com gratificação FG ou FCC</i>	
	<i>CD3: Com gratificação CD3</i>	



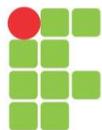
Carga Aula Semestral em cursos com recursos ordinários (CAS)	<p><b>CAS = <math>\sum</math> da quantidade de aulas no semestre</b></p> <p><i>Somatório da quantidade de aulas de todos os cursos oferecidos pelo Câmpus com emprego de recursos ordinários no semestre.</i></p> <p><i>Para evitar a discussão sobre o conceito de hora/aula (Parecer CNE /CES 575/01) empregou-se na construção deste indicador a quantidade de aulas, que normalmente possuem menos de 60 minutos.</i></p>	
Carga Aula Semanal média por docente (CASMD)	<p><b>CASMD = <math>[(CAS \div 20) \div FTD]</math></b></p> <p><i>CAS: Carga aula semestral em cursos com recursos ordinários</i></p> <p><i>FTD: Força de Trabalho Docente</i></p>	
Carga Aula Semanal média Compensada (CASMDC)	<p><b>CASMDC = <math>[(CAS \div 20) \div FTDC]</math></b></p> <p><i>CAS: Carga aula semestral em cursos com recursos ordinários</i></p> <p><i>FTD: Força de Trabalho Docente Compensada</i></p>	
<b>INDICADORES DE EXCELÊNCIA</b>		
Índice de titulação do corpo docente (ITCD)	<p><b>ITCD = <math>(Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5) \div Qtd\ de\ total\ de\ docentes</math></b></p> <p><i>G: Número de professores, em função da titulação acadêmica máxima de graduação</i></p> <p><i>A: Número de professores, em função da titulação acadêmica máxima de aperfeiçoamento</i></p> <p><i>E: Número de professores, em função da titulação acadêmica máxima de especialização</i></p> <p><i>M: Número de professores, em função da titulação acadêmica máxima de mestrado</i></p> <p><i>D: Número de professores, em função da titulação acadêmica máxima de doutorado</i></p> <p><i>Qtd Total de docentes: Quantidade Total de docentes</i></p>	<b>PLAN ESTRAT EG REDE FEDERA L 2015/2019</b>
Percentual de docentes efetivos envolvidos em projetos pesquisa, extensão (%DPPEI)	<p><b>%DPPEI = <math>(Docentes\ PPEI \div Qtd\ de\ total\ doc\ ef) \times 100</math></b></p> <p><i>Docentes PPEI: número de docentes efetivos envolvidos em projetos pesquisa, extensão e inovação</i></p> <p><i>Qtd Total de doc ef: Quantidade Total de docentes efetivos</i></p>	<b>PLAN ESTRAT EG REDE FEDERA L 2015/2019</b>
Média das Notas ENADE Campus (MD ENADE)	<p><b>MD ENADE = <math>(\sum\ Notas\ ENADE\ (a-1; a-2; a-3) \div Qtd\ de\ cursos\ avaliados)</math></b></p> <p><i><math>\sum</math> Notas Enade (a-1; a-2; a-3): Somatória das notas que os cursos obtiveram no ENADE nos últimos 3 anos no Câmpus</i></p> <p><i>Qtd de cursos avaliados no período auscultado</i></p>	<b>PROPOS TA FDI/CON IF</b>
<b>INDICADORES DE EFETIVIDADE</b>		
Percentual de vagas ofertadas para cursos técnicos (%VCTec)	<p><b>%VCTec = <math>[Vagas\ CTEC \div (Vagas\ EM + Vagas\ CTEC + Vagas\ Grad + Vagas\ Pos)] \times 100</math></b></p> <p><i>Vagas EM: vagas ofertadas para ensino médio (propedêutico)</i></p> <p><i>Vagas CTEC: vagas ofertadas para cursos técnicos (todas as formas e modalidades)</i></p> <p><i>Vagas Grad: vagas ofertadas para cursos de graduação (todas as formas e modalidades)</i></p> <p><i>Vagas Pos: vagas ofertadas para cursos de pós-graduação (todas as formas e modalidades)</i></p>	<b>METAS PDI 2012/2016 IFG</b>



Percentual de vagas ofertadas para cursos de licenciatura em relação ao total de vagas ofertadas sem financiamento extraordinário (% VCL)	$\%VCL = [ \text{Vagas CL} \div (\text{Vagas EM} + \text{Vagas TEC} + \text{Vagas Grad} + \text{Vagas Pós}) ] \times 100$ <p><i>Vagas CL: vagas ofertadas para cursos de licenciatura</i>  <i>Vagas EM: vagas ofertadas para ensino médio (propedêutico)</i>  <i>Vagas TEC: vagas ofertadas para cursos técnicos (todas as formas e modalidades)</i>  <i>Vagas Grad: vagas ofertadas para cursos de graduação (todas as formas e modalidades)</i>  <i>Vagas Pós: vagas ofertadas para cursos de pós-graduação (todas as formas e modalidades)</i></p>	<b>METAS PDI 2012/2016 IFG</b>
Percentual de vagas destinadas ao PROEJA (% V PROEJA)	$\%VPROEJA = [(\text{Qtde vagas PROEJA} \div \text{Qtde total vagas (a-1)}) \times 100$ <p><i>Qtde vagas PROEJA: Quantidade de vagas destinadas aos cursos PROEJA no campus</i>  <i>Qtde total vagas (a-1): Quantidade total de vagas sem financiamento extraordinário oferecidas no ano anterior</i></p>	<b>DECRET O N° 5.840/2006 b</b>
Percentual de Alcance dos cursos PROEJA (APROEJA)	$\%APROEJA = (\text{Qtde Dep c/ PROEJA} \div \text{Qtde total Dep}) \times 100$ <p><i>Qtde Dep c/ PROEJA: Quantidade de departamentos de áreas acadêmicas que ofertam cursos na modalidade PROEJA em todo o IFG</i>  <i>Qtde total Dep: Quantidade TOTAL de departamentos de áreas acadêmicas em todos os câmpus do IFG</i></p>	<b>METAS PDI 2012/2016 IFG</b>
Alcance dos Programas de Melhoria da Educação Básica (APMEB)	$APMEB = (\text{Qtde Dep c/ PMEB} \div \text{Qtde total Dep}) \times 100$ <p><i>Qtde Dep c/ PMEB: Quantidade de departamentos de áreas acadêmicas que desenvolvem projetos de melhoria da educação básica em todo o IFG</i>  <i>Qtde total Dep: Quantidade TOTAL de departamentos de áreas acadêmicas em todos os câmpus do IFG</i></p>	<b>METAS PDI 2012/2016 IFG</b>
<b>INDICADORES DE EFICÁCIA</b>		
Percentual de vagas ofertadas com financiamento extraordinário em relação ao total de vagas ofertadas (% VFE)	$\%VFE = [ (\text{Vagas BF} + \text{Vagas eTec} + \text{Vagas UAB}) \div (\text{Vagas Ord} + \text{Vagas BF} + \text{Vagas eTec} + \text{Vagas UAB}) ] \times 100$ <p><i>Vagas Ord: vagas ofertadas sem financiamento extraordinário, incluindo todas as ofertas educacionais</i>  <i>Vagas BF: vagas ofertadas pela Bolsa-Formação (estudante e trabalhador)</i>  <i>Vagas eTec: vagas ofertadas pela Rede e-Tec</i>  <i>Vagas UAB: vagas ofertadas pela UAB</i></p>	<b>PLAN ESTRAT EG REDE FEDERAL 2015/2019</b>
Ampliação da oferta de vagas por Câmpus (%AOVC)	$\%AOVC = 1 - (\text{qtde vagas ofertadas em a} \div \text{qtde vagas ofertadas em a-1}) \times 100$ <p><i>Qtde vagas ofertadas em a: Quantidade de vagas oferecidas em cursos presenciais sem financiamento extraordinário no ano em curso;</i>  <i>Qtde vagas ofertadas em a-1: Quantidade de vagas oferecidas em cursos presenciais sem financiamento extraordinário no ano anterior;</i></p>	<b>LEI 11.892/2008</b>
Quantidade Total de Matrícula por Componente Curricular (QTMCC)	<p><b>QTMCC = Σ de matrículas considerando cada componente curricular</b></p> <p><i>* Para este indicador são considerados todas as matrículas em todos os componentes curriculares dos cursos presenciais sem financiamento extraordinário. Desta forma, um mesmo discente pode estar matriculado em vários componentes curriculares</i></p>	



Quantidade total de reprovações por componente curricular (QTRCC)	<p><b>QTRCC = <math>\sum</math> de reprovações considerando cada componente curricular</b></p> <p><i>* Para este indicador são considerados todas as reprovações em todos os componentes curriculares dos cursos presenciais sem financiamento extraordinário. Desta forma, um mesmo discente pode ser reprovado em vários componentes curriculares</i></p>	
Índice de Retenção do Fluxo Escolar (IRFE)	<p><b>IRFE = (QTRCC ÷ QTMCC) * 100</b></p> <p><i>QTRCC: Quantidade total de reprovações por componente curricular</i> <i>QTMCC: Quantidade total de matrículas por componente curricular</i></p>	SUAP/IFRN
Eficácia por curso (Eficácia/curso)	<p><b>EFICÁCIA/CURSO = (Concluintes/ano ÷ Vagas ofertadas t-n) x 100</b></p> <p><i>Concluintes ano: Quantidade de concluintes por curso ao fim do ano letivo (presencial)</i> <i>Vagas ofertadas t-n: Quantidade de vagas ofertadas no período regular de ingresso da turma de concluintes daquele ano (caso a concorrência tenha sido &lt; 1 aluno/vaga, deve ser considerada a quantidade de ingressantes)</i></p>	METAS PDI 2012/2016 IFG
Eficácia do Câmpus (Eficácia/campus)	<p><b>EFICÁCIA/CAMPUS = (<math>\sum</math> EFICÁCIA CURSO ÷ n)</b></p> <p><i><math>\sum</math>: Somatória do indicador EFICÁCIA/CURSO de todos os cursos com alunos concluintes em cursos presenciais</i> <i>n: Quantidade de cursos presenciais com alunos concluintes</i></p>	METAS PDI 2012/2016 IFG
<b>INDICADORES DE EFICIÊNCIA</b>		
Relação alunos por docente para os cursos desenvolvidos sem financiamento extraordinário (RAD)	<p><b>RAD = Matrículas ÷ [(qtde DE x 1,62) + (qtde 40h) + (qtde 20h x 0,65)] x 100</b></p> <p><i>Matrículas: total de matrículas de cursos presenciais do Câmpus com financiamento ordinário</i> <i>Qtde DE: Quantidade de docentes em Regime de Dedicção Exclusiva</i> <i>Qtde 40h: Quantidade de docentes em Regime de 40h (efetivos, temporários e substitutos)</i> <i>Qtde 20h: Quantidade de docentes em Regime de 20h (efetivos, temporários e substitutos)</i></p>	METAS PDI 2012/2016 IFG
Eficiência por curso (Eficiência/curso)	<p><b>EFICIÊNCIA/CURSO = (Matriculados/ano ÷ Total de vagas ofertadas) x 100</b></p> <p><i>Matriculados/ano: Quantidade de alunos matriculados ao fim do ano letivo considerando todas as turmas presenciais do curso (alunos matriculados apenas em Estágio ou TCC deverão ser considerados como matriculados no último período)</i> <i>Total de Vagas ofertadas: Quantidade de vagas ofertadas por período, multiplicado pela quantidade de períodos com turmas ativas (caso a concorrência em algum dos períodos auscultados tenha sido &lt; 1 aluno/vaga, deve ser considerada a quantidade de ingressantes)</i></p>	TAM SETEC/IF 2008/2020
Eficiência do Câmpus (Eficiência/campus)	<p><b>EFICIÊNCIA /CAMPUS = (<math>\sum</math>EFICIÊNCIA CURSO ÷ n)</b></p> <p><i><math>\sum</math>: Somatória do indicador EFICIÊNCIA/CURSO de todos os cursos presenciais</i> <i>n: Quantidade de cursos com alunos concluintes</i></p>	TAM SETEC/IF 2008/2020



Eficiência no recrutamento de candidatos por curso (ERC Curso)	<p><b>ERC Curso = (Qtde candidatos inscritos ÷ Qtde de vagas)</b></p> <p><i>Qtde candidatos inscritos: Quantidade de candidatos inscritos no processo seletivo de cada curso presencial</i> <i>(Obs. dado anual, caso ocorra entrada semestral, as quantidades deverão ser somadas)</i></p> <p><i>n: Quantidade de vagas disponibilizadas para o curso no ano</i></p>	<b>PROEN / SISTEC</b>
Eficiência no recrutamento de candidatos do Campus(ERC Campus)	<p><b>ERC Campus = (∑ ERC Curso ÷ n)</b></p> <p><i>∑ ERC Curso: Somatória do indicador eficiência no recrutamento de candidatos por curso de todos os cursos presenciais</i> <i>n: Quantidade de cursos presenciais</i></p>	<b>PROEN / SISTEC</b>
Efetivação de matrículas ano por curso (EM CURSO)	<p><b>EM Curso = (Qtde matrículas efetivadas ÷ Qtde de vagas ofertadas)</b></p> <p><i>Qtde matrículas efetivadas inscritos: Quantidade de candidatos inscritos no processo seletivo de cada curso presencial</i> <i>(Obs. dado anual, caso ocorra entrada semestral, as quantidades deverão ser somadas)</i></p> <p><i>n: Quantidade de vagas disponibilizadas para o curso no ano</i></p>	<b>PROEN / SISTEC</b>
Efetivação de matrículas ano por Campus (EM CAMPUS)	<p><b>ERC Campus = (∑ ERC Curso ÷ n)</b></p> <p><i>∑ ERC Curso: Somatória do indicador eficiência no recrutamento de candidatos por curso de todos os cursos presenciais</i> <i>n: Quantidade de cursos presenciais</i></p>	<b>PROEN / SISTEC</b>
Quantidade de Núcleos de Pesquisa por Câmpus (QNP)	<p><b>QNP = ∑ Qtde Núcleos de Pesquisa</b></p> <p><i>Somatório da quantidade de núcleos de pesquisa instalados no Câmpus e cadastrados na PROPPG/IFG</i></p>	<b>TAM SETEC/IF 2008/2020</b>
Quantidade de Projetos de Pesquisa por Câmpus (QPP)	<p><b>QPP = ∑ Qtde Projetos de Pesquisa</b></p> <p><i>Somatório da quantidade de projetos de pesquisa instalados no Câmpus e cadastrados na PROPPG/IFG</i></p>	<b>TAM SETEC/IF 2008/2020</b>
Percentual de alunos participantes de projetos de pesquisa (%APPP)	<p><b>%APPP= (Discentes PPP ÷ Matrículas) x 100</b></p> <p><i>Discentes PPP: número de discentes cadastrados como Participantes em Projetos de Pesquisa junto à PROPPG</i> <i>Matrículas: total de matrículas de cursos presenciais do Câmpus com financiamento ordinário</i></p>	<b>PLAN ESTRAT EG REDE FEDERA L 2015/2019</b>
Percentual de alunos participantes de projetos de extensão (%APPE)	<p><b>%APPE= (Discentes PPE ÷ Matrículas) x 100</b></p> <p><i>Discentes PPE: número de discentes cadastrados como Participantes em Projetos de Extensão junto à PROEX</i> <i>Matrículas: total de matrículas de cursos presenciais do Câmpus com financiamento ordinário</i></p>	<b>PLAN ESTRAT EG REDE FEDERA L 2015/2019</b>
Quantidade de Projetos de Extensão por Câmpus (QPE)	<p><b>QPE = ∑ Qtde Projetos de Extensão</b></p> <p><i>Somatório da quantidade de projetos de Extensão instalados no Câmpus e cadastrados na PROEX/IFG</i></p>	<b>TAM SETEC/IF 2008/2020</b>
Quantidade de Projetos de Ação Social por Câmpus (QPASC)	<p><b>QPASC = ∑ Qtde Projetos de ação social</b></p> <p><i>Somatório da quantidade de projetos de ação social instalados no Câmpus e cadastrados na PROEX/IFG</i></p>	<b>TAM SETEC/IF 2008/2020</b>

#### 4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05//2013

#### 4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O Instituto Federal de Goiás não tem nada a relatar de **reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos vigente, transferências de recursos, renúncias sob a gestão da UJ e gestão de precatórios**. No que se refere a Precatórios, foi alocado orçamento na UJ, que apresenta este relatório, na Ação 0005-Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios), como pode ser observado no quadro anterior, mas que foi executado pela UG 090032 – TRFORC – 1ª Região, em cumprimento ao art. 24 da LDO 2004, isto é, o Instituto Federal de Goiás não executou esta despesa.

Diante disso e sob a orientação da Portaria nº 175, de 09/07/2013, não serão apresentados os itens **4.2 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos e seu subitem e quadro; 4.4 Transferências de Recursos e seus subitens e quadros; 4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ e seus subitens e quadros; 4.7 Gestão de Precatórios e seus subitens e quadros**.

#### 4.1. EXECUÇÃO DAS DESPESAS

##### 4.1.1. Programação

O demonstrativo a seguir compreende as informações sobre a programação orçamentária da UJ, Quadro **A.4.1 – Programação de Despesas** e, em seguida, uma análise crítica desta programação. Este quadro está organizado como uma planilha contendo três (3) colunas, que contemplam os três grupos de despesa da categoria econômica Despesas Correntes, quais sejam: 1 – Pessoal e Encargos Sociais, 2 – Juros e Encargos da Dívida e 3- Outras Despesas Correntes.

A seguir, no mesmo quadro, apresenta-se a Despesa de Capital, que está organizada em três (3) colunas, que contemplam os três (3) grupos de despesa da categoria econômica, quais sejam: 4 – Investimentos, 5 – Inversões Financeiras e 6 – Amortização da Dívida. Tanto para as Despesas Correntes como de Capital as linhas estão divididas em três grupos de informação: LOA, CRÉDITOS e Outras Operações, conforme demonstrado a seguir:

QUADRO A.4.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Unidade Orçamentária: Instituto Federal de Goiás		Código UO: 26429	UGO: 158153	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes		
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		114.529.165,00		46.873.697,00
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>	54.266.702,00		4.084.724,00



	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados			(13.125,00)		(221.864,00)
<b>Outras Operações</b>					
Dotação final 2013 (A)			168.782.742,00		50.736.557,00
Dotação final 2012(B)			139.359.281,00		39.189.625,00
Variação (A/B-1)*100			21,11		29,46
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
<b>DOTAÇÃO NICIAL</b>		27.180.784,00			
<b>CRÉDITOS</b>	Suplementares		1.396.084,00		
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos	8.526.928,00		
		Reabertos			
Créditos Cancelados		(8.526.928,00)			
<b>Outras Operações</b>					
Dotação final 2013 (A)			28.576.868,00		
Dotação final 2012(B)			28.952.838,00		
Variação (A/B-1)*100			(1,30)		

Fonte: SIAFI GERENCIAL.

#### 4.1.1.1 Análise Crítica

##### a) **Compatibilidade das dotações com as necessidades da UJ:**

Na análise dos quadros da Programação Orçamentária das despesas, a situação demonstrada reflete um aumento na LOA do Instituto Federal de Goiás de 2012 para 2013, principalmente, nas Despesas de Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes, que apresentaram uma variação de 21,11% e 29,46% respectivamente. O aumento dessas despesas é consequência do crescimento e da expansão da UJ com a implantação de novos Câmpus nas Cidades de Aparecida de Goiânia e Goiás, e a consolidação da implantação dos Câmpus Anápolis, Formosa, Luziânia, Inhumas, Itumbiara e Uruaçu, além da recomposição do quadro de pessoal dos Câmpus Goiânia e Câmpus Jataí. Destaca-se ainda que as Despesas de Pessoal e Encargos Sociais e Outras

Despesas Correntes tiveram, respectivamente, uma suplementação orçamentária de 47,37% e 8,24%. Desse modo, os limites orçamentários para essas despesas foram compatíveis com as necessidades de crédito do IFG para cumprimento da sua programação de trabalho no exercício de 2013.

No que se refere às Despesas de Capital, observa-se uma pequena variação negativa de (-) 1,30% na LOA de 2013 em relação à LOA do exercício de 2012. Essa redução explica-se pelo fato de que a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), diferentemente do que ocorreu em 2011, optou desde 2012 em trabalhar com descentralização de créditos orçamentários para atender as demandas de investimento, em especial no que se refere à reestruturação da rede. Desse modo, apesar de 5,13% de créditos suplementares, os limites orçamentários para Despesas de Investimento não foram compatíveis com as necessidades de crédito do IFG para cumprimento da sua programação de trabalho no exercício de 2013, principalmente, no que se refere à Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Estado de Goiás.

No que se refere ao comportamento da proposta orçamentária, desde sua elaboração até a publicação da LOA foi observado um acréscimo de R\$1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) nos créditos orçamentários de Despesas de Capital, em função da apresentação de emendas parlamentares ao orçamento por políticos goianos em favor do IFG. Das emendas foi liberado limite para empenho, no final do ano, de R\$1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), ficando o crédito contido pela Secretaria de Orçamento Federal de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais).

Por fim, no geral, observa-se um crescimento de 19,56% no orçamento do IFG no exercício de 2013 em relação ao exercício de 2012, com destaque para Despesas de Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes, que apresentaram um crescimento de 21,1% e 29,5% respectivamente. No que se refere às Despesas de Investimento em 2013, em relação a 2012, elas decresceram 2,43%, caindo de 13,95% em 2012 para 11,52% em 2013, pelos motivos já explicitados anteriormente.

**b) Créditos extraordinários:** O valor de R\$8.526.928,00 foi aberto e bloqueado pela Secretaria de Orçamento Federal.

#### 4.1.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa

O Instituto Federal de Goiás não tem **movimentação orçamentária interna por grupo de despesa**, pois não realizou movimentação interna de crédito entre UO do mesmo Órgão ou entre UG de uma mesma UO, exceto, as movimentações internas entre as UG associadas a UJ que não devem ser informadas. Diante disso e sob a orientação da Portaria nº 175, de 09/07/2013, não será apresentado o quadro **A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa**.

O **Quadro A.4.1.2.2**, denominado **Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa** compreende o conjunto dos créditos orçamentários concedidos ou recebidos de UG não associada à UJ, ou seja, concedidos ou recebidos de UG relacionada à UJ que não componha o Relatório de Gestão. Dizendo de outra forma a movimentação externa de crédito é a movimentação de créditos entre UO de Órgãos distintos. Neste sentido, o referido Quadro contempla sete colunas e está dividido em dois grupos de despesa: Correntes e de Capital. Para ambas as despesas são demonstradas as origens da movimentação, ou seja, créditos Concedidos ou Recebidos.



QUADRO A.4.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	158153	154040	12.363.2031.20RL.0052			609,46
		158142				217,44
		158124				2.183,80
Recebidos	153173	158153	12.363.2031.20RW.0001			11.616.458,10
			12.363.2031.8252.0001			806.720,21
			13.392.2027.20ZF.0001			814.999,98
			14.243.2062.210M.0001			605.523,42
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	153173	158153	12.363.2031.8252.0001	315.571,96		
			12.363.2031.20RG.0001	4.000.000,00		
			12.364.2032.20GK.0001	156.295,33		

Fonte: SIAFI GERENCIAL.

#### 4.1.3. Realização da Despesa

O Instituto Federal de Goiás não tem **Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ e Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ**, pois a Unidade Jurisdicionada constitui a **única** jurisdicionada a ter as despesas concernentes suportadas pelos recursos consignados à UO-26429. Diante disso e sob a orientação da Portaria nº 175, de 09/07/2013, não serão apresentados os quadros **A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ** e **A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ**.

Assim, neste item serão relatadas as informações sobre a realização da despesa de acordo com a origem do crédito, se originários ou recebidos por movimentação interna e externa, por intermédio dos seguintes quadros: Despesas por Modalidade de Contratação e Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.

#### 4.1.3.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

O quadro denominado **Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários** contempla duas colunas com informações sobre a Despesa Liquidada e a Despesa Paga. Cada uma delas dividida nos exercícios 2013 e 2012. As linhas, por sua vez, discriminam as despesas por modalidade de contratação, divididas em grupos totalizadores. No grupo totalizador “Modalidade de Licitação” encontra-se o Convite, a Tomada de Preços, a Concorrência, o Pregão, o Concurso, a Consulta e o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, enquanto no grupo “Contratações Diretas” estão a Inexigibilidade e a Dispensa. No grupo “Regime de Execução Especial” está o Suprimento de Fundos, enquanto no grupo “Pagamento de Pessoal” encontra-se o pagamento de Pessoal por meio da Folha de Pagamento e de Diárias. Por fim, no grupo totalizador denominado “Outros” são consideradas as despesas que não se enquadrarem nos itens anteriores.

QUADRO A.4.1.3.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL

Unidade Orçamentária: Instituto Federal de Goiás		Código UO: 26429		UGO: 158153	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>33.080.285,94</b>	<b>27.731.332,18</b>	<b>32.158.113,79</b>	<b>27.525.139,17</b>	
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência	8.920.318,51	6.540.549,46	8.354.044,28	6.540.549,46	
d) Pregão	24.159.967,43	21.190.782,72	23.804.069,51	20.984.589,71	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>2.773.204,67</b>	<b>3.034.657,34</b>	<b>2.725.138,74</b>	<b>2.990.196,12</b>	
h) Dispensa	2.459.554,68	2.817.644,30	2.414.891,49	2.773.183,08	
i) Inexigibilidade	313.649,99	217.013,04	310.247,25	217.013,04	
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>8.248,60</b>	<b>5.653,98</b>	<b>8.248,60</b>	<b>5.653,98</b>	
j) Suprimento de Fundos	8.248,60	5.653,98	8.248,60	5.653,98	
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>180.827.406,09</b>	<b>146.369.120,80</b>	<b>180.723.317,03</b>	<b>138.986.970,78</b>	
k) Pagamento em Folha	180.026.014,89	145.703.526,45	179.922.228,65	138.326.833,94	
l) Diárias	801.391,20	665.594,35	801.088,38	660.136,84	
<b>5. Outros</b>	<b>8.155.086,99</b>	<b>5.663.661,69</b>	<b>8.136.537,30</b>	<b>5.658.812,42</b>	
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>224.844.232,29</b>	<b>182.804.425,99</b>	<b>223.751.355,46</b>	<b>175.166.772,47</b>	

Fonte: SIAFI GERENCIAL.

#### 4.1.3.3. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

O **Quadro A.4.1.3.3** abaixo, denominado **Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ**, contempla a totalidade dos recursos consignados à UO e está dividido em quatro colunas com os seguintes campos: **Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, RP não processados e Valores Pagos**. Cada coluna está dividida nos exercícios 2013 e 2012. As linhas, por sua vez, discriminam as despesas pelos três (3) grupos da Despesa Corrente, quais sejam: 1 – Despesas de Pessoal; 2 - Juros e Encargos da Dívida; 3 - Outras Despesas Correntes. Cada grupo de despesa tem os **três elementos de maior montante empenhado em 2013 discriminados em ordem decrescente desse montante** enquanto um quarto elemento totalizador, denominado “Demais elementos do grupo”, acumula todos os demais elementos de despesa do grupo.

QUADRO A.4.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL

Unidade Orçamentária: Instituto Federal de Goiás					Código UO: 26429		UGO: 158153	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
3190.11-Venc. Vantagens Fixas	111.972.593,02	90.361.107,10	111.972.593,02	90.361.107,10			111.972.593,02	84.300.417,34
3190.01-Aposent. e Reformas	23.239.269,70	21.101.574,12	23.239.269,70	21.101.574,12			23.239.269,70	19.785.571,37
3191.13-Obrigações Patronais	23.295.202,78	17.529.477,97	23.295.202,78	17.529.477,97			23.191.416,54	17.529.477,97
Demais elementos do grupo	9.363.294,47	6.730.031,84	9.363.294,47	6.730.031,84			9.363.294,47	6.730.031,84
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
3390.39-Serv.Pessoa Jurídica	12.605.756,36	12.357.726,91	8.910.864,07	8.827.879,53	3.694.892,29	3.529.847,38	8.817.665,36	8.712.810,07
3390.37-Loc. Mão-de-obra	10.877.850,43	8.198.778,80	9.856.270,67	7.463.849,47	1.021.579,76	734.929,33	9.654.506,76	7.389.029,06
3390.18-Aux.Finan. Estudantes	7.020.240,06	5.203.866,48	7.020.240,06	5.203.866,48			7.001.690,37	5.199.017,21
Demais elementos do grupo	16.306.034,79	12.173.297,43	14.772.308,37	11.879.270,69	1.533.726,42	294.026,74	14.770.099,01	11.868.727,78
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4490.52-Equip. Mat. Permanente	14.810.464,76	10.764.724,81	7.335.898,85	6.500.898,46	7.474.565,91	4.263.826,35	7.228.804,16	6.445.219,50
4490.51-Obras e Instalações	12.967.958,91	16.514.989,74	8.887.562,74	7.206.470,33	4.080.396,17	9.308.519,41	8.321.288,51	7.206.470,33
4490.39-Outros Serv. Terceiros	196.781,57		190.727,56		6.054,01		190.727,56	



Demais elementos do grupo								
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
<b>6. Amortização da Dívida</b>								

Fonte: SIAFI GERENCIAL.

#### 4.1.3.5. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

A descrição dos campos do quadro a seguir tem como referência as mesmas descrições do Quadro A.4.1.3.1.

QUADRO A.4.1.3.5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
<b>1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>1.489.661,19</b>	<b>2.020.904,17</b>	<b>1.374.749,71</b>	<b>1.930.628,96</b>
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência	96.886,31	1.363.402,14	93.837,49	1.318.678,90
d) Pregão	1.392.774,88	657.502,03	1.280.912,22	611.950,06
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>28.436,48</b>	<b>70.000,00</b>	<b>24.620,83</b>	<b>38.216,61</b>
h) Dispensa	28.436,48	70.000,00	24.620,83	38.216,61
i) Inexigibilidade				
<b>3. Regime de Execução Especial</b>				
j) Suprimento de Fundos				
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>24.972,32</b>	<b>24.798,19</b>	<b>24.972,32</b>	<b>24.349,92</b>
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias	24.972,32	24.798,19	24.972,32	24.349,92
<b>5. Outros</b>	<b>9.090.318,37</b>	<b>2.371.233,78</b>	<b>8.963.258,97</b>	<b>2.359.833,78</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>10.633.388,36</b>	<b>4.486.936,14</b>	<b>10.387.601,83</b>	<b>4.353.029,27</b>

Fonte: SIAFI GERENCIAL.

#### 4.1.3.6. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

A descrição dos campos do quadro a seguir tem como referência as mesmas descrições do Quadro A.4.1.3.3.

QUADRO A.4.1.3.6 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

<b>DESPESAS CORRENTES</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
3390.39-Serv.Pessoa Jurídica	4.243.658,95	1.436.795,41	1.269.608,08	581.503,56	2.974.050,87		1.160.313,16	465.561,46
3390.18-Aux.Finan. Estudantes	3.987.645,00	1.390.208,78	3.987.645,00	1.390.208,78			3.887.010,00	1.378.808,78
3390.48-Outros Aux. Finan. Pessoa Física	3.064.165,20	935.925,00	3.064.165,20	935.925,00			3.064.030,22	935.925,00
Demais elementos do grupo	2.548.232,56	843.581,68	2.123.723,68	240.120,42	424.508,88	603.461,26	2.088.002,05	235.095,65
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não Processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>4. Investimentos</b>								
4490.51-Obras e Instalações	4.000.000,00	32.710.106,32		1.292.656,33	4.000.000,00	31.417.449,99		1.292.656,33
4490.52-Equip. Mat. Permanente	471.867,29	229.144,16	188.246,40	46.522,05	283.620,89	182.622,11	188.246,40	44.982,05
Demais elementos do grupo								
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
<b>6. Amortização da Dívida</b>								

Fonte: SIAFI GERENCIAL.

#### 4.1.3.7 Análise Crítica da Realização da Despesa

##### a) Alterações significativas ocorridas no exercício:

A principal alteração no montante despendido por grupo e elemento de despesa no exercício de 2013, é caracterizada pelo decréscimo da despesa empenhada no grupo das Despesas de Capital que apresentou uma redução de 46,12% em relação ao exercício de 2012. Essa redução deve-se basicamente a falta de alocação de novos recursos para reestruturação da Rede Federal pela SETEC, por meio de descentralização de créditos de movimentação. Se, entretanto, desconsiderarmos os créditos por movimentação em 2013 e 2012 as Despesas de Capital praticamente não sofreram alterações.

Por outro lado, as Despesas de Pessoal e de Outras Despesas Correntes, em 2013, em relação ao exercício de 2012, cresceram 23,69% e 42,58%. O crescimento dos empenhos destas despesas é resultado da expansão do IFG com a implantação de novos Câmpus, com conseqüente aumento do quadro de servidores (docentes e técnico-administrativos) e o aumento de vagas disponibilizadas. Além disso, em Outras Despesas Correntes destaca-se também a implantação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC) no segundo semestre de 2012, que impactou diretamente nas despesas de custeio da Instituição em 2013.

**b) Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade (contratações diretas):**

No Instituto Federal de Goiás a política para contratações e aquisições de bens e serviços é fundamentada em compras compartilhadas, ou seja, todas as Modalidades de Licitação e Contratações Diretas formalizadas contemplam as demandas de todas as Unidades Gestoras. A modalidade de aquisição que melhor tem atendido a política do IFG tem sido o Pregão Eletrônico que é responsável por 68,37% e 66,50 das aquisições realizadas em 2013 e 2012, respectivamente. Para as contratações diretas realizadas através de dispensa e inexigibilidade o percentual correspondente é de 7,5% em 2013 e de 9,45% em 2012, o que leva-nos a afirmar que a política de compras compartilhadas vem se consolidando na Instituição e que, portanto, não há concentração de contratações diretas.

**c) Contingenciamento no exercício:**

Não ocorreu contingenciamento no exercício de 2013, mas ao longo do ano, apesar da Instituição ter alocado ou disponibilizado no orçamento, principalmente as despesas de investimento e emendas parlamentares, não tinha limite para empenho. Ficou dependendo da autorização da SETEC que foi liberando gradualmente, de acordo com a execução. Esta estratégia acaba deixando os gestores da Instituição inseguros na tomada de decisão, pois apesar da Instituição possuir orçamento não tem a autorização e liberação de limite para empenhar. Outro ponto a destacar é referente aos recursos oriundos do Tesouro Nacional de Exercícios Anteriores, fonte 312, que apesar de ter o orçamento disponibilizado na Instituição também não tinha limite para empenhar.

**d) Eventos negativos/positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária:**

Cita-se como aspectos críticos que comprometeram os resultados da execução orçamentária o bloqueio das emendas parlamentares; a opção da SETEC em não alocar recursos orçamentários diretamente na LOA para a reestruturação da Instituição, ficando a Instituição dependente de descentralização de crédito para desenvolvimento do Planejamento Estratégico, ou seja, continuidade da Expansão de Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Estado de Goiás; não repasse de financeiro, em tempo hábil, para que a Instituição pudesse honrar com os seus compromissos junto aos fornecedores e também para pagamento de despesas essenciais tais como pagamento de auxílio financeiro a estudantes; e ao disponibilizarem no orçamento da Instituição recursos do Tesouro Nacional de Exercícios Anteriores destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino da fonte 312, também não foi liberado o limite para empenho.

### 4.3 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O **Quadro A.4.3** abaixo contempla o montante de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores, vigentes em 2013, os respectivos valores cancelados e pagos no decorrer do exercício de referência do relatório de gestão, bem como o saldo apurado no dia 31/12/2013, estando dividido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm basicamente a mesma estrutura de informação, salvo a coluna de valores liquidados a ser preenchida apenas em relação aos restos a pagar não processados.

QUADRO A.4.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

VALORES EM R\$ 1,00

<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2013</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2013</b>
2012	394.867,88	381.537,07		13.330,81
2011	167.022,16	164.271,62	1.242,78	1.507,76
2010	10.147,00			10.147,00
<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2013</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2013</b>
2012	51.189.974,42	35.110.696,70	1.081.708,96	14.997.568,76
2011	1.806.817,23	1.089.845,97	716.971,26	
2010	14.430,00		14.430,00	

Fonte: SIAFI GERENCIAL.

#### 4.3.1 Análise Crítica

O Instituto Federal Goiás tem envidado esforços para cumprir todos os compromissos assumidos durante o exercício. Diante disso, tem feito junto aos fornecedores e às empresas contratadas, gestões para agilizar e concluir os serviços contratados e as aquisições realizadas em conformidade com o cronograma físico-financeiro. O resultado desse trabalho pode ser observado na redução do saldo a pagar em 31/12/2013 de RP processados e não processados que representam, respectivamente, 95,64% e 71,71% do montante inscrito no início do exercício.

Nas razões para a existência de RP destaca-se à expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no país, que constava no PPA 2008-2011, e consta no PPA 2012-2015 e representa grandes investimentos em todos os estados da federação. Diante disso, o Instituto Federal Goiás, comprometido com esta política de governo, está implantando desde 2007, mais treze (13) Câmpus (Águas Lindas de Goiás, Anápolis, Aparecida de Goiânia,

Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia Oeste, Inhumas, Itumbiara, Luziânia, Novo Gama, Senador Canedo, Uruaçu e Valparaíso de Goiás). Neste período a Instituição tem investido intensamente na construção dessas unidades de ensino e na implantação da área administrativa e acadêmica com a aquisição de equipamentos e material permanente. Tudo isso, tem levado a assumir compromissos, muitas vezes, no encerramento do exercício gerando os restos a pagar.

Por fim, é relevante afirmar que os Restos a Pagar Processados e Não Processados do IFG não ultrapassaram mais de um exercício financeiro sem o embasamento legal, conforme quadro anterior.

#### 4.5 SUPRIMENTO DE FUNDOS

O Instituto Federal de Goiás não tem nada a relatar referente à **Suprimento de fundos – Conta Tipo “B”, Renúncias sob a Gestão da UJ e Gestão de Precatórios**. Diante disso e sob a orientação da Portaria nº 175, de 09/07/2013, não serão apresentadas informações referentes ao quadro **4.5.2. Suprimento de fundos – Conta Tipo “B”** e nem sobre os itens **4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ, 4.7 Gestão de Precatórios e seus subitens e quadros**.

A despesa realizada por meio de suprimento de fundos está demonstrada por meio de três (3) demonstrativos: o primeiro está evidenciando o montante de despesas realizadas por meio do suprimento de fundos, discriminando-se entre as despesas efetuadas por meio de utilização da Conta Tipo “B” e as efetuadas por meio do CPGF (série histórica); o segundo detalha a despesa realizada por meio da concessão de suprimento de fundos para ser efetuada por meio da utilização do Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador; o terceiro, por fim, evidencia a despesa realizada com a evolução da utilização do suprimento de fundos ao longo do tempo, segregando-se as despesas realizadas via CPGF e Conta Tipo “B”.

##### 4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas Realizadas por Meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo.

No quadro a seguir, correspondente ao primeiro demonstrativo citado. Compreende uma planilha onde as informações devem ser discriminadas por: identificação do exercício; Tipo de suprimento de fundo: Conta tipo B, CPGF; total geral utilizado pela UG, em saque e fatura, discriminando as quantidades e os valores; e total geral utilizado pela UJ.

QUADRO A.4.5.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Exercícios	Suprimento de Fundos						Total (R\$)
	Conta Tipo “B”		CPGF				
	Quantidade	(a) Valor	Saque		Fatura		
Quantidade			(b) Valor	Quantidade	(c) Valor		
							(a+b+c)
2013			22	4.341,93	5	3.906,67	8.248,60
2012			9	1.926,68	11	3.727,30	5.653,98



2011			6	287,00	6	762,89	1.049,89
------	--	--	---	--------	---	--------	----------

Fonte: SIAFI GERENCIAL.

#### 4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).

O quadro a seguir, corresponde ao segundo demonstrativo citado. Ele compreende uma planilha onde as informações devem ser discriminadas por: identificação da UG; limite de utilização total da UG; portador, CPF; limite individual, valor (subdivididos em saque e fatura); total utilizado pela UG e total utilizado pela UJ.

QUADRO A.4.5.3 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Portador		CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
				Saque	Fatura	
<b>Código da UG 1</b>	<b>158430</b>		<b>Limite de Utilização da UG</b>	<b>3.000,00</b>		
Antônio Gonçalves da Silva	134.171.931-68	1.000,00	3.339,16	3.628,04	6.967,20	
Joaquim Fonseca de Menezes	191.751.241-49	1.000,00	963,40	130,00	1.093,40	
Thermutis de Melo e Araújo	589.837.401-91	1.000,00	39,37	148,63	188,00	
<b>Total Utilizado pela UG</b>			4.341,93	3.906,67	8.248,60	
<b>Total Utilizado pela UJ</b>			<b>4.341,93</b>	<b>3.906,67</b>	<b>8.248,60</b>	

Fonte: SIAFI GERENCIAL.

#### 4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

O quadro a seguir contempla a situação das prestações de contas referentes à aplicação dos recursos despendidos via suprimento de fundos, abrangendo as prestações de contas referentes à aplicação realizada pelo suprido (Conta Tipo “B”) e pelo Portador do CPGF, do exercício de referência do Relatório de Gestão e dos dois exercícios imediatamente anteriores, conforme exige a legislação em vigor.

QUADRO A.4.5.4 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												



---

PC Aguardando Análise													
PC em Análise													
PC não Aprovadas													
PC Aprovadas							11	8.248,60	13	5.653,98	9	1.049,89	

Fonte: SIAFI GERENCIAL.

#### 4.5.5 Análise Crítica

A Instituição não utiliza suprimento de fundos por meio de Contas TIPO B e as despesas efetuadas por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal -CPGF são realizadas somente em situações esporádicas, observando a legislação vigente.



## **5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05//2013**

### **5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS**

Este capítulo está estruturado em dois blocos, sendo que o primeiro (5.1) demonstra os dados de força de trabalho composta por servidores efetivos da UJ, apresentando as situações que reduzem a força de trabalho, tipologia de cargos dos detentores de função, tipologia por faixa etária, por escolaridade, composição do quadro de servidores aposentados e instituidores de pensão, os cadastramentos dos atos de de admissão (ingressos), egressos e concessões de aposentadorias e pensões para servidores no sistema SISAC/TCU, e por fim, o tratamento de possível situação de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos. No segundo bloco (5.2), estão relacionadas às informações acerca da terceirização de mão-de-obra e de estagiários.

#### **5.1. Estrutura de Pessoal da Unidade**

O perfil do quadro de servidores ativos e aposentados do IFG será demonstrado por meio de 5 (cinco) quadros evidenciando, cada um, os seguintes aspectos:

##### **5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada**

###### **5.1.1.1 . Lotação**

O Quadro A.5.1.1.1 demonstra a força de trabalho do IFG, comparando-se a lotação autorizada e a efetiva, além do registro dos ingressos e dos egressos no ano de 2013. No encerramento do exercício, o total de servidores do IFG era 1.744 pessoas, sendo 1587 servidores de carreira e 157 servidores com contratos temporários (Professor Substituto e Professor Temporário).

QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>1688</b>	<b>1587</b>	<b>325</b>	<b>44</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1688	1587	325	44
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1688	1574	318	42
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	5	1	2
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	2	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	6	6	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>157</b>	<b>157</b>	<b>115</b>	<b>65</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>1845</b>	<b>1744</b>	<b>440</b>	<b>109</b>

Fonte: SIAPE/SUAP

#### **5.1.1.2. Situações que Reduzem a Força de Trabalho na Unidade Jurisdicionada**

O Quadro A.5.1.1.2 demonstra as situações que reduzem a força de trabalho.

São situações que caracterizam ausência momentânea do servidor do IFG, conforme previsões legais.

Em 31 de dezembro de 2013 havia 195 servidores afastados, conforme demonstrado abaixo.



QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>16</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	8
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	7
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>87</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	87
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>85</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	19
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	59
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	2
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	4
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	1
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>1</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	1
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>6</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	6
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>0</b>
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>195</b>

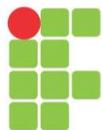
Fonte: SIAPE/SUAP

### 5.2.1. Estrutura de Cargos e de Funções

A qualificação da força de trabalho é informada através dos Quadros A.5.1.2.1, A.5.1.2.2 e A.5.1.2.3. É demonstrada a estrutura de cargos e funções, quantidade de servidores ativos por faixa etária e por escolaridade.

QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA EM 31.12

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>77</b>	<b>72</b>	<b>22</b>	<b>13</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	76	72	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	71	22	12
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	0	1
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>299</b>	<b>190</b>	<b>94</b>	<b>71</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	296	186	93	70



2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	3	3	1	1
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>376</b>	<b>262</b>	<b>116</b>	<b>84</b>

Fonte: SIAPE/SUAP

### 5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>472</b>	<b>519</b>	<b>313</b>	<b>151</b>	<b>27</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	397	452	301	148	27
1.3. Servidores com Contratos Temporários	75	67	12	3	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>58</b>	<b>86</b>	<b>75</b>	<b>40</b>	<b>3</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	7	20	32	12	1
2.3. Funções Gratificadas	51	66	43	28	2
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>530</b>	<b>605</b>	<b>388</b>	<b>191</b>	<b>30</b>

Fonte: SIAPE/SUAP

QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>				<b>1</b>	<b>124</b>	<b>494</b>	<b>218</b>	<b>516</b>	<b>129</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira				1	120	381	213	482	128
1.3. Servidores com Contratos Temporários					4	113	5	34	1
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>				<b>1</b>	<b>30</b>	<b>80</b>	<b>51</b>	<b>62</b>	<b>38</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					2	13	17	21	19
2.3. Funções Gratificadas				1	28	67	34	41	19
<b>3. Totais (1+2)</b>				<b>2</b>	<b>154</b>	<b>574</b>	<b>269</b>	<b>578</b>	<b>167</b>

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SUAP/SIAPE/DW

### 5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

A composição do quadro de custos de pessoal do IFG está demonstrada por meio do Quadro A.5.3 a seguir, onde estão discriminadas as naturezas de despesas de pessoal para cada tipologia de servidores e de cargos relativamente ao exercício de referência do relatório de gestão e aos dois imediatamente anteriores.



**QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES**

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	53.205.228,20	-	10.742.821,93	27.398.225,50	6.899.919,80	2.692.707,50	61.217,99	83.464,07	251.008,83	<b>101.334.593,82</b>
	2012	38.193.593,53	-	5.518.363,62	3.045.359,97	3.052.757,09	1.111.549,93	699.236,48	4.890,28	193.613,38	<b>51.819.364,28</b>
	2011	2.206.033,40	145.224,18	2.048.444,61	269.269,05	3.239.316,02	309.946,55	-	-	-	<b>8.218.233,81</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	4.325.193,30	-	465.092,32	325.668,60	177.364,23	4.006,95	-	510,60	-	<b>5.297.836,00</b>
	2012	2.728.032,33	-	311.077,77	59.449,40	352.274,02	-	187.577,05	-	-	<b>3.638.410,57</b>
	2011	2.613.105,85	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>2.613.105,85</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	219.264,35	-	39.656,87	76.556,01	22.283,00	4.669,44	44,80	-	-	<b>362.474,47</b>
	2012	513.663,58	14.311,68	31.331,06	26.135,48	-	43.359,39	371.195,35	-	-	<b>999.996,54</b>
	2011	169.520,90	23.394,78	44.036,90	23.239,81	-	35.121,18	34.211,14	-	-	<b>329.524,71</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	6.593.640,46		1.235.500,28	2.689.295,31	367.450,04	211.335,25	32.340,29	593,38	44.313,12	<b>11.174.468,13</b>
	2012	6.596.324,72	-	704.480,86	365.967,29	10.064,00	341.100,80	91.646,38	206,25	44.313,12	<b>8.154.103,42</b>
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>-</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013										
	2012	8.368.758,33	-	1.218.392,30	987.379,38	574.428,00	313.096,12	187.005,18	1.407,70	6.728,28	<b>11.657.195,29</b>
	2011	4.856.870,93	1.163.248,57	3.124.314,32	1.043.983,84	4.376,52	1.067.925,35	47.387,74	-	-	<b>11.308.107,27</b>

Fonte: SIAPE/SIAFI

#### 5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

As informações sobre o quadro de servidores inativos estão apresentadas considerando os dois quadros a seguir: o primeiro compreenderá a composição do quadro de servidores inativos; o segundo a composição do quadro de instituidores de pensão.

QUADRO A.5.1.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>233</b>	<b>17</b>
1.1 Voluntária	226	17
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	7	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>52</b>	<b>1</b>
2.1 Voluntária	50	1
2.2 Compulsória	2	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>285</b>	<b>18</b>

Fonte: SIAPE/DW

#### 5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.4.2 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>51</b>	<b>6</b>
1.1. Integral	45	6
1.2. Proporcional	6	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>30</b>	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>81</b>	<b>6</b>

Fonte: SIAPE



### 5.1.5 Cadastramento no SISAC

Abaixo são apresentadas as informações dos atos de pessoal prestadas pelo IFG ao Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal e da Instrução Normativa TCU nº 55/2007.

#### 5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

O Quadro A.5.1.5.1 a seguir tem o objetivo de evidenciar a relação entre a quantidade dos atos ocorridos no exercício de referência do relatório de gestão e no exercício anterior e a quantidade de atos efetivamente cadastrada no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC, de forma demonstrar a conformidade da gestão dos atos de pessoal do IFG com o art. 2º da Instrução Normativa TCU nº 55/2007.

QUADRO A.5.1.5.1 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	440	323	326	641
Concessão de aposentadoria	18	21	12	39
Concessão de pensão civil	6	3	4	3
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>342</b>	<b>347</b>	<b>342</b>	<b>683</b>

FONTE: SISAC

#### 5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

O Quadro A.5.1.5.2 a seguir tem o objetivo de evidenciar a relação entre a quantidade dos atos sujeitos à comunicação ao TCU ocorridos no exercício de referência do relatório de gestão e no exercício anterior e a quantidade de atos efetivamente cadastrada no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC, de forma demonstrar a conformidade da gestão dos atos de pessoal do IFG com o art. 3º da Instrução Normativa TCU nº 55/2007.



QUADRO A.5.1.5.2 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	85	64	75	68
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>85</b>	<b>64</b>	<b>75</b>	<b>68</b>

FONTE: SISAC/CGP

### 5.1.5.3 Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC

O Quadro A.5.1.5.3 a seguir tem o objetivo de evidenciar a regularidade, em relação ao prazo estabelecido no art. 7º da IN TCU nº 55/2007, do cadastramento no SISAC dos atos de pessoal sujeitos a registro e comunicação ao TCU.

QUADRO A.5.1.5.3 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	-	-	326	-
Concessão de aposentadoria	-	-	12	-
Concessão de pensão civil	-	-	4	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	0	-
Concessão de reforma	-	-	0	-
Concessão de pensão militar	-	-	0	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	0	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>342</b>	<b>-</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	-	-	50	25



Cancelamento de concessão	-	-	0	0
Cancelamento de desligamento	-	-	0	0
<b>Total</b>	-	-	<b>50</b>	<b>25</b>

FONTE: SISAC/CGP

#### 5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Nesta seção serão informadas as providências adotadas pelo Instituto Federal de Goiás para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, que é vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal.

Em parceria com a Auditoria Interna, a Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos formulou solicitação ao Ministério do Trabalho e Emprego para encaminhar o cruzamento RAIS considerando a lista de todos os servidores Técnico-Administrativos e Docentes do IFG.

Portanto, no segundo semestre de 2013 a Auditoria Interna recebeu o arquivo com as informações deste levantamento.

Iniciou-se os trabalhos de confrontação de informações do arquivo e pasta funcional dos servidores em questão, além de verificação no Portal da Transparência conforme esfera pública apresentada. Com isso, constatou-se algumas possibilidades de acumulação indevida, e para esses, foi encaminhada uma notificação explicitando a situação detectada e solicitando prova documental de extinção do vínculo sob pena de abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

#### 5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Considerando-se o alto volume de possíveis situações de acumulação e devido a grande demanda de trabalho da DDRH e ao número reduzido de servidores na equipe para efetuar as verificações e acompanhamento de forma efetiva e tempestiva, os trabalhos seguem em ritmo mais lento e, por isso, no final do exercício de 2013 os trabalhos não foram concluídos, sendo enviadas somente 30 notificações. Além disso, o MTE disponibilizou o arquivo de cruzamento com base no Ano de 2012, o que não teve reflexo muito próximo da realidade. Foi-nos informado que após março de 2014 seria disponibilizado o arquivo com o exercício 2013, permitindo assim, que seja mais condizente com a realidade.

Além disso, o IFG reformulou o formulário de Acumulação ou de Não Acumulação para os servidores que ingressam no órgão assinarem na entrega de documentação, com a citação do artº 13 da Lei nº 8.122/1990, do artº 62 do Decreto nº 94.664/1987, Decreto nº 2.207/1996 e incisos XVI e XVII do artº 37 da CF/1988. Quando na posse e no momento do curso de Iniciação ao Serviço Público é amplamente divulgado os direitos e deveres dos servidores para os que ingressam no serviço público federal, reforçando-se a implicação de situação de acumulações de cargos, da possibilidade de responder a um Processo Administrativo Disciplinar e de efetuar ressarcimento ao erário para os docentes em regime de dedicação exclusiva que mantiver percepção de valores por outro vínculo, destacando-se que podem até mesmo perder o cargo.

Contudo, o IFG tem trabalhado de forma a detectar eventuais ocorrências de acumulação de cargos, de percepções indevidas relacionadas a dedicação exclusiva, e de descumprimento de carga horária, tanto para os servidores Técnico-Administrativos e Docentes, em atendimento à determinação do Acórdão nº 2315/2012 - TCU Plenário e legislações pertinentes.

Apesar de tentar inovar em medidas que visem detectar e até mesmo combater de forma preventiva possíveis acumulações de cargos, funções e empregos públicos, a DDRH entende que esses controles internos atualmente utilizados pelo IFG são passíveis de aprimoramento, uma vez que não possuímos ferramentas para verificação tempestiva destas possíveis acumulações ilícitas de cargos ou descumprimento de carga horária, ficando dependentes do MTE para nos encaminhar o relatório. Caso a UJ tivesse a senha para essas verificações o trabalho de controle preventivo seria muito mais eficiente.

#### 5.1.8 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

O Instituto Federal de Goiás ainda não possui Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos. No ano de 2013 manteve-se a continuidade a do indicador de desempenho funcional, por meio da avaliação de desempenho dos servidores docentes e técnico-administrativos.

A avaliação de desempenho funcional tem como objetivo mensurar a atuação dos servidores, identificando a base de conhecimentos para o cargo e/ou função, o comprometimento com a qualidade do serviço prestado e o compromisso com a ética no serviço público, além das relações internas de trabalho.

A meta da avaliação de desempenho funcional é identificar possíveis falhas na atuação dos servidores para dimensionar as medidas necessárias para a superação das mesmas. Ela é feita anualmente, inclusive para os servidores em estágio probatório.

O padrão utilizado é o da conjugação da auto avaliação com as avaliações da chefia imediata e dos colegas do ambiente organizacional. A metodologia é a da aplicação de questionários, com os seguintes parâmetros de avaliação: assiduidade, pontualidade, habilidade técnica, responsabilidade, trabalho de equipe, relacionamento, adaptação a novas situações, compartilhamento de saberes, inovação e ética.

Em 2013, foram avaliados 550 servidores e todos tiveram avaliação positiva, com pontuação final maior que cinco. Os servidores efetivos que ingressaram na Instituição no ano de 2013, não estão no grupo de avaliados em função do período de trabalho menor que 1 (um) ano.

Número de servidores avaliados

<b>Categoria Funcional</b>	<b>Quantidade</b>
Técnico Administrativo	328
Docente	222

Fonte: DDRH/CGP

Apesar de ainda não ter consolidado indicadores específicos para avaliar temas como absenteísmo, acidentes de trabalho, rotatividade, disciplina e demandas trabalhistas, a Administração faz o acompanhamento sistemático da vida funcional dos servidores e avalia, obtendo informações sobre os temas.

O controle da jornada de trabalho demonstra que não existe absenteísmo: as ausências não são frequentes e, quando ocorrem, são justificadas.

Em 2013, a Instituição registrou, oficialmente, 01 (um) acidente de trabalho.

A gestão de pessoas também não enfrenta problemas relacionados à disciplina. Em 2013 foi instaurado 02 (dois) Processos Administrativo Disciplinar que culminou com a demissão de um servidor e o outro continua em atividades na Instituição.

A gestão de pessoas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás Federal de Goiás, em 2013, manteve, em parceria com o SIASS/UFG, ações de assistência psicossocial, de assistência e promoção à saúde e de socialização e interação dos recursos humanos.

## 5.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada de Contratação de Estagiários

### 5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: <b>REITORIA</b>													
UG/Gestão: 158153/26429							CNPJ:10.870.883/0001-44						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	34/2012	07.262.535/0001-80	26/03/2012	25/03/2014	4	4	1	1			P
2013	L	O	40/2013*	11.381.182/0001-04	12/09/2013	11/09/2013	3	3	1	1			A
2013	V	O	9/2012	04.701.639/0001-55	01/02/2012	31/01/2015			6	6			P
2013	V	O	46/2013*	10.655.701/0001-12	07/11/2013	06/11/2013			3	3			A

Observações: \* Contratos da Reitoria – Unidade I

Unidade Contratante



Nome: <b>Câmpus ANÁPOLIS</b>														
UG/Gestão: 158522/26429							CNPJ:10.870.883/0009-00							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2013	L	O	02/2013	11.381.182/0001-04	02/09/2013	01/09/2014	17	15			1		1	P
2012	V	O	01/2012	01.160.949/0001-11	01/01/2013	31/12/2013	8				8			E

Unidade Contratante														
Nome: <b>Câmpus APARECIDA DE GOIÂNIA</b>														
UG/Gestão: 158610/26429							CNPJ:10.870.883/0010-35							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2012	L	O	43/2012	07.262.535/0001-80	27/03/2012	26/03/2014	16	11			5			P
2012	V	O	26/2012	05.502.450/0001-04	23/01/2012	22/02/2014	10	4			6			P

Unidade Contratante														
Nome: <b>Câmpus CIDADE DE GOIÁS</b>														
UG/Gestão: 158611/26429							CNPJ:10.870.883/0011-16							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natureza.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2012	V	O	37/2012	05.502.450/0001-04	19/03/2012	18/03/2014	8	6						P
2012	L	O	41/2012	07.262.535/0001-80	21/03/2012	20/03/2014	5	5						P

Unidade Contratante													
Nome: <b>Câmpus FORMOSA</b>													
UG/Gestão: 158523/26429							CNPJ:10.870.883/0007-30						



Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	02/2012	07.262.535/0001-80	01/09/12	31/08/13	11	11	2	2			E
2013	L	O	04/2013	07.262.535/0001-80	01/09/13	28/02/14	11	11	2	2			P
2013	V	O	02/2013	01.160.949/0001-11	01/01/13	31/12/13			8	8			P

Unidade Contratante													
Nome: <b>Câmpus GOIÂNIA</b>													
UG/Gestão: 158430/26429				CNPJ:10.870.883/0002-25									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	01/2011	02.752.319/0001-07	01/01/2011	31/12/2013	70	70	11	11			E
2012	V	O	01/2012	04.701.639/0001-55	01/01/2012	31/12/2013			06	06			P

Unidade Contratante													
Nome: <b>Câmpus INHUMAS</b>													
UG/Gestão: 158432/26429				CNPJ: 10.870.883/0004-97									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	04/2011	11.381.182/0001-04	05/04/2011	04/04/2014	18	18			01	01	P
2012	V	O	01/2012	05.502.450/0001-04	01/01/2012	31/12/2014	10	06		04			P

Unidade Contratante												
Nome: <b>Câmpus ITUMBIARA</b>												
UG/Gestão: 158433/26429				CNPJ: 10.870.883/0005-78								
Informações sobre os contratos												



Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	04/2011	02.752.319/0001-07	01/09/2011	30/08/2013	13	13					E
2013	L	O	03/2013	11.381.182/0001-04	02/09/2013	31/12/2013	20	20					P
2012	V	O	01/2012	08.931.820/0001-09	01/01/2012	31/12/2013	08	08					P

**Unidade Contratante**

Nome: **Câmpus JATAÍ**

UG/Gestão: 158431/26429

CNPJ: 10.870.883/0003-06

**Informações sobre os contratos**

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	03/2011	09.041.485/0001-36	01/01/2012	31/12/2013	21	21					E
2012	V	O	01/2012	05.502.450/0001-04	01/01/2012	31/12/2013	07	06					E

**Unidade Contratante**

Nome: **Câmpus LUZIÂNIA**

UG/Gestão: 158524/26429

CNPJ: 10.870.883/0008-10

**Informações sobre os contratos**

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	02/2012	07.262.535/0001-80	02/01/2013	31/12/2013	17	17					P
2012	V	O	01/2012	05.502.450/0001-04	02/01/2013	31/12/2013	12	12					P

**Unidade Contratante**

Nome: **Câmpus URUAÇU**

UG/Gestão: 158434/26429

CNPJ: 10.870.883/0006-59

**Informações sobre os contratos**



Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	06/2011	11.381.182/0001-04	01/09/2011	31/08/2014	12	12	05	05			P
2012	V	O	01/2012	08.931.820/0001-09	01/01/2012	31/12/2014	01	01	08	08			P

Observação: NADA A DECLARAR.

LEGENDA: Área: (L) Limpeza e Higiene e (V) Vigilância Ostensiva; Natureza: (O) Ordinária e (E) Emergencial; Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental, (M) Ensino Médio e (S) Ensino Superior; Situação do Contrato: (A) Ativo Normal, (P) Ativo Prorrogado e (E) Encerrado; Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato e (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SIASG.

#### 5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.5.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: <b>REITORIA</b>													
UG/Gestão: 158153/26429							CNPJ:10.870.883/0001-44						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	4	O	38/2013	10.705.386/0001-90	09/09/2013	08/09/2014			1	1			A
2013	5	O	38/2013	10.705.386/0001-90	09/09/2013	08/09/2014			2	2			A
2013	4	O	39/2013*	10.705.386/0001-90	09/09/2013	08/09/2014			1	1			A
2013	5	O	39/2013*	10.705.386/0001-90	09/09/2013	08/09/2014			2	2			A
2011	2	O	38/2011	01.383.054/0001-46	06/10/2011	05/10/2014	1	1					P
2013	2	O	27/2013	07.548.828/0001-28	10/06/2013	09/06/2013	48	48					A

Observações: \* Contratos da Reitoria – Unidade I

Unidade Contratante	
Nome: <b>Câmpus ANÁPOLIS</b>	
UG/Gestão: 158522/26429	CNPJ:10.870.883/0009-00



Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	4	O	01/2013	07.116.584/0001-04	11/09/2013	11/11/2013	1			1			E
2013	5	O	01/2013	07.116.584/0001-04	11/09/2013	11/11/2013			2	2			E
2013	4	O	03/2013	10.705.386/0001-90	12/11/2013	11/11/2014	2			2			A
2013	5	O	03/2013	10.705.386/0001-90	12/11/2013	11/11/2014			2	2			A

Unidade Contratante													
Nome: <b>Câmpus APARECIDA DE GOIÂNIA</b>													
UG/Gestão: 158610/26429						CNPJ:10.870.883/0010-35							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	4	O	08/2013	10.705.386/0001-90	19/09/2013	18/09/2014	2	1					A
2013	5	O	08/2013	10.705.386/0001-90	19/09/2013	18/09/2014			3	3			A

Unidade Contratante													
Nome: <b>Câmpus CIDADE DE GOIÁS</b>													
UG/Gestão: 158611/26429						CNPJ:10.870.883/0011-16							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	4	O	40/2012	02.752.319/0001-07	21/03/2012	20/03/2013	1	1					E
2013	4	O	02/2013	10.705.386/0001-90	10/09/2013	09/09/2014	2	1					A
2012	5	O	40/2012	02.752.319/0001-07	21/03/2012	20/03/2013	2	2					E
2013	5	O	02/2013	10.705.386/0001-90	10/09/2013	09/09/2014	3	2					A

Unidade Contratante												
---------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



<b>Nome: Câmpus FORMOSA</b>													
UG/Gestão: 158523/26429							CNPJ:10.870.883/0007-30						
<b>Informações sobre os contratos</b>													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	4	O	01/2012	02.752.319/0001-07	01/09/12	31/08/13	1	1					E
2011	5	O	01/2012	02.752.319/0001-07	01/09/12	31/08/13			2	2			E
2013	4	O	01/2013	10.705.386/0001-90	02/09/13	01/09/14	2	1					A
2013	5	O	01/2013	10.705.386/0001-90	02/09/13	01/09/14			4	2			A

<b>Unidade Contratante</b>													
<b>Nome: Câmpus GOIÂNIA</b>													
UG/Gestão: 158430/26429							CNPJ:10.870.883/0002-25						
<b>Informações sobre os contratos</b>													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	2	O	27/2013	07.548.828//0001-28	10/06/2013	09/06/2014			05	03			P

<b>Unidade Contratante</b>													
<b>Nome: Câmpus INHUMAS</b>													
UG/Gestão: 158432/26429							CNPJ: 10.870.883/0004-97						
<b>Informações sobre os contratos</b>													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	4	O	04/2011	11.381.182/0001-04	05/04/2011	04/04/2014	01	01					P
2011	5	O	04/2011	11.381.182/0001-04	05/04/2011	04/04/2014			03	03			P

<b>Unidade Contratante</b>													
<b>Nome: Câmpus ITUMBIARA</b>													



UG/Gestão: 158433/26429							CNPJ: 10.870.883/0005-78							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	4	O	05/2011	11.381.182/0001-04	01/09/2011	31/12/2013	01	01						P
2011	5	O	05/2011	11.381.182/0001-04	01/09/2011	31/12/2013				02	02			P
2011	2	O	37/2011	05.942.279/0001-46	18/10/2011	09/06/2013	2	2						E
2013	2	O	27/2013	07.548.828/0001-28	10/06/2013	31/12/2013	3	2						P

Unidade Contratante														
Nome: <b>Câmpus JATAÍ</b>														
UG/Gestão: 158431/26429							CNPJ: 10.870.883/0003-06							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	5	O	03/2011	09.041.485/0001-36	01/01/2012	31/12/2013	02	02						E

Unidade Contratante														
Nome: <b>Câmpus LUZIÂNIA</b>														
UG/Gestão: 158524/26429							CNPJ: 10.870.883/0008-10							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2012	4	O	03/2012	01.383.054/0001-46	02/01/2013	31/12/2013	1	1						
2012	5	O	03/2012	01.383.054/0001-46	02/01/2013	31/12/2013	2	2						

Unidade Contratante													
Nome: <b>Câmpus URUAÇU</b>													
UG/Gestão: 158434/26429							CNPJ: 10.870.883/0006-59						



Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	5	O	07/2011	01.383.054/0001-46	01/09/2011	31/08/2014			2	2			A
2011	4	O	07/2011	01.383.054/0001-46	01/09/2011	31/08/2014			1	1			A

LEGENDA: Área: 1-Apoio Administrativo Técnico e Operacional, 2-Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 3-Serviços de Copa e Cozinha, 4-Manutenção e Conservação de Bens Móveis, 5-Serviços de Brigada de Incêndio, 6-Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes e 7-Outras; Natureza: (O) Ordinária e (E) Emergencial; Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental, (M) Ensino Médio e (S) Ensino Superior; Situação do Contrato: (A) Ativo Normal, (P) Ativo Prorrogado e (E) Encerrado; Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato e (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SIASG.

#### 5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

Atualmente, uma das grandes dificuldades encontradas pelas equipes de fiscalização e acompanhamento de contratos com locação de mão de obra, encontra-se nos mecanismos disponibilizados para as instituições fiscalizarem os compromissos patronais das contratadas, visto que não são disponibilizados acessos através de sistemas integrados, que possibilite consultar, por exemplo: depósitos nas contas vinculadas do FGTS e INSS dos empregados lotados pelas contratadas nas instituições contratantes. Caso houvesse, possibilitaria, além de informações mais precisas, uma redução inclusive nos gastos com papéis nas formalizações de processos de pagamentos, como também, uma maior confiabilidade nas informações necessárias para liberação dos mesmos.

Além disso, as contratadas, responsáveis pelos contratos de locação de mão-de-obra, durante o ano de 2013, têm apresentado dificuldades de fazer a reposição de postos de trabalho que se encontram vazios; ofertar mão-de-obra para substituir os servidores que se encontravam de férias, realizando a conservação do prédio de maneira precária; o não fornecimento de material de limpeza e higiene, gerando transtornos no atendimento à comunidade acadêmica.

Entretanto, por se tratar de serviços essenciais, a Instituição, além das rescisões contratuais por descumprimento de contrato, conforme pode ser visto nos quadros anteriores, tem se esforçado para realizar procedimentos licitatórios que possibilitem uma melhor contratação, primando não somente pelo fornecimento do serviço por empresas idôneas, mas também pela qualidade do mesmo.



## 6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013

### 6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

#### 6.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

Para a gestão da frota de veículos o Instituto Federal de Goiás conta com o Memorando Circular Nº05/2012 para disciplinar a forma de utilização de sua frota de veículos.

b) Importância da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

A frota de veículos do IFG tem grande importância para a instituição, seja para atividades administrativas ou para as atividades acadêmicas.

Nas atividades administrativas os veículos atuam transportando servidores para diversos compromissos como: reuniões, seminários, cursos, visitas a unidades em construção, transporte de material, enfim. Esse tipo de transporte é muito comum, pois a instituição possui unidades em Goiânia, Jataí, Inhumas, Uruaçu, Itumbiara, Formosa, Anápolis, Luziânia, Goiás e Aparecida de Goiânia, sem contar as unidades ainda em implantação como Águas Lindas, Senador Canedo e Valparaíso. Podemos ainda destacar inúmeras viagens a Brasília-DF, que é onde se localiza o Ministério da Educação o qual o IFG está subordinado.

Nas atividades acadêmicas nossos veículos de maior porte como Vans, Micro-ônibus e Ônibus transportam alunos e professores para realização de visitas técnicas, que são atividades acadêmicas onde as turmas de alunos se deslocam até locais fora da unidade acadêmica, onde lhes são transmitidos conhecimentos teóricos e práticos.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ, bem como a totalização por grupo geral.

Analisando o Decreto Nº 6.403/2008 da Presidência da República, que dispõe sobre a utilização dos veículos oficiais pela administração pública direta, autárquica e fundacional, podemos afirmar que o IFG conta somente com veículos oficiais de uso comum.

No ano de 2013 o IFG possuía 57 (cinquenta e sete) veículos próprios em uso e 1 (um) veículo cedido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, totalizando então 58 (cinquenta e oito) veículos oficiais de uso comum.

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra.

Os veículos do IFG rodaram em média no ano de 2013 **18.322 km** (dezoito mil trezentos e vinte e dois), e nesse ano totalizamos **1.044.354km** rodados (um milhão quarenta e quatro mil e trezentos e cinquenta e quatro).

e) Idade média da frota por grupo de veículos.

A média de idade dos veículos de nossa frota é de 3 (anos) anos.

f) Custos associados à manutenção da frota.

Os custos com a manutenção da frota são os seguintes:

- a) Combustível e lubrificantes: R\$ 413.433,72
- b) Manutenção e limpeza: R\$ 401.783,96



Total de **R\$815.217,68** (Oitocentos e quinze mil duzentos e dezessete reais e sessenta e oito centavos).

g) Plano de substituição da frota.

A Administração do IFG tem tomado medidas para substituição e ampliação da frota de veículos. Em 2014 há planos para substituir certos veículos por estarem com altíssima quilometragem e apresentarem problemas mais frequentes. E ainda a aquisição de novos veículos para as unidades em implantação.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação.

As razões pelas quais o IFG pretere pela aquisição de veículos ao invés da locação são as seguintes:

1- O IFG há anos possui em vên mantendo uma frota própria de veículos e com isso os servidores que atuam nessa área da instituição já possuem boa formação prática sendo capazes de solucionar os eventuais problemas com bom nível de satisfação;

2- Acreditamos que possuir uma frota própria contribui para a boa visibilidade do Instituto;

3- Analisando o custo da locação frente ao custo de manutenção de frota própria (manutenção, combustível, motoristas e outros) constatamos que a opção por frota própria seja a mais econômica, principalmente quando se calcula o custo por quilômetro rodado.

4- O IFG realizou no ano de 2012 um pregão eletrônico SRP para contratação de empresa para locação de veículos de diversas categorias com motorista, e o resultado foi que mesmo partindo de valores referencias muito acima dos custos efetivos de frota própria, por quilômetro rodado, os itens que se referiam à locação de veículos leves foram desertos.

5- Possuir frota própria traz mais segurança ao IFG, pois contratações podem vir a ser problemáticas, e como dito na resposta do item “b”, os serviços de transporte do IFG são de vital importância para o perfeito funcionamento da instituição. Em suma, a administração acredita que possuir frota própria seja a opção mais segura para garantir a execução de um serviço tão importante como o de transporte institucional.

i) Estruturas de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

O IFG firmou um contrato (proveniente de um processo licitatório) com a empresa Brasilcard para utilizar o sistema de administração de frota que essa empresa oferece. O sistema administra tanto os gastos com abastecimento quanto com manutenção dos veículos, fornecendo relatórios dos custos das operações.

## 6.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

O Instituto Federal de Goiás não possui **Imóveis Funcionais** sob sua responsabilidade. Diante disso e sob a orientação da Portaria nº 175, de 09/07/2013, não serão apresentadas informações referentes ao quadro **A.6.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ** e nem o item **6.2.3 Discriminação de da União sob Responsabilidade da UJ**.

### 6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial



O Quadro A.6.2.1 a seguir, denominado **Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da UJ no final dos exercícios 2013 e 2012, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	<b>GOIÁS</b>		
	Águas Lindas	01	01
	Anápolis	01	01
	Aparecida de Goiânia	01	01
	Cidade de Goiás	01	01
	Cidade de Goiás (Cessão)	01	01
	Formosa	01	01
	Goiânia + Lotes	04	04
	Goiânia (Locação de terceiros)	01	01
	Inhumas	01	01
	Itumbiara	01	01
	Jataí	02	02
	Luziânia	01	01
	Senador Canedo	01	00
Uruaçu + Lote	02	02	
Valparaíso	01	01	
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>20</b>	<b>19</b>
EXTERIOR			
	A Instituição não possui Imóveis no exterior		
<b>Subtotal Exterior</b>			
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>20</b>	<b>19</b>

Fonte: SPIUNET.

## 6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional

O **Quadro A.6.2.2** a seguir, denominado **Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional** está organizado de forma a contemplar os atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União, assim como as despesas com manutenção incorridas no exercício de referência do relatório de gestão. Nesse quadro estão relacionados todos os imóveis, exceto funcional, que, no final do exercício de referência do relatório, estavam sob a responsabilidade da UJ apresentadora do relatório de gestão.

QUADRO A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
158153	1052000035007	Uso em Serviço Público	Novo	6.777.764,86	05/12/2013	12.168.175,64		
158153	9373005405002	Uso em Serviço Público	Bom	15.000,00	05/12/2013	5.197.660,00		
158153	9373006075006	Uso em Serviço Público	Bom	2.000,00	05/12/2013	19.319.735,00		
158153	9377000485000	Cessão	Bom	812.173,89	05/12/2013	265.855,00		73.219,55
158153	1066000175003	Uso em serviço Público	Bom	250.000,00	05/12/2013	8.070.282,90		
158153	9373006055005	Locação de Terceiros	Muito Bom	4.500.000,00	05/12/2013	3.890.925,71		1.151.824,60
158153	9753000075005	Uso em Serviço Público	Bom	9.869.048,49	05/12/2013	10.970.447,39		
158430	9373003245008	Uso em Serviço Público	Muito bom	8.577.026,25	05/12/2013	49.390.506,38		913.819,50
158430	9373005895000	Uso em Serviço Público	Ruim	280.000,00	05/12/2013	603.725,62		
158431	9433000195007	Uso em Serviço Público	Bom	1.285.420,84	05/12/2013	8.918.855,82		70.486,74
158431	9433000385000	Uso em Serviço Público	Novo	1.659.911,00	05/12/2013	19.402.982,66		
158432	9395000035003	Uso em Serviço Público	Muito Bom	1.262.178,81	05/12/2013	23.890.717,14		282.368,34
158433	9425000275000	Uso em Serviço Público	Bom	500.000,00	05/12/2013	19.931.870,74		80.638,09
158434	9633000225006	Uso em Serviço Público	Bom	150.000,00	05/12/2013	690.000,00		
158434	9633000245007	Uso em Serviço Público	Bom	1.150.000,00	05/12/2013	9.672.180,00		141.544,17
158522	9221000655001	Uso em Serviço Público	Novo	100.000,00	05/12/2013	19.601.632,04		320,00
158523	9361002595001	Uso em Serviço Público	Novo	50.000,00	05/12/2013	16.228.126,66		487.562,00
158524	9445000245008	Uso em Serviço Público	Novo	337.270,50	05/12/2013	15.734.435,89		11.414,53
158610	9227000305000	Uso em Serviço Público	Novo	290.341,05	05/12/2013	25.464.991,26		930,66
158611	9377000465000	Uso em Serviço Público	Bom	214.000,00	05/12/2013	2.852.130,68		
158153	1052000035007	Uso em Serviço Público	Novo	6.777.764,86	05/12/2013	12.168.175,64		
158153	9373005405002	Uso em Serviço Público	Bom	15.000,00	05/12/2013	5.197.660,00		



158153	9373006075006	Uso em Serviço Público	Bom	2.000,00	05/12/2013	19.319.735,00		
158153	9377000485000	Cessão	Bom	812.173,89	05/12/2013	265.855,00	73.219,55	
<b>Total</b>								<b>3.214.128,18</b>

Fonte: SPIUNET.

### Análise Crítica:

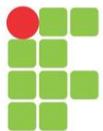
Após o preenchimento do quadro da Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial do Instituto Federal de Goiás, percebe-se com clareza que não houve alteração significativa no quantitativo de unidades físicas que passou de 19 unidades em 2012 para 20 unidades em 2013. Estas, com exceção dos dois (2) lotes mencionados, continuam recebendo constantes investimentos de obras civis, instalações, materiais permanentes e equipamentos para serem disponibilizados à sociedade. Quanto às áreas mais antigas ou necessitadas de adequações, as mesmas têm sido contempladas com a manutenção predial corretiva e preventiva continuamente. E, por fim, não existe nenhuma área com impedimentos de regularização.

## 6.3 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

QUADRO A.6.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

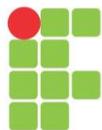
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros dela UJ	
		Exercício 2013	Exercício 2012
<b>BRASIL</b>	<b>GOIÁS</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
	Goiânia	01	01
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>01</b>	<b>01</b>
<b>EXTERIOR</b>			
	A Instituição não possui imóveis locados no exterior.		
<b>Subtotal Exterior</b>			
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>01</b>	<b>01</b>

Fonte: SPIUNET.



### **Análise Crítica:**

O imóvel locado de terceiros pela Unidade Jurisdicionada é decorrente da necessidade da instalação provisória da Reitoria e seus demais departamentos, como órgão de administração central do Instituto Federal de Goiás, em espaço físico distinto de qualquer dos Câmpus, conforme previsto na Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 e no seu Estatuto.



## 7 PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.

### 7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

#### 7.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).

A Diretoria de Tecnologia da Informação enfrenta diversos desafios atualmente: Alinhamento da TI com o negócio, manter a operação de TI, gerenciar a complexidade de TI, conformidade com leis e regulamentos, gerenciar os riscos e projetos.

Entendemos que a implantação da Governança de TI vai assegurar que há objetivos acordados, bom gerenciamento de controles e efetivo monitoramento do desempenho para manter a infraestrutura e evitar resultados inesperados.

A Governança de TI é de responsabilidade da alta direção e consiste na liderança, processos e estruturas organizacionais que assegurem que a TI sustente as estratégias e objetivos da organização.

Ainda não possuímos direcionadores estratégicos explícitos, visto que não há Governança Corporativa na Instituição. Com isso, não fica claro as estratégias do negócio e o papel da TI em concretizá-los. Sem esses objetivos do negócio definidos não há direcionamento para a criação de objetivos de TI e objetivos de processos precisos.

A busca por ações para implantação da Governança de TI vem tomando força, em resposta a uma ação mais efetiva do controle externo, ou seja, às pesquisas e fiscalização realizada pelo TCU.

Nesse sentido o Comitê de TI foi instituído com objetivo de estabelecer as políticas e direcionamentos para a Instituição e o Comitê de Segurança da Informação e das Comunicações.

Foi publicada em 2013 a Política de Segurança da Informação e Comunicações. As seguintes normas estão em fase de produção: Identificação e Autenticação de Usuários, Norma Geral de Segurança e Uso de Recursos Computacionais de Rede-Internet e a norma Gestão de Software Proprietário.

Atualmente, a Diretoria de Tecnologia da Informação está em fase de reestruturação, com isso busca-se a evolução de uma estrutura orientada a suporte operacional para um papel cada vez mais estratégico dentro da organização, passando de status de Provedor de Tecnologia para Provedor de Serviço e futuramente para Provedor Estratégico. Foi apresentada a alta direção uma sugestão de reestruturação e a necessidade de pessoal para atender as demandas existentes.

Sobre os serviços de TI, iniciou-se um pequeno avanço nas metodologias de gerenciamento com a adoção da biblioteca ITIL, que se tornou padrão de fato para a gestão de serviços de TI. Foi iniciada a produção do catálogo de serviços, que contém todos os serviços de TI em produção e os que estão prontos para entrada em produção. Iniciou-se também um estudo sobre implantação do processo Gerência de Configuração e Ativos de TI, que é a base para implantação de outros processos ITIL.

Alguns processos de negócio foram desenhados com detalhamentos sobre o fluxo das atividades, papéis e responsabilidades, porém não existem métricas, indicadores de desempenho ou indicadores de resultado. Foram criados também alguns procedimentos operacionais para auxiliar a equipe em atividades de rotina. Esses procedimentos estão sendo registrados em uma base de conhecimentos de acesso restrito à equipe da Diretoria de TI.



Sobre a infraestrutura foi realizada adesão de equipamentos para ampliação do datacenter. Essa ampliação permitirá a implantação de novos serviços, tais como: Instalação da plataforma de ensino Moodle atualizada, Implantação de um portal e sites, implantação do sistema para bibliotecas, implantação de módulos do SUAP-Sistema Unificado de Administração Pública e outros.

Foi implantado em agosto de 2013 o módulo de abertura e tramitação de processos – SUAP-Protocolo. No mesmo período foi implantado um novo serviço de correio eletrônico, Microsoft Exchange e o serviço de autenticação Active Directory.

Existe em andamento projeto para aquisição de leitores biométricos e sua respectiva licença de software, essa aquisição permitirá a automatização do controle de ponto. Encontra-se em andamento o projeto de mobilidade no IFG, trata-se da implantação de rede wireless profissional para atender as atividades administrativas e acadêmicas.

Ainda é preciso realizar um diagnóstico da situação atual, desenvolver um modelo de Governança de TI, iniciar o projeto de Planejamento Estratégico de TI, implementar práticas com base em Cobit e ITIL, definir e medir indicadores de desempenho e de resultado implementando dashboards de TI, desenvolver e implementar Balanced Scorecard de TI.

QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA (ANEXO III)



## **8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.**

### **8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

#### **8.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS**

O Quadro A.8.1 a seguir, denominado Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis, está organizado de forma a se obter um conjunto de informações que permita, de uma maneira geral, analisar o grau de desenvolvimento da gestão ambiental, mormente no que diz respeito a licitações sustentáveis.

QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS (ANEXO IV)

## 8.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

O quadro a seguir, denominado Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água, está organizado de forma a se obter um conjunto de informações que permita, de uma maneira geral, analisar a utilização de papel, energia elétrica e água da UJ ao longo dos anos, bem como verificar se a UJ aderiu a algum tipo de programa de gestão ligado à temática sustentabilidade ambiental. Para tanto, o quadro encontra-se subdividido em duas partes distintas. Na primeira, estão incluídas informações sobre o tipo de programa, ano de adesão e resultados obtidos com a adesão a tal programa. Na segunda, apresentam-se informações sobre quantidades e valores despendidos com o consumo de papel, energia elétrica e água.

QUADRO A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
PROGRAMA ESPLANADA SUSTENTÁVEL		2013		Os objetivos e resultados alcançados com o referido programa no IFG estão relatados logo após a apresentação deste quadro.		
REITORIA e CÂMPUS/ Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
<b>REITORIA</b>				<b>120.067,80</b>	<b>248.438,87</b>	<b>-</b>
Papel (resma)	1.500	14.500		12.750,00	116.250,00	
Água (m3)	1.210	840		22.483,20	17.108,98	
Energia Elétrica (Kwh)	143.252	73.827		84.834,60	115.079,89	
<b>APARECIDA DE GOIÂNIA</b>				<b>106.291,57</b>	<b>50.154,20</b>	<b>-</b>
Papel (resma)	720	86		5.940,00	893,54	
Água (m3)	3.419			18.090,49		
Energia Elétrica (Kwh)	133.119	69.653		82.261,08	49.260,66	
<b>ANÁPOLIS</b>				<b>112.098,72</b>	<b>96.902,51</b>	<b>102.455,59</b>
Papel (resma)	575		7.000	4.743,75		57.750,00
Água (m3)	2.663	2.590	4.320	13.987,05	12.607,06	19.808,00
Energia Elétrica (Kwh)	116.415	137.262	61.290	93.367,92	84.295,45	24.897,59
<b>CIDADE DE GOIÁS</b>				<b>27.414,80</b>	<b>15.164,80</b>	<b>-</b>
Papel (resma)	130	200		975,00	1.560,00	
Água (m3)	530	418		5.464,89	4.071,23	



Energia Elétrica (Kwh)	46.495	18.133		20.974,91	9.533,57	
<b>FORMOSA</b>				<b>90.370,86</b>	<b>112.278,56</b>	<b>64.361,27</b>
Papel	670	800	800	5.773,65	6.751,00	6.240,00
Água	1.074	1.157	370	5.641,69	3.665,33	1.716,21
Energia Elétrica	100.026	104.678	73.140	78.955,52	101.862,23	56.405,06
<b>GOIÂNIA</b>				<b>581.454,36</b>	<b>463.864,93</b>	<b>496.118,85</b>
Papel (resma)	5.000		11.000	42.500,00		105.350,00
Água (m <sup>3</sup> )	15.792	12.498	11.708	146.230,62	115.096,09	99.194,09
Energia Elétrica (Kwh)	944.267	810.917	740.402	392.723,74	348.768,84	291.574,76
<b>INHUMAS</b>				<b>134.421,58</b>	<b>121.006,52</b>	<b>93.409,47</b>
Papel (resma)	767	687	582	6.117,60	5.438,20	5.208,90
Água (m <sup>3</sup> )	4.766	3.700	4.329	49.703,42	35.829,19	39.767,66
Energia Elétrica (Kwh)	173.455	173.335	112.054	78.600,56	79.739,13	48.432,91
<b>ITUMBIARA</b>				<b>266.845,19</b>	<b>149.107,50</b>	<b>149.379,05</b>
Papel	5.985	20	10.530	49.363,40	457,50	83.753,65
Água	2.190	4.266	3.212	14.223,49	24.946,19	17.752,37
Energia Elétrica	318.313	224.065	107.369	203.258,30	123.703,81	47.873,03
<b>JATAÍ</b>				<b>48.175,09</b>	<b>11.962,50</b>	<b>10.725,00</b>
Papel (resma)	1.800	1.450	1.300	14.850,00	11.962,50	10.725,00
Água (m <sup>3</sup> )	1.476			7.719,83		
Energia Elétrica (Kwh)	40.148			25.605,26		
<b>LUZIÂNIA</b>				<b>117.811,22</b>	<b>111.114,64</b>	<b>58.009,53</b>
Papel		1.054	798		8.695,50	6.583,50
Água	4.703	3.540	3.388	53.239,19	51.369,35	24.844,43
Energia Elétrica	154.856	99.673	58.446	64.572,03	51.049,79	26.581,60
<b>URUAÇU</b>				<b>141.161,65</b>	<b>104.604,67</b>	<b>56.726,23</b>
Papel (resma)	902	679	431	7.441,15	5.741,20	4.008,30
Água (m <sup>3</sup> )	1.207	2.599	1.757	6.336,97	12.589,52	8.105,66
Energia Elétrica (Kwh)	251.693	172.648	86.315	127.383,53	86.273,95	44.612,27
<b>TOTAL IFG</b>				<b>1.746.112,84</b>	<b>1.484.599,70</b>	<b>1.031.184,99</b>
Papel (resma)	18.049	19.476	32.441	150.454,55	157.749,44	279.619,35
Água (m <sup>3</sup> )	39.030	31.608	29.084	343.120,84	277.282,94	211.188,42
Energia Elétrica (Kwh)	2.422.040	1.884.191	1.239.016	1.252.537,45	1.049.567,32	540.377,22
			Total	<b>1.746.112,84</b>	<b>1.484.599,70</b>	<b>1.031.184,99</b>

Fonte: SIAFI e Setor Contábil.

## Resultados:

Em 2013 a Instituição aderiu ao Programa Esplanada Sustentável-PES que tem como objetivo principal incentivar órgãos e instituições públicas federais (Entidade) a adotarem modelo de gestão organizacional e de processos estruturado na implementação de ações voltadas ao uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental e socioeconômica na Administração Pública Federal.

Os outros objetivos do PES são: promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social na Administração Pública Federal; melhorar a qualidade do gasto público pela eliminação do desperdício e pela melhoria contínua da gestão dos processos; incentivar a implementação de ações de eficiência energética nas edificações públicas; estimular ações para o consumo racional dos recursos naturais e bens públicos; garantir a gestão integrada de resíduos pós-consumo, inclusive a destinação ambientalmente correta; melhorar a qualidade de vida no ambiente do trabalho; e reconhecer e premiar as melhores práticas de eficiência na utilização dos recursos públicos, nas dimensões de economicidade e socioambientais.

Sendo que no primeiro ano de adesão ao programa, ainda não existem resultados concretos, porém, a Administração do IFG, através da coleta dos dados, percebeu a necessidade e a importância da análise, acompanhamento e controle destas despesas e outras similares que impactam diretamente o custeio da Instituição.

No quadro a seguir calculamos a variação de 2013 em relação a 2012, conforme pode ser observado na planilha abaixo. As variações apontam para um crescimento no consumo de água e energia elétrica que, em grande parte, pode ser justificado pela implantação de novos Câmpus e consolidação da implantação dos Câmpus da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Variação em relação ao ano anterior	
Tipo de despesa	2013/2012
Papel	-7,33
Água	23,48
Energia Elétrica	28,55
Valor gasto total	17,62



**PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.**

**9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS**

**9.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU**

9.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Não houve deliberações do TCU atendidas no exercício.

9.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.9.1.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás					451
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	015.036/2011-1	2315/2012 – TCU - Plenário	9.9	DE	Ofício nº 1143/2012-TCU/SECEX-RN
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás					451
Descrição da Deliberação:					
<p>9.9 determinar aos IFAC, IFAL, IFAM, IFDF, IFES, IFGO, IFGoiano, IFMT, IFMG, IFNorte de Minas, IFSudeste de Minas, IFSul de Minas, IFTriângulo Mineiro, IFPA, IFPB, IFPE, IFSertão Pernambuco, IFPI, IFRJ, IFRN, IFRio Grandense, IFFarroupilha, IFRS, IFCatarinense, IFSC, Cefet/MG, Cefet/Celso Suckow da Fonseca/RJ, Núcleo Avançado São João da Barra/RJ e Núcleo Avançado Valença/RJ que:</p> <p>9.9.1 apurem, em relação a seus servidores ativos e inativos, inclusive de seus Campi:</p> <p>(a) eventual acumulação indevida de cargo público;</p> <p>(b) percepção indevida de acréscimo remuneratório por servidores submetidos ao regime de dedicação exclusiva; e</p> <p>(c) descumprimento da carga horária, tanto por aqueles submetidos ao regime de dedicação exclusiva quanto por aqueles submetidos a 40 horas semanais, sem dedicação exclusiva;</p> <p>9.9.2 verifiquem, para os servidores que possuem jornada total semanal superior a 60 (sessenta) horas semanais, a compatibilidade de horários e a ocorrência de prejuízo às atividades exercidas em cada um dos cargos acumulados pelos servidores, aplicando, ainda, se cabível, o previsto no art. 133 da Lei nº 8.112/1990;</p> <p>9.9.2.1 fundamentem devidamente a decisão, na hipótese de se concluir pela licitude da acumulação, com a anexação, no respectivo processo, da competente documentação comprobatória e com a indicação expressa do responsável pela medida adotada;</p> <p>9.9.3 promovam, caso confirmem a ocorrência das irregularidades, as medidas preconizadas na Lei nº 8.112/90;</p> <p>9.9.4 informem, na prestação de contas ordinárias de 2012 ou no relatório de gestão, as medidas adotadas e os resultados obtidos para cada determinação expedida nesse subitem.</p>					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG



Pró- Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODI						105182
<b>Justificativa para o seu não cumprimento:</b>						
<p>O Instituto Federal de Goiás solicitou à Superintendência do Ministério do Trabalho e Emprego em Goiás a liberação de senha de acesso à RAIS, o que possibilitaria o cruzamento dos dados dos servidores deste Instituto referente a acumulo de cargos e cargas horárias superiores a 60 horas semanais, entretanto houve a negativa do MTE no fornecimento da senha. Posteriormente o Ministério enviou à Chefia da AUDIN uma relação contendo os nomes dos servidores do IFG com outros vínculos em 2012.</p> <p>Considerando o arquivo de Cruzamento RAIS 2012 – MTE de todos os servidores técnico-administrativos e docentes do IFG, foi realizado um levantamento das possíveis acumulações de cargos e em 11.02.2014 teve início o encaminhamento de Memorandos solicitando justificativas e documentos comprobatórios para os casos em que houve vínculo sincrônico. Por enquanto, ficou comprovado o vínculo concomitante de um servidor, que assinou o Termo de Opção pelo cargo no IFG e solicitou exoneração do outro órgão.</p>						
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>						
A não liberação da senha de acesso a RAIS foi um fator de dificuldade assaz relevante. A determinação está em execução pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e vem sendo acompanhada pela Auditoria Interna do IFG.						
<b>Unidade Jurisdicionada</b>						
<b>Denominação completa:</b>						<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás						451
<b>Deliberações do TCU</b>						
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>						
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>	
02	020.520/2010-7	1.693/2011 1ª Câmara	1.7.14	RE	Ofício nº 803/2011-TCU/SECEX-GO	
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>						<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás						451
<b>Descrição da Deliberação:</b>						
Regulamente no âmbito do IFG a concessão de bolsa de estudos e monitoria nos termos disciplinados no Manual Técnico de Orçamento MTO/2009 do Ministério do Planejamento/Portaria/SOF nº 29, de 27/06/2007.						
<b>Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento</b>						
<b>Setor responsável pela implementação</b>						<b>Código SIORG</b>
PROEX- Pró- Reitoria de Extensão						105179
<b>Justificativa para o seu não cumprimento:</b>						
<p>A Pró-Reitoria de Extensão, em relação aos Auxílios Estudantis, elaborou a Minuta do Regulamento de Assistência Estudantil que está em fase de apreciação pela Câmara Técnica de Extensão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. A Minuta de Assistência Estudantil do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) foi aprovada pela Câmara Técnica dia 27/02/14 e vai à apreciação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. A Minuta do Regulamento de Estágio do IFG está sendo revisada e será apresentada na Câmara Técnica de Extensão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.</p> <p>A passagem do acompanhamento das ações de monitoria do âmbito da Pró-Reitoria de Extensão para a Pró-Reitoria de Ensino no ano de 2012, desencadeou a revisão da proposta inicial e nova elaboração de texto. O texto foi finalizado e tem sido referência para a disponibilização das bolsas de monitoria, bem como para a seleção de alunos bolsistas. Será apreciado pela Câmara técnica de ensino dia 18/03/14 e posteriormente à aprovação pelo Conselho Superior da Instituição.</p>						
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>						
Não houve fatores negativos.						
<b>Unidade Jurisdicionada</b>						
<b>Denominação completa:</b>						<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás						451
<b>Deliberações do TCU</b>						
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>						



Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	002.684/2012-8	2447/2013 2ª Câmara	c	DE	Ofício nº 0521/2013-TCU/SECEX-GO
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás					451
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que crie indicador que avalie a colocação ou realocação dos alunos no mercado de trabalho ao tempo de conclusão dos cursos, pois que um dos objetivos basilares da política pública que ampara a instituição é incrementar o acolhimento e o resgate social de um público historicamente posto à margem das políticas de formação para o trabalho.					
<b>Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento</b>					
<b>Sector responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
PROEX- Pró- Reitoria de Extensão					105179
<b>Justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Reconhecemos a importância e a necessidade de implementação de ações operacionais que possam subsidiar indicadores visando à sustentação de um processo para avaliação permanente no movimento de colocação e realocação dos alunos no mercado de trabalho ao tempo da conclusão dos respectivos cursos. Estamos buscando modelos de gestão que possam ser adaptados ao modelo do IFG, uma vez que temos nos deparado com dificuldades de natureza conceitual, prática e até estrutural, que retardam as alternativas que porventura possam ser deslumbradas para imediatismo. Reforçamos nosso interesse e compromisso de continuar intensificando nossos esforços no sentido de efetivamente modelar e implementar instrumentos que traduzam as ações e indicadores consistentes e confiáveis.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
Não houve fatores negativos.					

## 9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI

### 9.2.1 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

#### QUADRO A.9.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Auditoria Anual de Contas nº 201305868	2.1.1.1 Constatação	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
<b>Descrição da Recomendação 3:</b>			
Recomendamos que a Unidade envie esforços no sentido de atender às recomendações e determinações do TCU, nos prazos estabelecidos por aquela Corte de Contas.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Pró- Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODI			105182



<b>Síntese da providência adotada:</b>
O IFG está reestruturando a formatação da equipe de trabalho, com a definição das atribuições e rotinas, a fim de atender as recomendações dos órgãos de controle, dar celeridade às ações e cumprir normas e prazos estabelecidos.
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>
Acatamos a recomendação da Controladoria Regional da União em Goiás e estamos adotando medidas para cumprir os prazos firmados pelo TCU.
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>
Não houve fatores negativos.

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	Auditoria Anual de Contas nº 201305868	2.2.1.2 Constatação	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
<b>Descrição da Recomendação 1:</b>			
Recomendamos a alteração das normas do IFG no sentido de que a Unidade de Auditoria Interna seja formalmente subordinada ao Conselho Diretor da Unidade, em conformidade com o artigo 15, § 3º do Decreto nº 3.591/2000.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Reitoria			
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
O IFG não possui Conselho Diretor, pois o órgão máximo da instituição é o Conselho Superior, com caráter apenas consultivo e deliberativo, não efetua gestão. O Decreto nº 3.591/2000, em seu artigo nº 15, § 3º estabelece que a Auditoria Interna deve estar vinculada ao Conselho de Administração ou a órgão de atribuições equivalentes, e quando não contar com este, será subordinada diretamente ao dirigente máximo da entidade, que, no caso do IFG, é o Reitor. O Conselho Superior é composto por servidores, corpo discente, egressos, representantes da sociedade civil (indicados por entidades patronais, dos trabalhadores, representantes do Setor Público e/ ou empresas estatais), se reúne a cada dois meses, não é remunerado e conseqüentemente, não tem características de Conselho de Administração, o que segundo o Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC – 4ª Edição – 2009, tem como atribuições: <i>“É o responsável por apoiar e supervisionar continuamente a gestão da organização com relação aos negócios, aos riscos e as pessoas. Não deve interferir em assuntos operacionais, mas deve ter a liberdade de solicitar todas as informações necessárias ao cumprimento de suas funções... O Conselho deve prestar contas aos sócios, incluindo um parecer sobre o relatório da Administração e as demonstrações financeiras, além de propor, para deliberação da assembleia, a remuneração anual dos administradores, sempre vinculada a um processo de avaliação dos órgãos e de seus integrantes.”</i>			
Outro exemplo de Conselho de Administração é o da Empresa de Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás), em que o Conselho de Administração fixa política de recursos humanos, aprova permuta de valores mobiliários de sua emissão, pode determinar a realização de inspeções, auditagens ou tomadas de contas na Cia, dentre outras, havendo profunda divergência com as atribuições previstas no Conselho Superior do IFG.			
Com base no exposto, entendemos que o IFG está em perfeita conformidade com o Decreto nº 3.591/2000, em seu artigo 15, § 4º, pois a Unidade de Auditoria Interna está subordinada diretamente ao dirigente máximo da Instituição.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
O IFG está em conformidade com o Decreto nº 3591/2000.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não houve fatores negativos.			

Unidade Jurisdicionada



<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
03	Auditoria Anual de Contas nº 201305868	2.2.2.1 Constatação	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
<b>Descrição da Recomendação 1:</b>			
Recomendamos que a Unidade passe a utilizar regularmente o Sistema CGU-PAD no gerenciamento das informações sobre processos disciplinares, conforme preceituado pela Portaria CGU nº 1.043/2007.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Pró- Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODI			105182
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Foram providenciadas senhas para que os servidores pudessem efetuar os lançamentos no Sistema CGU-PAD.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
No ano de 2013, a Instituição teve dois processos de PAD e a atualização no Sistema CGU-PAD foi realizada.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não houve fatores negativos.			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
04	Auditoria Anual de Contas nº 201305868	3.1.1.1 Constatação	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
<b>Descrição da Recomendação 1:</b>			
Recomendamos que a Unidade atualize, com a maior brevidade possível, os cadastros de atos de pessoal no Sistema SISAC, e envide esforços no sentido de cumprir os prazos previstos no art. 7º da IN/TCU nº 55/2007 a respeito.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Pró- Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODI			105182
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Os atos de pessoal no Sistema SISAC estão sendo inseridos com a tolerância prevista no Art. 7º da IN/TCU nº 55/2007.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Os lançamentos estão atualizados.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não houve fatores negativos.			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>
-------------------------------



<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
<b>05</b>	Auditoria Anual de Contas nº 201305868	3.1.8.1 Constatação (38)	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
<b>Descrição da Recomendação 3:</b>			
Em relação ao item D, recomendamos que a Unidade atualize periodicamente a CGU-Regional/GO acerca dos seguintes casos de pendências no ressarcimento ao Erário de valores percebidos indevidamente pelos servidores abaixo relacionados, que descumpriram o Regime de Dedicção Exclusiva: - Matrícula SIAPE nº 1188013 – última posição informada: "O vínculo do servidor, em Regime de Dedicção Exclusiva, com a PUC/GO está "sub judice" devendo este Instituto aguardar decisão do Poder Judiciário sobre a respectiva acumulação de cargos." - Matrícula SIAPE nº 0271114 – Processos 23373.002086/2011-33 (comunicado do ressarcimento que a servidora deveria fazer), 23373.002286/2011-96 (solicitação da servidora de como ressarcir o Erário) e 23373.002478/2011-01 (apresentação de defesa da servidora)– última posição informada: "Todos os processos foram apensados e encaminhados à Procuradoria Federal/IFG para parecer. Esta DDRH está aguardando o parecer da PROFE." Ressaltamos que, no caso da servidora matrícula SIAPE nº 0271114, a análise da assessoria jurídica está pendente desde 06/10/2011, merecendo, ainda, avaliação do IFG quanto às razões dessa demora.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Pró- Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODI			105182
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Matrícula SIAPE nº 0271114 – Ressarcimento ao erário de março/2013 a janeiro de 2014. A servidora entrou com uma ação ordinária e foi concedida pelo Judiciário uma decisão que deferiu a antecipação da tutela, determinando que o IFG se abstenha de efetuar descontos em folha de pagamento da requerente, com vistas a reposição ao erário dos valores recebidos até o trâmite final da ação. Matrícula SIAPE nº 1188013 – Servidor impetrou Mandado de Segurança e está <i>sub judice</i> , com isso não é possível declarar que com as informações levantadas e documentos analisados, houve descumprimento ao disposto no inc. I, art. 15 do Decreto nº 94.664/87.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Acatou-se a recomendação.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não houve fatores negativos.			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
<b>06</b>	Auditoria Anual de Contas nº 201305868	3.2.1.1 Constatação	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
<b>Descrição da Recomendação 1:</b>			
Recomendamos que a Unidade prossiga em negociação com o servidor de matrícula 1041477 com o intuito dos valores remanescentes relativos à Ocorrência 8-A - 'servidores com parcela de devolução ao erário interrompida ou prazo e/ou valor			



alterados', no valor atual calculado de R\$ 20.959,31, sob pena de interrupção de sua cessão para possibilitar o desconto direto em folha de pagamento.

<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Pró- Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODI	105182
<b>Síntese da providência adotada:</b>	
Foi realizado o levantamento e atualização do montante a ser devolvido ao erário, com a notificação ao servidor, que realizou o pagamento da primeira parcela em 31 de janeiro de 2014, comprometendo-se a pagar regularmente a partir do mês de fevereiro de 2014 por meio de GRU.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
O servidor está cumprindo com a devolução ao erário e efetuou o recolhimento da GRU nos meses de janeiro e março no valor de R\$ 688,52 (seiscentos e oitenta e oito reais e sessenta e dois centavos).	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
O servidor foi cedido para a Prefeitura Municipal de Jataí e o ônus do pagamento dos salários ficou a cargo daquela instituição, o que dificultou o ressarcimento ao erário por não ter como fazer o desconto direto na folha de pagamento. Atualmente o recolhimento é feito por meio de GRU.	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
<b>07</b>	Auditoria Anual de Contas nº 201305868	3.2.1.2 Constatação	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
<b>Descrição da Recomendação 1:</b>			
Recomendamos que a Unidade aprimore seus controles internos administrativos, evitando a repetição das falhas como as apontadas neste Relatório.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Pró- Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODI			105182
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
O Instituto Federal de Goiás (IFG) no final de 2012 aderiu ao Sistema Unificado de Administração Pública ( <a href="#">SUAP</a> ) desenvolvido pela equipe da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DIGTI) do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). O Sistema tem por objetivo a informatização dos processos administrativos do Instituto, facilitando assim a gestão da instituição. Com isso, e considerando outras ações de trabalho em estudo / implantação, o IFG está reestruturando e estabelecendo padronização de rotinas e procedimentos, com o objetivo de fortalecer o controle interno da Instituição, corrigindo e minimizando as falhas de gestão e execução.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
O SUAP permitiu o protocolo e a tramitação eletrônica dos processos da Instituição, facilitando a sua localização. O módulo de Recursos Humanos também foi implantado e possibilitou um melhor controle dos dados dos servidores ativos e inativos.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não houve fatores negativos.			

## 9.2.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.9.2.2 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO



Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Auditoria Anual de Contas nº 201305868	2.1.1.1 Constatação	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
<b>Descrição da Recomendação 1:</b>			
Recomendamos que a Unidade conclua o processo de discussão e votação dos regulamentos relativos à concessão de bolsa de estudo e monitoria com a maior brevidade possível, em atendimento à determinação do Acórdão TCU nº 1693/2011 ? 1ª Câmara.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODI			105182
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Acatamos a recomendação da Controladoria Regional da União em Goiás.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
A minuta do regulamento de Monitoria foi aprovada na Câmara de Ensino e será encaminhada ao Conselho Superior para aprovação ainda no primeiro semestre de 2014.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não houve fatores negativos.			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	Auditoria Anual de Contas nº 201305868	2.1.1.1 Constatação	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
<b>Descrição da Recomendação 2:</b>			
Recomendamos que a Unidade efetue o levantamento com vistas a detectar eventuais ocorrências de acumulação de cargos, de percepções indevidas relacionadas a dedicação exclusiva, e de descumprimento de carga horária, e verifiquem quesitos em relação a servidores com carga horária ampliada por acúmulo de cargos, em atendimento à determinação do Acórdão nº 2315/2012 - TCU Plenário.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODI			105182
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Acatamos a recomendação da Controladoria Regional da União em Goiás.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
O Ministério do Trabalho e Emprego enviou à Chefia da AUDIN uma relação contendo os nomes dos servidores do IFG com outros vínculos em 2012. Considerando o arquivo de Cruzamento RAIS 2012 – MTE de todos os servidores técnico-administrativos e docentes do IFG, foi realizado um levantamento das possíveis acumulações de cargos e em 11.02.2014 teve início o encaminhamento de			



Memorandos solicitando justificativas e documentos comprobatórios para os casos em que houve vínculo sincrônico. Por enquanto, ficou comprovado o vínculo concomitante de um servidor, que assinou o Termo de Opção pelo cargo no IFG e solicitou exoneração do outro órgão.

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

O MTE não liberou a senha de acesso à RAIS o que impossibilitou o cruzamento dos dados pelo IFG. Entretanto, após o envio da listagem pelo Ministério, a determinação está em execução pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e vem sendo acompanhada pela Auditoria Interna do IFG.

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	Auditoria Anual de Contas nº 201305868	2.2.1.1 Constatação	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação 1:			
Recomendamos que a Unidade faça constar em seus normativos dispositivos assegurando a autoridade da unidade de controle interno na organização, incluindo os seguintes aspectos: - autorização para acesso irrestrito a registros, pessoal, informações e propriedades físicas relevantes para executar suas auditorias; - obrigatoriedade de os departamentos da organização apresentarem as informações solicitadas pela unidade de controle interno, de forma tempestiva e completa; - possibilidade de obter apoio necessário dos servidores das unidades submetidas a auditoria e de assistência de especialistas e profissionais, de dentro e de fora da organização, quando considerado necessário.			
Providências Adotadas			
<b>Sector responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODI			
Síntese da providência adotada:			
Acatamos a recomendação da Controladoria Regional da União em Goiás.			
Síntese dos resultados obtidos			
Foi elaborada uma proposta para alteração do Regimento Interno do IFG, incluindo os itens da recomendação.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores negativos.			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	Auditoria Anual de Contas nº 201305868	3.2.1.1 Constatação	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação 2:			
Recomendação 2: Recomendamos que a Unidade providencie a solução para as situações verificadas na Ocorrência 66, alterando a sequência de pagamento para sequência '0' - cálculo automático - para os seguintes casos: Ocorrência Matrícula CPF 66 0270941 190.***.931-** 66 0270969 282.***.741- ** 66 0048236 159.***.471-** 66 0270416 153.***.501-**			
Providências Adotadas			



<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Pró- Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODI	105182
<b>Síntese da providência adotada:</b>	
<p>No SIAPE foi constatado que: Ocorrência Matrícula CPF 66 0270941 190.***.931-**- recebendo o pagamento para sequência '0' 66 0270969 282.***.741-**- recebendo o pagamento para sequência '0' 66 0048236 159.***.471-**- recebendo o pagamento para sequência '1' 66 0270416 153.***.501-**- recebendo o pagamento para sequência '1' Está havendo problemas para regularizar a situação dos servidores 0048236 e 0270416 pelo seguintes motivos: O servidor 0048236 virou instituidor de pensão e não conseguimos até o momento regularizar a sua situação devido a problemas operacionais do SIAPE. Para resolver esse problema encaminhamos um alôsegep e estamos aguardando as orientações. O servidor 0270416 está com o CPF desativado na base de dados da receita federal, impossibilitando qualquer alteração cadastral em seu nome. Encaminhamos ofício ao servidor para que proceda a regularização e até a presente data não obtivemos resposta.</p>	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
<p>O servidor com Matrícula Siape 0270416 continua recebendo na sequência '1', pois está com o CPF pendente de regularização na Receita Federal e por este motivo o Siape não permite a alteração da sequência. Encaminhamos via Correios Memorando solicitando a presença do mesmo na Reitoria, porém a correspondência retornou com o carimbo de "não encontrado/mudou-se", pois o endereço deve estar desatualizado em no Siape. Com isso ainda não foi possível atender a recomendação.</p>	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
Servidor com CPF irregular na Receita Federal.	

### **9.3 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA**

A Auditoria Interna é o órgão de assessoramento à Reitoria, responsável pelo controle e fortalecimento da gestão, bem como pela racionalização das ações no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, e pelo apoio, dentro de suas especificidades, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União. A Auditoria Interna está estruturada em procedimentos com enfoque técnico, objetivo, sistemático e disciplinado. Caracteriza-se por atividades consultivas, de avaliação e colaboração da administração, busca a eficiência e eficácia dos sistemas de controles e a qualidade do desempenho das áreas.

A Auditoria Interna tem por finalidade essencial o exame da integridade e confiabilidade das informações e registros, a simplificação dos procedimentos e a correta aplicação da legislação.

#### **I - Ações previstas e realizadas no exercício de 2013:**

##### Ações previstas para o Exercício de 2013:

1. Acompanhar o atendimento a atuações do Tribunal de Contas da União;
2. Acompanhar o atendimento a atuações da CGU, concatenar com os setores / unidades internas;
3. Análise do processo de prestação de contas referente ao exercício de 2012;
4. Atendimento e acompanhamento às auditorias, acompanhamento da implementação do Plano de Providências sobre as recomendações expedidas pela CGU e das determinações e diligências do TCU;
5. Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT/2014;
6. Produção do Relatório Anual das Atividades da Auditoria Interna – RAIN/2013;
7. Verificar as indenizações concedidas pelo IFG aos seus servidores;



8. Analisar a aplicação e prestação de contas do Cartão Corporativo do Governo Federal;
9. Verificar os pagamentos de despesas de exercícios anteriores;
10. Avaliação da regularidade dos procedimentos licitatórios;
11. Acompanhamento dos prazos e execução dos contratos de prestação de serviços continuados;
12. Examinar os processos de Assistência aos Estudantes do ensino de Graduação e Técnico;
13. Análise dos controles de bens móveis e imóveis;
14. Acompanhamento da folha de pagamento de pessoal, Insalubridade/Periculosidade;
15. Realização de Processos Seletivos.

#### Ações Executadas no exercício de 2013:

1. Ocorreu o atendimento às Diligências e Acórdãos do TCU evitando a não execução pelos setores responsáveis. Segue a relação dos documentos emitidos pelo TCU no exercício de 2013:
  - a. Acórdão nº 2447/13 de 07/05/2013, nº TC 002.684/2012-8, referente à prestação de contas do exercício de 2010;
  - b. Acórdão nº 788/13 de 05/03/2013, nº TC 002.166/2013-5, referente à aposentadoria de servidores;
  - c. Acórdão nº 4991/13 de 27/08/2013, nº TC 038.757/2012-5, referente à prestação de contas do exercício de 2011;
  - d. Acórdão nº 4992/13 de 30/08/2013, nº TC 038.757/2012-5, referente à prestação de contas de exercício de 2011;
  - e. Acórdão nº 557/13 de 26/02/2013, nº TC 001.987/2013-5, referente à admissão de pessoal;
  - f. Acórdão nº 558/13 de 26/02/2013, nº TC 001.989/2013-8, referente à admissão de pessoal;
  - g. TC nº 023.414/2013-8
  - h. Acórdãos nº 2525/13 e 2526/13 de 18/09/2013, nº TC 016.665/2013-9, referentes à aquisição de mobiliário.
  
2. Quanto ao Controle Interno, efetuou-se o acompanhamento e atendimento de todas as solicitações derivadas da CGU e de suas orientações, recomendações e plano de providências relacionados ao exercício de 2012, com base no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201305868 de 24 de Junho de 2013, Processo nº 23372000243/2013-48. Houve o acompanhamento de 100% das solicitações emitidas pela CGU. A AUDIN supervisionou todas as atividades internas durante a auditoria de gestão realizada pela CGU. Relação das S/As emitidas pela CGU no exercício:
  - Auditoria de Gestão do exercício de 2012  
201305868-001 de 05/04/2013;  
201305868-002 de 30/04/2013;  
201305868-003 de 13/05/2013;  
201305868-004 de 17/05/2013; e  
201305868-006 de 06/06/2013.
  
  - Auditoria de Acompanhamento Permanente da Gestão  
201316282/01 de 19/09/2013;



201316282/02 de 01/10/2013;  
201316282/03 de 15/10/2013;  
201305868-001 de 24/07/2013;  
201313256-001 de 29/10/2013;  
201313256-002 de 18/11/2013.

- Auditoria em Atos de Pessoal:

S/A n° 001 de 02/10/2013 e  
S/A n° 002 de 02/10/2013.

- Auditoria de Análise do RAIN/2012 e PAINT/2014

201315824/001 de 11/09/2013;  
201315824/002 de 30/09/2013;  
201315824/003 de 30/09/2013;  
201315864/001 DE 10/12/2013.

- Nota de Auditoria

201305868/001 de 24/07/2013 que tratou de recomendações que foram incluídas no plano de providências.

3. Análise de Prestação de Contas referente ao exercício de 2012: Foi efetuado o acompanhamento da elaboração do Relatório de Gestão e respectiva prestação de contas ao Tribunal de Contas da União – TCU.

4. Constituição do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna para o exercício 2014. O PAINT 2014 foi produzido consoante às instruções contidas na IN CGU n° 01/07, IN CGU n° 07/06 e IN CGU n° 09/07.

5. Foi executado e monitorado o Plano de Providências inerente às recomendações da Controladoria-Regional da União em Goiás – CGU-GO e feito o Acompanhamento das recomendações e determinações do Tribunal de Contas da União - TCU.

6. Elaboração do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAIN/.

7. Análise dos lançamentos no sistema de concessão de diárias e passagens:

A AUDIN efetuou análises por amostragem do Sistema SCDP, no valor total de R\$ 157.007,77, e emissão de relatórios aos seguintes Câmpus:

- a) Câmpus Luziânia, total verificado R\$ 46.507,68;
- b) Câmpus Uruaçu, total verificado R\$ 26.351,71;
- c) Câmpus Itumbiara, total verificado R\$ 27.867,12;
- d) Câmpus Anápolis, total verificado R\$ 24.573,12;
- e) Câmpus Jataí, total verificado R\$ 13.196,48;
- f) Câmpus Formosa, total verificado R\$ 7.643,15;
- g) Câmpus Cidade de Goiás, total verificado R\$ 10.868,51.

8. Examinamos os cenários de Insalubridade e Periculosidade através dos pagamentos conforme laudos periciais. Foram verificados todos os pagamentos realizados de janeiro a novembro de 2013.



9. Verificamos a legalidade e formalidade dos processos licitatórios procurando possíveis impropriedades, assim como, a execução dos contratos. Foram examinados dezessete (17) processos licitatórios, sendo: treze (13) pregões, duas (02) dispensas e duas (02) concorrências. A AUDIN utilizou como metodologia de avaliação as variáveis de relevância, materialidade e criticidade.

O valor total analisado foi de R\$ 52.684.264,29.

10. Em referência à Assistência ao Estudante de ensino de Graduação e Técnico (Bolsas de auxílio ao estudante – apoio técnico, auxílio estágio), verificamos a existência de normas para seleção de bolsistas por tipo de bolsas e o cumprimento das etapas de cadastro e registro de frequência. Outrossim, foram averiguados os processos de pagamento e outras formalidades. Foi atestada a necessidade de normatização para a execução da ação e, por conseguinte, realizada a comunicação às Pró-Reitorias responsáveis pelos parâmetros.

11. Na avaliação da Gestão do Uso do Cartão Corporativo, realizamos a avaliação das concessões de suprimentos de fundos por meio da utilização dos cartões de pagamentos atualmente em uso nos Câmpus. Sua utilização está em consonância com os Decretos nº 5.355/2005 e 6.370/2008. Valor examinado: R\$ 33.360,00.

12. Foram emitidos 04 (quatro) Despachos referentes às análises dos processos de despesas de exercícios anteriores de pessoal, onde foram verificadas às memórias de cálculos e a pertinência dos pleitos.

13. Despesas de Exercícios Anteriores: Foram examinados um total de 17 processos sendo que: oito são inerentes a adicional de insalubridade e periculosidade, um sobre retribuição por titulação, dois sobre capacitação profissional, três de incentivo à qualificação, um referente a 13º salário, um sobre abono de permanência e um que tratou de progressão funcional por desempenho acadêmico.

14. Provimento de cargos públicos: Foram analisados atos de admissão tendo como referência a documentação exigida para a investidura em cargo público, conforme disposto na Lei nº 8112/1990 e nas disposições contidas nos editais de concurso público para provimento de cargos publicados pelo Instituto Federal de Goiás. Foram analisadas as pastas individuais de 106 servidores que ingressaram na Instituição no exercício de 2013.

15. Bens móveis e imóveis: O imobilizado foi examinado por amostragem e realizado através de trabalho de campo, sendo que ocorreu em oito Câmpus da Instituição. Foram verificados o funcionamento do Setor de Patrimônio e Almoxarifado, o controle dos bens e os termos de responsabilidade, maquinários comprados e que não estão em funcionamento, locação de espaço público para lanchonetes e bancos, conservação e manutenção dos bens imóveis.

16. Processos Seletivos: Foram analisados quatro processos no valor total de R\$ 290.829,46 relacionados a seguir: Processo nº 23372.000280/2012-75 e 23372.000408.201209, referentes ao edital nº 122/2012, concurso para docentes, no valor de R\$ 11.270,64; processo nº 23372.000249/2012-34 alusivo aos editais nºs 86 e 87/2012, vestibular 2012.2, no valor de R\$ 100.358,89; e processo nº 23372.000065/2013-55 relativo ao vestibular 2013.1, no valor de R\$ 179.199,93.



A Auditoria interna em seus trabalhos emitiu 54 relatórios, listados a seguir:

1. Relatório nº 001 – Auditoria in loco no Câmpus Goiânia.  
Escopo: Foram verificados o controle do patrimônio - bens móveis e imóveis – emissão dos termos de responsabilidade e conservação dos bens, contratos de locação, funcionamento das catracas eletrônicas, a jornada de trabalho e o controle de ponto dos servidores. Foram emitidas recomendações que foram acatadas pelo Câmpus e que serão monitoradas pela AUDIN.
2. Relatório nº 002 – Processo Licitatório referente Pregão 02/2012 – Processo nº 23373.003555/2011-3. Escopo: A análise compreendeu os atos do processo licitatório nas suas fases preparatória e externa, com o exame da documentação prevista no Artº 30, do Decreto Nº 5.450, de 31/05/2005, além dos aspectos formais. Foram emitidas recomendações que foram acatadas pela Unidade.
3. Relatório nº 003 – Processo Licitatório referente Pregão nº 05/2012 – Processo nº 23373.001326/2012-63. Escopo: A análise compreendeu os atos do processo licitatório nas suas fases preparatória e externa, com o exame da documentação prevista no Artº 30, do Decreto Nº 5.450, de 31/05/2005, além dos aspectos formais. Foram emitidas recomendações que foram acatadas pela Unidade.
4. Relatório nº 004 – Execução de Contratos referente ao processo nº 23373.003252/2011-19 (Pregão nº 39/2011). Escopo: Foram verificados os processos de pagamento analisando a legalidade, execução e acompanhamento dos contratos. Foram emitidas recomendações que foram acatadas pela Unidade.
5. Relatório nº 005 – Execução de Contratos referente ao processo nº 23373.003276/2011-78 (Pregão nº 37/2011). Escopo: Foram verificados os processos de pagamento analisando a legalidade, execução e acompanhamento dos contratos. Foram emitidas recomendações que foram acatadas pela Unidade.
6. Relatório nº 006 – Viagens (Sistema SCDP) – Câmpus Cidade de Goiás. Escopo: Foram examinadas a concessão das diárias e as respectivas prestações de contas. As recomendações foram acatadas pelo Câmpus.
7. Relatório nº 007 - Viagens (Sistema SCDP) – Câmpus Formosa. Escopo: Foram examinadas a concessão das diárias e as respectivas prestações de contas. As recomendações foram acatadas pelo Câmpus.
8. Relatório nº 008 - Processo Licitatório referente Pregão nº 33/2012 – Processo nº 23372.800811/2012-22. Escopo: A análise compreendeu os atos do processo licitatório nas suas fases preparatória e externa, com o exame da documentação prevista no Artº 30, do Decreto Nº 5.450, de 31/05/2005, além dos aspectos formais. Foram emitidas recomendações que foram acatadas pela Unidade.
9. Relatório nº 009 - Viagens (Sistema SCDP) – Câmpus Jataí. Escopo: Foram examinadas a concessão das diárias e as respectivas prestações de contas. As recomendações foram acatadas pelo Câmpus.



10. Relatório nº 010 – Processo Licitatório referente Pregão nº 25/2011 – Processo nº 23047.100525/2012-55. Escopo: A análise compreendeu os atos do processo licitatório nas suas fases preparatória e externa, com o exame da documentação prevista no Artº 30, do Decreto Nº 5.450, de 31/05/2005, além dos aspectos formais. As recomendações emitidas foram acatadas pela Unidade.
11. Relatório nº 011 – Processo Licitatório referente Concorrência nº 02/2012 – Processo nº 23372.000150/2012-32. Escopo: A análise compreendeu os atos do processo licitatório nas suas fases preparatória e externa, com o exame da documentação prevista no Artº 30, do Decreto Nº 5.450, de 31/05/2005, além dos aspectos formais. Foram emitidas recomendações que foram acatadas pela Unidade.
12. Relatório nº 012 – Auxílio financeiro estudantil – Câmpus Cidade de Goiás. Escopo: Foram verificados os aspectos formais do processo, os documentos de concessão, lista de frequência, relatório de viagem, a planilha de pagamentos e as normas estabelecidas pela Pró-Reitoria de Ensino. As recomendações foram acatadas pelo Câmpus.
13. Relatório nº 013 – Auxílio financeiro estudantil – Câmpus Goiânia. Escopo: Foram verificados os aspectos formais do processo, os documentos de concessão, lista de frequência, relatório de viagem, a planilha de pagamentos e as normas estabelecidas pela Pró-Reitoria de Ensino. As recomendações foram acatadas pelo Câmpus.
14. Relatório nº 014 – Auxílio financeiro estudantil – Câmpus Luziânia. Escopo: Foram verificados os aspectos formais do processo, os documentos de concessão, lista de frequência, relatório de viagem, a planilha de pagamentos e as normas estabelecidas pela Pró-Reitoria de Ensino. As recomendações foram acatadas pelo Câmpus.
15. Relatório nº 015 – Auxílio financeiro estudantil – Câmpus Uruaçu. Escopo: Foram verificados os aspectos formais do processo, os documentos de concessão, lista de frequência, relatório de viagem, a planilha de pagamentos e as normas estabelecidas pela Pró-Reitoria de Ensino. As recomendações foram acatadas pelo Câmpus.
16. Relatório nº 016 – Auxílio financeiro estudantil – Câmpus Aparecida de Goiânia. Escopo: Foram verificados os aspectos formais do processo, os documentos de concessão, lista de frequência, relatório de viagem, a planilha de pagamentos e as normas estabelecidas pela Pró-Reitoria de Ensino. As recomendações foram acatadas pelo Câmpus.
17. Relatório nº 017 – Auxílio financeiro estudantil – Câmpus Inhumas. Escopo: Foram verificados os aspectos formais do processo, os documentos de concessão, lista de frequência, relatório de viagem, a planilha de pagamentos e as normas estabelecidas pela Pró-Reitoria de Ensino. As recomendações foram acatadas pelo Câmpus.
18. Relatório nº 018 – Suprimento de fundos – Câmpus Jataí. Escopo: Formalização do processo, orçamento, despesas efetuadas e prestação de contas. As recomendações foram acatadas pelo Câmpus.
19. Relatório nº 019 – Suprimento de fundos – Câmpus Goiânia. Formalização do processo, orçamento, despesas efetuadas e prestação de contas. As recomendações foram acatadas pelo Câmpus.



20. Relatório nº 020 – Processo Licitatório referente Pregão nº 05/2011 – Processo nº 23373.002458/2011-21. Escopo: A análise compreendeu os atos do processo licitatório nas suas fases preparatória e externa, com o exame da documentação prevista no Artº 30, do Decreto Nº 5.450, de 31/05/2005, além dos aspectos formais. Foram emitidas recomendações que foram acatadas pela Unidade.
21. Relatório nº 021 - Execução de Contratos referente ao processo nº 23372.00136/2012-29 (Dispensa de Licitação - CELG). Escopo: Foram verificados os processos de pagamento analisando a legalidade, execução e acompanhamento do contrato. Foram emitidas recomendações que foram acatadas pela Unidade.
22. Relatório nº 022 – Processo Licitatório nº 23380.600505/2012-99 inerente a Concorrência nº 04/2012. Escopo: A análise do processo está limitada aos seus aspectos formais e às exigências legais contidas na Lei nº 6.120/1974, na Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 3.725/2001. As recomendações foram acatadas pelo Câmpus.
23. Relatório nº 023 – Processo Seletivo nº 23372.000280/2012-75 referente à concurso público para docentes. Escopo: A análise está limitada à formalização dos processos, pagamento das gratificações por encargos de cursos ou concursos e a congruência com a legislação em vigor. As recomendações foram acatadas pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODI).
24. Relatório nº 024 – Execução de Contratos - Processo Licitatório nº 23047.005167/2010-14 (Registro de Preços). Escopo: A análise está limitada à formalização dos processos, execução orçamentária, contrato e termos aditivos quanto à tempestividade dos mesmos. As recomendações foram acatadas pela Unidade.
25. Relatório nº 025 – Processos Seletivos – Processo nº 23372.000408/2012-09 (Concurso público), Processo nº 23372.000249/2012-34 (Vestibular 2012.2), Processo nº 23372.000065/2013-55 (Vestibular 2013.1). Escopo: A análise está limitada à formalização dos processos, pagamento das gratificações por encargos de cursos ou concursos nas aplicações de provas e a estrutura atual do Centro de Seleção.
26. Relatório nº 026 - Despesas de exercícios anteriores (Processos de Adicional de Insalubridade/Periculosidade). Escopo: Os processos foram analisados tendo como referência a Nota Técnica Nº 13/2013/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP, A Portaria Conjunta Nº 1, de 17/02/2012, a Lei Nº 12.702/2012, a Medida Provisória Nº 568/12 e a Orientação Normativa - MPOG Nº 2/2010, e restringe-se à pertinência do pleito e conferência dos cálculos. As recomendações foram acatadas pela Pró-Reitoria.
27. Relatório nº 027 – Processo Licitatório nº 23372.800699/2012-20 - Registro de Preços (Pregão nº 03/2013). Escopo: A análise compreendeu os atos do processo licitatório nas suas fases preparatória e externa, com o exame da documentação prevista no Artº 30, do Decreto Nº 5.450, de 31/05/2005, além dos aspectos formais. As recomendações emitidas foram acatadas pela Unidade.
28. Relatório nº 028 - Despesas de exercícios anteriores. Os 09 (Nove) processos foram analisados tendo como referência a Lei nº 11.091/2005, a Portaria Conjunta Nº 1, de



17/02/2012 e o Decreto Nº 7.806, de 17/09/2012 e restringe-se à pertinência dos pleitos e conferência dos cálculos. As recomendações emitidas foram acatadas pela Pró-Reitoria.

29. Relatório nº 029 – Auditoria in loco no Câmpus Aparecida de Goiânia.

Escopo: Foram verificados: a existência de plano de atividades administrativas, o controle do patrimônio - bens móveis e imóveis – emissão dos termos de responsabilidade e conservação dos bens, contratos de locação, funcionamento das catracas eletrônicas, a jornada de trabalho e o controle de ponto dos servidores. Foram emitidas recomendações que foram acatadas pelo Câmpus e que serão monitoradas pela AUDIN.

30. Relatório nº 029-A – Suprimento de fundos – Câmpus Goiânia. Formalização do processo, orçamento, despesas efetuadas e prestação de contas. As recomendações foram acatadas pelo Câmpus.

31. Relatório nº 030 – Auditoria in loco no Câmpus Luziânia.

Escopo: Foram verificados: a existência de plano de atividades administrativas, o controle do patrimônio - bens móveis e imóveis – emissão dos termos de responsabilidade e conservação dos bens, contratos de locação, funcionamento das catracas eletrônicas, funcionamento de gabinete médico e odontológico, a jornada de trabalho e o controle de ponto dos servidores. Foram emitidas recomendações que foram acatadas pelo Câmpus e que serão monitoradas pela AUDIN.

32. Relatório nº 031 - Viagens (Sistema SCDP) – Câmpus Anápolis. Escopo: Foram examinadas a concessão das diárias e as respectivas prestações de contas. As recomendações foram acatadas pelo Câmpus.

33. Relatório nº 032 - Viagens (Sistema SCDP) – Câmpus Itumbiara. Escopo: Foram examinadas a concessão das diárias e as respectivas prestações de contas. As recomendações foram acatadas pelo Câmpus.

34. Relatório nº 033 – Provimento de Cargos Públicos – Escopo: Os processos foram analisados tendo como referência a documentação exigida para a investidura em cargo público, conforme disposto na Lei nº 8112/1990 e nas disposições contidas nos editais de concurso público para provimento de cargos publicados pelo Instituto Federal de Goiás. Foram analisadas, por amostragem, as pastas individuais dos servidores. As recomendações foram acatadas pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

35. Relatório nº 034 - Processo Licitatório nº 23372.00009/2012-30 - Registro de Preços (Pregão nº 10/2012). Escopo: A análise compreendeu os atos do processo licitatório nas suas fases preparatória e externa, com o exame da documentação prevista no Artº 30, do Decreto Nº 5.450, de 31/05/2005, além dos aspectos formais. As recomendações emitidas foram acatadas pela Unidade.

36. Relatório nº 035 – Execução de Contratos referente ao Pregão nº 10/2012 – Câmpus Inhumas (Processos de pagamentos) e Dispensa de Licitação (Celg). Escopo: Formalização do processo, ordens de serviços e pagamentos. As recomendações emitidas foram acatadas pelo Câmpus.



37. Relatório nº 036 - Viagens (Sistema SCDP) – Câmpus Uruaçu. Escopo: Foram examinadas a concessão das diárias e as respectivas prestações de contas. As recomendações foram acatadas pelo Câmpus.
38. Relatório nº 037 - Processo Licitatório referente Pregão nº 01/2013 – Processo nº 23372.800742/2012-57. Escopo: A análise do processo foi realizada tendo como referência a legislação que regulamenta o procedimento licitatório, indicada no corpo do Edital do Pregão Eletrônico Nº 01/2013 e se restringiu à formalização do processo, composição do edital, habilitação, realização do pregão, homologação, adjudicação, formalização das atas de registro de preços e publicações. As recomendações emitidas foram acatadas pela Unidade.
39. Relatório nº 038 - Viagens (Sistema SCDP) – Câmpus Luziânia. Escopo: Foram examinadas a concessão das diárias e as respectivas prestações de contas. As recomendações foram acatadas pelo Câmpus.
40. Relatório nº 039 - Processo Licitatório referente Pregão nº 02/2013 – Processo nº 23380.000004/2013-99. Escopo: A análise do processo foi realizada tendo como referência a legislação que regulamenta o procedimento licitatório indicada no corpo do Edital do Pregão Eletrônico Nº 02/2013 e se restringiu à formalização do processo, composição do edital, realização do pregão, adjudicação e homologação, formalização das atas de registro de preços, formalização de contratos e publicações. As recomendações foram acatadas pela Pró-Reitoria.
41. Relatório nº 040 – Execução de Contratos referente ao Pregão nº 02/2013 – Câmpus Cidade de Goiás (Processo de pagamento). Escopo: Formalização do processo, ordens de serviços, atas de registro de preços e contratos, além da verificação de regularidade fiscal com a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, o Sistema de Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e pagamentos. As recomendações emitidas foram acatadas pelo Câmpus.
42. Relatório nº 041 – Execução de Contratos referente ao Pregão nº 02/2013 – Câmpus Luziânia (Processos de pagamentos). Escopo: Formalização dos processos, ordens de serviços, atas de registro de preços e contratos, além da verificação de regularidade fiscal com a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, o Sistema de Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e pagamentos. As recomendações emitidas foram acatadas pelo Câmpus.
43. Relatório nº 042 – Execução de Contratos referente ao Pregão nº 02/2013 – Câmpus Anápolis (Processos de pagamentos). Escopo: Formalização dos processos, ordens de serviços, atas de registro de preços e contratos, além da verificação de regularidade fiscal com a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, o Sistema de Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e pagamentos. As recomendações emitidas foram acatadas pelo Câmpus.
44. Relatório nº 043 – Execução de Contratos referente ao Pregão nº 02/2013 – Câmpus Uruaçu (Processo de pagamento). Escopo: Formalização do processo, ordens de serviços, atas de registro de preços e contratos, além da verificação de regularidade fiscal com a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, o Sistema de Seguridade Social, o Fundo de



Garantia do Tempo de Serviço e pagamentos. As recomendações emitidas foram acatadas pelo Câmpus.

45. Relatório nº 044 – Execução de Contratos referente ao Pregão nº 02/2013 – Câmpus Inhumas (Processo de pagamento). Escopo: Formalização do processo, ordens de serviços, atas de registro de preços e contratos, além da verificação de regularidade fiscal com a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, o Sistema de Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e pagamentos. O processo teve apenas uma recomendação formal e que foi acatada pelo Câmpus.

46. Relatório nº 045 – Auditoria in loco no Câmpus Cidade de Goiás. Escopo: Foram verificados a existência de plano de atividades administrativas, o controle do patrimônio - bens móveis e imóveis – emissão dos termos de responsabilidade e conservação dos bens, existência de catracas eletrônicas e Setor de Saúde, a jornada de trabalho e o controle de ponto dos servidores. Foram emitidas recomendações que foram acatadas pelo Câmpus e que serão monitoradas pela AUDIN.

47. Relatório nº 046 – Cessão de Servidores - Período Analisado: 2009 a 2013. Escopo: Análise das cessões de servidores no período de 2009 a 2013 verificando-se a movimentação no que se refere ao órgão de cessão, situação do servidor, documentos de solicitação/processos, portarias de cessão, ônus, ficha financeira, frequência, férias e demais documentos que amparem a concessão do exercício provisório, sob os fundamentos da legislação a seguir: LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, LEI Nº 8.270, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1991, DECRETO Nº 4.050, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2001 E DECRETO Nº 5.213 DE 24 DE SETEMBRO DE 2004.

48. Relatório nº 047 – Auditoria in loco no Câmpus Jataí. Escopo: Foram verificados a existência de plano de atividades administrativas, o controle do patrimônio - bens móveis e imóveis – emissão dos termos de responsabilidade e conservação dos bens, funcionamento das catracas eletrônicas e do Setor de Saúde, auxílio transporte e a jornada de trabalho e o controle de ponto dos servidores. Foram emitidas recomendações que foram acatadas pelo Câmpus e que serão monitoradas pela AUDIN.

49. Relatório nº 048 – Assistência Estudantil (Viagens técnicas e atividades extraclasse) no Câmpus Jataí. Para a análise dos processos de pagamento de auxílio financeiro para participação em atividades extraclasse e visitas técnicas aos estudantes do Câmpus Jataí, foram selecionados 16 (Dezesseis) processos de pagamento, referentes ao período de abril a setembro de 2013, nos quais foram analisados os aspectos formais e os aspectos legais e normativos, tendo como referência a Resolução Nº 20, de 26/12/2011, do Conselho Superior do IFG e o Memorando Nº 50/PROAD/ IFG/2013, de 04 de Março de 2013. Foram emitidas recomendações específicas para a Pró-Reitoria de Ensino, elas foram acatadas e serão acompanhadas pela AUDIN.

50. Relatório nº 049 – Auditoria in loco no Câmpus Anápolis. Escopo: Foram verificados a existência de plano de atividades administrativas, o controle do patrimônio - bens móveis e imóveis – emissão dos termos de responsabilidade e conservação dos bens, funcionamento das catracas eletrônicas e do Setor de Saúde, auxílio transporte e a jornada de trabalho e o controle de ponto dos servidores. Foram emitidas recomendações que foram acatadas pelo Câmpus e que serão monitoradas pela AUDIN.



51. Relatório nº 050 - Processo Licitatório referente Pregão nº 24/2012 – Processo nº 23380.800666/2012-80. Escopo: A análise do processo foi realizada tendo como referência a legislação que regulamenta o procedimento licitatório indicada no corpo do Edital do Pregão Eletrônico Nº 24/2013 e se restringiu à formalização do processo, composição do edital, realização do pregão, adjudicação e homologação, formalização das atas de registro de preços, formalização de contratos e publicações. As recomendações foram acatadas pela Pró-Reitoria.

52. Relatório nº 051 - ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE – Escopo: Análise dos pagamentos de adicionais de insalubridade e periculosidade no período de janeiro a novembro de 2013. Tendo por base os relatórios gerenciais do SIAPENET efetuamos a conferência dos pagamentos de adicionais de insalubridade e periculosidade efetuados aos servidores desta IFE, verificando-se eventuais valores divergentes e pagamentos duplicados, onde constatamos a aplicação de percentuais diferenciados em conformidade com a atividade exercida pelo servidor e nos casos em que houve pagamentos em duplicidade em determinado mês, ocorrerão em função de pagamentos de diferenças referentes a meses anteriores. Não houve recomendações.

53. Relatório nº 052 – Auditoria in loco no Câmpus Itumbiara. Escopo: Foram verificados a existência de plano de atividades administrativas, o controle do patrimônio - bens móveis e imóveis – emissão dos termos de responsabilidade e conservação dos bens, funcionamento das catracas eletrônicas e do Setor de Saúde, a jornada de trabalho e o controle de ponto dos servidores. Foram emitidas recomendações que foram acatadas pelo Câmpus e que serão monitoradas pela AUDIN.

54. Relatório nº 053 – Auditoria in loco no Câmpus Uruaçu. Escopo: Foram verificados a existência de plano de atividades administrativas, o controle do patrimônio - bens móveis e imóveis – emissão dos termos de responsabilidade e conservação dos bens, funcionamento das catracas eletrônicas e do Setor de Saúde, auxílio transporte e a jornada de trabalho e o controle de ponto dos servidores. Foram emitidas recomendações que foram acatadas pelo Câmpus e que serão monitoradas pela AUDIN.

RECURSOS HUMANOS EMPREGADOS					
Mês	Dias úteis	Horas/ 1 serv.8 h	Horas/ 2 serv. 6h	Total de Horas no mês	Observação
Janeiro	22	88/Férias	198/Férias	286	1 Serv.(6 h) 15 dias Férias 1 Serv. (8h) 15 dias Férias
Fevereiro	19	152	228	380	-
Março	20	160	174/Férias	334	1 Serv.(6 h) 15 dias Férias
Abril	22	176	264	440	-



RECURSOS HUMANOS EMPREGADOS					
Mês	Dias úteis	Horas/ 1 serv.8 h	Horas/ 2 serv. 6h	Total de Horas no mês	Observação
Maio	21	168	252	420	-
Junho	20	160	240	400	-
Julho	23	120/Férias	210/Férias	330	1 Serv.(6 h) 15 dias Férias 1 Serv. (8h) 15 dias Férias
Agosto	22	152	198/Férias	350	1 Serv.(6 h) 15 dias Férias
Setembro	21	168	252	420	-
Outubro	22	176	264	440	-
Novembro	20	160	240	400	-
Dezembro	21	168	252	420	-

## II - Relato gerencial sobre a gestão de áreas essenciais da Unidade, com base nos trabalhos realizados:

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) no exercício de 2013 apresentou em sua composição dez Câmpus instituídos e em pleno funcionamento, todavia já há mais cinco em implantação.

Os trabalhos da Auditoria Interna do IFG foram desenvolvidos levando-se em consideração o tamanho da instituição, sua abrangência e complexidade, os objetivos, a natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria, os riscos de auditoria, os controles internos existentes e a identificação das áreas importantes da Instituição.

### 1) A regularidade dos procedimentos licitatórios

Os procedimentos licitatórios analisados por esta Auditoria Interna estão devidamente formalizados e apresentaram a regularidade exigida pela legislação vigente.

Segue a relação dos processos examinados pela AUDIN:

1.1. Processo nº 23373.03555/2011-31 – Pregão nº 02/2012 – Valor R\$ 193.866,67. Objeto: O processo refere-se à contratação da empresa Módulo Engenharia, Consultoria e Gerência Predial Ltda, para o fornecimento e instalação de 1 (um) elevador social, incluindo todos os serviços de obras civis necessários, para o Câmpus Goiânia.

1.2. Processo nº 23373.001326/2012-63 – Pregão nº 05/2012 – Valor: R\$ 1.266.558,10. Objeto: Aquisição eventual de materiais de consumo visando suprir as demandas de composição e recomposição paisagística dos diversos Câmpus do IFG.



1.3. Processo nº 23373.003252/2011-19 – Execução de contratos do Pregão nº 39/2011. Valor R\$ 5.042.404,51. Processos de pagamento: 23372.000198/2012-41, 23372.800667/2012-24, 23373.004621/2012-71, 23372.800491/2012-19, 23372.800512/2012-98, 23372.800651/2012-11, 23372.100132/2012-40, 23372.800670/2012-48 e 23372.000196/2012-51. Objeto: O presente processo refere-se à contratação de empresa especializada em serviços serigráficos, gráficos, serviços de filmagem e fotografia. A entrega do material, bem como a execução dos serviços de filmagem e fotografia, deverá ser feito na Reitoria e nos Câmpus Goiânia, Jataí, Inhumas, Itumbiara, Uruaçu, Anápolis, Formosa, Luziânia, Aparecida de Goiânia e Águas Lindas de Goiás.

1.4. Processo nº 23373.003276/2011-78 – Execução de contratos do pregão nº 37/2011. Valor R\$ 3.334.415,73. Processos de pagamento: 23372.800704/2012-02, 23372.800705/2012-49, 23372.800706/2012-93, 23372.000246/2012-09, 23372.000247/2012-45, 23372.000250/2012-69, 23372.000296/2012-88, 23372.800487/2012-42 e 23372.000142/2012-96. Objeto: O processo refere-se à aquisição de materiais de consumo para os Câmpus e Reitoria do IFG, através de licitação para Registro de Preços – Modalidade: Pregão Eletrônico (Nº 37/2011) – Menor Preço por Lote.

1.5. Processo nº 23372.800811/2012-22 – Pregão nº 33/2012 – Valor R\$ 417.398,68. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens para o IFG, abrangendo a Reitoria e os Câmpus Goiânia, Jataí, Inhumas, Itumbiara, Uruaçu, Anápolis, Formosa, Luziânia, Aparecida de Goiânia e nos Câmpus que se encontram em fase de implantação: Águas Lindas de Goiás, Valparaíso e Goiânia Oeste.

1.6. Processo nº 23047.100525/2012-55 – Pregão nº 25/2011 – Valor R\$ 134.453,04. Objeto: Aquisição de material permanente para o Câmpus de Jataí.

1.7. Processo nº 23372.000150/2012-32 – Concorrência nº 02/2012 – Valor R\$ 8.893.241,41. Objeto: Contratação de empresa de Engenharia, em regime de empreitada por preço global, para a execução dos serviços de construção e instalações da 1ª Etapa de Implantação do Câmpus Cidade de Goiás, contemplando os serviços de construção de 04 blocos (01, 02, 05 e 06).

1.8. Processo nº 23373.002458/2011-21 – Pregão nº 05/2011 – Valor R\$ 160.000,00. Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de um grupo gerador de 500 KVA para o Câmpus Goiânia.

1.9. Processo nº 23372.00136/2012-29 – Dispensa de Licitação (CELG) – Valor R\$ 87.834,60. Objeto: O presente processo refere-se à contratação, por parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás de empresa especializada no fornecimento de energia elétrica para a Reitoria.

Fundamentação da dispensa: Art. 24, inciso XXII da Lei nº 8.666/93.

Responsável: Terezinha Borges de Almeida.

2.0. Processo nº 23380.600505/2012-99 – Concorrência nº 04/2012 – Valor R\$ 12.012,00. Objeto: O processo refere-se à concessão de direito real de uso de espaço destinado à lanchonete, para a empresa DANYLO DOS ANJOS SILVA – ME, no Câmpus Anápolis.

2.1. Processo nº 23047.005167/2010-14 – Registro de Preços – Valor R\$ 545.000,00. Objeto: O presente processo refere-se à adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico PECMA92109/2009 da Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. para prestação de serviços especializados que utilize tecnologia da informação na administração e controle das frotas dos veículos.



2.2. Processo nº 23372.800699/2012-20 – Registro de Preços – Valor R\$ 2.258.672,69. Objeto: O presente processo refere-se à contratação de empresa para prestação de serviços de logística para realização de processos seletivos e concursos públicos para provimento de cargos da carreira Técnico-Administrativa e para cargos da carreira de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, em todos os campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, e os que vierem a serem criados, cujos editais sejam publicados durante o exercício de 2013.

2.3. Processo nº 23372.00009/2012-30 – Pregão nº 10/2012 – Valor previsto R\$ 13.400.690,89. Objeto: O presente processo refere-se à contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos leves e pesados, aferidos por quilômetro rodado, incluindo manutenção, combustíveis e motoristas para atender as necessidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Processos de Pagamento: 23375.000985/2012-52, 23375.000382/2013-41 e 23375.00436/2013-79.

2.4. Processo nº 23375.000617/2011-33 – Execução de Contratos - Dispensa de Licitação. Valor previsto R\$ 90.000,00. Objeto: Contratação de fornecimento de energia elétrica por meio da CELG Distribuição S.A. para atender demanda do Câmpus Inhumas.

Processos de Pagamento: 23375.000017/2013-37 e 23375.000104/2013-94.

Fundamentação da dispensa: Art. 24, inciso XXII da Lei nº 8.666/93.

Responsável: Anaflle Flores de Paula.

2.5. Processo nº 23372.800742/2012-57. Pregão nº 01/2013. Valor R\$ 10.298.958,07. Objeto: O processo refere-se à licitação para Registro de Preços para a aquisição de equipamentos de informática para os Câmpus do IFG e Reitoria.

2.6. Processo nº 23380.000004/2013-99. Pregão nº 02/2013. Valor R\$ 159.023,53. Objeto: O processo refere-se à contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de água mineral, gás liquefeito de petróleo-GLP (recarga) e botijão vazio, para atendimento das necessidades dos Câmpus e da Reitoria.

Processos de Pagamento: 23470.000252/2013-21, 23379.000598/2013/77, 23379.000997/2013-38, 23379.000509/2013-92, 23380.000434/2013-19, 23380.000474/2013-52, 23380.000544/2013-72, 23380.000592/2013-61, 23380.000892/2013-40, 23380.000919/2013-02, 23380.001022/2013-98, 23380.001023/2013-32, 23380.001025/2013-21, 23377.000468/2013-54 e 23375.000286/2013-01.

2.7. Processo nº 23372.800666/2012-80. Pregão nº 24/2012. Valor R\$ 6.389.734,37. Objeto: Aquisição de veículos automotores, através de licitação para Registro de Preços, para atendimento às necessidades da Reitoria e dos seguintes Câmpus: Águas Lindas, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Uruaçu, e Valparaíso.

## **2) Avaliação do gerenciamento da execução de convênios**

O Instituto Federal de Goiás não formalizou convênios no ano de 2013. O repasse foi feito por descentralização de créditos, disponibilizados através de Portarias ou Termos e Cooperação. A execução foi realizada conforme planos de trabalho, cuja prestação de contas foi realizada pelo setor contábil, atendendo ao disposto na legislação atual.

## **3) Regularidade dos processos de admissão e cessão de pessoal**

Atos de Admissão: Foram analisados cento e seis (106) atos de admissão de servidores, verificou-se que eles estão em consonância com a lei nº 8.112/90 e com o disposto nos editais de



concurso público para provimento de cargos publicados pelo Instituto Federal de Goiás. A amostra examinada é concatenada aos seguintes editais: Edital nº 003 de 17/01/2013, edital nº 004 de 18/01/2013, edital nº 014 de 14/02/2013, edital nº 029 de 08/03/2013, edital nº 012 de 08/02/2013, edital nº 030 de 08/03/2013, edital nº 032 de 11/03/2013, edital nº 039 de 01/04/2013, edital nº 050 de 16/04/2013 e edital nº 056 de 02/05/2013.

Cessão de servidores: O período verificado foi de 2009 a 2013. Foram examinados 10 processos de servidores cedidos e verificou-se que estão adequados ao que preceitua a legislação atual.

As ações da Auditoria Interna são delineadas para se conquistar uma segurança satisfatória sobre as questões auditadas, com isso tem procurado entender melhor os eventos, as transações e práticas operacionalizadas na Instituição. Além disso, tem buscado uma interação maior com as Pró-Reitorias, para que haja um alcance de resultados mais relevantes e o aperfeiçoamento de seus trabalhos e processos.

As constatações e recomendações emitidas pela AUDIN são desenvolvidas através da emissão de relatórios de ações específicas estabelecidas no PAINT. A comunicação interna com os Câmpus, com a alta gerência e com os setores envolvidos nas auditorias é feita através de memorandos. Os documentos são enviados aos destinatários (responsáveis pelos pontos auditados), com cópias para os Pró-Reitores e para o Reitor, que acompanham e cobram as implementações pelos setores de forma sincrônica com a Auditoria Interna.

A AUDIN enviou proposta de alteração no Regimento Interno do Instituto Federal de Goiás, no que se refere às atribuições da mesma, visando ao atendimento dos apontamentos efetuados pela Controladoria-Regional da União em Goiás (CGU-GO) em seu Relatório de Auditoria Anual e Contas nº 201305868 e na Auditoria de Acompanhamento – Exercício 2013, resultando numa maior autonomia nas atividades e valorização da Unidade de Auditoria Interna.

## 9.4 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI Nº 8.730/93

### 9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

A finalidade deste item é demonstrar informações quantitativas e qualitativas sobre o acompanhamento das obrigações referentes à entrega da declaração de bens e rendas (DBR) por autoridades, servidores e empregados públicos relacionados no art. 1º da Lei nº 8.730/93.

QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	294
	Entregaram a DBR	-	-	189
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-



Fonte: PRODI/DDRH

#### 9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

Considerando que todos os servidores efetivos e docentes substitutos/temporários que ingressam na Instituição assinam a Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda da Pessoa Física, conforme disposto no Parágrafo 4º do Art. 13 da Lei nº 8.429/92, o número de Obrigados a entregar a DBR e os que Entregaram a DBR se diverge, pois a adesão a assinatura deste formulário, no encerramento do exercício é aproximadamente 70%.

### 9.5 MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIOO

### 9.6 ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV

QUADRO A.9.6 MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

#### DECLARAÇÃO

Eu, **UBALDO ELEUTÉRIO DA SILVA**, CPF nº 101.118.718-32, **Pró-Reitor de Administração**, exercido no **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Goiânia, 20 de março de 2014.

**Ubaldo Eleutério da Silva**  
CPF nº 101.118.718-32  
**Pró-Reitor de Administração**



---

**PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.**

**10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

**10.1 DESCRIÇÃO DOS CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO AO ÓRGÃO OU ENTIDADE PARA FINS DE SOLICITAÇÕES, RECLAMAÇÕES, DENÚNCIAS, SUGESTÕES, ETC., CONTEMPLANDO INFORMAÇÕES GERENCIAIS E ESTATÍSTICAS SOBRE O ATENDIMENTO DE DEMANDAS**

**Canais de acesso do cidadão**

A Comissão de Ética do IFG atua de forma Permanente, autônoma e regida por regimento próprio. Constituída por ato do Reitor e representada por seis servidores, sendo três membros titulares e três suplentes, além da secretaria executiva - que é diretamente ligada ao Gabinete do Reitor, à Comissão de Ética compete divulgar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal; orientar e aconselhar o servidor sobre a conduta ética; fornecer à Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos os registros sobre a conduta ética dos servidores, para efeito de instrução e fundamentação dos procedimentos próprios da carreira do servidor público; apurar denúncias de comprometimento ético e aplicar a penalidade de censura, quando for o caso; elaborar e revisar, quando necessário, seu Regimento Interno e prestar, sempre que solicitado, informações à Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

Reúne-se ordinariamente uma vez por mês na sala de reuniões da Reitoria, podendo ser convocada a se reunir extraordinariamente sempre que necessário.

**Carta de Serviços ao Cidadão**

A Carta de Serviços ao Cidadão é um documento elaborado pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal, que tem por objetivo informar quais os serviços prestados, as formas de acesso a esses serviços e os padrões de qualidade de atendimento ao público. Encontra-se disponível na página do IFG na internet.

Ela é um documento obrigatório para os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, que prestam serviços diretamente ao cidadão. A obrigatoriedade da elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão foi instituída pelo Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009.

Link para acessá-la:

<http://www.ifg.edu.br/images/arquivos/2013/carta%20de%20servicos%20ao%20cidadao%20-%20junho%20de%202013.pdf>

**SIC**

O Serviço de informação ao Cidadão foi instituído no IFG no ano de 2012 e continua em pleno funcionamento. Conta atualmente com 2 servidores e realizou no ano de 2013 um total de 1248 atendimentos. As informações podem ser solicitadas pessoalmente (na sala do SIC que funciona no prédio da Reitoria), por telefone (62- 36122222), por e-mail (com envio de mensagem simples ou do formulário próprio do IFG para [sic@ifg.edu.br](mailto:sic@ifg.edu.br)) ou pelo Sistema de Informação e-SIC, no link <http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/>.

A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (lei de acesso à informação) tem como princípio que as informações produzidas e armazenadas no serviço público são da sociedade e obriga, dentro da transparência ativa que os órgãos públicos criem o SIC para atender e orientar o público quanto ao acesso a informações, informar sobre tramitação de documentos e protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações. A Lei também determina prazo limite de até



20 dias prorrogáveis por mais dez dias para os órgãos públicos responderem a pedidos de informação. No IFG, no ano de 2013 todos os prazos de resposta foram rigorosamente cumpridos.

## CPA

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é uma comissão permanente constituída para conduzir os processos internos de avaliação da Instituição. Ela é composta por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica e também por representantes da sociedade. A criação da CPA está prevista na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), regulamentado pela Portaria MEC nº 2.051, de 9 de julho de 2004. Como parte integrante do SINAES, a CPA tem atuação autônoma em relação aos Conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição. É regida por regulamento próprio e tem como principais atribuições definir os instrumentos para a autoavaliação institucional, planejar todo o trabalho e elaborar o Relatório de Autoavaliação Institucional. Também é responsável por sistematizar e prestar informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Devido à característica multiCâmpus do IFG, a CPA conta com o apoio de Subcomissões de Avaliação, constituídas em cada um dos Câmpus da Instituição, com pelo menos um ano de funcionamento. As Subcomissões de Avaliação atuam sob a coordenação geral, acompanhamento e supervisão da CPA, auxiliando-a em todo o processo de avaliação interna e elaborando os Relatórios Parciais de Avaliação de cada Câmpus.

A Reitoria do IFG reconstituiu, em caráter provisório, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), por meio da Portaria nº 1.431, de 27 de agosto de 2012, que substituiu a Comissão anterior nomeada pela Portaria nº 382, de 2 de maio de 2011. Tal reconstituição teve como finalidade a conclusão do trabalho de atualização dos Relatórios referentes aos anos de 2007-2010, iniciados pela CPA anterior, e a realização da autoavaliação do período de 2011/2012.

A Portaria 1.431/2012 autorizou a CPA, a constituir subcomissões de avaliação nos Câmpus do IFG, com exceção dos Câmpus Aparecida de Goiânia e Cidade de Goiás, naquele momento recém-implantados. Essas subcomissões foram constituídas com três membros cada, de modo a contemplar os segmentos docente, técnico-administrativo e discente.

Após sua instalação, a CPA imediatamente deliberou por elaborar as autoavaliações na modalidade bianual, tendo sistematizado os Relatórios de 2007/2008 e 2009/2010, cadastrados no e-MEC/INEP. Paralelamente, implementou, a partir de setembro/2012, um trabalho de conscientização da comunidade do IFG a respeito da importância da autoavaliação, buscando construir condições objetivas de realização da autoavaliação, tendo visitado e realizado palestras nos Câmpus, envolvendo os diferentes segmentos que constituem a Instituição, de forma que cada integrante da comunidade acadêmica do IFG se sentisse responsável e coparticipante do processo de autoavaliação institucional.

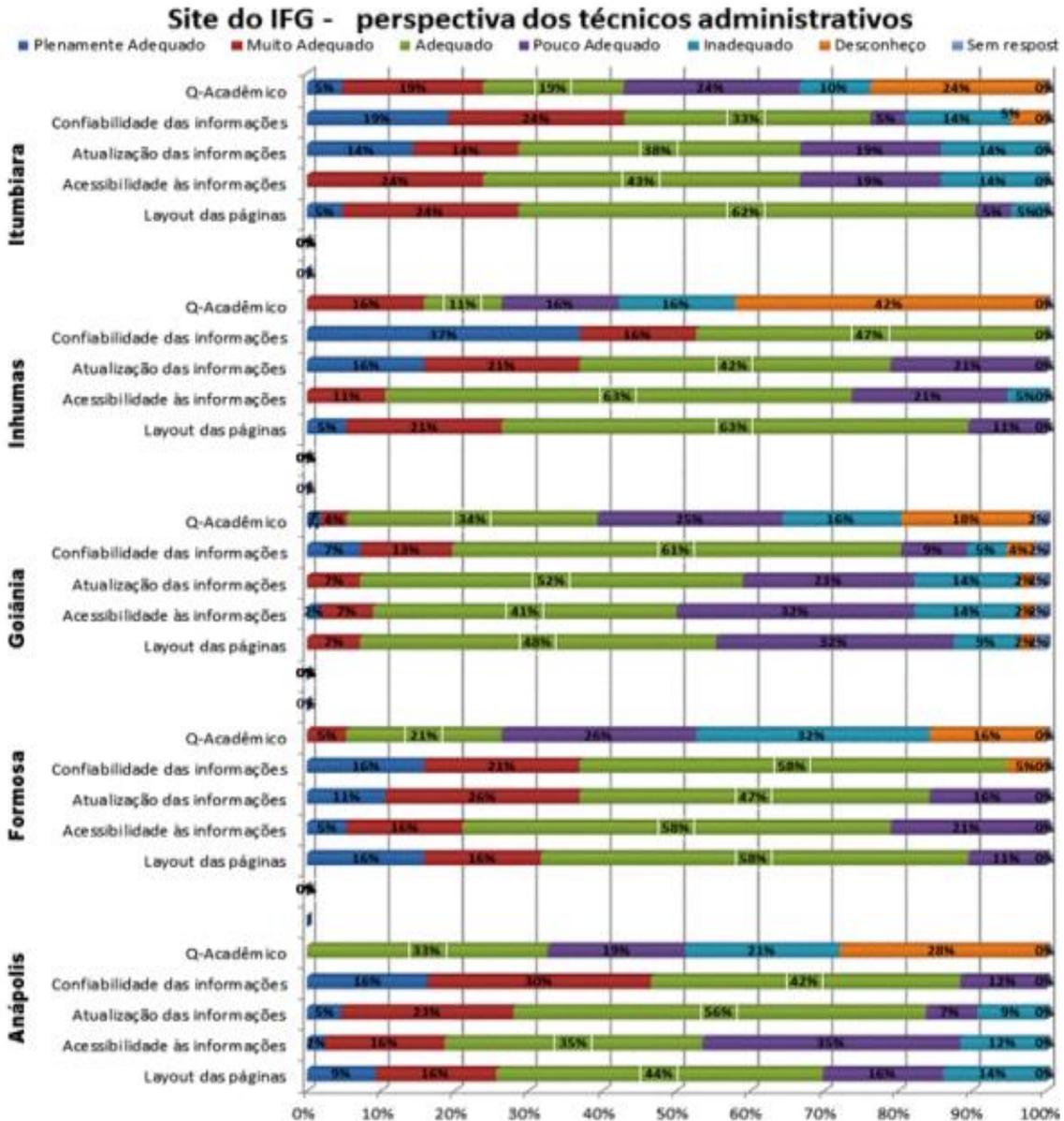
## 10.2 MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS OU CLIENTES DOS PRODUTOS E SERVIÇOS RESULTANTES DA ATUAÇÃO DA UNIDADE

Quanto aos mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade, o IFG emprega os já citados instrumentos de avaliação da comunidade externa; discentes ensino superior; discente Pós Graduação; discente EAD. Os questionários empregados estão a disposição da comunidade no endereço <http://www.ifg.edu.br/cpa/questionarios>



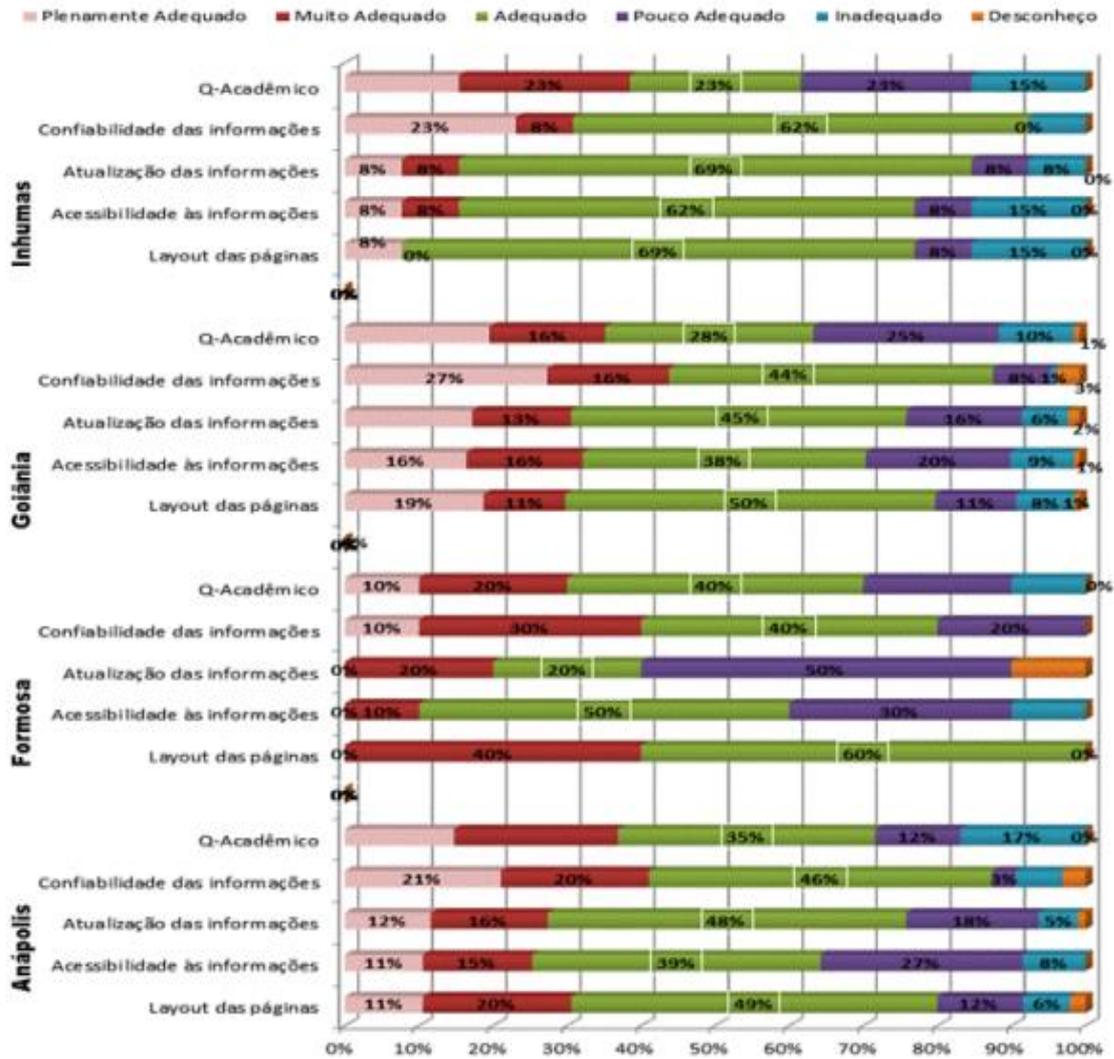
### 10.3 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DE EVENTUAIS PESQUISAS DE OPINIÃO FEITAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS COM CIDADÃOS EM GERAL, SEGMENTOS ORGANIZADOS DA SOCIEDADE OU USUÁRIOS DOS PRODUTOS E DERVIÇOS RESULTANTES DA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE

Em relação à demonstração dos resultados de pesquisas, seguem os resultados das pesquisas realizadas com membros da comunidade externa e discentes na dimensão 4 do SINAES:



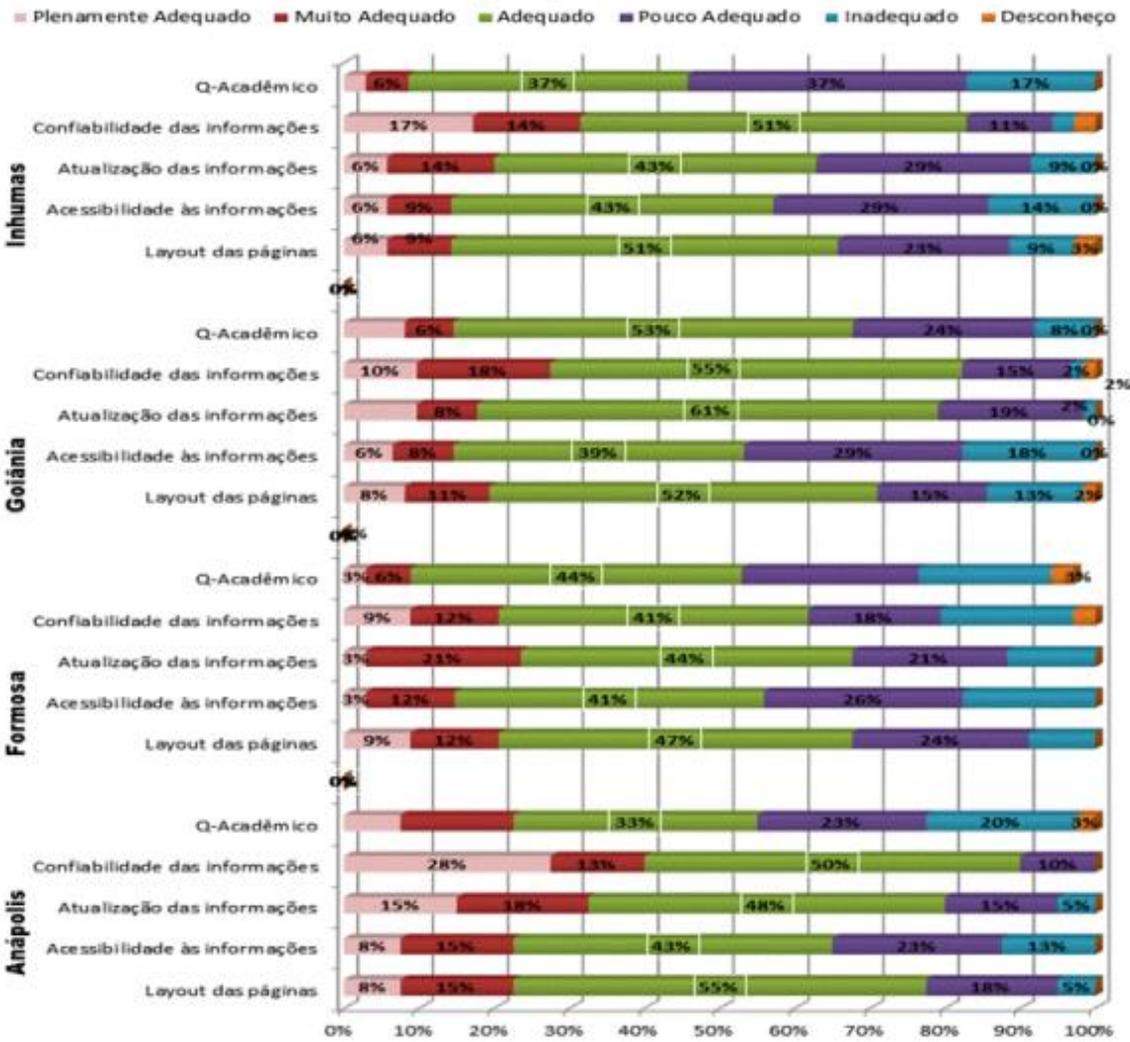


### Site do IFG - Perspectiva dos discentes





### Site do IFG - perspectiva dos docentes





**PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.**

**11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

**11.1 MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO**

A Unidade Jurisdicionada ainda não está aplicando os dispositivos contidos nessas normas, por falta de um sistema patrimonial informatizado.

Os trabalhos da Diretoria de Tecnologia da Informação do Instituto Federal de Goiás continuam, no sentido de implantar o Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP, o qual fornecerá mecanismos para o processo contábil da depreciação, da amortização e da exaustão dos bens patrimoniais da Unidade. Por enquanto os módulos que estão em funcionamento são o de Recursos Humanos e Protocolo, que está dentro da Administração.

A expectativa da gestão é que a Diretoria de Tecnologia da Informação do IFG em parceria com o IFRN disponibilize o SUAP com os mecanismos de gestão patrimonial no decorrer deste exercício.

**11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**11.2.1. Declaração Plena**

A Declaração do Contador responsável por UJ que apresenta Relatório de Gestão para dar cumprimento a normativo do TCU, no caso de declaração plena, incluirá a denominação completa da UJ; o código da UJ no SIAFI (UG); o texto da Declaração, de acordo com os **Quadros A.11.2.1** apresentado a seguir; local e data da elaboração da declaração; o nome completo do Contador responsável pela UJ, bem como o respectivo n° do registro do profissional no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

QUADRO A.11.2.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás			158153
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Goiânia	<b>Data</b>	25/02/2013
<b>Contador Responsável</b>	Terezinha Borges de Almeida	<b>CRC n°</b>	6.447



---

## 12 PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

### 12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ

Abaixo serão apresentadas informações de ações relevantes realizadas pelo IFG e que não estão contempladas nos itens e subitens anteriores.

### 12.2 AÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA

#### COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Coordenação-Geral de Comunicação Social da Reitoria do Instituto Federal de Goiás (IFG) objetiva consolidar a imagem do IFG com base em seus valores e papel social. No organograma institucional é um setor vinculado à Diretoria Executiva. No ano de 2013, o setor obteve o aprimoramento dos canais de comunicação interna, em especial com a troca da plataforma de e-mail pela Diretoria de Tecnologia da Informação o que, sobremaneira, afetou positivamente a comunicação com os servidores.

Foram criadas listas de e-mails de servidores (técnicos e docentes), atualizadas automaticamente, facilitando o envio de comunicados importantes, informações de utilidade pública e de interesse do servidor, boletim institucional de notícias (IFG Notícias) e clipping de notícias sobre Educação.

A criação e produção de cartazes e banners digitais (para site e páginas na internet) é demanda contínua no setor e envolveu as diversas ações e atividades dos Câmpus e da Reitoria.

Em 2013 também foi dada a continuidade ao processo intitulado “Projeto de Redesign do Portal IFG” iniciado em novembro de 2012 com a implantação de uma comissão. No ano passado foi feita a aplicação de uma pesquisa, em forma de questionário, com o objetivo de levar adiante o um projeto para redefinir visualmente a página eletrônica do Ifg na internet.

A pesquisa objetivou analisar a satisfação dos usuários em relação ao portal, a opinião deles quanto ao aspecto visual, às informações e aos conteúdos postados, e foi destinada a comunidade acadêmica, bem como a comunidade externa.

O formulário foi composto por questões que traçam o perfil do respondente, sem identificá-lo, questões gerais relativas ao acesso do usuário à internet, à frequência de acesso dele, ao tipo de conteúdo de interesse e questões específicas do portal do IFG. Além disso, a pesquisa buscou conhecer os conteúdos mais procurados no site institucional, a facilidade de encontrar as informações, a opinião do usuário sobre a aparência e há ainda com um espaço para o respondente deixar sugestões.

O formulário foi elaborado por uma comissão responsável por todo o trabalho de avaliação, realização das pesquisas, criação do novo projeto e tudo que envolve o processo de redesenho do portal institucional. Ao final da aplicação da pesquisa os dados foram tabulados e analisados e foi redigido, pela Comissão, um Relatório Preliminar do Projeto de Reformulação do Portal IFG, amplamente divulgado à comunidade.

Por essas e outras ações, a Comunicação Institucional foi fortalecida com o aprimoramento de fluxos, canais e espaços de comunicação entre o IFG e seus públicos de interesse, possibilitando ampliação da divulgação das informações de interesse público e dos eventos e ações institucionais.

Com a lotação de dois novos servidores no setor (um redator e um auxiliar em administração), em 2013, a equipe conquistou maior força de trabalho e, conseqüentemente, maior agilidade em muitas das tarefas executadas, a exemplo da produção diária de matérias para o site e da constituição de um mailing dos diversos veículos de mídia impressa, radiofônica e televisiva de



Goiás, além da eletrônica, com o objetivo de reforçar o envio de release de informações, já que não há recursos específicos para propaganda.

## **ATIVIDADES EXECUTADAS**

Como demanda contínua do setor, foram realizados trabalhos de redação, criação, elaboração, revisão e diagramação de material específico para cada ação, atividade/evento, processo seletivo/vestibular, sobre os Câmpus e cursos e de divulgação institucional.

Um dos materiais gráficos que foi executado ao final do ano, em forma de revista em formato A4, visa contribuir para informar a comunidade sobre os cursos e modalidades ofertados pelo Instituto Federal de Goiás (IFG) em seus Câmpus. Esse material informativo também surgiu do objetivo de divulgar o IFG, diferenciando-o do outro instituto federal existente em Goiás.

Foram redigidos textos e leiaute para faixas permanentes em lona vinil, banners, cartazes, folhetos, folders, flyers/panfletos e outros com informações dos cursos ofertados e outras informações relevantes sobre o IFG, seus Câmpus e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Foi realizado o envelopamento de diversos ônibus e microônibus com a marca do IFG.

A Coordenação-Geral de Comunicação Social também foi a responsável pela criação, diagramação, editoração, revisão e impressão de duas cartilhas sobre o tema Estágio, sendo uma voltada aos alunos e outra às empresas concedentes de postos de estágio para alunos do Instituto Federal de Goiás. Além disso, atuou na gestão e fiscalização dos contratos referentes aos serviços gráficos, serigráficos, fotografia e filmagem.

No segundo semestre, a equipe da Coordenação cuidou da elaboração do Termo de Referência para a realização de nova licitação para contratação de serviços da área, elencando itens que atendessem a legislação no que tange às licitações sustentáveis. Além disso, dá suporte em relação a processos administrativos, licitatórios e contratuais da área de comunicação, processos de criação e produção gráfica aos dez Câmpus da instituição.

Há que se ressaltar que o estabelecimento dos canais de comunicação tem facilitado a troca de informações internas entre diversos setores da Reitoria e dos Câmpus do IFG. Estamos na fase de implantação do instituto e sua relevância e credibilidade não dependem somente do caráter informativo, mas também do formativo, aliado às expectativas da comunidade de Goiás.

O setor apresentou em 2012 uma proposta de Política de Comunicação Institucional e aguarda os encaminhamentos para apreciação da mesma, que foi estruturada com a participação dos comunicadores da Reitoria e dos demais Câmpus do IFG. Ao longo do ano passado, as atividades foram planejadas e executadas de acordo com a divisão da Comunicação nas seguintes áreas: Jornalismo; Relações Públicas e Programação Visual.

Na Comunicação Institucional, a área denominada "Programação Visual" é responsável pelo planejamento, criação, produção, controle e logística de todas as peças gráficas, eletrônicas, de impressão digital e demais itens institucionais produzidos pela Reitoria do Instituto Federal de Goiás.

Em 2013 foram impressos aproximadamente 5.000 cartazes, 20.000 folders e cartilhas, 3.000 panfletos, 484,71m<sup>2</sup> de lona em impressão digital, além de mais de 75 banners digitais e outras mídias digitais. A área acompanha, aprova e administra os contratos de impressão gráfica, serigráfica e de materiais corporativos em conjunto com outras áreas da Coordenação-Geral de Comunicação Social.

Na área do Jornalismo, foram redigidas cerca de 500 matérias jornalísticas, de caráter informativo, além de comunicados e das edições diárias do IFG Notícias, boletim enviado por e-mail aos servidores da Instituição. Na área de Relações Públicas foram realizadas atividades de apoio aos eventos institucionais sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão e dos Câmpus do IFG, envolvendo a realização de cerimonial e outros.



## LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS E SUSTENTABILIDADE NO ÂMBITO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Em 2010, houve a inserção definitiva do conceito “desenvolvimento nacional sustentável” na Administração Pública, especificamente, na lei de licitações e contratos, obrigando a reformulação dos processos licitatórios a fim de que se atendam às leis e normas ambientais sem prejuízo dos demais normativos que regem as licitações.

A Coordenação-Geral de Comunicação Social tem adotado premissas das licitações sustentáveis, além de procurar trabalhar sempre com o conceito de sustentabilidade em algumas de suas ações anuais.

Em 2013, idealizou e realizou a campanha “Adote um Squeeze”, entre os servidores da Reitoria, com o objetivo de reduzir a utilização de copos plásticos para água. Para a campanha o setor criou cartazes que foram estrategicamente afixados próximos aos bebedouros.

Os cartazes traziam mensagem sensibilizadora sobre a quantidade de copos plásticos utilizados em média, por uma pessoa, em um dia. Foram abordados também os danos dos rejeitos plásticos quando descartados no meio ambiente. A campanha fazia, por fim, um convite aos servidores para que passassem a utilizar os chamados squeezes (garrafinhas plásticas) para beber água, abolindo o uso de copos descartáveis.

Como parte da campanha, os servidores receberam uma garrafinha. A campanha surtiu efeito e muitos servidores da Reitoria adotaram a prática de usar sua própria garrafinha plástica como hábito diário, reduzindo a quantidade de copos utilizados ao final do mês. Há a intenção que nos próximos anos essa mesma campanha seja levada a todos os Câmpus do IFG, impactando sobremaneira na redução do consumo de copos plásticos no âmbito do Instituto Federal de Goiás e contribuindo para a preservação do meio ambiente e também para economia de recursos públicos.

No segundo semestre de 2013 o setor de Comunicação Social do Instituto Federal de Goiás (IFG) iniciou a elaboração do Termo de Referência para realização de licitações para o desenvolvimento das ações de comunicação institucional. No estudo feito pela Coordenação-Geral de Comunicação Social para o planejamento dos itens a serem licitados foram levados em consideração fatores que foram além apenas das necessidades institucionais, mas com forte relação com os conceitos de Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade.

Por isso, o Termo de Referência apresenta itens em consonância com a chamada “Licitação Sustentável”, mantendo o mesmo processo de concepção desse trabalho, iniciado em 2011. Um dos objetos de consumo para confecção de parte dos materiais gráficos selecionados pelo setor foi o papel reciclado, presente em vários dos itens a serem licitados e, posteriormente, adquiridos pelo IFG.

Os processos de seleção e quantificação foram feitos, pela Coordenação-Geral de Comunicação Social, em conformidade com as necessidades de manutenção e preservação sustentável do meio ambiente, atendendo-se ao disposto no artigo 15, parágrafo 7º, inciso II, da Lei federal no 8.666/93.

### SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO

No exercício de 2013 houve um aumento de cerca de 38,4% em relação aos números apresentados no período de Maio a Dezembro de 2012, sendo que é preciso levar em consideração que no ano de 2012 o SIC funcionou apenas em 08 (oito) meses.

Com relação aos números apresentados, comparativamente o aumento foi de:

Consultas pelo e-mail institucional: 205 em 2012 / 308 em 2013

Consultas pelo e-sic / CGU: 63 em 2012 / 91 em 2013



Consultas por telefone: 634 em 2012 / 849 em 2013

Portanto, de janeiro a dezembro de 2013 foram recebidas e respondidas pelo SIC um total de **1248 consultas, sendo:**

**308** - consultas pelo e-mail institucional

**91** - consultas pelo e-SIC, sistema da Controladoria Geral da União (CGU)

**849** - consultas pelo telefone do SIC – 62-3612-2222.

Dentro das consultas que chegaram via Processo Eletrônico do Sistema e-Sic (Controladoria Geral da União – CGU), os assuntos que mais foram solicitados, por ordem de repetição, são:

- Informações sobre Pessoal;
- Informação sobre Concurso de Pessoal, Convocação e Código de Vagas;
- Solicitação de Documentos de Cursos (Grade, Plano de Ensino, Programa);
- INFORMAÇÕES ERRADAS de atribuição de outros Órgãos
- Informações técnicas junto à PROAD;
- Processo Seletivo para ingresso nos Cursos;
- Solicitação de dados do IFG para uso em pesquisas;
- Solicitação de informações SOBRE CURSOS;
- Solicita informações sobre o ENEM;
- Sobre implantação de Câmpus;
- Solicita informações sobre Diploma e Históricos;
- Solicita informações sobre Regimento Escolar e Legislação;
- Sobre Planejamento interno do IFG;
- Consulta Processo em tramitação junto à PROEN.

Dentro das consultas que chegaram via e-mail institucional (Caixa Postal do IFG), os assuntos que mais foram solicitados, por ordem de repetição, são:

- Processo Seletivo para ingresso nos Cursos
- Solicitação de informações SOBRE CURSOS
- Informação sobre Concurso de Pessoal, Convocação e Código de Vagas
- INFORMAÇÕES ERRADAS de atribuição de outros Órgãos
- Solicita informações sobre Matrícula, Transferência, Diploma e Históricos
- Solicita informações sobre Regimento Escolar e Legislação
- Solicita informações sobre o ENEM
- Solicitação de Documentos de Cursos (Grade, Plano de Ensino, Programa)
- Sobre implantação de Câmpus
- Consulta Processo em tramitação junto à PROEN
- Sobre Planejamento interno do IFG

## **PLANEJAMENTO DE AÇÕES A SEREM TOMADAS PELO SIC**

- Tomar por base os pedidos mais recorrentes/frequentes para incrementar a Seção de Acesso à Informação no site institucional do IFG;



- Implantar mecanismo/ferramentas de pesquisa de conteúdo;
- Definir fluxos e processos para o serviço de informação ao cidadão;
- Elaborar Manual de procedimentos para a tramitação dos pedidos de acesso;
- Definir pontos focais nas divisões internas para recebimento e envio das respostas ao SIC;
- Capacitação de servidores sobre a LAI para o pleno exercício de atendimento do SIC;
- Implementar política de gestão de informação própria em decorrência da LAI;
- Realizar reuniões ou consultas nos Câmpus de forma que esclareça o funcionamento do SIC promovendo a sensibilização dos servidores aos seus deveres frente ao direito de acesso à informação do cidadão.

## **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

A Coordenação de Relações Internacionais teve seu terceiro ano de funcionamento em 2013.

Os princípios norteadores para a atuação desta Coordenação foram os que compõem a Política de Relações Internacionais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, elaborada em conjunto por todas as assessorias internacionais, em consonância com as diretrizes da SETEC/MEC.

- Assim, segue uma lista das ações realizadas pela Coordenação em 2013:
- Participação no III Seminário Brasil-Canadá, nos dias 23 e 24 de abril de 2013, em Salvador Bahia;
- Convênio AFS Intercultura – Acolhimento e matrícula de 5 (cinco) alunos secundaristas oriundos da Alemanha, Bélgica, Itália e Noruega nos Câmpus de Goiânia, Inhumas e Uruaçu, pelo período de 01 ano – agosto/2013 a julho de 2014;
- Assinatura de Acordo de Entendimento Bilateral entre Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás e El Consejo de Educación Técnico Profesional – Universidad del Trabajo del Uruguay – Julho de 2013;
- Visita Técnica do Reitor – Professor Jerônimo Rodrigues da Silva e delegação Brasileira ao Uruguai – 12 e 13 de novembro de 2013;
- Participação de aluno do IFG em curso de curta duração – Principles of Sustainable Business – Faculdade de Ciências Aplicadas de Trier, Câmpus de Bikenfeld, Alemanha, no período de 02 de abril a 02 de agosto de 2013;
- Memorando de Entendimento para parceria referente ao “Projeto Brasil Alemanha de Fomento de Aproveitamento Energético do Biogás no Brasil – PROBIOGÁS – IFG e GIZ (13 de novembro de 2013);
- Visita ao Northern Virginia Community College – NOVA pela Diretoria Executiva
- Visita da Delegação da Universidade Americana Northern Virginia Community College – Nova ao IFG e elaboração de plano de atividades para cursos de português/inglês e ciências ambientais para alunos brasileiros e norte americanos;
- Elaboração de Edital para selecionar alunos para as disciplinas EAD do IFG em parceria com a Universidade Americana Northern Virginia Community College – NOVA;
- Visita dos Colleges canadenses/ACCC para divulgar o sistema de ensino de educação profissional canadense para os alunos e servidores de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil;



- Palestras sobre a participação de nossos alunos no programa Ciência sem Fronteiras nos Câmpus Goiânia, Itumbiara, Anápolis, Inhumas, Jataí e Aparecida de Goiânia;
- Reunião com pais e alunos selecionados do programa Ciência sem Fronteiras nos dias 26 de junho; 16 de julho e 23 de dezembro de 2013 no Câmpus Goiânia;
- Programa Ciência sem Fronteiras apresenta-se com 17 alunos “em mobilidade acadêmica” em graduação sanduíche em Instituições nos Estados Unidos, Canadá e Itália oriundos dos Câmpus Goiânia, Jataí e Itumbiara, referentes aos editais do primeiro semestre de 2013;
- Em 2013/2 foram selecionados 99 alunos e alunas do IFG para participarem do Programa Ciência sem Fronteiras;
- Testes do TOELF foram realizados no IFG nos dias 17; 24 e 31 de agosto de 2013 e 193 alunos fizeram as provas com a participação de 08 professores aplicadores adequadamente preparados e autorizados;
- Visita à Embaixada do Canadá em Brasília a convite do Embaixador pelos alunos selecionados pelo programa Ciência sem Fronteiras em parceria com o Canadá e pelo representante da Coordenação de Relações Internacionais do IFG para estreitamento das relações de cooperação acadêmica com o Canadá;
- Participação de 9 (nove) docentes em eventos acadêmicos internacionais na Europa e na América do Sul;
- Participação de 1 (um) docente em Curso de Aperfeiçoamento nos Estados Unidos;
- Realização de estágio de pesquisa – nível de doutorado – de um docente na Universidade de Salzburg na Áustria;
- Participação de 1 (um) docente em intercâmbio de cooperação técnica na Universidade de Barcelona – Espanha;
- Participação de 1 (um) docente em programa de doutorando sanduíche na Universidade de Lisboa – Portugal;
- Visita dos professores americanos Judy Carruth e Steve Brown de língua inglesa e literatura americana nos Câmpus Goiânia e Itumbiara no período de 13 de junho a 25 de junho de 2013;
- Elaboração de Editais para seleção de alunos bolsistas para curso de língua alemã em parceria com o Sesc Cidadania;
- 17 alunos bolsistas concluintes do curso de língua alemã, nível básico, em parceria com o Sesc Cidadania;
- Relações Internacionais do IFG eleita para representar a região Centro Oeste para a elaboração de minuta de projeto de Centro de Idiomas do Conif para os IFs;
- Elaboração de minuta de Regulamento de Mobilidade Acadêmica Estudantil.

## **12.3 AÇÕES DA PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

### **EDITORA IFG**

A Editora IFG foi lançada oficialmente em 24 de junho de 2013. Data em que também houve o lançamento de suas duas primeiras obras, 1) Música, Educação e Informática: gênese e construção de conceitos musicais na escola; 2) No Descompasso da Metrópole: um estudo sobre a dinâmica espacial na região metropolitana de Goiânia a partir do município de Inhumas, selecionadas pelo Edital 17/2012. E, conforme projeto de implantação, após este lançamento, deu-se



início a fase de estruturação da Editora IFG. Em 2013, foi aprovado o Regimento Interno da Editora IFG, por meio da Resolução nº 6 de 26 de março de 2013 do Conselho Superior do IFG.

Além disso, constituiu-se, em 20 de maio de 2013, o Conselho Científico da Editora IFG, com quarenta membros, sendo cinco representantes de cada grande área do conhecimento. Quanto ao conselho Editorial, foram realizadas quatro reuniões, conforme estabelecido no Regimento Interno. Nestas reuniões, tratou-se a respeito de assuntos estruturantes da política editorial da Editora, com vistas a consolidar as linhas editoriais que já estão implementadas, bem como a implantar as linhas previstas no projeto da Editora e em seu Regimento.

## CONSELHO EDITORIAL

As reuniões do Conselho Editorial aconteceram conforme previsto no Regimento Interno da Editora, com periodicidade trimestral. Dessa maneira foram realizadas quatro reuniões do Conselho, em 04/03, 20/05, 07/10, 16/12. Em razão do Conselheiro Matheus Manoel Teles de Menezes ter sido redistribuído para o Instituto Federal de São Paulo (IFSP) e da impossibilidade do referido membro continuar no quadro do Conselho Editorial, representando a grande área de Ciências Exatas e da Terra, será realizado no início de 2014 o processo de escolha do novo membro para ocupar a vaga. Dessa forma, o professor Matheus não participou da reunião realizada em 16/12/2013.

## CONSELHO CIENTÍFICO

O Conselho Científico da Editora IFG foi constituído em 20 de maio de 2013, a partir de indicações dos membros do Conselho Editorial em suas áreas de atuação acadêmica. Dessa forma, o Conselho Científico da Editora conta atualmente com os seguintes membros:

Relação dos membros do Conselho Científico da Editora IFG

Grande Área	Nome	Titulação	Instituição	Área
Ciências Exatas e da Terra	Adelino Cândido Pimenta	Doutorado	IFG/Goiânia	Matemática
	Simone Souza Ramalho	Doutorado	IFG/ Ap.Goiânia	Física
	Paulo César da Silva Júnior	Mestrado	IFG/Itumbiara	Matemática
	Douglas Queiroz Santos	Doutorado	IFSP	Química
	Marcelo Firmino de Oliveira	Doutorado	USP	Química
Ciências Biológicas	Kellen Christina Malheiros Borges	Mestrado	IFG/Anápolis	Ciências Biológicas
	Ronney Fernandes Chagas	Doutorado	IFG/Goiânia	Ciências Biológicas
	Kenia Alves Pereira Lacerda	Mestrado	IFG/Jataí	Ciências Biológicas
	Angel José Vieira Blanco	Mestrado	IFG/Inhumas	Ciências Biológicas
Ciências Biológicas	Gláucia Maria Cavasin	Doutorado	UFG	Ciências Biológicas
	Jussanã Milograna	Doutorado	IFG/Goiânia	Eng. Civil
Engenharias	André Luiz Silva Pereira	Doutorado	IFG/Jataí	Eng. Elétrica
	Liana de Lucca Jardim Borges	Doutorado	IFG/Anápolis	Eng. Civil
	Cláudia Azevedo Pereira	Doutorado	IFG/Anápolis	Log/Trasp.
	Paulo Rosa da Mota	Doutorado	IFG/Goiânia	Eng. Mecânica
	Marcelo Costa de Paula	Mestre	IFG	Educação Física
Ciências da Saúde	Maria Sebastiana Silva	Doutorado	UFG	Nutrição
	Jullyana Borges de Freitas	Mestre	IFG/Goiânia	Nutrição
	Waldir Pereira Modotti	Doutorado	Unesp	Medicina
	Mathias Roberto Loch	Mestre	UEL	Educação Física
	Maurício José Nardini	Doutorado	MP-GO	Direito Ambiental
Ciências Sociais Aplicadas	Antônio Borges Júnior	Mestre	IFG/Anápolis	Administração
	Carlos Leão	Doutorado	PUC-Goiás	Economia
	Marta Rovey de Souza	Doutorado	UFG	Ciências Sociais
	Cândido Vieira Borges Júnior	Doutorado	UFG	Administração
	Rachel Benta Messias Bastos	Mestrado	IFG/Goiânia	Educação
Ciências Humanas	Manoel Napoleão Alves de Oliveira	Mestrado	IFG/Goiânia	Sociologia
	Walmir Barbosa	Doutorado	IFG/Goiânia	História
	Clarinda Aparecida da Silva	Doutorado	IFG/Goiânia	Geografia
	Dilamar Candida Martins	Doutorado	UFG	Arqueologia
	Camila Silveira de Melo	Doutorado	IFG/Inhumas	Ciência e Tecnologia de Alimentos
Ciências Agrárias	Lillian Pascoa Alves	Doutorado	IFG/Ap. Goiânia	Ciência Animal
	Rosana Gonçalves Barros	Doutorado	IFG/Goiânia	Agronomia/Meio Ambiente
	Pabline Rafaella Mello Bueno	Mestrado	IFG/Inhumas	Ciência e Tecnologia de Alimentos
	Celso José de Moura	Doutorado	UFG	Ciência e Tecnologia



				de Alimentos
<b>Linguística, Letras e Artes</b>	Marshal Gaioso Pinto	Doutorado	IFG	Música
	Alice Maria de Araújo Ferreira	Doutorado	UNB	Letras/linguística
	Albertina Vicentini Assumpção	Doutorado	PUC-GO	Letras/literatura
	Paulo Henrique do Espírito Santo Nestor	Mestrado	Fundação Educacional de Goiás – FEG	Letras/Editoração
	Lídia Lobato Leal	Mestrado	IFG/Uruaçu	Artes Visuais

## PUBLICAÇÃO DE LIVROS

Em 2013, foram lançadas as duas primeiras obras produzidas pela Editora IFG: 1) Música, Educação e Informática: gênese e construção de conceitos musicais na escola; 2) No Descompasso da Metrôpole: um estudo sobre a dinâmica espacial na região metropolitana de Goiânia a partir do município de Inhumas. A produção editorial dos livros respeitou o seguinte cronograma:

### Música, Educação e Informática: gênese e construção de conceitos musicais na escola:

Fase	Prazo previsto	Data entrega do material para Editora	Responsável
1ª Preparação do livro	20 dias úteis	27 Novembro de 2012	Kepler
2ª Preparação do livro	16 dias úteis	26 Dezembro de 2012	Liberato
Diagramação	12 dias úteis	20 Fevereiro de 2013	Pedro
Revisão da 1ª Prova	16 dias úteis	28 Março de 2013	Daniella
Diagramação	3 dias úteis	10 Abril de 2013	Pedro
Revisão da 2ª Prova	10 dias úteis	30 Abril de 2013	Mabel
Diagramação	3 dias úteis	6 Maio de 2013	Pedro
Impressão	30 dias	21 junho de 2013	Gráfica

### No Descompasso da Metrôpole: um estudo sobre a dinâmica espacial na região metropolitana de Goiânia a partir do município de Inhumas

Fase	Prazo previsto	Data entrega do material para Editora	Responsável
1ª Preparação do livro	20 dias úteis	21 Dezembro de 2012	Kepler
2ª Preparação do livro	20 dias úteis	14 Janeiro de 2013	Liberato
Diagramação	10 dias úteis	29 Abril de 2013	Pedro
Revisão da 1ª Prova	15 dias úteis	15 Maio de 2013	Daniella
Diagramação	3 dias úteis	20 Maio de 2013	Pedro
Revisão da 2ª Prova	05 dias úteis	06 Junho de 2013	Mabel
Diagramação	3 dias úteis	14 Junho de 2013	Pedro
Impressão	30 dias	21 Junho de 2013	Gráfica

## EDITAIS LANÇADOS

Em 2013 foram lançados dois editais pela Editora. 1) O EDITAL N° 009/2013-PROPPG, de 07 de março de 2013, para o recebimento de propostas de textos para compor o livro: Instituto Federal de Goiás: História, Reconfigurações e Perspectivas, que será publicado em três volumes, na linha editorial de demanda institucional. 2) O EDITAL N° 017/2013 – PROPPG, de 18 de novembro de 2013, para o processo de submissão de propostas de livros completos para publicação.

## COORDENAÇÃO-GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

### Cursos de Pós-Graduação *Latu Sensu*

As pós-graduações *latu sensu* compreendem programas de especialização, com duração mínima de 360 horas. Os cursos de Pós-Graduação *latu sensu* oferecidos pelo IFG em 2013 foram Especialização em Ensino de Ciências e Matemática; Especialização em Matemática; e Especialização em Políticas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica.

### Especialização em Ensino de Ciências e Matemática



O curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Ensino de Ciências e Matemática, aprovado pela Resolução N° 036, de 22 de dezembro de 2010, do Conselho Superior do Instituto Federal de Goiás, teve o início de suas atividades, no Câmpus Jataí, em setembro de 2010. Este curso prevê uma carga horária total de 390 horas, além da apresentação de uma monografia de final de curso, que pode ser desenvolvido na forma de um artigo científico. Esse curso destina-se à portador de diploma de graduação, preferencialmente nas áreas de Biologia, Ciências, Física, Matemática e Química.

O Último processo seletivo foi realizado em 2012. Em outubro de 2013 foram certificados 12 alunos desse curso e atualmente 04 alunos ainda estão concluindo tal curso.

### **Especialização em Matemática**

Esse curso, aprovado pela Resolução N° 023 de 16 de setembro de 2013, do Conselho Superior do Instituto Federal de Goiás, teve o início de suas atividades, no Câmpus Goiânia, em maio de 2013. É um curso, com carga horária de 390 horas, destinado especialmente a licenciados e bacharéis em matemática e áreas afins.

O quadro docente desse curso é constituído, especialmente, por professores do Departamento de Áreas Acadêmicas II.

No primeiro processo seletivo desse curso, realizado por meio do Edital N° 011/2013-PROPPG, de 18 de março de 2013 foram inscritos e aprovados 27 candidatos. Contudo houve 10 desistentes e atualmente essa especialização conta com 17 alunos matriculados.

### **Especialização em Políticas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica**

Esse curso, aprovado pela Resolução N° 022 de 16 de setembro de 2013, do Conselho Superior do Instituto Federal de Goiás, teve o início de suas atividades, no Câmpus Goiânia, em maio de 2013. Tem como Público-alvo: licenciados, bacharéis e tecnólogos nas diversas áreas do conhecimento, que atuam como servidores docentes e técnico-administrativos em instituições de educação da rede pública e/ou privada, bem como aqueles que tenham interesse em atuar na área de educação profissional e tecnológica.

O Curso oferece 30 vagas, sendo 20% delas destinadas a servidores do IFG. O quadro docente desse curso é composto por professores mestres e doutores do IFG.

O primeiro processo seletivo do curso de Especialização em Políticas e Gestão da Educação profissional e Tecnológica, realizado por meio do Edital N° 010/2013-PROPPG, de 18 de março de 2013 teve 124 candidatos inscritos, destes 30 foram aprovados, mas atualmente houve 3 desistentes e o curso conta com 27 alunos regulares e 5 ouvintes.

### **Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu***

As pós-graduações *stricto sensu* compreendem programas de mestrado e doutorado. Esses cursos são abertos a candidatos graduados que atendam às exigências dos editais da Instituição. Em 2013 o IFG ofertou dois cursos de mestrado.

### **Curso de Mestrado em Tecnologia de Processos Sustentáveis**



O Curso de Mestrado Profissional em Tecnologia de Processos Sustentáveis, ministrado no Câmpus Goiânia, se enquadra na área interdisciplinar, contando em seu quadro docente com professores de diversas áreas, como: Engenharia; Química, Física, Matemática; e Geociência.

Este curso conta com a participação de 18 professores em seu quadro docente, sendo 15 do quadro permanente do Instituto Federal de Goiás e 03 colaboradores da Universidade Federal de Goiás. O quadro docente desse curso é constituído de 05 professores do Departamento de Áreas Acadêmicas II, um do Departamento III e 04 do Departamento IV, além de 05 professores do Câmpus Inhumas e 01 do Câmpus Aparecida de Goiânia.

Em 2013, conforme edital 014/2013 de 08 de abril de 2013 ocorreu o segundo processo para seleção de candidatos às vagas desse curso. Foram inscritos 196 candidatos, destes 16 foram aprovados. Os candidatos selecionados foram distribuídos nas quatro linhas de pesquisa desse programa, conforme tabela abaixo.

**Distribuição de alunos do Mestrado em Tecnologia de Processos Sustentáveis, por linhas de pesquisa**

<b>Linhas de Pesquisas</b>	<b>Alunos</b>
Energias Renováveis e Engenharia Econômica Aplicada	8
Tecnologia de Redução e Gerenciamento de Resíduos	3
Modelagem de Sistemas Ambientais	2
Fontes Alternativas de Água	3

## **Curso de Mestrado em Educação para Ciências e Matemática**

O curso de Mestrado Profissional em Educação para Ciências e Matemática, ministrado no Câmpus Jataí, se enquadra na área de Ensino, contando em seu quadro docente com 15 professores de seis Câmpus/Reitoria, sendo 07 de Jataí; 03 de Goiânia; 02 de Inhumas; 01 de Anápolis; 01 de Aparecida de Goiânia; e 01 da Reitoria.

No segundo processo seletivo desse programa foram inscritos um total de 62 candidatos, dos quais 20 aprovados. Após processo seletivo, os 20 candidatos aprovados foram distribuídos entre as linhas/sublinhas do Programa.

## **PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE QUALIFICAÇÃO DE SERVIDORES DO IFG PIQS/IFG**

O Programa Institucional de Bolsas de Qualificação de Servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (PIQS/IFG), criado em 2008, tem como objetivo, entre outros, viabilizar a formação, em nível de pós-graduação *stricto sensu* dos servidores do quadro permanente do IFG, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade da educação ofertada pela Instituição em todos os níveis, desde os cursos técnicos até a pós-graduação.

Este apoio à qualificação do quadro de servidores do Instituto Federal de Goiás é realizado por meio da concessão de bolsas individuais aos docentes e técnico-administrativos que estiverem regularmente matriculados em programas presenciais de mestrado ou doutorado, recomendados pela CAPES. Estas bolsas, financiadas com recurso próprio da Instituição, tem uma duração máxima de 48 meses para o doutorado e de 24 meses para o mestrado.

Em 2013 a seleção dos candidatos foi realizada por meio do Edital Nº 013/2013-PROPPG, de 02 de abril de 2013. Nesse processo 15 servidores do quadro permanente do IFG foram contemplados com a bolsa PIQS/IFG (10 de doutorado e 5 de mestrado). Outros 10 servidores que se submeteram ao processo seletivo compuseram o quadro de reserva. À medida que um servidor concluía a pós-graduação outro servidor era agraciado com a bolsa. Desta forma, foram contemplados, ao longo do ano, 33 servidores.



Para atender essa demanda a Instituição investiu, em 2013, um montante total de R\$ 299.700,00 neste Programa.

### **QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DO IFG**

A qualificação do quadro de servidores, docentes e técnico-administrativos, do Instituto Federal de Goiás é de grande importância para que a Instituição possa oferecer um serviço de qualidade à comunidade da região de atuação de cada Câmpus. A formação em nível de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado, doutorado e pós-doutorado) é fundamental para que o IFG possa se consolidar como uma instituição de pesquisa e possa ampliar sua atuação na pós-graduação.

Nesta perspectiva, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação vem desempenhando uma importante tarefa ao acompanhar as atividades desenvolvidas pelos servidores afastados para pós-graduação *stricto sensu* e na busca de parcerias para o oferecimento de mestrados e doutorados interinstitucionais (MINTER e DINTER) para os servidores da Instituição.

### **ACOMPANHAMENTO DE PÓS-GRADUANDOS**

Além do acompanhamento destes doutorados interinstitucionais, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação tem realizado o acompanhamento das atividades dos servidores afastados para pós-graduação *stricto sensu* em diferentes instituições. Os objetivos deste acompanhamento são: avaliar o desempenho do servidor em seu curso de pós-graduação; observar a consonância das atividades de pós-graduação com os interesses institucionais; e registrar a produção científica e acadêmica do servidor afastado.

Os servidores afastados apresentam relatório semestral das atividades desenvolvidas na pós-graduação, acompanhado de comprovante de matrícula como aluno regular do programa de pós-graduação no período em curso e histórico escolar. No decorrer do ano de 2013, um número total de 104 servidores estiveram de licença para cursar pós-graduação *stricto sensu*.



## COORDENAÇÃO-GERAL DE BIBLIOTECAS

### Atividades desenvolvidas nas bibliotecas do IFG em 2013

Descrição das atividades	Quantidade mês												Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Empréstimo domiciliar de multimeios (CDs, DVDs)	7	4	0	4	3	6	5	5	6	5	2	4	<b>51</b>
Elaboração de ficha catalográfica	0	6	8	11	13	2	13	14	3	1	1	20	<b>92</b>
Empréstimo do acervo geral (domiciliar)	4.632	4.937	10.613	16.806	12.183	11.019	6.632	8.659	9.121	10.522	9.332	5.680	<b>110.136</b>
Empréstimo entre bibliotecas	0	0	7	2	0	0	0	5	0	0	0	1	<b>15</b>
Levantamento bibliográfico	10	59	1.639	1.142	565	318	114	969	708	520	529	109	<b>6.682</b>
Normalização de trabalhos acadêmicos	0	0	2	2	3	6	0	2	4	1	4	5	<b>29</b>
Orientação/Treinamento ao uso do Portal de Periódicos CAPES	0	0	139	6	7	8	0	10	37	53	24	4	<b>288</b>
Reserva de livros	24	31	136	150	124	140	36	120	130	125	152	452	<b>1.620</b>
Treinamento de usuário	1	85	345	49	55	24	2	87	110	34	16	1	<b>809</b>

### Atendimento das Bibliotecas em 2013

Câmpus	Quantidade mês												Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Anápolis							7.612	2.210	1.855	1.914	2.157	1.852	<b>17.600</b>
Aparecida de Goiânia	15	100	297	2.096	1.232	1.267	858	784	1.253	1.967	1.166	414	<b>11.449</b>
Cidade de Goiás												1.361	<b>1.361</b>
Formosa	113	432	990	1.271	1.263	993	578	1.002	1.122	866	1.080	253	<b>9.963</b>
Goiânia	11.332	10.730	7.830	21.065	19.335	17.502	13.481	12.280	19.550	19.407	18.964	9.439	<b>180.915</b>
Inhumas	1.051	2.583	4.438	6.520	5.640	8.500	2.094	3.372	5.382	6.440	5.532	352	<b>51.904</b>
Itumbiara	100	730	730	730	730	730	100	730	730	730	730	100	<b>6.870</b>
Jataí	230	303	427	766	473	373	455	539	611	678	773	889	<b>6.517</b>
Luziânia												602	<b>602</b>
Uruaçu	148	1.427	3.240	3.980	3.065	2.799	944	1.999	2.450	2.764	2.862	1.699	<b>27.377</b>
<b>Total Geral de Atendimento</b>													<b>314.558</b>



## DEPARTAMENTO DE PESQUISA E INOVAÇÃO

### PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

O Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Goiás possui cinco modalidades:

4. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC;
5. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas – PIBIC-Af;
6. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio – PIBIC-EM;
7. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBITI;
8. Programa Institucional de Voluntário de Iniciação Científica – PIVIC.

Este programa é voltado para o estudante, não para o pesquisador, e se destina a complementar o ensino, oferecendo aos alunos a oportunidade de descobrir como a ciência é construída, como o conhecimento é adquirido. Esse objetivo é conseguido pela participação do estudante nas atividades práticas e teóricas no ambiente de pesquisa.

Em 2013, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica disponibilizou um total de 206 bolsas.

No processo seletivo para bolsistas de Iniciação Científica e Tecnológica, ocorrido para as bolsas de 2013, tivemos um total de 316 inscrições, sendo: 98 PIBIC; 29 PIBIC-Af; 31 PIBITI; e 158 PIBIC-EM. Destes, 270 foram recomendados para serem executados. A figura 2 traz um comparativo entre a quantidade de projetos submetidos e recomendados.

Do total de projetos recomendados, 166 foram contemplados com bolsas financiadas pelo CNPq (17 PIBIC, 5 PIBIC-Af, 14 PIBITI e 130 PIBIC-EM) e 40 com orçamento da própria Instituição. Estes projetos atenderam a estudantes de todos os Câmpus do IFG.

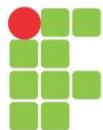
### AUXÍLIO PARA ESTUDANTES PARTICIPAREM EM EVENTOS CIENTÍFICOS

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Goiás prevê, além das bolsas de Iniciação Científica (PIBIC, PIBIC-Af, PIBIC-EM) e de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), a concessão de um auxílio financeiro para os estudantes, bolsistas e voluntários, apresentarem trabalhos em eventos científicos e tecnológicos. Este auxílio é limitado ao valor de uma bolsa PIBIC.

Em 2013, a PROPPG concedeu auxílio financeiro para 17 estudantes apresentarem os resultados de suas pesquisas em eventos locais, regionais e nacionais.

Para atender à demanda de bolsa e de participação em eventos, a Instituição investiu, em 2013, um montante total de R\$ 188.718,00 no Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica.

### SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO IFG



O Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Goiás é um evento científico de periodicidade anual, que tem como principal objetivo: permitir a troca de experiências entre estudantes e professores e o acesso aos projetos de pesquisa desenvolvidos nos programas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC e PIBITI), a partir da disponibilização de um espaço de divulgação dos resultados obtidos nas pesquisas realizadas pelos estudantes inscritos no Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica do IFG. Este evento é uma atividade obrigatória para os estudantes (bolsistas e voluntários) obterem certificação de sua participação no Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica do IFG.

O 7º Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica foi realizado no Câmpus Goiânia, no período de 03 a 06 de dezembro de 2012.

Este evento contou com a participação de alunos e servidores, com 138 trabalhos apresentados, sendo 66 na forma de pôster, 59 comunicações orais e 13 trabalhos apresentados em mesa-redonda.

### **PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS PARA SERVIDORES DO IFG (PIPECT/IFG)**

O Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFG (PIPECT/IFG), aprovado pela Resolução Nº 37, de 22 de novembro de 2010, do Conselho Superior, tem como objetivo: promover a apresentação e divulgação dos resultados das pesquisas realizadas pelos servidores do quadro permanente do IFG em eventos científicos e tecnológicos; e contribuir para o incremento das pesquisas científicas e tecnológicas realizadas no IFG.

Para solicitar este auxílio o servidor deverá, dentre outros requisitos, possuir projeto de pesquisa cadastrado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação ou ser orientador no Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica, além do fato de possuir trabalho aceito pelo Comitê Científico do evento.

Em 2013, foi concedido auxílio financeiro para 53 servidores, docentes e técnico-administrativos, participarem em eventos científicos e tecnológicos realizados no Brasil e no exterior, o que totalizou um investimento no valor de R\$ 144.881,59.

### **PROGRAMA DE APOIO À PRODUTIVIDADE EM PESQUISA (PROAPP/IFG)**

O Programa de Apoio à produtividade em Pesquisa do IFG (ProAPP) tem como objetivo incrementar a pesquisa científica e tecnológica no Instituto Federal de Goiás, por meio da concessão de uma bolsa individual de incentivo à Produtividade em Pesquisa aos servidores com titulação mínima de mestrado, em função do mérito da proposta apresentada.

Além disso, o ProAPP tem como meta: possibilitar o envolvimento de forma direta de estudantes no mundo da pesquisa, por meio de sua participação nas pesquisas desenvolvidas pelos servidores.

Este Programa, criado no final de 2008, teve sua implementação em 2009, com a concessão de dez bolsas de R\$ 300,00 (trezentos reais), por um período de dez meses (março a dezembro de 2009). A partir de 2010, as bolsas ProAPP passaram a ter uma vigência de doze meses. Em 2011, estas bolsas foram reajustadas para R\$ 600,00.

Para a seleção dos bolsistas, os projetos de pesquisa são analisados, por consultores *ad hoc*, segundo seu mérito técnico-científico, e os currículos dos pesquisadores são pontuados segundo critérios estabelecidos em edital.

Em 2013, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação lançou edital para seleção de propostas, disponibilizando 20 bolsas (de 12 meses) para projetos de pesquisa das diversas áreas de conhecimento.



Nesse edital, tivemos uma demanda de 24 projetos, sendo 20 selecionados para receberem bolsa.

Além dos projetos de pesquisa submetidos ao Programa de Apoio à Produtividade em Pesquisa a Instituição mantém também um programa de cadastro de projeto de pesquisa, realizado por meio de editais semestrais. São 203 projetos de pesquisa, cadastrado na PROPPG, que estavam sendo desenvolvidos, em 2013, por pesquisadores dos diversos Câmpus do IFG.

## O CENTRO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

### APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO CITE

O Regulamento do Centro de Inovação Tecnológica foi revisado pela coordenação do Cite no primeiro semestre de 2013 e aprovado pelo Conselho Superior em 02/12/2013, que resultou na Resolução nº 35, de 03 de dezembro de 2013.

### EXECUÇÃO DO PROJETO FAPEG

Iniciamos em abril de 2013 a execução do projeto "Ampliação da atuação do Centro de Inovação Tecnológica baseada em consultorias e sistema de gestão para inovação", com fomento da FAPEG. Para cada objetivo do projeto, indicamos o percentual relativo ao andamento das ações até dezembro de 2013. Veja abaixo:

- Criar portfólio de projetos de pesquisas realizados no IFG, cujo objeto seja o desenvolvimento de produtos e processos que tragam benefícios para sociedade **[50% concluído]**;
- Implementar um sistema de gestão para inovação, contendo os principais dados institucionais, cadastro de pesquisadores, empresas, áreas estratégicas, núcleos de pesquisa, inventores independentes, registros/depósitos de propriedade intelectual **[20% concluído]**;
- Identificar e valorar produtos/processos desenvolvidos no IFG passíveis de produção e comercialização pela indústria goiana **[0% concluído]**;
- Realizar procedimentos cabíveis de proteção legal da propriedade intelectual gerada no âmbito institucional **[50% concluído]**;
- Reestruturar o site do Centro de Inovação Tecnológica **[0% concluído]**;
- Ofertar cursos de capacitação sobre propriedade intelectual, inovação, transferência de tecnologia para a comunidade do Instituto Federal de Goiás (IFG) e público externo **[40% concluído]**;
- Realizar Workshop de Ciência, Tecnologia e Inovação no Câmpus Goiânia do IFG **[0% concluído]**;
- Realizar palestras e café empresarial nos campi do IFG com pesquisadores e empresas locais **[100% concluído]**;
- Produzir material informativo sobre assuntos relativos à atuação do Centro de Inovação Tecnológica por meio digital e impresso **[50% concluído]**.

O valor total solicitado foi de R\$ 94.300,00, sendo que R\$ 49.900,00 do recurso será destinado ao pagamento de serviços de terceiros (consultoria, desenvolvimento de sistema de gestão

da inovação e serviços gráficos), taxas administrativas, entre outros, e o restante refere-se ao pagamento de dois bolsistas, um com formação a nível superior (DTI) e outro a nível médio (apoio técnico).

Em consideração aos bolsistas, há alta rotatividade, o que dificulta o andamento das nossas atividades. De abril a dezembro de 2013, três bolsistas DTI e dois Apoios Técnicos estiveram no Cite. Para 2014, o atual bolsista Apoio Técnico irá continuar, no entanto teremos que chamar mais uma bolsista DTI, pois a última que estava desempenhando suas atividades no Cite recebeu uma proposta melhor e resolver sair (como havia acontecido anteriormente com as outras bolsistas).

Em termos de gasto dos recursos, em 2013, realizamos apenas o pagamento de taxas administrativas referente a registros de marcas e depósito de patentes, totalizando a quantia de R\$ 655,00 (seiscentos e cinquenta e cinco reais).

## REGISTRO DE ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 2013, o Cite realizou seu primeiro depósito de patente e registro de marca. Seguem abaixo dados a respeito dos ativos tecnológicos de propriedade do IFG.

**Dados a respeito dos ativos tecnológicos de propriedade IFG**

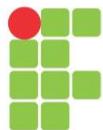
Ativo	Nome	Categoria	Co-titular
Patente	Em sigilo (área: Tratamento de Efluentes Industriais)	Patente de Invenção	Universidade Federal de Goiás
Patente	Em sigilo (área: Construção Civil)	Patente de Invenção	Universidade Federal de Uberlândia
Marca	Editora ifg	Nominativa	-
Marca	Editora ifg	Mista	-

## REDESIGN E REGISTRO DA MARCA DO CITE

Em 2013, o programador visual da Editora IFG, Pedro Henrique Carvalho, realizou o redesign da marca do Cite, para que pudesse ter uma aplicação melhor e seguir um padrão visual iniciado pela marca da Editora IFG. Além disso, foi possível retirar dois aspectos indesejáveis da marca anterior: imagem de uma joaninha e de uma boca mordendo, semelhante ao Pac Man.

**Modelos redesign da marca Cite**

Marca do Cite	
Antes do redesign	Após o redesign
<ul style="list-style-type: none"> <li>- o nome "Centro de Inovação Tecnológica do IFG" ficava muito pequeno dependendo da aplicação</li> <li>- imagens: um pensamento/ideia, uma joaninha, uma boca mordendo</li> <li>- semelhante ao Pac Man</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- segue o padrão visual ligado à logomarca do IFG (quadrados com cantos arredondados e o círculo vermelho)</li> <li>- cada símbolo (círculo ou quadrado) possui uma cor sólida – sem degradê/gradiente – para facilitar aplicações da marca</li> <li>- imagens: a letra "i" de IFG e de Inovação, uma lâmpada, uma ideia/pensamento</li> </ul>



## **REALIZAÇÃO DO CAFÉ EMPRESARIAL**

O Café Empresarial foi um evento organizado pelo Centro de Inovação Tecnológico em parceria com as Gerências de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão de cada Câmpus. O Cite redigiu o projeto do evento e socializou com os gerentes em julho de 2013. A data sugerida para o evento estava prevista para ser durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, de 21 a 27 de outubro de 2013. Dos 10 Câmpus em funcionamento no IFG, 8 (oito) realizaram o Café Empresarial.

No que tange à organização do evento, o Cite providenciou todo material de divulgação (convites digitais, banners, pastas com folder do Cite, caneta e bloco de anotações, crachás, cartazes). A alimentação para o coffee-break também foi solicitada pelo Cite à PROEX. As GEPEX ficaram responsáveis por organizar a estrutura para o evento no Câmpus, realizar o convite às empresas e aos pesquisadores, definir a programação, divulgar o evento.

## **PARTICIPAÇÃO NA SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

O Instituto Federal de Goiás participou todos os dias da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, ou seja, de 21 a 27 de outubro de 2013, no pavilhão de exposições do Parque da Cidade em Brasília.

## **PARTICIPAÇÃO DO IFG NO EDITAL Nº 94/2013 DO CNPQ**

Em outubro de 2013, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) divulgou a Chamada MEC/SETEC/CNPq Nº 94/2013 para Apoio a Projetos Cooperativos de Pesquisa Aplicada e de Extensão Tecnológica. Os projetos poderiam ser submetidos em uma categoria da linha 1 ou 2, sendo: linha 1 – foco em pesquisa aplicada, desenvolvimento e inovação (PD&I) – e linha 2 – foco em extensão tecnológica.

O edital (nº 94/2013) foi destinado a pesquisadores dos Institutos Federais e das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais para concessão de apoio financeiro a projetos cooperados com o setor produtivo (ou entidades parceiras). O edital foi divulgado no Café Empresarial nos Câmpus do IFG, por e-mail e pela FIEG.

Professores de quatro Câmpus do Instituto Federal de Goiás tiveram seus projetos aprovados para financiamento pelo CNPq, totalizando 9 projetos. Os docentes Aylton José Alves, Ana Carla Fernandes Gomes e Vinicius Carvalhaes (Câmpus Goiânia), Diego Arantes Teixeira Pires e Daniel Vitor de Lucena (Câmpus Luziânia), Dulcinéia Gonçalves Ferreira Pires (Câmpus Anápolis) e Murilo Borges Silva (Câmpus Inhumas) vão desenvolver seus projetos na linha destinada à pesquisa aplicada. Na linha de extensão foram aprovadas as pesquisas dos professores Eider Lúcio de Oliveira (Câmpus Goiânia) e Regina de Carvalho Oliveira (Câmpus Luziânia).

## **ATENDIMENTO À COMUNIDADE INTERNA / EXTERNA**

Dentre as atividades ordinárias, o Cite realizou atendimento tanto à comunidade interna (alunos/professores) como à externa (empresários/inventores independentes). Realizamos buscas de anterioridade em bases de patentes para alunos e professores, mediante solicitação, e atendemos inventores independentes.

## **CAPACITAÇÃO DA COMUNIDADE DO IFG**

Além do curso "Inovação, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia", o Cite ministrou palestras e oficinas sobre propriedade intelectual e inovação. À convite do Câmpus Aparecida de Goiânia, o Cite ministrou oficinas sobre busca em bases de patentes para alunos de nível técnico e superior, em momentos separados. Durante o I Simpósio de Pesquisa, Ensino e Extensão (SIMPEEX) do IFG, o Cite ministrou o minicurso "Inovação e Patentes". Também participamos do "III Encontro de Propriedade Intelectual na Graduação da UFG", numa mesa-



redonda sobre Propriedade Intelectual. Na ocasião, a servidora Quéren dos Passos Freire falou sobre direitos autorais, tendo em vista seu apoio às atividades do Cite (pelo tempo que esteve trabalhando conosco) e sua participação no projeto FAPEG.

### **CAPACITAÇÃO DA EQUIPE DO CITE**

A equipe do Cite participou de cursos e eventos sobre inovação e propriedade intelectual durante o ano de 2013 buscando sua capacitação. As servidoras Viviane Margarida Gomes e Mariana Mendes Rodrigues participaram do Curso Geral de Propriedade Intelectual (DL-101PBR), na modalidade de EAD, da Organização Mundial de Propriedade Intelectual em parceria com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) no período de 15 de abril a 26 de maio de 2013. As bolsistas com formação em direito também fizeram cursos e participaram de eventos de curta duração (minicursos, oficinas, palestras).

O Cite também participou do II SENITIF (Seminário Nacional de Inovação Tecnológica nos Institutos Federais de Educação), que foi realizado de 24 a 27 de setembro de 2013 em São Luís-MA.

### **PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID/IFG)**

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) é um programa que oferece bolsas para estudantes de licenciatura plena, para que eles exerçam atividades pedagógicas em escolas de Ensino Básico, aprimorando sua formação e contribuindo para a melhoria da qualidade dessas escolas.

O Instituto Federal de Goiás teve dois projetos PIBID aprovados pela CAPES: um no final de 2009 e outro em 2011. Além disso, em 2012, tivemos uma prorrogação e uma ampliação dos dois projetos, passando a um total de 199 bolsas para estudantes das licenciaturas do IFG (no valor de R\$ 400,00), 23 bolsas para professores supervisores das escolas públicas (no valor de R\$ 765,00) e 17 bolsas (no valor de R\$ 1.400,00) para os professores coordenadores dos subprojetos.

O Projeto PIBID, intitulado: *A formação inicial e continuada nas licenciaturas do IFG e suas contribuições para melhoria da Educação Básica do Estado de Goiás*, sob Coordenação Institucional da professora Nilda Maria de Carvalho, submetido ao Edital CAPES/DEB N° 02/2009, disponibiliza 74 bolsas para estudantes.

O Projeto PIBID, intitulado: *PIBID/IFG e os Desafios da Formação de Professores no Brasil Contemporâneo*, sob Coordenação Institucional da professora Lorena Silva Oliveira Costa, submetido ao Edital CAPES N° 001/2011, disponibiliza 125 bolsas para estudantes.

Para possibilitar a realização das ações propostas nos projetos PIBID/IFG, o Instituto Federal de Goiás, por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, firmou convênio com a Secretaria de Educação do Estado de Goiás. Nesses projetos, o Instituto Federal de Goiás vem atuando junto a 17 escolas estaduais, situadas nos municípios onde os cursos de licenciaturas são ministrados.

Os estudantes bolsistas do PIBID têm desenvolvido ações com a perspectiva de articular os cursos de licenciatura do IFG com as escolas públicas de ensino regular do Estado de Goiás e de contemplar a iniciação à docência e a formação prática para o exercício do magistério neste sistema de ensino.

Todas as atividades desenvolvidas têm sido baseadas numa reflexão sobre a realidade de cada uma das escolas, e as formas de superação das dificuldades encontradas têm sido conduzidas ao longo de cinco eixos: 1) complementação das atividades docentes desenvolvidas nas escolas; 2) desenvolvimento de ações de suporte ao ensino; 3) formulação de propostas pedagógicas, metodológicas e didáticas que possam amenizar problemas detectados e que geram dificuldades para o processo ensino-aprendizagem; 4) complementação na formação docente e científica dos



acadêmicos do IFG; e 5) reflexão sobre a realidade escolar e as formas de superação das dificuldades encontradas.

Para 2014, no lugar destes dois projetos, que serão encerrados em fevereiro, será instituído um Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, coordenador pelo Prof. Anibal Ataídes Barros Filho, do Câmpus Jataí, que foi aprovado pela CAPES no final de 2013. Este programa será vinculado à Pró-Reitoria de Ensino.

## **PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS**

O Programa Ciência sem Fronteiras é um programa do Governo Federal que busca promover a consolidação, a expansão e a internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira, por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes, e Secretarias de Ensino Superior (SESU) e de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do MEC.

Este programa, lançado em 2011, prevê a concessão de 101 mil bolsas em quatro anos para promover intercâmbio, de forma que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e à inovação. Além disso, busca atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil ou estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias definidas no Programa, bem como criar oportunidade para que pesquisadores de empresas recebam treinamento especializado no exterior.

As áreas prioritárias do Programa Ciência sem Fronteiras são:

- Engenharias e demais áreas tecnológicas;
- Ciências Exatas e da Terra;
- Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde;
- Computação e Tecnologias da Informação;
- Tecnologia Aeroespacial;
- Fármacos;
- Produção Agrícola Sustentável;
- Petróleo, Gás e Carvão Mineral;
- Energias Renováveis;
- Tecnologia Mineral;
- Biotecnologia;
- Nanotecnologia e Novos Materiais;
- Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais;
- Biodiversidade e Bioprospecção;
- Ciências do Mar;
- Indústria Criativa (voltada a produtos e processos para desenvolvimento tecnológico e inovação);
- Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva;
- Formação de Tecnólogos.

Para pleitear uma bolsa do Programa Ciência sem Fronteiras, o aluno de graduação deverá atender aos seguintes requisitos:

- possuir nacionalidade brasileira;
- estar matriculado em curso de nível superior nas áreas prioritárias do programa;



- apresentar perfil de aluno de excelência, baseado no bom desempenho acadêmico (possuir Coeficiente de Rendimento Acadêmico maior ou igual a 6,0)
- ter concluído entre 20% e 90% do currículo previsto para o curso (na data prevista para a viagem);
- ter obtido nota no ENEM igual ou superior a 600 pontos, em exame realizado no período de 2009 a 2013;
- não ter sido contemplado com bolsa de graduação sanduíche financiada pela CAPES ou CNPq;
- obter nota mínima no teste de proficiência de acordo com a exigência do país de destino (verificar em cada edital).

Em 2012 o Instituto Federal de Goiás enviou 6 alunos para realização de graduação sanduíche no exterior, sendo dois para a Suécia, um para a Austrália, um para a Itália, um para os Estados Unidos e um para o Canadá. Já em 2013, este número foi ampliado para 16 alunos em mobilidade acadêmica.

## **PROGRAMA JOVENS TALENTOS PARA A CIÊNCIA**

O Programa Jovens Talentos para a Ciência, é destinado a estudantes de graduação de todas as áreas do conhecimento e tem o objetivo de inserir precocemente os estudantes no meio científico. Os estudantes recém-ingressos nas Universidades e Institutos Federais são inscritos pela instituição de ensino superior, e selecionados por meio de uma prova de conhecimentos gerais.

Em 2012, primeiro ano de funcionamento deste Programa, o Instituto Federal de Goiás teve 8 bolsistas selecionados pelo Programa (5 do Câmpus Goiânia e 3 do Câmpus Itumbiara). Já em 2013 este número elevou-se para 48 bolsistas, de 7 Câmpus (Anápolis, Aparecida de Goiânia, Formosa, Goiânia, Itumbiara, Jataí e Uruaçu), sendo que 2 deles não tiveram sua bolsa implementada por terem abandonado o curso na época de implementação da bolsa.

### **12.4 REALIZAÇÕES DA PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás em 2013 trabalhou na elaboração e publicação do Edital para Concessão de Bolsas para Estudantes de Graduação e Servidores para o Desenvolvimento de Projetos de Extensão. Além da construção deste documento a PROEX consolidou ações relacionadas aos Programas de Governo – Mulheres Mil, Bolsa Formação do Programa Nacional de Acesso do Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) –, Seguro Estudantil, Estágio, estabelecimento de Convênios junto a instituições públicas, privadas e da sociedade civil, Assistência Estudantil e solicitação de registro dos cursos oferecidos pela Instituição junto aos conselhos profissionais.

Por fim, ressalta-se que esta Pró-Reitoria elaborou orientações para o desenvolvimento de ações internas de Extensão, como Projetos de Extensão e Cursos de Extensão, com o objetivo de organizar e fortalecer estas atividades dentro da Instituição.

## **ATIVIDADES CONSOLIDADAS DO DEPARTAMENTO DE AÇÕES SOCIAIS**

O Departamento de Ações sociais é uma instância vinculada à Pró-Reitoria de Extensão, cujas atividades compreendem a implementação, execução, avaliação das seguintes Ações de Extensão: 1. Assistência Estudantil; 2. Programa, Projetos e Cursos de Extensão no âmbito do IFG; 3. Programa de governo: Mulheres Mil; Bolsa Formação/Pronatec.

## **ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFG**

A Política de Assistência Estudantil no IFG tem como finalidade propiciar condições de acesso, permanência e êxito dos discentes referente ao desenvolvimento das distintas atividades



acadêmicas e o desenvolvimento biopsicossocial. No âmbito do IFG, a Assistência Estudantil conta com as seguintes modalidades de auxílios financeiros: alimentação, transporte e permanência. Estas foram implementadas conforme demanda apresentada por cada Câmpus, compatibilizada com a disponibilidade orçamentária da Instituição.

A quantidade de Auxílios Permanência é calculada com base no número de matrículas e o IDH do município.

Desta forma, no ano de 2013, a concessão do Auxílio Estudantil ocorreu da seguinte forma:

O valor das parcelas que o discente, selecionado a partir do Edital 01/13 – Assistência Estudantil recebeu, por mês, referente ao período de abril a dezembro foi de R\$ 120,00 (cento e vinte reais).

Auxílio Permanência - IFG

Item	Câmpus	IDHM 2000 Municípios	Número de matrículas <sup>1</sup>	Número de auxílios por Câmpus/mês	Número de parcelas (abril a dezembro/2013)
1	Anápolis	0,79	812	171	09
2	Aparecida de Goiânia	0,76	290*	63	09
3	Goiás	0,74	123*	27	09
4	Formosa	0,75	659	145	09
5	Goiânia	0,83	4084	818	09
6	Inhumas	0,77	726	178	09
7	Itumbiara	0,78	591	126	09
8	Jataí	0,79	905	190	09
9	Luziânia	0,76	706	154	09
10	Uruaçu	0,74	667	149	09
	TOTAL	-	<b>9563</b>	<b>2021</b>	-

Quantidade de auxílios permanência a todos os estudantes dos cursos na **modalidade Proeja**.

Valor das parcelas que o discente matriculado na **Modalidade Proeja** receberá, por mês, referente ao período **abril a dezembro: R\$ 120,00** (cento e vinte reais).

Auxílio PROEJA - 2013

Item	CÂMPUS	TOTAL
1	Anápolis	1040
2	Aparecida	193
3	Formosa	937
4	Inhumas	239
5	Itumbiara	26
6	Jataí	501
7	Luziânia	748
8	Uruaçu	895

## Projetos e Cursos de Extensão no âmbito do IFG

<sup>1</sup> Fonte: Câmpus participantes.



As Ações de Extensão compreendem um conjunto de ações de caráter educativo, científico, tecnológico, filosófico e cultural, cujo objetivo principal é o estabelecimento da integração do IFG com as instituições sociais. No ano de 2013 estas ações foram desenvolvidas a partir da proposição de Projeto, Cursos de Extensão e Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), conforme o quadro abaixo. Constituem-se como ações propostas e executadas por professores do IFG dos distintos Câmpus.

#### Projetos e Cursos de Extensão - 2013

Item	Projeto/Curso de Extensão	Carga-Horária	Câmpus
1	Noções Básicas de interpretação de Língua Brasileira de sinais - português	80 horas	Inhumas
2	Curso básico de eletricista/instalador predial	60 horas	Itumbiara
3	Leitura dramática e construção cênica	64 horas	Anápolis
4	HTML e CSS Básico	60 horas	Anápolis
5	Musicalização por meio da prática de canto coral	60 horas	Anápolis
6	Cinema e violência: considerações sobre o cinema nacional – aspirinas, urubus e história.	60 horas	Anápolis
7	Entreter e aprender: um trabalho de aperfeiçoamento das habilidades de leitura e escrita a partir de textos literários	40 horas	Formosa
8	Mendigos do Amor – Música no Câmpus	264 horas	Formosa
9	Cinema com pipoca	18 horas	Formosa

O Edital para Concessão de Bolsas para Estudantes de Graduação e Servidores para o Desenvolvimento de Projetos de Extensão foi publicado no mês de junho e contemplava 10 bolsas tanto para professores/servidores como para alunos. Foram inscritos 28 projetos, dos quais 10 foram contemplados com as bolsas, conforme quadro a seguir e 23 foram aprovados, porém nem todos foram executados, segue no quadro posterior os projetos executados sem bolsa:

#### Aprovado no Edital 048/2013 com direito a bolsas de extensão

Item	Projeto/Curso de Extensão	Carga-Horária	Câmpus	Período
1	Coral do IFG de Aparecida de Goiânia	60 horas	Aparecida de Goiânia	Agosto a Dezembro
2	Educação em Primeiros Socorros para comunidades rurais de Formosa	320 horas	Formosa	Agosto a Dezembro
3	Contribuição da implantação de hortas suspensas com garrafas pet em uma comunidade carente no município de Formosa	100 horas	Formosa	Agosto a Dezembro
4	Circula Anápolis – circuito de cultura Anapolina no IFG	100 horas	Anápolis	Agosto a Dezembro
5	Oficinas de Direitos Humanos e Mobilização Social	100 horas	Jataí	Agosto a Dezembro
6	Elaboração de cartilhas sobre	100 horas	Luziânia	Agosto a



	Educação Ambiental voltada para alunos do ensino básico a fim de conscientizar e formar multiplicadores de informações			Dezembro
7	Eletricista/instalador predial módulo básico	60 horas	Itumbiara	Agosto a Dezembro
8	Características, manutenção e operação de geradores de energia elétrica.	60 horas	Itumbiara	Agosto a Dezembro
9	Desenvolvimento sustentável: vamos economizar energia elétrica?	60 horas	Itumbiara	Agosto a Dezembro
10	A importância da ludicidade no ensino de matemática na educação infantil	300 horas	Goiânia	Agosto a Dezembro

Aprovados e executados em 2013 - Edital 048/2013 sem direito a bolsas de extensão

Item	Projeto/Curso de Extensão	Carga-Horária	Câmpus	Período
1	Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão: Novos olhares, novos horizontes	300 horas	Formosa	Agosto a Dezembro
2	Atividade com qualidade	60 horas	Itumbiara	Agosto a Dezembro
3	Dança de rua: arte, inclusão social e cidadania	60 horas	Itumbiara	Agosto a Dezembro
4	Lógica de programação intuitiva para iniciantes	60 horas	Inhumas	Agosto a Dezembro
5	Mendigos do amor – música no Câmpus	264 horas	Formosa	Agosto a Dezembro
6	GIPLE – Grupo interdisciplinar de letramentos: oficina de leitura e produção de gêneros jornalísticos	60 horas	Itumbiara	Agosto a Dezembro

## PROJETO CONHECENDO O IFG

Outra ação de extensão desenvolvida no IFG é o Projeto Conhecendo o IFG, que tem como objetivo oportunizar aos alunos das escolas públicas das redes estaduais e municipais, das cidades em que estão localizados os Câmpus do Instituto Federal Educação e Tecnologia de Goiás – IFG: Aparecida de Goiânia, Anápolis, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia e Uruaçu, uma visita formativa para conhecer a estrutura educacional, científica e tecnológica do IFG, bem como os cursos ofertados com a finalidade de propor uma integração e orientação educacional e profissional desses discentes.

O desenvolvimento do Projeto “Conhecendo o IFG” ocorreu no primeiro semestre de 2013, foram recebidas mais de 50 escolas públicas em 9 (nove) Câmpus do IFG, totalizando a participação de 3136 alunos das redes públicas municipais e estadual.

### Projeto Conhecendo o IFG

Item	Câmpus	Nº de Alunos Atendidos
1	Anápolis	250
2	Aparecida de Goiânia	771
3	Cidade de Goiás	160



4	Formosa	390
5	Goiânia	766
6	Inhumas	238
7	Itumbiara	Não aconteceu
8	Jataí	120
9	Luziânia	93
10	Uruaçu	468

## PROGRAMA DE GOVERNO

Os Programas de Governo são ações estabelecidas, especialmente, pelo Ministério da Educação (MEC). No IFG, no ano de 2013, foram desenvolvidos os seguintes Programas:

### MULHERES MIL

O objetivo geral deste programa é “promover o desenvolvimento social e econômico de mulheres em situação de vulnerabilidade social. O Programa visa também contribuir para o atendimento das políticas de gênero, de equidade, de inclusão e de ações afirmativas, em favor da diminuição dos problemas sociais e da erradicação da miséria no país” (Chamada Pública MEC/SETEC – 001/2012, item 2. Objetivo geral).

Trata-se de um Programa estabelecido como atividade executada no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. No IFG esta atividade iniciou em 2011 com os Câmpus: Inhumas, Itumbiara e Luziânia (Chamada Pública MEC/SETEC – 2011); em 2012 os Câmpus Anápolis e Formosa fizeram a adesão (Chamada Pública MEC/SETEC – 001/2012) e finalmente em 2013 os Câmpus Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás e Jataí implementaram o Programa Mulheres Mil. Estes foram selecionados com base nos critérios: distribuição regional dos Câmpus, a integração do município no “Território da Cidadania” ou com “elevada concentração de pessoas em situação de extrema pobreza” e o “espaço disponível para instalação do escritório de acesso” (Chamada Pública MEC/SETEC – 001/2012, Critério de Seleção dos Câmpus).

O programa é desenvolvido por uma equipe coordenada pelo Gestor Institucional e os Gestores locais. Para a execução do programa e atendimento do público alvo as atividades são realizadas a partir a proposição de Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), conforme quadro a seguir:

Cursos FIC do Programa Nacional Mulheres Mil.

Item	Nome do curso	Carga-horária	Câmpus	Qtd. De Formandos
1	Quem sabe faz a hora	200 horas	Anápolis	54
2	Mulheres em Movimento pela Cidadania		Aparecida de Goiânia	49
3	Técnicas em Artesanato		Cidade de Goiás	31
4	Superando barreiras sociais, edificando sonhos: inserção feminina no mercado de trabalho	200 horas	Formosa	105
5	Projeto transformando a realidade	250 horas	Inhumas	107
6	Um universo de possibilidades e transformações	288 horas	Itumbiara	140
7	Iniciação em assentamento de revestimento cerâmico	160 horas	Jataí	45
8	A inclusão social como forma de acesso ao mundo do trabalho: curso básico de auxiliar de cozinha	200 horas	Luziânia	212



## BOLSA FORMAÇÃO (PRONATEC)

A Bolsa-Formação/Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) visa expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos com o objetivo de promover a qualificação profissional, apresentando-se como uma estratégia importante para a melhoria da qualidade do ensino médio público, bem como para a ampliação de oportunidades educacionais dos trabalhadores.

Esta ação tem como um dos parceiros ofertantes a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, e como tal, deve promover o acesso das populações historicamente afastadas deste processo formativo, possibilitando, desta forma, o acesso inclusivo e emancipatório destas pessoas.

Em 2013, o Instituto Federal de Goiás, por meio da Pró-Reitoria de Extensão, planejou ações que foram desenvolvidas no âmbito da Bolsa Formação (PRONATEC), segundo execução por Câmpus, conforme consta no quadro abaixo:

Cursos de Formação Inicial e Continuada (BF/PRONATEC), sendo demandantes: MDS, MDA, SEDUC, MCULTURA, MJ e MTE.

Câmpus	Vagas	Concluintes
Anápolis	661	<b>434</b>
Aparecida	295	<b>216</b>
Cidade de Goiás	648	<b>514</b>
Formosa	580	<b>313</b>
Goiânia	1700	<b>905</b>
Inhumas	674	<b>478</b>
Itumbiara	560	<b>329</b>
Jataí	699	<b>249</b>
Luziânia	1103	<b>736</b>
Uruaçu	894	<b>636</b>
Total	7814	<b>4810</b>

## ATIVIDADES CONSOLIDADAS DA COORDENAÇÃO DE AÇÕES PROFISSIONAIS E TECNOLÓGICAS

### CONVÊNIOS

No ano de 2013 foram celebrados os seguintes convênios:

- Celebração do Convênio com a BRF S/A visando a participação mútua na realização de programa que envolverá a realização de Estágio Curricular Obrigatório, por alunos regularmente matriculados e com frequência efetiva nos cursos regulares do IFG, aptos a realizar o programa de estágio, em todas as áreas de formação;
- Celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Agência Goiana de Turismo – Goiás Turismo visando cooperação técnica com vistas à realização de estudos e pesquisa em campo (demanda e oferta turística) nas regiões turísticas do estado de Goiás em conjunto com a GOIÁS TURISMO;
- Celebração de Termo de Convênio com a Prefeitura Municipal de Anápolis com o objetivo de estabelecer participação mútua na realização de programa que envolverá a realização de Estágio Curricular Obrigatório, por alunos regularmente matriculados e com frequência efetiva nos cursos regulares do IFG, aptos a realizar o programa de estágio, em todas as áreas de formação;



- Celebração de Termo de Convênio com a Pontífice Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás com o objetivo de estabelecer mútua cooperação entre a PUC Goiás e o IFG, visando, reciprocamente, ao oferecimento de estágio curricular obrigatório a estudantes regularmente matriculados e com efetiva frequência nos cursos técnicos e de graduação, por elas ofertados;
- Celebração de Termo de Convênio com a Secretaria Municipal de Educação de Anápolis – SEMED visando estabelecimento de cooperação mútua entre os partícipes visando à oferta de Cursos de Formação Continuada e demais Cursos de Extensão com vistas à capacitação de professores da Rede Municipal por meio do Centro de Formação dos Profissionais da Educação – CEFOPE da SEMED.

Convênios com previsão de recebimento de investimento:

**Cooperação Alemã – GIZ GmbH** – contribuirá para a implementação das atividades previstas com o montante de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para pagamento de consultorias nacionais e internacionais e a aquisição de equipamentos laboratoriais para instalação nas dependências do IFG.

**Ministério da Cultura/Secretaria do Audiovisual** – valor total do projeto será de R\$ 815.000,00 (oitocentos e quinze mil reais), os quais serão objeto de repasse do Ministério da Cultura, sendo:

Oficinas de Produção Audiovisual – R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) cada uma, totalizando o valor de R\$ 405.000,00 (quatrocentos e cinco mil reais) para realização de atividades de formação, nos termos definidos no item objeto da descentralização de créditos, e produção de 3 (três) curtas metragens como trabalho de conclusão de curso;

Oficinas de Qualificação de Produtores/Realizadores Audiovisuais – R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais) cada uma, totalizando um valor de R\$ 315.000,00 (trezentos e quinze mil reais) para realização das atividades, nos termos definidos no item objeto da descentralização de créditos;

Mostra Itinerante de Filmes Nacionais – valor total de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), a ser realizada em 10 (dez) assentamentos rurais no Estado de Goiás, nos termos definidos no item objeto da descentralização de créditos.

## CONVÊNIOS E PARCERIAS EM DESENVOLVIMENTO

Termo de Convênio a ser firmado com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB visando o oferecimento, aos alunos do IFG, oportunidade de realização de estágio curricular acadêmico.

Termo de Cooperação a ser firmado com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA com o objetivo de estabelecer a integração de esforços entre as partes, objetivando o fortalecimento de programas de pós-graduação (Mestrado e/ou Doutorado) ministrados pelo IFG;

Termo de Cooperação Geral ou Protocolo de Intenções a ser firmado com o Exército Brasileiro visando cooperação recíproca em atividades na área de Tecnologia, Patrimônio e Meio Ambiente, seja no intercâmbio de informações, seja na elaboração, no desenvolvimento e aperfeiçoamento de Projetos de cursos, Projetos e Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, bem como auxílio em trabalhos e desempenho de atividades técnicas correlatas à área de estudo e pesquisa que os estudantes do IFG possam atuar na condição de estagiário.



Termo de Cooperação a ser firmado com a Fundação Nacional da Saúde visando a promoção de cursos de capacitação com a finalidade de formação de pessoal para apoio aos municípios na supervisão e execução do Plano Municipal de Saneamento elaborado no transcorrer do curso, conforme Plano de Trabalho aprovado nos termos da Cláusula Segunda, que é parte integrante deste Instrumento, independentemente de transcrição.

Termo de Convênio a ser firmado com a Agência Municipal de Meio Ambiente de Goiânia – AMMA e tem por objetivo proporcionar aos estudantes, regularmente matriculados e com frequência efetiva nos cursos de graduação oferecidos pelo IFG, oportunidade de realização de estágio curricular obrigatório não remunerado, nas diversas áreas de atuação da AMMA, dentro de sua área de formação acadêmica em situações reais de trabalho.

Convênio de Cooperação Mútua a ser firmado com o Instituto UNA de Responsabilidade Social e Cultural com o objetivo de estabelecer o intercâmbio e cooperação visam à realização de pesquisas, ensino, intercâmbio de consultorias, troca de informações, atividades culturais, desenvolvimento e prestação de serviços cooperativos integrados em áreas de interesse comuns, julgados oportunos pelas convenientes e solicitados por iniciativa de qualquer das partes, e, em especial a execução de tarefas relacionadas ao Convênio ECV – DTD 001/2010, firmado entre o INSTITUTO UNA, e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, datado de 30/12/2010.

### **CONVÊNIOS PADRÕES PARA OFERECIMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR**

A Coordenação de Ações Profissionais e Tecnológicas – CAPT - adota modelos padrões para celebração de convênios com pessoas físicas e jurídicas visando à oferta de estágios aos alunos do IFG. Os convênios são firmados a partir da prospecção empreendida pela Coordenação de Interação Escola Empresa nos Câmpus envolvendo os alunos, professores orientadores de estágio e iniciativa das próprias concedentes de estágio em conjunto com a Pró-Reitoria de Extensão que formaliza as parcerias.

### **ESTÁGIO**

A proposição e condução das políticas de estágio, no âmbito do IFG são de competência da Pró-Reitoria de Extensão, que deve estabelecer diretrizes visando ao início da relação do estudante com o mundo do trabalho.

No decorrer do ano de 2013 um total de 1499 alunos realizaram atividades de estágio. Dentre eles 203 na modalidade interna, na qual os alunos do IFG estagiam no próprio Instituto. Na modalidade externa, 1296 alunos desenvolveram suas atividades de estágio.

### **CONSELHOS PROFISSIONAIS**

Ações junto aos Conselhos de Fiscalização Profissional visando o cadastramento dos cursos e Câmpus do IFG:

- Orientação aos Câmpus sobre os procedimentos de cadastramento e recadastramento dos cursos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – CREA-GO;
- Encaminhamento de processo ao Conselho Regional de Química – CRQ para cadastramento dos cursos de Técnico em Química e Licenciatura em Química do Câmpus Anápolis;
- Encaminhamento de processo ao CREA-GO para cadastramento dos cursos de Técnico em Trânsito, Tecnologia em Agrimensura e Tecnologia em Geoprocessamento do Câmpus Goiânia.
- Encaminhamento de processo ao CREA-GO para cadastramento dos cursos de Técnico em Agrimensura, Técnico em Edificações, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Edificações Subsequente e PROEJA, Técnico em Agrimensura subsequente e Bacharelado em Engenharia Elétrica do Câmpus Jataí.



- Encaminhamento de processo ao CRQ para cadastramento dos cursos de Técnico em Química e Licenciatura em Química do Câmpus Uruaçu.
- Encaminhamento do Ofício nº 023/2013/PROEX/IFG em dezembro de 2013 à Coordenadoria de Educação do CREA-GO, solicitando posicionamento sobre dificuldade dos alunos do Câmpus Jataí em procederem com seus registros.

### **ATIVIDADES CONSOLIDADAS NO ÂMBITO DOS EVENTOS - IFG**

O IFG promove, todos os anos, eventos que envolvem tanto atividades acadêmicas extra-classe, realizadas em cada Câmpus, até eventos em âmbito institucional, que englobam todas as unidades do IFG simultaneamente. Para isso é necessário à contratação de pessoa(s) jurídica(s) para a execução das atividades.

As principais ações desenvolvidas pela PROEX, com relação ao Contrato de Eventos do Instituto foram:

- Gestão e fiscalização do contrato de eventos e da execução dos itens demandados pela Reitoria;
- Realização de três grandes eventos institucionais: 3º JIF-GO, XI Festival de Artes de Goiás e SIMPEEX – Simpósio de Pesquisa, Ensino e Extensão.
- Apoio à realização da SECITEC – Semana de Ciência e Tecnologia, nos Câmpus.
- Participação nas atividades dos Câmpus para acompanhar, orientar e conhecer as ações desenvolvidas;
- Auxílio na logística e infra-estrutura do Seminário Aposentadoria do Servidor Público em parceria entre IFG, IFGoiano e UFG;
- Auxílio na logística e infra-estrutura do IIº Seminário Interinstitucional para Servidores das Ifes em parceria entre IFG, IFGoiano e UFG;
- Solicitação aos Câmpus, do encaminhamento à PROEX das necessidades de demanda de itens que serão utilizados no ano de 2014;
- Solicitação aos Câmpus do calendário de eventos de cada unidade;
- Elaboração do Termo de Referência ao Contrato de Eventos para a próxima licitação.

### **SEMINÁRIO DE APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO**

Evento realizado com objetivo de preparar os servidores do Instituto Federal de Goiás (IFG), Universidade Federal de Goiás (UFG) e Instituto Federal Goiano (IF Goiano) que estão próximos de se aposentar e abrir espaço para reflexão dos dilemas que envolvem a transição da vida profissional ativa para a aposentadoria. Participaram cerca de 150 servidores das três instituições.

### **IIº SEMINÁRIO INTERINSTITUCIONAL PARA SERVIDORES DAS IFES**

Evento interinstitucional realizado dia 20 de novembro de 2013, no auditório do Câmpus Goiânia do Instituto Federal de Goiás (IFG), com a participação de servidores das instituições federais de ensino superior (Ifes). O Seminário foi uma promoção conjunta do Instituto Federal de Goiás (IFG), Universidade Federal de Goiás (UFG) e Instituto Federal Goiano (IF Goiano) e teve por tema central “Trabalho e Qualidade de Vida”. Houve uma participação de 300 servidores.

### **SEMANA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA – SECITEC**

A SECITEC é um evento institucional realizado anualmente, de forma simultânea, em todos os Câmpus do Instituto Federal de Goiás, tendo como objetivo a promoção e a integração do Instituto Federal de Goiás com a sociedade, estimulando a interação e a troca de experiências entre as unidades de ensino do IFG, estudantes, egressos, servidores, setor empresarial, comunidade científica e o público em geral, de modo a divulgar, fortalecer e incentivar a realização de ações



institucionais de caráter social, tecnológico, artístico, cultural e esportivo que contribuam para o desenvolvimento regional de modo sustentável. Este ano o tema foi “Ciência, Saúde e Esporte”.

As principais ações desenvolvidas pela PROEX, com relação à SECITEC foram:

- Apoio aos Câmpus na viabilização e execução do evento;
- Participação nas atividades dos Câmpus para acompanhar, orientar e conhecer as ações desenvolvidas;
- As Principais atividades desenvolvidas pelos Câmpus durante a SECITEC foram:
- Feira e exposição, com mostra dos diversos cursos da Instituição, projetos, produtos e serviços desenvolvidos pelos pesquisadores e estudantes;
- Mostra de empresas e/ou profissionais concedentes de estágio e emprego aos estudantes do IFG;
- Exposição de equipamentos e laboratórios;
- Oferta de palestras e mini-cursos;
- Apresentação de projetos de pesquisas desenvolvidos pelos pesquisadores e estudantes do Instituto;
- Visitação dos Câmpus por estudantes de escolas públicas, docentes e pela sociedade em geral;
- Paralelamente às demais atividades realizaram-se, ainda, “encontros” de egressos, e encontros de técnicos e similares.

A SECITEC foi realizada em 9 (nove) Câmpus do IFG, conforme quadro abaixo.

Data e local da SECITEC

<b>CÂMPUS</b>	<b>Data</b>
Anápolis	15 a 17/10/2013
parecida de Goiânia	22 e 23/10/2013
Cidade de Goiás	22 a 25/10/2013
Formosa	21 a 25/10/2013
Goiânia	não realizou
Inhumas	22 e 23/10/2013
Itumbiara	28/10 a 01/11/2013
Jataí (Secomp)	21 a 25/10/2013
Uruaçu	22 a 24/10/2013

## CAFÉ EMPRESARIAL

No âmbito do IFG o Café Empresarial foi um momento de encontro de servidores pesquisadores da Instituição e representantes de empresas situadas em Goiás, realizado durante a SECITEC, com o intuito de aproximar os dois universos (da pesquisa e do mercado) com vistas ao desenvolvimento do Estado de Goiás, por meio da cooperação entre as partes. Este evento é caracterizado por ser de curta duração e voltado para a realidade do setor produtivo. O evento aconteceu nos Câmpus do IFG, nas seguintes datas, conforme quadro abaixo.

Café empresarial

<b>CÂMPUS</b>	<b>Data</b>	<b>Participantes</b>
Anápolis	16/10/2013	50
Aparecida de Goiânia	23/10/2013	50
Cidade de Goiás	22/10/2013	50
Goiânia	22/10/2013	50
Inhumas	22/10/2013	50
Itumbiara	29/10/2013	50
Jataí	20/11/2013	50



Uruaçu	25/10/2013	50
Formosa	Evento cancelado	-----
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>400</b>

## JOGOS DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS – JIF-GO

O JIF-GO é um evento de natureza Institucional que resgata e valoriza o esporte como manifestação cultural da humanidade, devendo ser realizado anualmente pelo IFG propiciando momentos singulares. A prática esportiva é geradora aos seus praticantes ou envolvidos, cuja natureza favorece ao processo educativo por meio de valores que estão esquecidos ou adormecidos no ser humano, hodiernamente, como o respeito, a solidariedade e a cooperação. Em 2013 a realização dos Jogos Estudantis do Instituto Federal de Goiás ocorreu no período de 11 a 14 de junho de 2013, no Câmpus Itumbiara.

O evento contou com a participação de todos os Câmpus em diversas modalidades esportivas, ao todo 850 atletas, dos 10 Câmpus, disputando 10 modalidades, além de servidores, prestadores de serviço, estagiários, envolvendo mais de 900 pessoas.

As modalidades disputadas foram: voleibol masculino, voleibol feminino, basquetebol masculino, basquetebol feminino, handebol masculino, handebol feminino, futsal masculino, futsal feminino, futebol de campo masculino, vôlei de areia masculino, vôlei de areia feminino, atletismo, natação, xadrez e tênis de mesa.

As principais ações desenvolvidas pela PROEX, com relação ao JIF-GO foram:

- Discussão com os Diretores Gerais para avaliar o comprometimento dos mesmos com a realização do evento;
- Reunião visando à elaboração do projeto de lançamento do evento e a definição de Comissão Organizadora no Câmpus Goiânia;
- Apresentação e discussão do projeto dos Jogos do Instituto Federal de Goiás na Reitoria e no Colégio de Dirigentes;
- Acompanhamento das ações das Comissões Organizadoras via presença nas reuniões;
- Execução do projeto básico por meio de contratação e fornecimento de infra-estrutura;
- Apoio logístico à Comissão Organizadora mediante acompanhamento e presença durante os Jogos;
- Gestão e fiscalização do contrato de eventos e da execução do projeto básico dos Jogos;
- Realização de reunião de avaliação, com os presidentes das Comissões Organizadoras;
- Início do planejamento do próximo JIF-GO a ser realizado no Câmpus Itumbiara.

## XI FESTIVAL DE ARTES DE GOIÁS

Evento proposto pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, o Festival de Artes de Goiás apresentou sua XI edição com o tema: *Criar (re) encontros*, propondo o fortalecimento dos laços nos 10 Câmpus do IFG. Em 2013 o XI Festival de Artes foi realizado na Cidade de Goiás, palco das primeiras edições do evento, no período de 23 a 27 de setembro, revisitando suas origens, pretendendo estreitar as conversas, os diálogos entre arte, filosofia e experiências estéticas das mais diferentes linguagens. Cerca de 700 alunos de todos os Câmpus participaram do evento.

O evento contou com exposições de arte, espetáculos de teatro e música, conferências e palestras de educação, filosofia e artes, oficinas e show com o cantor Filipe Catto.

## SIMPEEX – Simpósio de Pesquisa, Ensino e Extensão

O Simpósio de Pesquisa, Ensino e Extensão do Instituto Federal de Goiás (SIMPEEX) visa promover e fortalecer, nos planos teórico-prático, metodológico e institucional, a indissociabilidade



entre ensino, pesquisa e extensão. Essa é sua primeira edição e o objetivo é que se consolide como um evento institucional anual, gratuito e aberto a toda comunidade, que agrega seminários, encontros, mostras, minicursos, conferências, bem como atividades integradas que contemplam as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão. O SIMPEEX busca também se constituir em um espaço de diálogo entre o IFG e sociedade e, nesta relação, evidenciar a função social da Instituição.

O SIMPEEX ocorreu no período de 3 a 6 de dezembro 2013 no Câmpus Goiânia, e contou com a participação de servidores e estudantes de todos os Câmpus do IFG além da comunidade externa. Para esta primeira edição, o SIMPEEX teve como tema “Os Desafios da Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão no IFG”. Cerca de 700 participantes foram inscritos no evento.

## ATIVIDADES CONSOLIDADAS NO ÂMBITO DO SEGURO ESTUDANTIL

Contrato com UNIMED Seguro de Vidas.

Continuidade do contrato firmado entre o Instituto Federal de Goiás e a UNIMED Seguro de Vidas S/A e prorrogação por mais um ano com validade até 30 de julho de 2014. Este seguro visa o oferecimento de suporte a eventuais acidentes pessoais ocorridos aos alunos matriculados ou que estagiam neste Instituto.

Mensalmente ocorrem movimentações nas listas de alunos atendidos a partir dos pedidos de inclusão e exclusão feitos pelos Câmpus. Durante o ano de 2013, esta seguradora ofereceu cobertura a uma média de 10.499 alunos regulares e do Programa Mulheres Mil, conforme quadro a seguir:

Média de alunos atendidos pela UNIMED Seguro de Vidas S/A

Mês	Quantidade
Janeiro	9.492
Fevereiro	9.492
Março	9.614
Abril	10.913
Mai	10.989
Junho	10.997
Julho	11.000
Agosto	10.621
Setembro	10.629
Outubro	10.745
Novembro	10.745
Dezembro	10.745
Média	10.499

## ELABORAÇÃO DE NOVO TERMO DE REFERÊNCIA

Em junho de 2013 foi elaborado Termo de Referência e enviado à Pró-Reitoria de Administração para que novo processo licitatório seja feito até 2014. Com a adesão do IFG em novos Programas de Governo e por solicitação dos Câmpus, foram inclusos nesse novo pedido além dos alunos dos cursos Técnicos de Nível Médio, Superior (licenciaturas e bacharelados) e estudantes de outras instituições de ensino, em desenvolvimento de atividades de estágio no IFG já contemplados no contrato vigente, aqueles advindos dos cursos FIC, Bolsa Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), Programa Mulheres Mil e Programa Pró-funcionário.

**PARTE B, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013**

**13. INDICADORES DE DESEMPENHO NOS TERMOS DA DECISÃO TCU nº 408/2002**

**13.1 INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU Nº 2.267/2005**

O Acórdão TCU nº 2.267/2005 determinou que a partir do exercício de 2005 as Instituições Federais de Educação Tecnológica – IFET informassem nos seus relatórios de gestão um conjunto de indicadores de gestão que possibilitasse a avaliação dessas instituições.

Para efeito desse Acórdão, as IFET deverão apresentar o resultado dos indicadores conforme estabelecidos no quadro a seguir, considerando-se o exercício de referência do Relatório de Gestão e os quatro (4) exercícios imediatamente anteriores.

QUADRO B.14.1 – RESULTADOS DOS INDICADORES – ACÓRDÃO TCU N.º 2.267/2005

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2013	2012	2011	2010	2009
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	Gastos correntes por aluno = Total de Gastos /Número matrículas	12.132,82	12.673,76	11.015,65	11.370,83	6.559,92
	Percentual de Gastos com Pessoal	Percentual de gastos com pessoal=Total de Gastos com Pessoal X 100/Gastos Totais	64,30	56,91	61,10	65,38	70,36
	Percentual de Gastos com outros Custeios	Percentual de gastos com outros custeios = Total de Gastos com Outros Custeios X 100/Gastos Totais	20,46	15,19	11,34	9,99	10,59
	Percentual de Gastos com Investimentos	Percentual de gastos com investimentos (em relação aos gastos totais) = Total de Gastos com Despesas de	12,44	25,25	23,40	20,20	17,31



		Investimentos (LOA + Movimentações) X 100/Gastos Totais					
--	--	---------------------------------------------------------	--	--	--	--	--

Fonte: SIAFI.

### 13.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET

No quadro apresentado anteriormente, percebe-se claramente a política adotada pelo Governo Federal para a educação. Esta política vem de encontro com os objetivos e metas estabelecidas pela Instituição, isto é, fortalecer-se como centro de referência na área tecnológica no estado de Goiás, atuando como modelo educacional de desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social.

Também se percebe a política adotada pela Instituição de minimizar e otimizar os recursos destinados à manutenção para possibilitar maiores investimentos, seja pelas aquisições compartilhadas, pelo investimento em tecnologia, pela melhoria das condições de trabalho ou pela melhoria da infraestrutura física, têm contribuído de forma significativa para a eficiência da Instituição e, conseqüentemente, para a qualidade do ensino ofertado.

Porém, reconhece-se que os recursos destinados a investimentos e modernização tecnológica devem ser ampliados, principalmente, em Instituições Educacionais que atuam no campo tecnológico, onde os avanços são constantes e o aluno necessita estar em contato com a tecnologia de ponta para estar apto a buscar sua inserção no mundo do trabalho. Diante disso, a Reitoria do IFG tem se empenhado na busca por recursos extra-orçamentários, o que pode ser comprovado através do montante disponibilizado através dos créditos recebidos por movimentação interna e externa nos últimos anos.

Concluindo, no PPA 2012-2015 “*Plano mais Brasil, mais desenvolvimento, mais igualdade, mais participação*” do novo Governo Federal, continuou a estabelecer metas e prioridades para a educação incluindo, especificamente, a educação profissional e tecnológica na perspectiva de que esta incrementará a acolhida e o resgate social de um público historicamente posto à margem das políticas de formação para o trabalho.

Essa transformação tem possibilitado à Instituição maior flexibilidade e maior alcance nas suas ações pedagógicas, a fim de responder positivamente às demandas contextualizadas, conceber soluções ágeis para os desafios educacionais emergentes, formar a consciência crítica e de capacidade produtiva da sociedade, bem como atuar como agente indispensável nas iniciativas governamentais que venham a proporcionar o desenvolvimento sustentável do Estado onde está inserida.



## AÇÕES ESTRATÉGICAS DA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

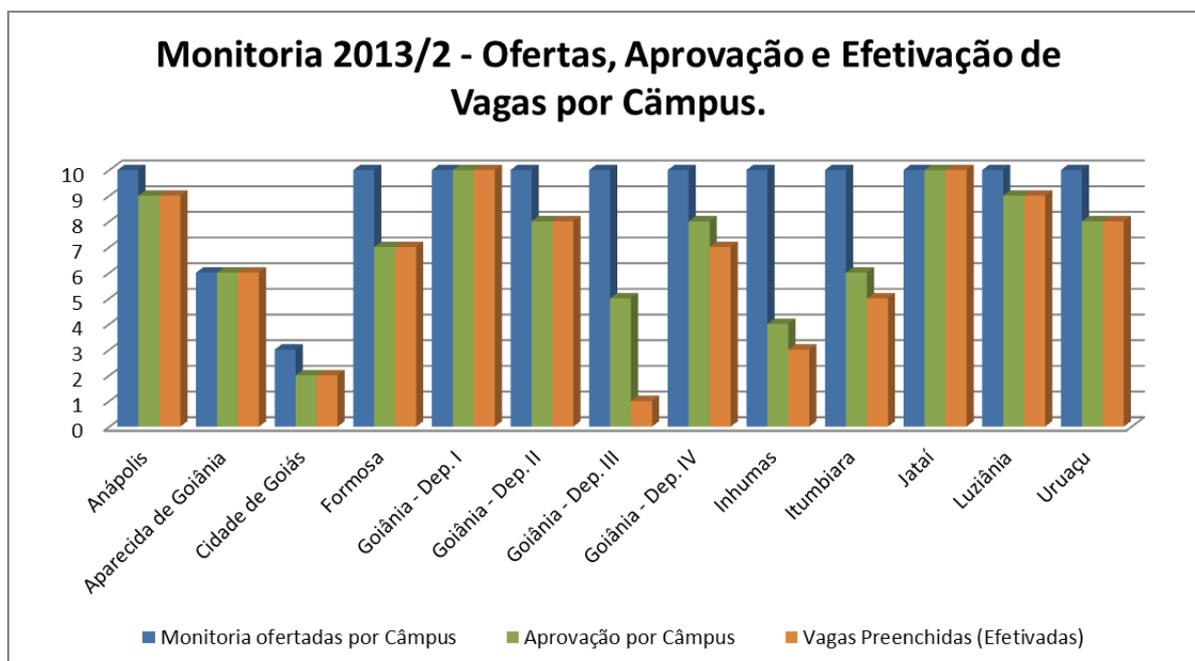
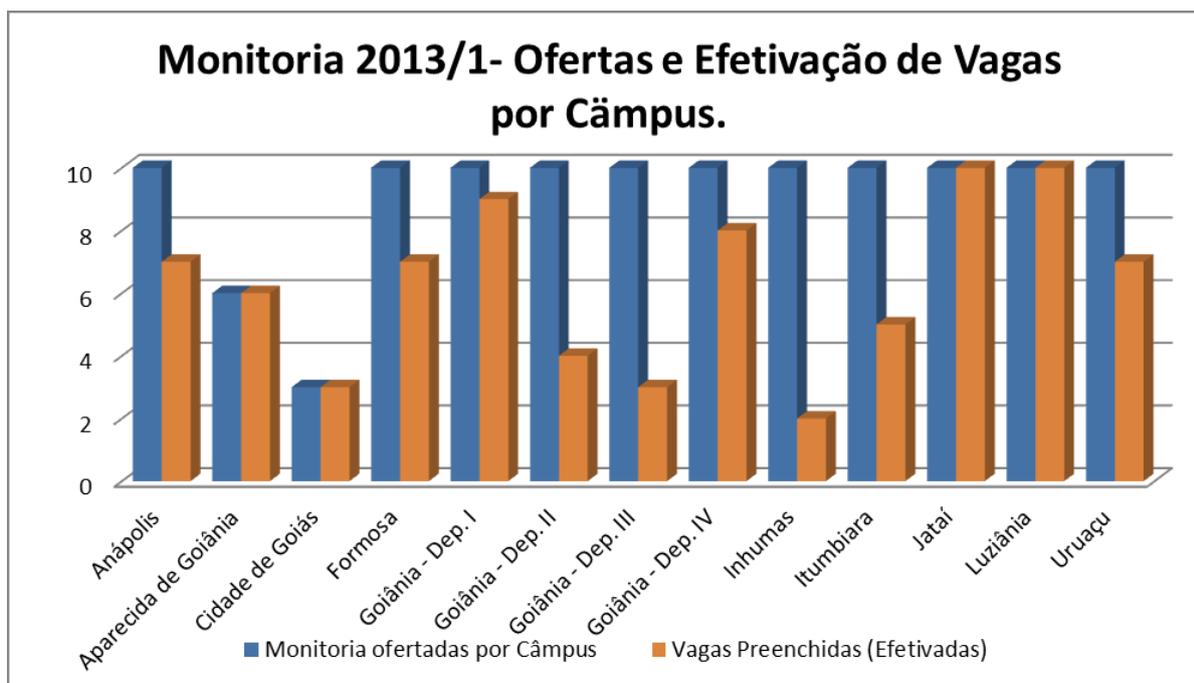
As ações estratégicas desenvolvidas no âmbito da Pró-Reitoria de Ensino e seus órgãos subordinados em 2013 concentraram-se nas seguintes atividades:

- Acompanhamento da oferta dos cursos de acordo com as resoluções e PDI, bem como a assessoria na construção dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC);
- Avaliação técnica dos PPC's sobre o cumprimento da legislação do MEC, CNE e conselhos profissionais;
- Acompanhamento da oferta dos cursos nos Câmpus em implantação;
- Assessoria às coordenações de cursos e áreas acadêmicas dos Câmpus na interpretação e execução dos regulamentos acadêmicos;
- Proposição de novos regulamentos;
- Produção dos ementários do núcleo básico dos cursos técnicos integrados em período integral e na modalidade de Jovens e Adultos, bem como dos cursos de licenciatura e bacharelados;
- Respostas às solicitações feitas através do SIC e do Ministério Público no que tange a área de ensino;
- Acompanhamento e assessoramento de todas as etapas dos processos regulatórios dos cursos superiores e da Instituição;
- Elaboração e acompanhamento dos calendários acadêmicos do IFG;
- Proposição da resolução que dispõe sobre certificação de conclusão do ensino médio com base no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM
- Atendimento total aos prazos e solicitações dos Censos Educacionais coordenados pelo INEP/MEC;
- Participação em reuniões, seminários e outros eventos promovidos pelo MEC e suas autarquias;
- Participação em reuniões técnicas promovidas pelos diversos setores do IFG e outras instituições;
- Acompanhamento e envio dos projetos de cursos para serem aprovados no Conselho Superior;

Cursos autorizados pelo Conselho Superior em 2013			
Curso	Modalidade	Câmpus	Resolução
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnólogo	Formosa	<a href="#">RESOLUÇÃO Nº 32, de 3 de dezembro de 2013</a>
Engenharia de Transportes	Bacharelado	Goiânia	<a href="#">RESOLUÇÃO Nº 31, de 3 de dezembro de 2013</a>
Engenharia Civil da Mobilidade	Bacharelado	Anápolis	<a href="#">RESOLUÇÃO Nº 30, de 3 de dezembro de 2013</a>
Secretariado	Técnico Integrado na modalidade Proeja	Jataí	<a href="#">RESOLUÇÃO Nº 21, de 16 de setembro de 2013</a>
Ciência e Tecnologia de alimentos	Bacharelado	Inhumas	<a href="#">RESOLUÇÃO Nº 20, de 16 de setembro de 2013</a>
Dança	Licenciatura	Aparecida de Goiânia	<a href="#">RESOLUÇÃO Nº 19, de 16 de setembro de 2013</a>
Ciências Sociais	Licenciatura	Formosa	<a href="#">RESOLUÇÃO Nº 18, de 16 de setembro de 2013</a>
Edificações	Subsequente EAD	Anápolis	<a href="#">RESOLUÇÃO Nº 17, de 16 de setembro de 2013</a>
Química	Subsequente EAD	Anápolis	<a href="#">RESOLUÇÃO Nº 16, de 16 de setembro de 2013</a>



- Publicação de dois editais de bolsas de monitoria com 109 vagas para todos os Câmpus em cada semestre, sendo que foram efetivadas 74% das vagas, com 81 bolsistas no primeiro semestre e 85 no segundo semestre, correspondendo a 77% do total de vagas. De acordo com a avaliação dos chefes de departamento e professores responsáveis pela monitoria nos Câmpus, o que causou a não ocupação de todas as vagas foi devido ao tempo de divulgação do edital e o método de seleção que consistia na aplicação de uma avaliação escrita. Abaixo seguem as tabelas de ofertas e efetivação das vagas pelos Câmpus nos dois editais publicados.





- Cooperação e Organização do 1º Seminário de Educação para as Relações Étnico-Raciais, originado do desafio e da necessidade de reflexão das práticas educativas que buscam incorporar o estudo e o debate sobre a diversidade étnico-racial e cultural brasileira. O seminário teve a duração de 04(quatro) dias e a participação de aproximadamente 100 pessoas.
- No ano de 2013 o Centro de Seleção, órgão do IFG vinculado à Pró-Reitoria de Ensino, realizou a aplicação de 14 (quatorze) processos seletivos, sendo 4 (quatro) Vestibulares, 2 (dois) processos seletivos para os cursos técnicos na modalidade integrado, 3 (três) processos seletivos para os cursos técnicos na modalidade subsequente, 2 (dois) processos seletivos para portador de diploma, transferência externa e mudança de curso e/ou Câmpus e 3 (três) processos seletivos para a modalidade PROEJA, os quais somaram um total de 5.777 vagas ofertadas e 29.991 candidatos inscritos, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Processo seletivo	Quantidade de Processos	Total de vagas ofertadas	Total de Candidatos (inscritos)	Relação candidato/vaga (geral)
Vestibular	4	2.554	19.082	7,47
Técnico Integrado	2	1.740	7.342	4,22
Técnico Subsequente	3	270	989	3,66
Portador e Transferências	2	313	444	1,42
PROEJA	3	900	2.134	-
Total	14	5.777	29.991	-

- Adesão e acompanhamento do processo de Sistema de Seleção Unificada (Sisu) do Ministério da Educação. O IFG oferece 20% de suas vagas de cursos superiores para o ingresso de estudantes pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu).
- Organização e aplicação, através do Centro de Seleção, das etapas do concurso público para professor efetivo, regido pelo Edital 09/2013.
- Emissão e Registro de Diplomas dos Cursos Superiores do IFG. A tabela e os gráficos abaixo demonstram o fluxo de diplomas do decorrer do ano:

Diplomas emitidos em 2013	
Mês	Quantidade
Janeiro	0
fevereiro	0
Março	53
Abril	25
Maiο	45
Junho	19
Julho	0
Agosto	18
Setembro	5
Outubro	54
Novembro	42
Dezembro	14
<b>TOTAL</b>	<b>275</b>



- Eventos de capacitação aos gestores, docente e técnico-administrativos do IFG:

Evento	Público	Data	Local
Capacitação sobre o Programa Ciência sem fronteiras	Alunos e servidores participantes do Programa Ciência sem fronteiras	21/06/2013	Sala de Reuniões da Reitoria do IFG
Treinamento sobre o Sistema de Gestão Acadêmica: Q-Acadêmico	Coordenadores/Gerente de Apoio ao Ensino e Coordenadores de Registros Acadêmicos e Escolares dos Câmpus do IFG		Webconferência
Treinamento sobre o Censo da Educação Básica – Educacenso 2013	Responsáveis pelo Educacenso em cada Câmpus do IFG	05/06/2013	Webconferência
Capacitação sobre o Exame Nacional de Estudantes - ENADE	Coordenadores de Cursos Superiores, Coordenadores/Gerente de Apoio ao Ensino e Coordenadores de Registros Acadêmicos e Escolares dos Câmpus do IFG	22/05/2013	IFG/Câmpus Aparecida de Goiânia
Capacitação sobre o Exame Nacional de Estudantes - ENADE	Coordenadores de Cursos Superiores, Coordenadores/Gerente de Apoio ao Ensino e Coordenadores de Registros Acadêmicos e Escolares dos Câmpus do IFG	17/06/2013	Sala de Reuniões da Reitoria do IFG



- Nos cursos da modalidade de Educação à Distância do Programa Prófuncionário foram criadas e replicadas mais de 400 salas na plataforma Moodle e inscritos mais de 3000 alunos. Nesse contexto, mais de 200 bolsistas, entre tutores e professores também foram inscritos na plataforma.

- Em 2013, também foram criados 4 cursos técnicos subsequentes, na modalidade de Educação à Distância, de demanda aberta, são eles:

- **Curso Técnico de Açúcar e Alcool (3 polos, início em junho de 2013);**
- **Curso Técnico de Cerâmica (Polo de Uruaçu, início em julho de 2013);**
- **Curso Técnico de Química (Polo Anápolis, início em novembro de 2013);**
- **Curso Técnico de Edificações (Polo Anápolis, início em novembro de 2013).**

- O Programa de Educação Tutorial - PET é um programa do MEC desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, organizados a partir de formações em nível de graduação nas Instituições de Ensino Superior do País orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da educação tutorial. O Câmpus de Itumbiara desde 2012 integra o programa através do curso de Licenciatura em Química.

O Grupo do Pet participou em 2013 de várias atividades:

- Recepção dos calouros com apresentação do curso de Química e do grupo PET ;
- Participação no programa Mulheres Mil (aulas teóricas e práticas);
- Participação no programa “Conhecendo o IFG”;
- Desenvolvimento de projetos de ensino (envolvimento de alunos do curso de licenciatura em química); identificação de situações de retenção e evasão e aplicação de questionários e/ou entrevistas;
- Propostas de atividades para melhorar a satisfação dos alunos do curso de licenciatura: ventos, minicursos, monitorias, estudos em grupo

#### **- Da Gestão Acadêmica:**

Os indicadores apresentados a seguir foram analisados pela Diretoria de Administração Acadêmica e Procuradoria Educacional Institucional, segundo a legislação vigente e tomando como base as informações constantes no SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica. Diante disso, passa-se a apresentar os indicadores calculados diretamente da planilha de dados SISTEC extraída em 13/03/2014, enviada pela “Equipe Indicadores de Gestão do MEC”. Em seguida faz-se uma análise com relação aos indicadores obtidos em anos anteriores.

#### **Conceitos:**



**Ingressantes:** todos os alunos que possuem o mês de ocorrência da matrícula entre janeiro e dezembro de 2013.

**Matrículas Atendidas:** todos os alunos que estão com status EM CURSO ou que tiveram alteração de status com mês de referência no intervalo entre janeiro e dezembro de 2013, ou seja, todos os alunos que estiveram matriculados em 2013, independentemente da sua situação atual.

**Concluídos:** todos os alunos com status CONCLUÍDO que tiveram sua alteração para um esse status com mês de referência entre janeiro e dezembro de 2013. Essa fórmula nos leva aos alunos que mudaram para o status de CONCLUÍDOS dentro do período de interesse do indicador.

**Integralizados Fase Escolar:** todos os alunos com status INTEGRALIZADO FASE ESCOLAR que tiveram sua alteração para um esse status com mês de referência entre janeiro e dezembro de 2013. Essa fórmula nos leva aos alunos que mudaram para o status de INTEGRALIZADO FASE ESCOLAR dentro do período de interesse do indicador.

**Evadidos, Desligados e Transferidos Externos:** todos os alunos com status EVADIDO, DESLIGADO OU TRANSFERIDO EXTERNO que tiveram sua alteração para um esse status com mês de referência entre janeiro e dezembro de 2013. Essa fórmula nos leva aos alunos que mudaram para os status de EVADIDO, DESLIGADO OU TRANSFERIDO EXTERNO dentro do período de interesse do indicador.

**Retidos:** todos os alunos que estão com status EM CURSO e mais os alunos com status diferente de EM CURSO que tiveram sua última alteração realizada em mês de referência posterior à data prevista para o fim do ciclo. Essa fórmula nos permite selecionar todos os alunos que mudaram para um status de finalizado (com ou sem sucesso) após a data prevista para o fim do ciclo, dentro do período de interesse do indicador e os alunos que ainda permanecem EM CURSO, mesmo o ciclo tendo encerrado.

**Concluente:** Situação igual a “CONCLUÍDO” ou “INTEGRALIZADO FASE ESCOLAR”.

**Situação Final:** Aluno com situação diferente de “EM CURSO”, ou seja, a situação é de “CONCLUINTE” ou “DESLIGADO” ou “EVADIDO” ou “TRANSFERIDO EXTERNO”.

**Tabela I – Resumo dos Indicadores**

Indicadores	Fórmula de Cálculo	Exercício				
		2013	2012	2011	2010	2009
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	5,65	10,01	11,68	8,68	6,11
	Relação Ingressos/Aluno	38,21	33,05	25,82	26,46	26,77
	Relação Concluintes/Aluno	13,07	8,25	7,01	4,41	8,45
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	44,55	48,1	56,38	66,45	84,86
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	24,07	27,3	39,55	16,08	16,91
	Relação de Alunos/Docentes em Tempo Integral	13,65	-	-	-	-
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	198	-	-	-	-



## Indicador 1 – Relação Candidato por Vaga

Conforme apresentado na Tabela I, este indicador evidencia a relação entre o número de candidatos inscritos e o número de vagas ofertadas, durante o ano de 2013. O resultado do indicador será o quociente da divisão entre ambos os somatórios.

### Equação Básica:

$$\text{relação candidato por vaga} = \frac{\text{insc}}{\text{vaga}}$$

**OBSERVAÇÃO:** O cálculo leva em consideração todos os candidatos que buscaram a vaga ofertada, por quaisquer formas monitoradas pela instituição.

### Relação Candidato x Vaga

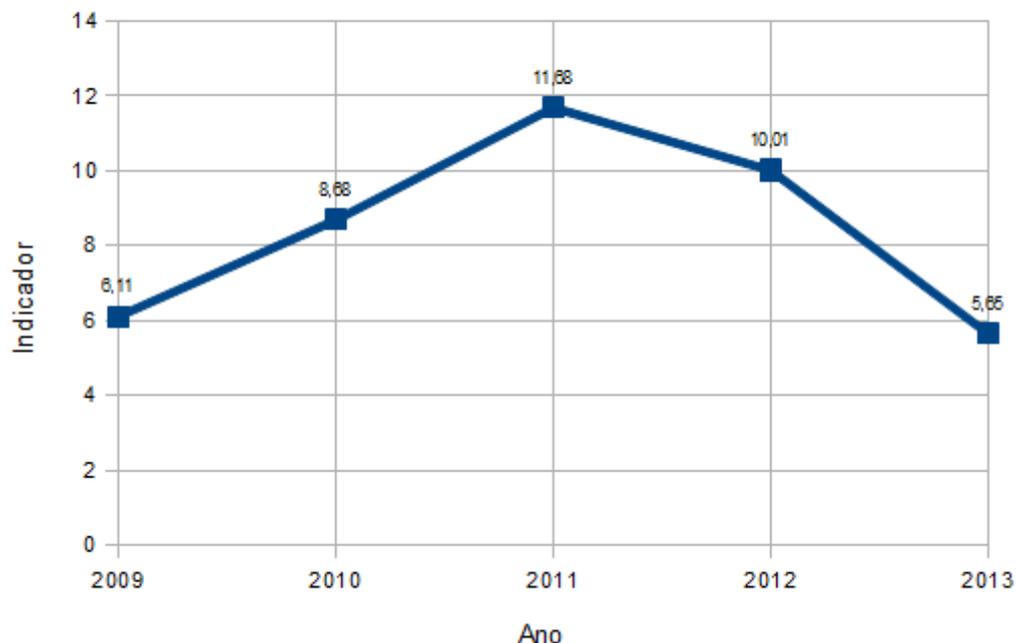


Gráfico 1 – Relação Candidato x Vaga

### Análise Crítica

O indicador Relação Candidato x Vaga para o IFG, conforme apresentado na Tabela I foi de 5,65. Este indicador apresentou uma importante queda comparando com o ano anterior. Em 2013, diversos cursos EaD (Ensino à Distância) oferecidos para capacitar profissionais da área escolar, por razões diversas, quando da efetivação das inscrições não atendeu a expectativa de criação destes cursos. A concorrência ficou abaixo de um candidato por vaga. Os cursos FIC (Formação Inicial e Continuada) também teve uma baixa procura, com a concorrência oscilando entre 1,5 e 0,5 candidatos por vagas. Com relação aos cursos superiores, onde estudantes concorrem às vagas do IFG, sendo 80% delas através de processo seletivo próprio e 20% por meio do SiSU (Sistema de



Seleção Unificada) a procura foi semelhante a do ano anterior. Toda essa procura tem contribuído para que estes cursos mantenham uma boa relação candidato/vaga.

Em agosto de 2013, o curso mais concorrido no IFG foi o Bacharelado em Engenharia Mecânica com aproximadamente 112 candidatos por vaga, seguido pelo curso Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação com aproximadamente 96 candidatos por vaga, ambos os cursos do Câmpus Goiânia. O ciclo de março mostra o curso de Engenharia Civil de Formosa com aproximadamente 71 candidatos por vaga. Por outro lado, alguns cursos de EaD tiveram ciclos com baixíssima procura, como são os casos de Multimeios Didáticos, Secretaria Escolar e Infraestrutura Escolar oferecidos no 2º semestre do ano.

A Instituição mantém a oferta de cursos técnicos integrados e subsequentes ao ensino médio, além de educação para jovens e adultos mesmo com alguns cursos tendo uma procura pequena. Nos indicadores dos relatórios de gestão dos anos anteriores, não entraram para os cálculos os cursos EaD, o que contribuiu para a curva descendente deste indicador no ano de 2013. A Tabela 1 do Anexo I apresenta o cálculo da relação Candidato x Vaga no período de 2009 até 2013, para todos os Câmpus.

#### Indicador 2 – Relação Ingressos por Aluno

Este indicador permite que se calcule, para um determinado período, a relação entre as matrículas ingressantes e o total de matrículas atendidas no mesmo período, conforme apresentado na Tabela I. Para o cálculo é considerado no numerador o somatório de todas as matrículas registradas pela primeira vez na situação ativa ("Em Curso") no período (considerando as inclusões de cada mês de ocorrência do período). Já no denominador deve ser considerado o total de matrículas em curso considerando o último mês de ocorrência consolidado, tomando como referência a data final do período informado, correspondendo também ao total da soma dos diversos status do aluno no período considerado.

#### Equação Básica:

$$\text{Relação} = \frac{\sum N^{\circ} \text{ de ingressos ocorridos em 2013} \times 100}{\text{Alunos Matriculados}}$$



## Relação de Ingresso/Aluno

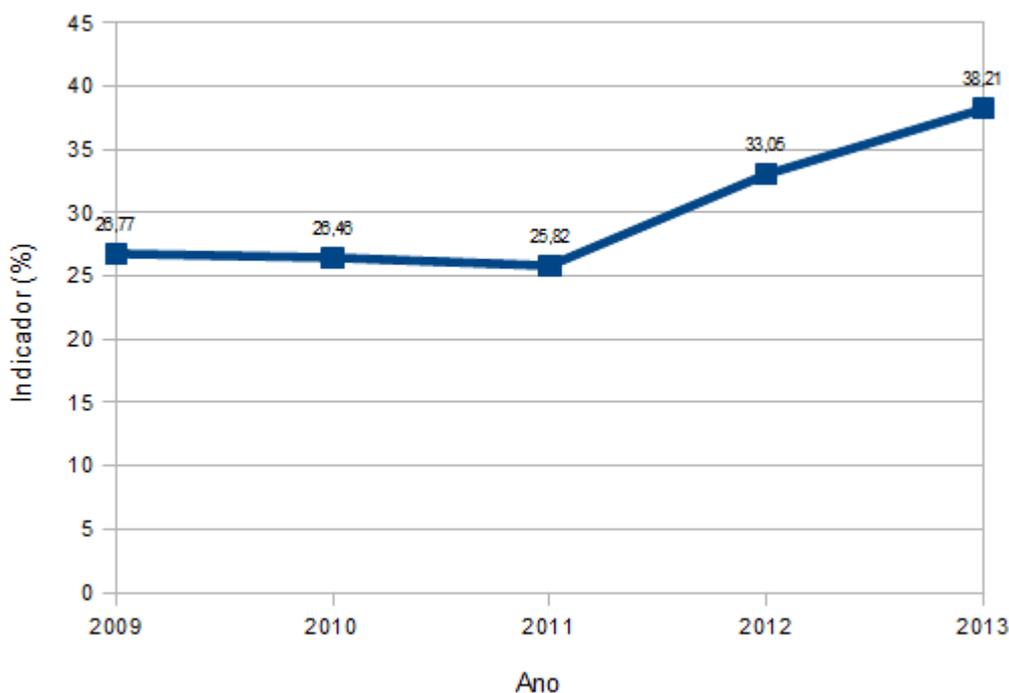


Gráfico 2 – Potencial de vagas ofertadas

### Análise Crítica

Através desse indicador é possível analisar a capacidade da oferta de vagas da Instituição. Observa-se que o indicador decresce à medida que o Câmpus avança com a formação dos ciclos completos de seus cursos e o valor tende a se estabilizar evidenciando a sua real capacidade de ofertas. Este valor também é influenciado em razão de alteração da oferta de vagas. A relação de ingressos por aluno no IFG, em 2013, foi de 38,21%, o que mostra um aumento da oferta de vagas em relação ao ano anterior ocasionado principalmente pela consideração da oferta de vagas em cursos “Não-Presenciais”. A Tabela 2 do Anexo I apresenta o cálculo da relação de Ingresso por Aluno no período de 2009 até 2013.

### Indicador 3 – Relação de Concluintes por Alunos

A relação de concluintes por aluno permite que se calcule, para um determinado período, a relação entre as matrículas registradas no SISTEC com a situação “CONCLUÍDA / INTEGRALIZAR FASE ESCOLAR” e o total de matriculados no mesmo período.

### Equação Básica:

$$\text{Relação} = \frac{\sum N^{\circ} \text{ de concluintes ocorridos em 2013} \times 100}{\text{Alunos Matriculados}}$$



### Relação Concluintes / Alunos

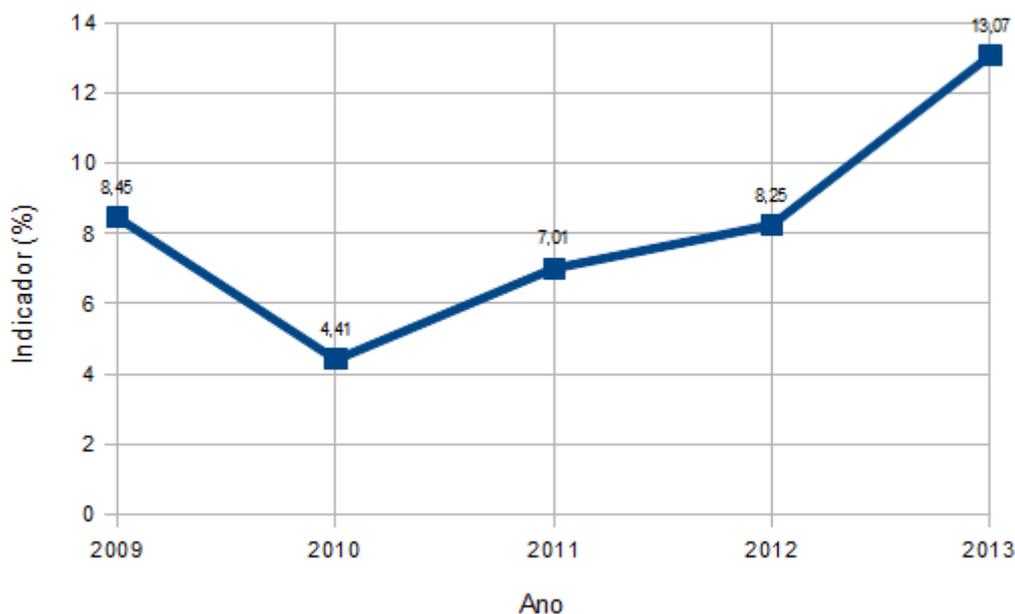


Gráfico 3 – Relação Concluintes / Alunos

#### Análise Crítica

Através desse indicador torna-se possível analisar a taxa de concluintes sobre o número total de matrículas. A Curva do Gráfico 3 evidencia um crescimento na relação de concluintes / alunos do IFG, a partir de 2010. Naquele ano, ocorreu uma significativa queda devido à expansão, com a criação de três novos Câmpus: Anápolis, Luziânia e Formosa, provocando um aumento no número de alunos matriculados, sem que nestes houvesse aluno concluinte. Em 2012, houve, também, o aumento da oferta de vagas pela entrada dos Câmpus Aparecida de Goiânia e Goiás.

Em 2012 o valor do indicador seria maior se não houvesse o movimento de paralisação que provocou o término do ano letivo para o início do ano de 2013. Com isto, muitas situações de matrículas de concluintes não foram registradas a tempo.

Uma constatação é que a tendência do indicador é de crescimento, visto que o IFG possui grande parte dos seus alunos na fase intermediária dos seus cursos e, à medida que parte destes alunos alcance a situação de concluído o indicador aumentará. O que foi confirmado no ano de 2013. A Tabela 3 do Anexo I apresenta o cálculo da relação de Concluintes por Aluno no período de 2009 até 2013, para todos os Câmpus.

#### Indicador 4 – Índice de Eficiência Acadêmica

O índice de eficiência acadêmica permite que se calcule o percentual de conclusão dos alunos (matrículas), nos cursos com previsão de término compreendido no período de análise.

Para efeito de cálculo do índice no SISTEC, são inicialmente selecionados todos os ciclos de matrícula que possuem data final prevista para o ano de 2013 – período de análise. Em seguida, são



totalizadas as matrículas que possuem situação final em cada ciclo de matrícula, quantificando cada situação final individualmente.

A geração do indicador se dá através da formação do numerador, composto pelo total de concluintes (situação final igual a concluído e integralizado) em 2013 e que pertençam a ciclos com previsão de término acima do ano de 2012, e da formação do denominador composto pelos alunos dos ciclos selecionados com situação final definida, isto é situação de “EVADIDOS”, “DESLIGADOS” ou “CONCLUÍDOS”, “INTEGRALIZADOS” e “TRANSFERIDOS EXTERNOS”. A Eficiência Acadêmica do IFG em 2013 foi de 44,55%. O gráfico 4 mostra este indicador nos últimos cinco anos.

### Equação Básica:

$$\text{Relação} = \frac{\sum N^{\circ} \text{ de concluintes ocorridos em 2013 [dentro de ciclo com término em 2013]}}{\text{Alunos com Situação Final}} \times 100$$

### Eficiência Acadêmica

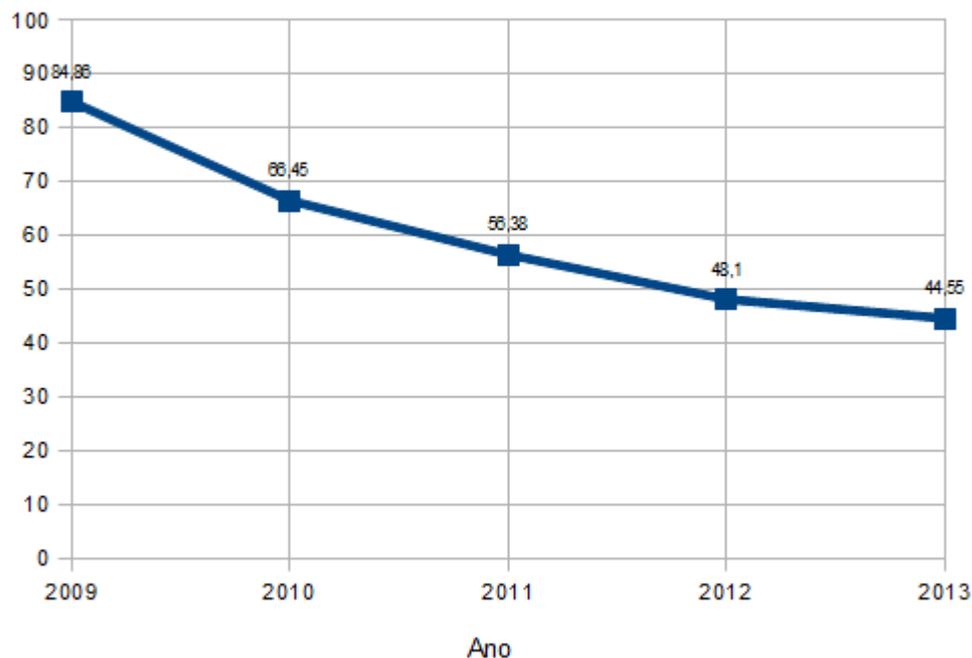


Gráfico 4 – Eficiência acadêmica na relação concluintes/ingressos em período equivalente

### Análise Crítica

Através deste indicador é possível verificar se a instituição obteve uma relação eficiente entre o número de concluintes com ciclo ainda em vigor e o número de alunos que não estão mais ativos. O grande número de alunos com situação final diferente de concluintes contribui para o baixo valor do indicador. Alguns dos motivos pode-se enumerar abaixo:



9. Alguns alunos do ensino técnico integrado, tendo em vista que podem ter o certificado, via ENEM, do Ensino Médio, não concluem o curso afetando diretamente o indicador em questão;

10. Vulnerabilidade social dos estudantes que necessitam trabalhar;

11. Não familiaridade com a oferta de cursos de longa duração.

A gestão deve trabalhar alternativas para reverter esta tendência apontada pelo indicador. A meta de uma comunicação mais eficaz com o aluno tem de ser alcançada. O aluno deve ser motivado a concluir não apenas os componentes da matriz, como também o estágio ou outra atividade obrigatória dentro do prazo previsto do ciclo. Esta motivação pode ser na forma de bolsas de incentivo ligado ao ensino, pesquisa e extensão.

A partir de 2012 a instituição passou a ofertar cursos técnicos integrados em tempo integral, como uma forma de diminuir o tempo em que aluno integraliza o seu curso. A Tabela 4 do Anexo I apresenta o cálculo da Eficiência Acadêmica no período de 2009 até 2013, para todos os Câmpus.

#### Indicador 5 – Índice de Retenção do Fluxo Escolar

Este indicador é calculado para matrículas que permanecem ativas (situação “em curso”) mesmo após a data prevista para o término do curso (data final do ciclo de matrícula), ou que a sua conclusão no curso (situação final da matrícula, nos casos de conclusão, integralização de fase escolar ou demais situações finais), ocorram em período (mês de ocorrência) superior a data final prevista para o curso (ciclo de matrícula).

O cálculo do indicador para o ano de 2013 procedeu com a seleção de todos os ciclos de matrículas de cursos com data prevista de término entre janeiro de 2013 e dezembro de 2013. Em cada ciclo foi contabilizados o total de matrículas em situação EM CURSO, compondo assim o numerador. O denominador foi composto por todas as matrículas registradas nos ciclos de matrícula considerados. Para o cálculo deste Indicador (Retenção) os ciclos selecionados foram aqueles com término em 2013.

#### Equação básica:

$$\text{Relação} = \frac{\text{Número Total de Retidos}}{\text{Número Total Matriculados}}$$



## Retenção Escolar

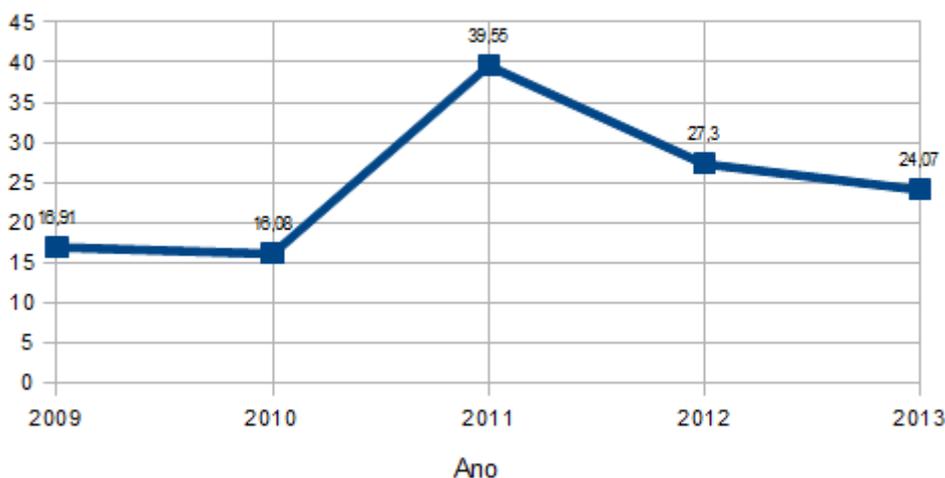


Gráfico 5 – Evolução do índice de retenção do fluxo escolar

### Análise Crítica

A taxa de retenção do fluxo escolar (aluno EM CURSO com ciclo vencido), em 2013 foi de 24,07%, valor que aponta para uma queda do indicado dentro de níveis aceitáveis (10 a 20%). A Instituição tem incentivado e apoiado políticas de combate a essa retenção: grupo de apoio psicopedagógico nos departamentos para interagirem com os alunos e estudarem alternativas para melhorar o rendimento escolar, ampliação dos trabalhos de monitoria, incentivo a iniciação científica e políticas de assistência ao estudante, etc.

Mesmo com reprovações, o aluno tem o direito de continuar frequentando o curso, ultrapassando o tempo de conclusão do curso dentro do seu ciclo. A Tabela 5 do Anexo I apresenta o cálculo do índice de retenção do fluxo escolar no período de 2009 até 2013, para todos os Câmpus.

### Indicador 6 – Relação Alunos/Docentes em tempo Integral

Este indicador é calculado pelo total de matriculados pelo total de docentes, considerando o peso devido do regime de trabalho. O docente de regime D.E. (Dedicação Exclusiva) e o de 40 h possui peso unitário enquanto o docente de 20 h possui peso de 0,5.

Para a análise deste indicador não foram considerados os ciclos dos cursos “Não-Presenciais”, pois os docentes que lá trabalham possuem outro tipo de vínculo com a instituição. Eles são contratados mediante editais com bolsas e muitos não pertencem ao quadro de docentes da Instituição. As informações sobre o total de docentes e seus respectivos regimes de trabalho foram extraídas do sistema SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública).

### Equação Básica:

$$\text{Relação} = \frac{\text{Total de Matriculados}}{((\text{Docentes } 20h * 0,5) + \text{Docentes } 40 h + \text{Docentes DE})}$$



Tabela II – Relação Alunos/Docentes em Tempo Integral

Cálculo do Indicador							
Câmpus / Exercício		Matrículas	Docentes				Indicador
			20	40	DE	Total	
Anápolis	2013	1086	7	12	67	82,5	13,16
Aparecida	2013	543	2	6	55	62	8,76
Cidade de Goiás	2013	181	1	4	18	22,5	8,04
Formosa	2013	995	0	9	55	64	15,55
Goiânia	2013	5276	8	72	261	337	15,66
Inhumas	2013	1148	1	15	65	80,5	14,26
Itumbiara	2013	1005	2	7	62	70	14,36
Jataí	2013	1264	3	16	76	93,5	13,52
Luziânia	2013	1064	0	10	54	64	16,63
Uruaçu	2013	764	1	14	51	65,5	11,66
REITORIA	2013	-	1	3	31	34,5	-
IFG		13326	26	168	795	976	13,65

O instituto já possui medida que regulamenta a jornada do trabalho do docente, que são contabilizadas diversas atividades além do ensino: pesquisa, extensão e gestão. No entanto, observa-se que os Câmpus em implantação possuem um baixo valor para o indicador alunos/docente em tempo integral, uma vez que, o início da oferta dos cursos demanda uma quantidade significativa de docentes devido às várias áreas de conhecimento abrangidas pelos cursos. O indicador tenderá ao crescimento, na medida em os cursos forem avançando nos períodos, aumentando a carga horária dos docentes e o número de matrículas nos cursos.

A reestruturação de ofertas de vagas na instituição aprovada pelo PDI 2012-2016 ocasionou a extinção e a criação de cursos. Com isso, a carga horária dos docentes ainda está em adequação.

O ano de 2013 é o primeiro ano em que o indicador alunos/docente em tempo integral é apresentado no relatório de gestão. Por isso, não é possível realizar a análise histórica deste indicador.

#### Indicador 7 – Número de Alunos Matriculados por Renda Per Capita Familiar

Este indicador foi gerado através da contagem do número de alunos matriculados em 2013, que em atendimento à lei de cotas, ingressaram na instituição por possuir renda per capita familiar  $\leq$  1,5 salário mínimo. Os alunos que ingressaram através do SISU não foram contabilizados, pois para o ano de 2013, o sistema do SISU não disponibilizou esta informação.

Tabela 3 – Número de alunos matriculados que declararam possuir uma renda familiar  $\leq$  1,5 salário mínimo

Câmpus	Total
Câmpus Anápolis	11
Câmpus Aparecida de Goiânia	12



Câmpus Cidade de Goiás	1
Câmpus Formosa	21
Câmpus Goiânia	89
Câmpus Inhumas	8
Câmpus Itumbiara	11
Câmpus Jataí	7
Câmpus Luziânia	9
Câmpus Uruaçu	29
<b>TOTAL IFG</b>	<b>198</b>

O ano de 2013 é o primeiro ano em que o indicador número de alunos matriculados por renda per capita familiar é apresentado no relatório de gestão. Por isso, não é possível realizar a análise histórica deste indicador.

A Tabela 6 do Anexo I apresenta número de alunos matriculados em 2013, separado por curso, que ingressaram na instituição por possuir renda per capita familiar  $\leq 1,5$  salário mínimo, para todos os Câmpus.

Anexo I

**Tabela 1 – Relação Candidato / Vaga**

Cálculo do Indicador				
Câmpus / Exercício		Candidatos	Vagas Ofertadas	Indicador (%)
Goiânia	2009	12.634	1.629	7,76
	2010	20.426	1.441	14,17
	2011	23.165	1.320	17,55
	2012	21.179	1.335	15,86
	2013	23.136	2.430	9,52
Inhumas	2009	998	249	4,01
	2010	1.515	283	5,35
	2011	1.413	270	5,23
	2012	1.668	530	3,15
	2013	1.022	614	1,66
Itumbiara	2009	1.312	301	4,36
	2010	995	250	3,98
	2011	2.150	270	7,96
	2012	2095	430	4,87
	2013	1.415	485	2,92
Jataí	2009	1.307	475	2,75



Cálculo do Indicador				
Câmpus / Exercício		Candidatos	Vagas Ofertadas	Indicador (%)
	2010	2.253	363	6,21
	2011	2.467	420	5,87
	2012	2.616	561	4,66
	2013	2.178	410	5,31
Uruaçu	2009	1.623	270	6,01
	2010	1.336	270	4,95
	2011	932	210	4,438
	2012	3.615	300	12,05
	2013	2.074	385	5,39
Anápolis	2010	961	330	2,91
	2011	4.177	360	11,6
	2012	5.100	420	12,14
	2013	4.155	770	5,4
Formosa	2010	1.572	240	6,55
	2011	3.380	300	11,26
	2012	3373	381	8,85
	2013	4.124	440	9,37
Luziânia	2010	1.024	288	3,56
	2011	2.960	330	8,97
	2012	5.037	440	11,45
	2013	1.720	490	3,51
Cidade de Goiás	2012	270	180	1,5
	2013	398	320	1,24
Aparecida de Goiânia	2012	2.382	150	15,88
	2013	1.885	1.110	1,7
TOTAL IFG	2009	17.874	2.924	6,11
	2010	30.082	3.465	8,68
	2011	40.644	3.480	11,68
	2012	47.335	4.727	10,01
	2013	42.107	7.424	5,65



Tabela 2 – Relação Ingressos por Alunos

Cálculo do Indicador				
Câmpus / Exercício		Ingressos	Matrículas	Indicador (%)
Goiânia	2009	1.461	6.435	22,7
	2010	1.581	8.148	19,4
	2011	1.409	6.476	21,76
	2012	1311	6.052	21,66 21,66
	2013	2.264	6.895	32,84
Inhumas	2009	315	1.090	28,9
	2010	280	1.098	25,5
	2011	265	1.500	17,67
	2012	515	1.591	32,37
	2013	470	1.716	27,39
Itumbiara	2009	243	550	44,18
	2010	241	814	29,61
	2011	282	910	30,99
	2012	402	1.066	37,71
	2013	341	1.139	29,94
Jataí	2009	441	1.463	30,14
	2010	348	1.639	21,23
	2011	403	1.879	21,45
	2012	511	1.475	34,64
	2013	383	1.502	25,50
Uruaçu	2009	240	547	43,88
	2010	255	794	32,12
	2011	269	1.063	25,31
	2012	283	850	33,29
	2013	362	940	38,51
Anápolis	2010	349	439	79,50
	2011	370	925	56,31
	2012	418	975	42,87
	2013	682	1.442	47,30
	2010	343	498	68,88



Luziânia	2011	440	998	44,09
	2012	623	1.131	55,08
	2013	627	1.400	44,79
Formosa	2010	277	453	61,15
	2011	308	758	40,63
	2012	351	861	40,77
	2013	391	1.109	35,26
Aparecida de Goiânia	2012	153	153	100
	2013	943	1.096	86,04
Cidade de Goiás	2012	165	165	100
	2013	248	320	77,50
TOTAL IFG	2009	2.700	10.085	26,77
	2010	3.674	13.883	26,46
	2011	3.746	14.509	25,82
	2012	4.732	14.319	33,05
	2013	6.708	17.556	38,21

**Tabela 3 – Relação de Concluintes por Alunos**

Cálculo do Indicador				
Câmpus / Exercício		Concluintes	Matrículas	Indicador
Goiânia	2009	547	6.435	8,5
	2010	515	8.148	6,32
	2011	802	6.476	12,38
	2012	400	6.052	6,61
	2013	1.011	6.852	14,66
Inhumas	2010	28	1.098	2,55
	2011	67	1.500	4,47
	2012	70	1.591	4,4
	2013	131	1.716	7,63
Uruaçu	2010	1	794	0,13
	2011	34	1.063	3,20
	2012	93	850	10,94
	2013	127	940	13,51
Itumbiara	2010	20	814	2,46
	2011	34	910	3,74
	2012	177	1.066	16,60



	2013	176	1.139	15,45
Jataí	2009	120	1.463	8,2
	2010	48	1.639	2,93
	2011	80	1.879	4,26
	2012	158	1.475	10,71
	2013	155	1.502	10,32
Aparecida de Goiânia	2012	0	153	0
	2013	152	1.096	13,87
Cidade de Goiás	2012	99	165	60
	2013	31	320	9,69
Luziânia	2012	97	1.131	8,58
	2013	108	1.319	0,91
Formosa	2012	56	861	6,5
	2013	104	1.121	9,28
Anápolis	2012	31	975	3,18
	2013	84	1.400	7,71
TOTAL IFG	2009	667	7.898	8,45
	2010	612	13.883	4,41
	2011	1.017	14.509	7,01
	2012	1.181	14.319	8,25
	2013	2.295	17.556	13,07

Tabela 4 – Índice de Eficiência Acadêmica

Cálculo do Indicador				
Câmpus / Exercício		Concluintes	Alunos com Situação Final	Indicador (%)
Câmpus Goiânia	2009	547	632	86,55
	2010	515	656	78,75
	2011	193	236	81,78
	2012	400	485	82,5
	2013	1.011	1.840	54,95
Câmpus Inhumas	2010	28	80	35
	2011	60	166	36,14
	2012	70	141	49,6
	2013	131	581	22,55



Cálculo do Indicador				
Câmpus / Exercício		Concluintes	Alunos com Situação Final	Indicador (%)
Câmpus Anápolis	2011	38	56	67,86
	2012	31	207	15
	2013	194	450	43,11
Câmpus Luziânia	2011	57	88	64,77
	2012	97	233	41,6
	2013	108	472	22,28
Câmpus Uruaçu	2010	1	32	3,13
	2011	0	45	0,00
	2012	93	301	30,9
	2013	127	269	47,21
Câmpus Formosa	2011	123	163	75,46
	2012	56	209	26,8
	2013	210	433	48,50
Câmpus Itumbiara	2010	20	76	26,32
	2011	5	57	8,77
	2012	177	397	44,6
	2013	176	360	48,89
Câmpus Jataí	2009	120	154	77,92
	2010	48	79	60,76
	2011	81	206	39,32
	2012	158	372	42,5
	2013	155	441	35,15
Aparecida de Goiânia	2013	152	228	66,67
Cidade de Goiás	2013	31	78	39,74
TOTAL IFG	2009	667	786	84,86
	2010	612	921	66,45
	2011	557	988	56,38
	2012	1.181	2.456	48,10
	2013	2.295	5.152	44,55



Tabela 5 - Índice histórico de retenção do fluxo escolar

Cálculo do Indicador				
Câmpus / Exercício		Retenção	Matrículas	Indicador
Anápolis	2011	37	98	37,76
	2012	89	975	9,13
	2013	229	1.439	15,91
Formosa	2011	9	163	5,52
	2012	124	861	14,4
	2013	219	1.109	19,75
Luziânia	2011	11	106	10,38
	2012	212	1.131	18,74
	2013	259	1.400	18,50
Goiânia	2009	986	6.435	15,32
	2010	1.126	8.148	13,82
	2011	439	861	50,99
	2012	2.391	6.052	39,51
	2013	2.129	6.895	30,88
Inhumas	2009	262	1.090	24,04
	2010	285	1.098	25,96
	2011	258	450	57,33
	2012	614	1.591	38,59
	2013	584	1.716	34,03
Itumbiara	2009	127	550	23,09
	2010	181	814	22,24
	2011	37	118	31,36
	2012	173	1.066	16,23
	2013	267	1.139	23,44
Jataí	2009	283	1.463	19,34
	2010	286	1.639	17,45
	2011	49	278	17,63
	2012	190	1.475	12,88
	2013	367	1.502	24,43



Cálculo do Indicador				
Câmpus / Exercício		Retenção	Matrículas	Indicador
Uruaçu	2009	47	547	8,59
	2010	192	794	24,18
	2011	15	88	17,05
	2012	118	850	13,88
	2013	172	940	18,30
Aparecida	2012	0	153	0
	2013	0	1096	0
Cidade de Goiás	2012	0	165	0
	2013	0	320	0
TOTAL IFG	2009	1.705	10.085	16,91
	2010	2.187	13.883	16,08
	2011	855	2.162	39,55
	2012	3.911	14.319	27,30
	2013	4.226	17.556	24,07

Tabela 6 – Número de alunos que declararam possuir uma renda familiar  $\leq 1,5$  salário mínimo no momento da inscrição no processo seletivo do IFG

Câmpus	Curso	Qtde.
Anápolis	Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio	2
	Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio	1
	Superior de Licenciatura em Ciências Sociais	1
	Superior de Licenciatura em Química	1
	Superior de Tecnologia em Logística	6
Aparecida	Bacharelado em Engenharia Civil	6
	Curso Técnico Integrado em Edificações	5
	Curso Técnico Integrado em Química	1
Cidade de Goiás	Curso Técnico Integrado em Edificações	1
Formosa	Bacharelado em Engenharia Civil	7
	Curso Técnico Integrado em Biotecnologia	5
	Curso Técnico Integrado em Informática para Internet	5
	Licenciatura em Biologia	4
Goiânia	Bacharelado em Engenharia Ambiental	3
	Bacharelado em Engenharia Civil	6
	Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação	3



	Bacharelado em Engenharia Elétrica	5
	Bacharelado em Engenharia Mecânica	5
	Bacharelado em Química	3
	Bacharelado em Sistemas de Informação	6
	Bacharelado em Turismo	3
	Licenciatura em Física	1
	Licenciatura em Matemática	1
	Licenciatura em Música	5
	Licenciatura Plena em História	1
	Técnico em Eletrotécnica Subsequente	2
	Técnico em Mecânica - Técnico Modular	2
	Técnico em Mineração Subsequente	1
	Técnico Integrado de Nível Médio em Controle Ambiental	8
	Técnico Integrado de Nível Médio em Edificações	7
	Técnico Integrado de Nível Médio em Eletrônica	6
	Técnico Integrado de Nível Médio em Eletrotécnica	8
	Técnico Integrado de Nível Médio em Instrumento Musical	3
	Técnico Integrado de Nível Médio em Mineração	5
	Tecnologia em Agrimensura	2
	Tecnologia em Geoprocessamento	3
Inhumas	Licenciatura em Química - Licenciatura Plena	2
	Sistemas de Informação	3
	Técnico em Informática	3
Itumbiara	Bacharelado em Engenharia Elétrica	5
	Licenciatura em Química	5
	Técnico Integrado em Química	1
Jataí	Bacharelado em Engenharia Civil	4
	Bacharelado Engenharia Elétrica	1
	Técnico de Nível Médio em Edificações	2
Luziânia	Bacharelado em Sistemas de Informação	3
	Curso Técnico Integrado em Química	1
	Licenciatura em Química	2
	Técnico Integrado em Informática para Internet	3
Uruaçu	Bacharelado em Engenharia Civil	6
	Licenciatura Plena em Química	2
	Técnico Integrado em Edificações	7
	Técnico Integrado em Informática	11
	Técnico Integrado em Química	3
<b>TOTAL IFG</b>		<b>198</b>



## CONCLUSÃO

Diante do contido no presente Relatório, pode se concluir que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) atuou no exercício de 2013, em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e regras que disciplinam os atos de gestão da Administração Pública Federal, atingindo a finalidade da continuidade da expansão e consolidação da Reitoria e de seus Câmpus.

Foram implementadas ações para a implantação de mais 04 (quatro) novos Câmpus já em 2014 e outro em 2015 elevando de 10 Câmpus para um total de 15 (quinze), o que ilustra um crescimento Institucional, bem como apontam para a importância estratégica dessa consolidação.

Dessa forma, os avanços apresentados, aumenta, a cada dia, nossa responsabilidade social, de ofertar serviços público e de qualidade, que se traduz em inclusão social para milhares de estudantes nos vários municípios de atuação do IFG.



**INSTITUTO FEDERAL**  
**GOIÁS**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS**  
**REITORIA**

---

## **ANEXOS**

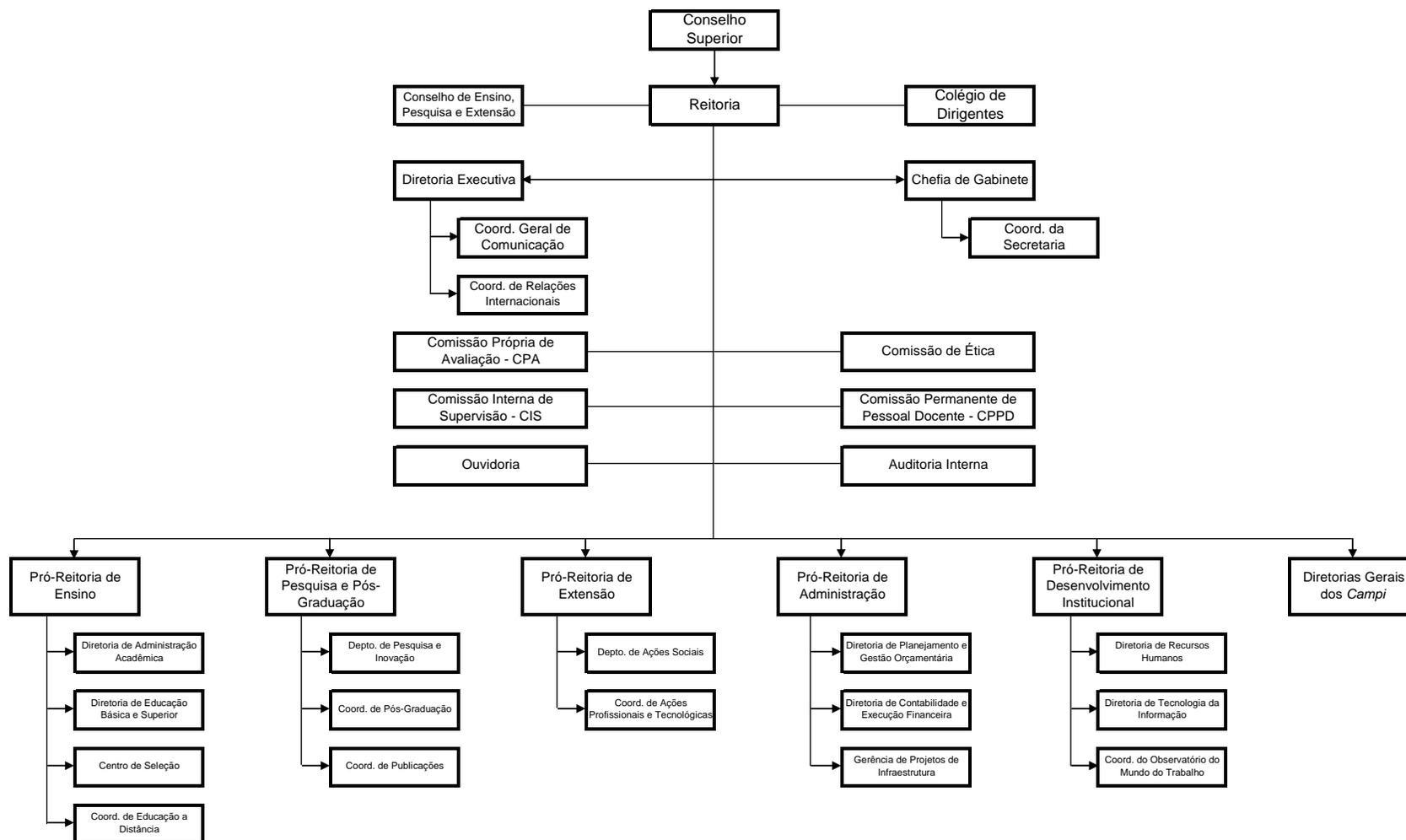


# **ANEXO I**

## **ORGANOGRAMA FUNCIONAL**

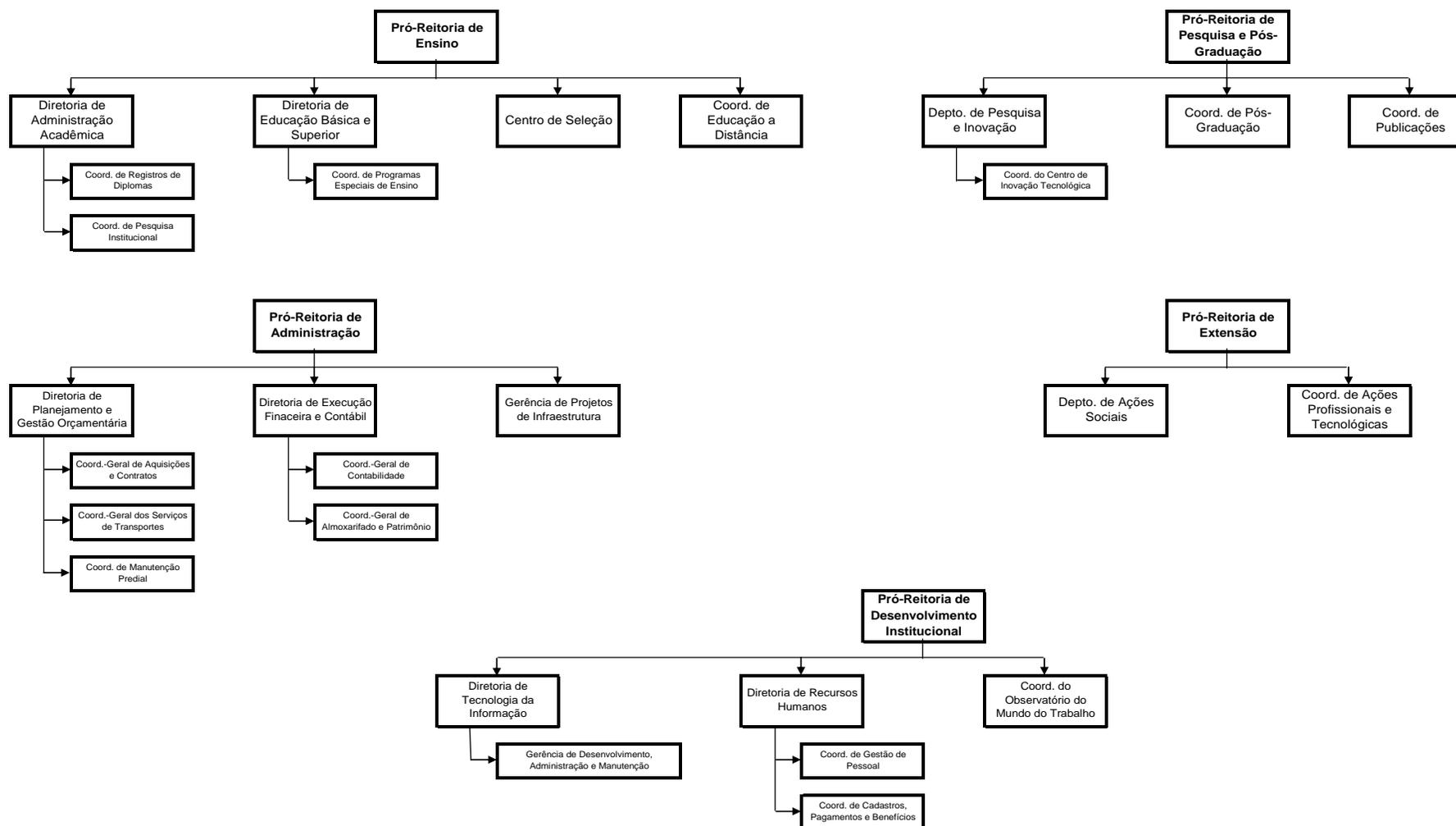


## Organograma Institucional

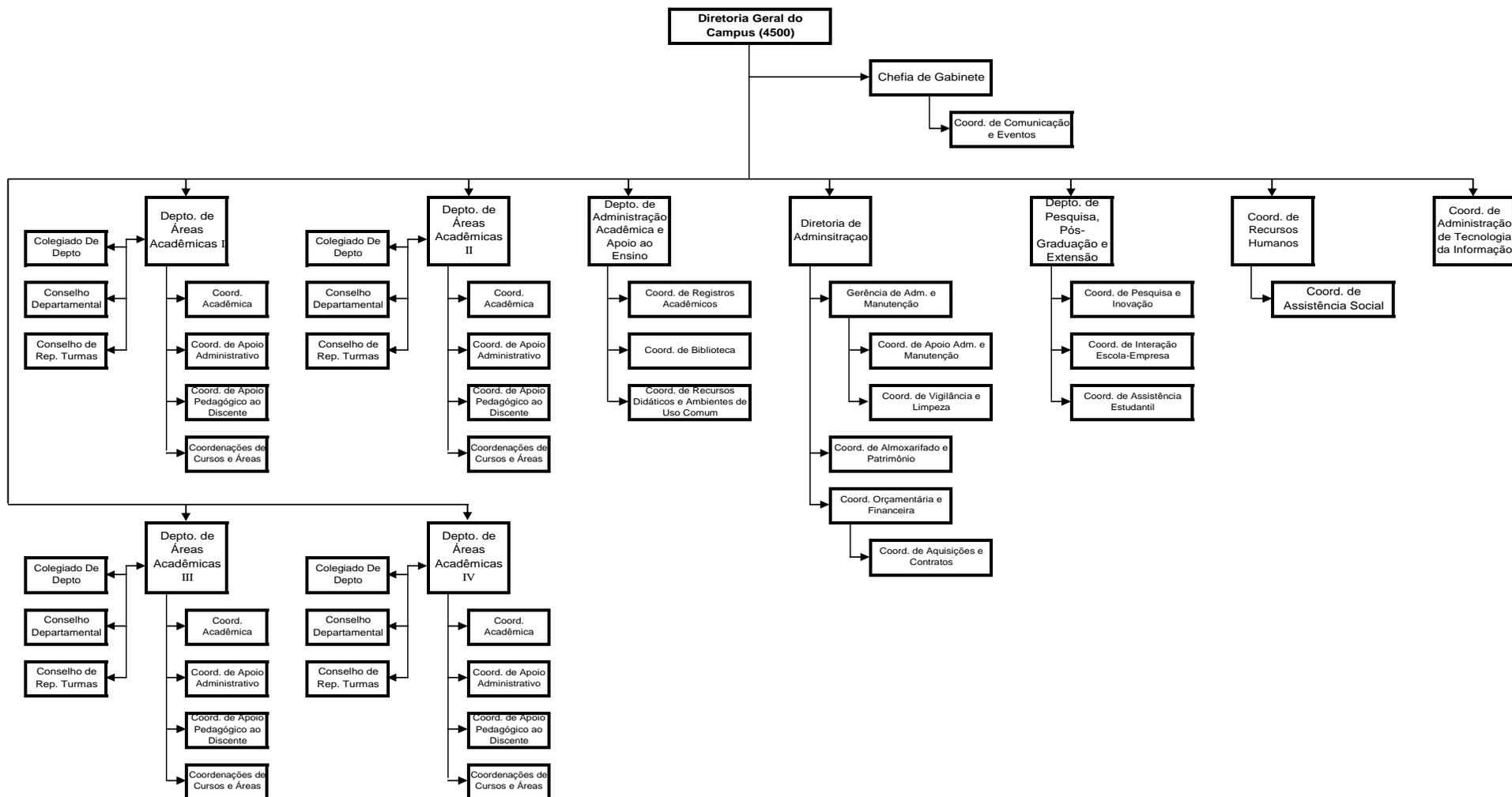




## Organograma Institucional - Pró-Reitorias

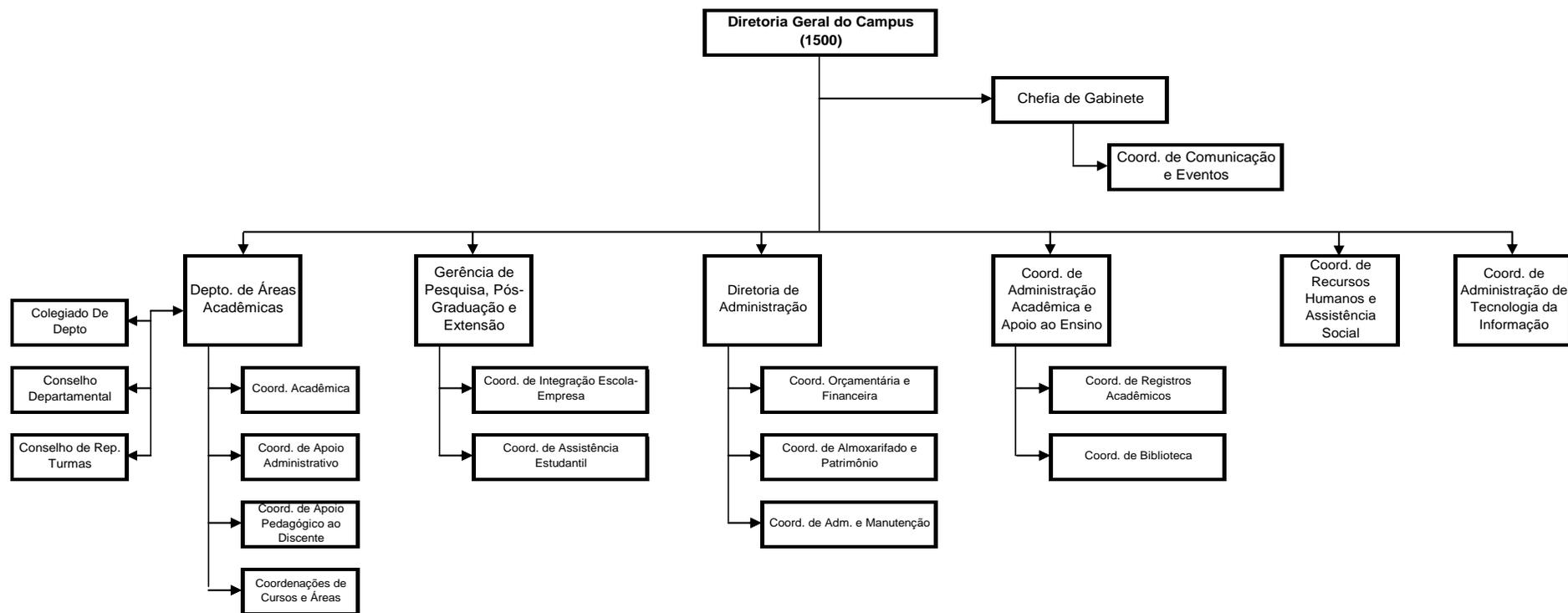


## Organograma Institucional - Campus com 4500 alunos





## Organograma Institucional - Campus com 1500 alunos





## **ANEXO II**

# **QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ**



QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.		X			
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	



22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		X			
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<b>Análise Crítica:</b> O Instituto Federal de Goiás compreende a importância dos controles internos e busca o seu aperfeiçoamento através da formalização de procedimentos e orientações padronizadas, com a intenção de lograr um ambiente de controle que coopera com os objetivos e metas institucionais. O IFG tem atuado potencializando a gestão administrativa, desenvolvendo e implantando políticas institucionais, criando comissões, tais como: Comissão Própria de Avaliação -CPA, Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD, Comissão de Ética e Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - CIS.					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b> (1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ. (2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> . (3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> . (5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ. (5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					



## **ANEXO III**

### **QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UJ**



QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
X	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:</b>	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:</b>	
X	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.



X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
	(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(3) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(2) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(2) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2014, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2014 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
X	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	



## **ANEXO IV**

### **QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS**

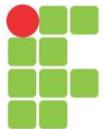


QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
	<b>Art. 5º, IN 01/2010 – SLTI/MPOG.</b>				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).			X		
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i> ), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?				X	
	<b>PROCEL/ISO/INMETRO.</b>				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			X		
	<b>PAPEL.</b>				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X			
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto		X			



7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).					
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.	<b>X</b>				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.		<b>X</b>			
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	<b>X</b>				
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	<b>X</b>				
Considerações Gerais:					
<u>LEGENDA</u>					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					



**INSTITUTO FEDERAL**  
**GOIÁS**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS**  
**REITORIA**

---